

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**A “questão ambiental” sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS.**



**Rafael Victorino Devos**

Porto Alegre, fevereiro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**A “questão ambiental” sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS.**

Rafael Victorino Devos

Tese apresentada para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Ruben George Oliven

Porto Alegre, fevereiro de 2007.

Para minha filha Luna.

## **Agradecimentos**

Esta tese contou com o suporte da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na forma de uma bolsa de doutorado e ainda uma bolsa-sanduíche que me possibilitou a realização de um estágio na França entre janeiro e agosto de 2006. Na França, o Laboratoire d'Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporain, na Université de Paris VII, assim como a Maison du Brésil na Cité Internationale Universitaire e a Inathèque de France na Bibliothèque National François Mitterrand, deram suporte institucional fundamental para o andamento dos estudos no exterior. Mas a pesquisa só foi possível, no país e no exterior, graças ao suporte do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, de seus professores, alunos e funcionários, e em especial, do núcleo de pesquisa Banco de Imagens e Efeitos Visuais e sua equipe, que me possibilitaram um lugar, na Antropologia, para produção de conhecimento.

Na área ambiental, o Instituto Anthropos, e seus membros e ex-membros me possibilitaram um diálogo maior com os saberes entre o ambiente e a sociedade, além de me possibilitarem acesso às instâncias institucionais de planejamento e gestão do ambiente no RS, como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, a Metroplan, a FEPAM, entre outros espaços. À Lúcia, ao Flávio, à Ana Luiza, à Ana Paula, ao Percy (Kiko), ao Paim, muito obrigado pelas tantas vezes que discutimos não só a tese, mas a "questão ambiental".

Na França, foi fundamental o apoio da Professora Bárbara Glowczewki (Laboratoire de Anthropologie Sociale e CNRS), no acesso às instâncias de produção e debate da Antropologia audiovisual francesa. Também ao Prof. Jean Arlaud, co-orientador estrangeiro e diretor do Laboratoire de Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporain, muito obrigado.

Às professoras Cornelia Eckert e Dirce Suertegaray, que leram atentamente e deram grandes contribuições para o trabalho no exame de qualificação. Aos professores que aceitaram participar da banca final de defesa da tese. Ao professor Charles Monteiro, da Pontifícia Universidade Católica do

RS, que me permitiu participar de seus estudos sobre os cronistas da memória da cidade. Muito obrigado.

Entre Brasil e França, a competência e a paciência de minha mestra em língua francesa, Camila Rocha de Moraes, foi fundamental para o aproveitamento do estágio, em todos os sentidos. Também durante toda a minha trajetória de pesquisa, e em especial na viagem para a França, o apoio de meus familiares foi fundamental. Ao meu pai, à Anália, à minha mãe, ao meu irmão Daniel, e à Regi e à Greicy, muito obrigado.

Aos narradores dessa pesquisa e suas famílias, que acolheram a proposta da pesquisa e minha participação no seu cotidiano: Adão, Laci, Mocotó, Cláudio, Nazaret, Salomão, Maria, Bia e seus "filhos" de sua casa. Aos ex-alunos da oficina de vídeo, em especial, Ricardo, Débora e Jairo. Aos demais moradores do Arquipélago, em especial, da Ilha Grande dos Marinheiros e da Ilha da Pintada, que de alguma forma, colaboraram com a pesquisa. Muito Obrigado.

Às professoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, mestras e parceiras de muito tempo de pesquisa, e aos colegas de pesquisa do BIEV Viviane Vedana, Olavo Marques, Anelise Gutteres, Rafael Lopo, Luciana Mello, Thais Cunnegato, Paula Biazus, Fernanda Rechenberg, Priscila Farfan, Henrique Dallago, e aos que por ali deixaram sua colaboração: Liliane Guterres, Alfredo Barros, Thaís Vieira, Nicole Reis, João Salgado, Rogério Rosa, Luciana Prass, Luciano Spinelli e tantos outros. Muito obrigado.

Ao Ruben Oliven, meu orientador, que acolheu a proposta de orientação da tese com todo o prazer e disponibilidade, cujos conselhos foram fundamentais para a continuidade da minha formação. Muito Obrigado.

Finalmente, à Viviane e à Luna, que dividiram muitos dos momentos dessa pesquisa (os muito bons e os não tão bons), e pelo amor e carinho na parceira nas nossas moradas e aventuras, obrigado.

## Resumo

Esse estudo investiga as transformações nas visões de mundo presentes às narrativas e práticas cotidianas de habitantes de territórios urbanos situados às margens da água, as ilhas do Delta do Jacuí, na Região Metropolitana da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Em meio a uma situação de conflito de uso de terras e águas na cidade, busca-se compreender como ações cotidianas dos moradores no ambiente urbano e suas representações quanto ao seu pertencimento diferenciado à paisagem urbana de Porto Alegre podem ser interpretados no contexto das tendências contemporâneas de reestruturação de relações sociais e reorientação de comportamentos para construção de uma cidadania ambientalmente comprometida com a preservação e recuperação dos ambientes naturais do planeta. Valendo-se do registro e da montagem de narrativas audiovisuais, a pesquisa voltou-se para a importância da experiência urbana desses sujeitos e da memória coletiva na compreensão das diferentes dimensões éticas que estão em jogo na visão ecossistêmica das relações entre indivíduo, ambiente e sociedade. A partir de seus itinerários urbanos, presentes às suas trajetórias sociais, investiga-se a relação entre seus sentimentos de enraizamento nas comunidades das ilhas e o reconhecimento de sua pertença a esferas sociais mais amplas, como a Região Metropolitana, a Região Hidrográfica e de uma forma geral, à Biosfera.

**PALAVRAS-CHAVE:** narrativa, meio ambiente, imagem, paisagem, itinerários urbanos, água, conflito

## **Abstract**

This thesis approaches the transformations in the world view that are present in the narratives and the daily practices of the residents of territories located on the margins of the water, the islands of the Delta do Jacuí, in the Metropolitan Area of the State of Rio Grande do Sul's capital, Porto Alegre, Brazil.

Amid a situation of conflict of use of land and water in the city, we have interpreted the residents' daily actions in the urban environment and their representations of their belonging to the urban landscape of Porto Alegre on the context of the contemporary tendencies of restructuring of social relationships and reorientation of behaviors for construction of a citizenship committed to the preservation and recovery of the natural environment of the planet.

Using the recording and the editing of audiovisual narratives, the research went back to the importance of the urban experience of those subjects and of the collective memory in the understanding of the different ethical dimensions of the ecossistemic point of view about the relationships among individual, environment and society. The study investigates their urban itineraries that are present in their social trajectories, their belonging to the communities of the islands and the recognition of their relationships to wider social spheres, as the Metropolitan Region, the Hydrographic Region and in general, to the Biosphere.

KEY-WORDS: narrative, environment, image, landscape, urban itineraries, water, conflict

## SUMÁRIO

---

<b>Índice de Imagens</b>	<b>07</b>
<b>Introdução</b>	<b>08</b>
<b>Capítulo 1 - "Está se terminando o meu Porto Alegre"</b>	<b>14</b>
1.1. Território à beira d'água	16
1.2. Rio ou lago?	23
1.3. Arquipélago ou Delta?	30
1.4. Caminhando pelas ruas das ilhas	37
1.5. Territórios e Itinerários Urbanos	44
1.6. Lugar, paisagem e itinerários urbanos	49
1.7. Memória, imagem e narrativa	53
<b>Capítulo 2 - Memória, cidade, ética, meio ambiente e a produção de uma etnografia em vídeo digital entre moradores das ilhas do Delta do Jacuí, RS</b>	<b>62</b>
2.1. "formas de ver"	63
2.2. Etnografia audiovisual e narrativa oral	65
2.3. Ética e estética	75
2.4. O Delta do Jacuí como um sítio	77
<b>Capítulo 3 - A baía de todas as águas</b>	<b>87</b>
3.1. Meio ambiente na macro-esfera	88
3.2. Meso-Esfera: A Bacia Hidrográfica do Guaíba	102
3.3. Deslocando o olhar - cidade e água em Paris, França	113
<b>Capítulo 4 – A cidade das águas</b>	<b>121</b>
4.1. As áreas de risco da metrópole – água e solo urbano	124
4.2. Ecologia Humana, Meio Ambiente, Antropologia Urbana	131
<b>Capítulo 5 - A capital bela, mas suja</b>	<b>142</b>
5.1. A capital suja	143
5.2. Os Memorialistas	149
5.3. Outras vozes, outros personagens	165
<b>Capítulo 6 - Conflitos, éticas de segregação e de uso comum das margens das ilhas</b>	<b>177</b>
6.1. O lixo, as carroças, o pátio	177
6.2. Navegando nas águas da Mãe Oxum	184
6.3. A Beira do Rio não é mais o que era	191
6.4. As enchentes e a Ilha Assombrada	201
6.5. Os "ricos" e os "pobres" nas ilhas	209
<b>Capítulo 7 - A morada e as águas</b>	<b>216</b>
7.1. O umbigo enterrado	217
7.2. Nazareth e a água da Mãe Oxum	221
7.3. Dona Laci e o rio	230
7.4. Dona Maria e sua casa antiga	233
7.5. Cláudio - Pescar e morar	234
7.6. Salomão – uma natureza contra a outra	236
7.7. Adão - no extremo da ilha	239
7.8. De volta ao barco de Mocotó	248
<b>Conclusão</b>	<b>254</b>
<b>Referências</b>	<b>258</b>

## Índice de Imagens

**Capa** Imagem do documentário “A Morada das Águas” (Rafael Devos e Ana Luiza C. Rocha) / BIEV UFRGS 2003. Cláudio pescando no Canal Furado Grande, Porto Alegre.(2002)

**Página 69 Fig. 1** - Imagens do documentário “A Morada das Águas” (Rafael Devos e Ana Luiza C. Rocha) / BIEV UFRGS 2003. Narrativa de Adão, Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre. (2002)

**Página 74 Fig. 2** - Imagens do documentário “A Morada das Águas” (Rafael Devos e Ana Luiza C. Rocha) / BIEV UFRGS 2003. Narrativa de Adão, Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre. (2002)

**Página 86 Fig. 3** - Janela do programa DVD Studio Pro, apresentando um esquema dos laços entre os menus, seqüências em vídeo e seqüências fotográficas do DVD Capítulo 2 da tese. (2002)

## Introdução

A escassez mundial de água doce, a que é própria para o consumo humano, tem se destacado como uma das grandes problemáticas ambientais de nosso tempo. O ano de 2003 foi escolhido como o “Ano Internacional da Água Doce” pela Organização das Nações Unidas. A partir de 22 março de 2005, a ONU estabeleceu a “Década da Água”, com o objetivo de, até o ano de 2015, promover a reversão da eliminação de mananciais e da deterioração da qualidade das águas planetárias, presentes à chamada “crise planetária da água”<sup>1</sup>. Segundo a ONU, uma em cada seis pessoas no mundo já enfrenta problemas de acesso à água potável e saudável. Apesar de a água ser abundante no planeta, apenas 0,7% das reservas de água é diretamente acessível ao consumo humano, estando em lagos, rios e no subsolo.

Considerada como um bem universal, e seu acesso um direito humano fundamental, a água não segue a mesma lógica da propriedade do solo, devido à interdependência dos mananciais de água doce, interligados através das bacias hidrográficas. As características naturais da água, como o fato dela não estar contida em fronteiras político-administrativas e ter sua qualidade relacionada a ecossistemas interdependentes que abrangem muitas cidades e mesmo mais de um país em uma mesma região hidrográfica<sup>2</sup>, desafiam governos, órgãos internacionais, empresas e cidadãos a novas formas de acordos pautados igualmente pela sua interdependência.

---

<sup>1</sup> Entre os recursos líquidos, a água doce é minoritária no planeta. Segundo dados apresentados na Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, cerca de 97% da água do planeta é salgada e imprópria para o consumo humano, sem tratamentos especiais, ainda muito caros. Apenas 3% das reservas mundiais de água são doces. Destas, cerca de 2,3% estão armazenadas nas geleiras e nas calotas polares. Ou seja, somente 0,7% das reservas de água está no subsolo, lagos e rios.

<sup>2</sup> O conceito de bacia hidrográfica refere-se à “área de drenagem de um curso de água ou lago” (glossário de hidrologia – <http://webworld.unesco.org/water/ihp/db/glossary>). Em hidrologia, a região hidrográfica é formada por diversas bacias que escorrem para um corpo de água único, como o Lago Guaíba. No entanto, a idéia de região abrange não só a rede hidrográfica física, ou seja, o conjunto de rios e outros cursos de água, lagos e reservatórios em determinada região, mas igualmente as unidades político-administrativas implicadas nos territórios importantes ao ecossistema da bacia hidrográfica em questão.

São os dados da chamada "Guerra da Água"<sup>3</sup> contemporânea: são 30 mil mortes por dia, sobretudo entre crianças e velhos, cujas causas estão associadas ao consumo de água insalubre; são 269 bacias hidrográficas transfronteiriças, sendo que 145 nações no mundo tem uma parte de seu território situada em uma bacia transfronteiriça; 70% da água no mundo é usada pela agricultura, 20% é usado pela indústria, e somente 10% destina-se ao consumo doméstico<sup>4</sup>.

O destaque dessa problemática nos dias de hoje não se constitui como uma consequência natural da situação física em que se encontra o planeta, antes, ela se dá em meio ao que o antropólogo José Sérgio Leite Lopes chama de um processo histórico de ambientalização, de interiorização e naturalização de uma nova questão pública (Lopes, 2006, p.36). A preocupação com as condições do ambiente no qual vivemos vem se desenvolvendo através de transformações no Estado, com a produção de leis, normas e de novas construções institucionais, mas também através de transformações nas visões de mundo e no comportamento das pessoas.

Essas novas elaborações institucionais e jurídicas, no Brasil e em outros países ganham destaque em ações sociais, em pesquisas e em projetos internacionais como o gerenciamento de bacias hidrográficas ou o caso da criação e desenvolvimento do Parque Estadual Delta do Jacuí, estudada neste trabalho. No entanto, pouco se tem pensado e pesquisado as transformações nas formas como as pessoas passam a encarar o ambiente em que vivem e na maneira como passam a se relacionar com ele, sobretudo no meio urbano, pois essa crise planetária é tomada como um fato, e não como uma construção social.

Seguindo uma tradição de pesquisa antropológica em meio às Sociedades Complexas Contemporâneas, que no Brasil se constitui enquanto uma Antropologia Urbana, pode-se afirmar que essa reorientação de comportamentos, de transformação de estilos de vida em meio às transformações da paisagem urbana do mundo contemporâneo não ocorre de uma mesma maneira e numa mesma direção. Conforme o antropólogo Ruben

---

<sup>3</sup> <http://www.fsa.ulaval.ca/personnel/vernag/EH/F/cause/eau.html>, último acesso em 12/01/2007.

<sup>4</sup> Cf. "La Guerre de l'eau", <http://www.fsa.ulaval.ca/personnel/vernag/EH/F/cause/eau.html>, último acesso em 16/01/2004.

Oliven, o processo histórico de urbanização desencadeia tendências gerais de reorientação de práticas cotidianas e visões de mundo, como a própria preocupação com a qualidade do meio ambiente, mas essas reorientações só se efetivam de forma heterogênea e dinâmica, multiplicando a diversidade de formas de viver e de se pensar como cidadão urbano.

Pesquisando o tema da memória coletiva e do cotidiano junto aos moradores de um lugar ambientalmente importante e problemático, as ilhas do Bairro Arquipélago, em Porto Alegre, RS, pude investigar como esse processo de ambientalização se desenvolve em meio à trajetória desses moradores, como ele é narrado em meio à sua história de vida e qual sua importância na elaboração das representações desses moradores sobre o ambiente em que vivem. Ao mesmo tempo, para poder dar conta da complexidade dessa questão ambiental em meio aos territórios urbanos, me vi confrontado com inúmeras representações sobre esse espaço, que colocam aos informantes da pesquisa e ao pesquisador desafios éticos de coexistência e diálogo com outros atores sociais interessados na qualidade das águas, do solo e da vida presente a essas ilhas.

Valendo-me igualmente de uma tradição antropológica de pesquisa com imagens, a antropologia visual e da imagem, investiguei essas diferentes representações desses territórios e de suas águas conforme eles são vividos e pensados em diferentes escalas: ilha, arquipélago, bairro de periferia, reserva ambiental, bacia hidrográfica, região metropolitana, águas planetárias.

Esse estudo investiga, portanto, a dimensão ética da vida urbana no Brasil, presente às práticas cotidianas de habitantes de determinados territórios urbanos, as ilhas do Delta do Jacuí, na região metropolitana da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Trata-se de compreender como suas ações cotidianas no ambiente urbano e suas representações quanto ao seu pertencimento diferenciado à paisagem urbana de Porto Alegre podem ser interpretados no contexto das tendências contemporâneas de reestruturação de relações sociais e reorientação de comportamentos para construção de uma cidadania ambientalmente comprometida com a preservação e recuperação dos ambientes naturais do planeta.

Para tal, a tese está dividida capítulos que correspondem a escalas de interpretação do fenômeno. Em um primeiro momento, situa-se a trajetória da

pesquisa acompanhando os conflitos em torno da ocupação dita “irregular” das ilhas do Delta do Jacuí.

O primeiro capítulo situa a etnografia da tese em meio a esses grupos urbanos, refletindo sobre a opção metodológica pelo estudo das narrativas autobiográficas e das trajetórias sociais de moradores das ilhas para compreensão das mudanças elaboradas em suas visões de mundo quanto à paisagem do mundo urbano e da qualidade do meio ambiente em que vivem.

O segundo capítulo reflete sobre os usos da imagem na pesquisa, enquanto forma de registro, interpretação e escritura etnográfica. Complementado por um DVD interativo, o capítulo apresenta a opção de elaboração de uma narrativa hipertextual que articula imagens audiovisuais e fotográficas produzidas no trabalho de campo com outras imagens reunidas durante a pesquisa.

Em um segundo momento, trata-se de investigar o quanto o desafio da construção dessa ética global, que tem sido proposta por órgãos internacionais que visam a transformação da civilização urbano-industrial contemporânea em uma civilização econômica e ambientalmente “sustentável”, não traz consigo a extensão de uma visão de mundo, própria da “vida mental da metrópole”, a todos os ambientes do planeta, rurais, naturais e urbanos. Ou seja, a Cidade, enquanto espaço determinado pelas ações humanas (em oposição ao mundo natural), estenderia seus territórios para além da chamada região metropolitana, incluindo territórios distantes ou não-urbanizados, nas suas relações de interdependência ecossistêmica e econômica.

O terceiro capítulo situa a cidade de Porto Alegre, presente ao universo de pesquisa e referência mundial em termos de política de recursos hídricos, em meio a esses debates. Coloca-se a relação entre Região Hidrográfica e Região Metropolitana como reveladora de novas formas de pensar a relação entre natureza e cultura. Há ainda a intenção de, com a realização de um estágio de doutorado em Paris, discutir as diferenças da localização dessas tendências globais em ambientes urbanos brasileiros, caracterizados pela abundância de recursos naturais como a água, em relação a Paris, cidade da qual a política de recursos hídricos se origina, e a partir da qual os conflitos internacionais com relação aos usos da água podem ser compreendidos de um outro ponto de vista.

O quarto capítulo reflete sobre a realidade das cidades brasileiras, cujos conflitos presentes ao espaço público urbano no arranjo da diferença social passam a ser repensados através do processo de "ambientalização" desses conflitos.

Finalmente, em um terceiro momento, investiga-se etnograficamente as representações sobre a paisagem da cidade e o lugar que ocupam as ilhas, enquanto territórios de produção da diferença na vida urbana da cidade, a partir do cotidiano e das narrativas de trajetória social de alguns informantes de classe popular. Apresenta-se, na sua fala, e nos muitos enunciados evocados em suas práticas cotidianas (moradia e circulação), a dimensão da micro-ética que orienta suas ações na cidade em relação aos demais grupos urbanos. Os sentidos revelados nas trajetórias narradas, e reafirmados cotidianamente, para suas escolhas de moradia na cidade, revelam uma adesão diferenciada a tais territórios tidos como naturais, em oposição às ruas e avenidas da Porto Alegre urbanizada, que são a chave de interpretação do seu lugar nas negociações éticas pela qualidade de vida ambiental da cidade e da região hidrográfica.

O quinto capítulo investiga o lugar que ocupam os territórios das ilhas e de ambientes morfologicamente semelhantes (beiras de rios, do lago e de arroios) na memória social da cidade de Porto Alegre, em registros visuais e escritos sobre a paisagem da cidade. Se a paisagem urbana, contemporaneamente, passa a incluir áreas consideradas naturais ou rurais de Porto Alegre enquanto espaço urbano a ser planejado ambientalmente, veremos o quanto tais espaços, como as ilhas, são associados ao longo da urbanização da cidade a um idealizado passado rural e colonial do Rio Grande do Sul em oposição ao tempo progressista do processo de urbanização, de canalização de arroios, de abertura de avenidas, de higienização e modernização do espaço público. Aos desvelar tais ritmos diferenciados de transformação da paisagem urbana, a partir de determinados "nós" de amarração da memória da cidade, pretende-se mostrar as heranças desses "quadros sociais da memória" nos modernos projetos de remodelação dos territórios urbanos.

O sexto capítulo investiga diferentes lógicas de relação com os espaços "naturais" das ilhas enquanto espaços públicos, significados diferencialmente nas negociações éticas presentes às ações cotidianas no terreno familiar (casa

e pátio), na vizinhança (compartilhar a margem dos rios, o solo das ilhas e as águas navegáveis), e nos espaços desabitados do Delta do Jacuí (canais de navegação, áreas de reserva). Apresenta-se ainda, algumas tensões que articulam os conflitos ambientais face às ocupações "irregulares" das ilhas, com os demais conflitos inerentes à vida urbana desses habitantes das ilhas.

O sétimo e último capítulo dedica-se ao estudo dessa micro-ética na voz dos informantes, nas suas narrativas biográficas, em que se revelam suas trajetórias sociais, que são escolhidas como paradigmáticas em meio às redes de relações locais de pescadores, papeleiros, barqueiros, empregadas domésticas, umbandistas, crentes evangélicos, etc. Através da memória coletiva, os narradores tecem diferentes visões de mundo que são reveladoras de uma outra forma de pensar o trajeto de dissociação homem/natureza na paisagem urbana da cidade, refundada tantas vezes nos gestos de ocupação dos matos, banhados e beiras de rios da região. Em oposição às imagens monstruosas do "inchaço" das grandes cidades que expulsam os empobrecidos para fora do centro urbano, suas narrativas contam de uma cidade formada na direção oposta, da periferia que vai tecendo suas amarrações com o centro metropolitano.

## Capítulo 1 - "Está se terminando o meu Porto Alegre"

“Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.” (SCHAMA, 1996, p.17)

Em 2004, uma audiência pública de uma Comissão de Habitação Popular, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, discutia a questão da habitação no Parque Estadual Delta do Jacuí. Lideranças dos moradores das ilhas, deputados e funcionários da Secretaria do Meio Ambiente discutiam os impasses e encaminhamentos para a política fundiária das ilhas em termos de uma redefinição dos limites do Parque e da criação de um projeto de lei que permite a ocupação urbana (e conseqüentemente de obras de saneamento e melhorias) em boa parte dos terrenos hoje considerados irregulares.

Como em muitos outros debates como esse, a polêmica do Delta aparecia nas diferenças de escala nos discursos. Os agentes da política ambiental defendiam tecnicamente a questão da preservação do Delta do Jacuí em termos da importância de suas águas e terras para Porto Alegre, para todas as bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul e para as águas da “União” (do país) e propunham o debate sobre como levantar recursos para a urbanização das áreas em torno das reservas (a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado ou o Governo Federal). Já a fala dos moradores, como não podia deixar de ser, reivindicava soluções para seus problemas mais urgentes e mais localizados, para quem quer que fosse governo, do município, do estado ou do país.

Mas uma frase repetida muitas vezes ficou soando em minha cabeça após a audiência. Os líderes comunitários valeram-se na reunião da significativa frase de que "quem bebe a água das ilhas não sai mais dali". Voltavam a minha memória frases como essa, ouvidas de muitos moradores das ilhas, que, no contexto do debate político, não deixavam de ter um sentido aparentemente dúbio. Água das ilhas ou da cidade? Da Prefeitura ou do Governo Federal? Água das ilhas, boa para alguns ilhéus, água poluída, ou contaminada, para os demais. Eu já ouvira mesmo, nas ilhas, em conversas sobre a coleta e armazenamento da água, a referência de algumas pessoas quanto à força das águas dos rios em relação à água do caminhão pipa do DEMA. Não ficava satisfeito com os argumentos do tipo "me criei a vida toda com essa água", perguntando como poderia ser boa a qualidade da água com a alta densidade populacional de ilhas como a Ilha Grande dos Marinheiros, perto da criação de animais ou mesmo da saída das fossas das casas, sem contar, claro com a já poluída imagem das águas do Lago Guaíba.

A resposta era de que nem sempre a água estava boa, e que havia formas alternativas de coleta de uma água mais "pura". Embora o principal abastecimento de água potável seja mesmo a água tratada que a companhia de água da cidade distribui em caminhões, muitas vezes a água coletada nos lugares mais afastados, no canal do rio, onde a água corre<sup>5</sup>, é considerada "mais pura" do que a água estagne, parada, armazenada nos tonéis após o abastecimento pelo caminhão.

No entanto, é em um contexto político que essa afirmação ganha força, pois beber a água da ilha significa uma pertença a um conhecimento partilhado pelos moradores que possuem essa mesma condição de vida na cidade, conhecimento que é assumido enquanto um "conhecimento local" (GEERTZ, 1997), fator de diferenciação cultural no meio urbano. Essa água que corre é freqüente também no discurso quanto à enchente, situação agravada pelo problema das fossas que transbordam, ou da contaminação por outras substâncias que, no entanto, é ressignificada pela força da água corrente que "limpa" o pátio e as casas, levando embora o Mal e a sujeira, marcando o

---

<sup>5</sup> Alguns até usam a técnica de ir de barco até o "meio" do rio, mergulhar um balde com uma pedra, bem fundo, para pegar água mais "de baixo". Depois a água é deixada "sentando" e então é fervida para beber.

recomeço de um ciclo. Expressões como essa são presentes em algumas narrativas que veremos a seguir. Não são apenas sistemas de crença que são acionados nessas narrativas, mas uma imagem do lugar das ilhas na Bacia Hidrográfica em relação ao contexto urbano (entre o que o rio traz e leva) que se expressa nesses saberes cotidianos.

Neste primeiro capítulo, busco apresentar como a pesquisa se desenvolveu, partindo de uma investigação sobre as fronteiras simbólicas na cidade pensadas a partir da água. Por outro lado, visou introduzir a problemática da tese, pensando quais as contribuições de uma Antropologia Urbana, ou de uma Antropologia das Sociedades Complexas Moderno-Contemporâneas para os debates contemporâneos sobre a problemática ambiental.

### **1.1. Território à beira d'água**

O Bairro Arquipélago, em Porto Alegre, é formado por 16 ilhas, circundadas pelas águas dos rios Jacuí, Gravataí, Sinos, Caí e pelo Lago Guaíba<sup>6</sup>. Elas encontram-se à entrada da cidade, à noroeste do centro da capital. Entre as chamadas “ilhas fronteiras”<sup>7</sup> do Arquipélago são as maiores e as mais conhecidas a Ilha da Pintada, a Ilha Grande dos Marinheiros, a Ilha das Flores, a Ilha do Pavão, a Ilha da Casa da Pólvora e a Ilha do Chico Inglês. No atual contexto urbano-industrial da cidade, algumas das ilhas têm parte de suas margens ocupadas por pequenas propriedades rurais, ou por grandes residências e clubes náuticos destinados ao lazer de classes economicamente privilegiadas (as chamadas “mansões” das ilhas), outras ilhas são ocupadas em maioria pelos casebres de classes populares de baixíssima renda. Grande parte de sua população é oriunda de um processo recente de ocupação, com a sua transformação em periferia urbana com condições de miséria e pobreza, ocupada por grupos vindos de periferias de cidades do interior do Estado e da Região Metropolitana de Porto Alegre. Em meio aos moradores das “vilas” nas

---

<sup>6</sup> Cf. a publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995.

<sup>7</sup> Em relatos de viajantes como Auguste de Saint-Hilaire (1820), Arsène Isabelle (1833) e Robert Avé-Lallemant (1858) as ilhas do Arquipélago são nomeadas como “ilhas fronteiras” ou “labirinto de ilhas”, “bacia semeada de ilhas”, expressões que denotam seu lugar quando observadas pelo viajante que chega à cidade pela via fluvial. (“Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre” op. Cit.)

ilhas, cuja presença do trabalho com lixo reciclável em galpões, pátios e nos transportes de carroças, caminhões, charretes e carrinhos é marcante, encontrei pontos de continuidade e de ruptura com as chamadas práticas “tradicionais” das ilhas, de pescadores, barqueiros e pequenos sítios rurais.

Enquanto investigava o caráter microcósico das ilhas e os significados locais atribuídos aos ritmos da paisagem local, que se expressavam no cotidiano e na memória dos moradores locais, tomava conhecimento igualmente do lugar significativo que esse território ocupa na política ambiental da cidade. As ilhas conformam uma área de proteção ambiental que há mais de trinta anos gera polêmica em torno da ocupação das áreas alagadiças do “Delta do Rio Jacuí”, que abrange um conjunto de ilhas e terras continentais numa área de aproximadamente 60km<sup>2</sup> em plena Região Metropolitana de Porto Alegre. Cerca de 90% da área do Delta do Jacuí constitui-se de banhados e terras alagadiças que costumam estar submersas durante as cheias dos rios, no inverno e na primavera, e que justamente possuem papel fundamental na regulação das cheias de toda a região hidrográfica e na manutenção de suas características ambientais como o clima e, principalmente, a qualidade das águas do Lago Guaíba. As ilhas do Delta do Jacuí são consideradas um imenso filtro natural, fundamental para a dinâmica hídrica que forma o Lago Guaíba<sup>8</sup>.

Em nome dessa importância para o ambiente físico da região, foi criado em 1976 o Parque Estadual Delta do Jacuí, com o objetivo de restringir a ocupação e o uso das áreas e canais de navegação do Delta. No decorrer de quase 30 anos, a não efetivação de um processo de implantação da reserva, de indenização de proprietários de terras e de regularização de ocupações, fez com que o zoneamento do Parque fosse revisto inúmeras vezes ao passar dos anos, até que o Parque fosse extinto, enquanto figura jurídica, em 2004 pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para transformar-se em Área de Proteção Ambiental, cuja ocupação e uso privado é permitido mediante determinadas normas a serem estabelecidas. Enquanto são travadas essas definições legais do uso do solo e das águas, os arranjos cotidianos da

---

<sup>8</sup> Parque Estadual Delta do Jacuí - Plano Básico Ambiental, 1979.

ocupação irregular do Arquipélago seguem provocando muito debate sobre o seu destino na paisagem local.

Em termos, portanto, de uma *meso-ética* (OLIVEIRA, R.C., 1996) presente às negociações entre visões de mundo e *ethos* (GEERTZ, 1978) locais face a essas novas orientações globais, estão muitos encontros, ou mesmo “confrontos” etnográficos, em que embora a discussão aparente seja a disputa pelo solo urbano, é a relação do solo com as águas da bacia o que une a todos sob o mesmo conflito de interesses, e o que separa a todos. Em reuniões que pude assistir do Poder Público com representantes das “comunidades” de moradores das ilhas, em manifestações, em eventos, mas, sobretudo, em muitos momentos em que estive com os ilhéus em situação de diálogo, gravando em vídeo, fotografando, ou simplesmente acompanhando suas ações cotidianas, os seus saberes com relação às “águas das ilhas” eram apresentados como fator de diferenciação e pertencimento a um “pedaço”<sup>9</sup> da cidade que está fora dela, pois se encontra na outra margem, e é ao mesmo tempo parte dela.

Antes mesmo de ouvir falar de qualquer “comitê”, “fórum”, “secretaria” ou departamento gestor de meio ambiente e da questão da água no Delta do Jacuí, a água se apresentou no trabalho de campo como um elemento ordenador das muitas representações sobre esse território. As primeiras imagens que produzi com a câmera de vídeo foram justamente os prédios da área central da cidade vistos das ilhas, emoldurados pelo azul do céu e das águas do Lago Guaíba, assim como o encontro da água com a terra nas margens das ilhas, de onde se tem esse ponto de vista. É a paisagem que se desvela na janela do automóvel, por trás do verde das ilhas, quando se chega à Porto Alegre vindo da Região Sul do Estado, cruzando as pontes que atravessam os canais do Delta do Jacuí, ou, antigamente, quando se chegava à capital pela navegação fluvial, passando pelas “ilhas fronteiras”.

A travessia das águas, portanto, quer seja pelas estradas, quer seja a bordo de embarcações, apresenta de imediato esse primeiro dado que marca

---

<sup>9</sup> Pedaço é uma categoria que Magnani (1984) utiliza para investigar os significados dos muitos territórios da cidade, que são justamente significados como pedaços de um todo maior, a cidade, reconhecidos a partir de códigos de vizinhança, e de redes de relações locais.

as ilhas como espaço vivido, a percepção de sua *ilheidade*<sup>10</sup> (MOLLES e ROHMER, 1982) enquanto conformadora de um território urbano, ou seja, como território de caráter microcósmino, cujas fronteiras simbólicas são reforçadas pela grande fronteira natural que a água desenha no seu contorno. Neste ponto, o conceito de *ilheidade*, aponta para a importância de se compreender a vida urbana portoalegrense sob o ponto de vista da travessia das fronteiras simbólicas que desenhano as fronteiras naturais do Delta do Jacuí como forma de conhecimento da própria cidade.

A forma inicial como abordei essas fronteiras simbólicas no meio urbano foi através do estudo da narrativa oral, da maneira como os moradores das ilhas partilhavam lembranças sobre a transformação de seu cotidiano em meio a essa paisagem e repensavam suas trajetórias na cidade a partir de suas narrativas em comum. Esse objeto consolidou-se por ser afirmado constantemente pelos narradores que conheci no trabalho de campo, em termos de uma identidade que lhes situava no contexto da cidade, mas também porque a questão da memória, da narrativa e da paisagem era, e ainda é, freqüente em meio ao trabalho diário com coleções de imagens em fotografia, vídeo, som e relatos literários sobre a cidade de Porto Alegre, reunidas pela pesquisa com acervos e pela produção etnográfica junto ao núcleo de pesquisa em antropologia BIEV - Banco de Imagens e Efeitos Visuais<sup>11</sup>. A escuta às narrativas dos moradores das ilhas, é, portanto, potencializada pela escuta de narrativas de outros moradores de outros territórios e outros tempos da cidade, pelas muitas imagens da cultura urbana a que tive acesso, que eram evocadas pelas imagens narradas por antigos moradores do Arquipélago.

---

<sup>10</sup> No original *iléité*, traduzido do francês por Diegues (1998), o conceito de *ilheidade* é proposto por A. Molles e E. Rohmer, enquanto uma fenomenologia do espaço, em “Labyrinthes du Vecu. L’Espace: matière d’actions.” (1982).

<sup>11</sup> O BIEV, Banco de Imagens e Efeitos Visuais, é financiado pelo CNPq e pela FAPERGS, é coordenado pelas Professoras Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, no âmbito do NUPECS, Núcleo de Pesquisa de Culturas Contemporâneas e do Laboratório de Antropologia Social, do PPGAS-UFRGS. O BIEV reúne coleções de imagens sobre a memória coletiva de Porto Alegre, tanto imagens pesquisadas em acervos, publicações, museus, quanto imagens produzidas pela sua equipe de pesquisadores em trabalho etnográfico, integradas através da pesquisa de novas formas de disponibilização do patrimônio etnográfico da vida urbana. Ver <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>.

Desde os primeiros diálogos e entrevistas que realizei com moradores das ilhas, as diferentes formas de deslocarem-se das ilhas para a cidade, e das margens do centro da cidade retornarem às ilhas marcavam a trajetória narrada não só de pescadores, mas também de empregadas domésticas, empregados de indústrias e do comércio, cozinheiras, papeleiros, lavadeiras e marceneiros de clubes náuticos do Bairro Navegantes, entre outros. Para alguns, a travessia da imensidão do Lago em um pequeno “caíco” a remo era narrada em meio a componentes heróicos pelo enfrentamento do frio, da força das águas, da escuridão da madrugada. Já outros narram os encontros no transporte coletivo, nas lanchas de passageiros, e atualmente no trânsito pelas estradas e pontes, nas linhas de ônibus. É o que narra João “Mocotó”, o barqueiro de 70 anos, sentado em seu barco de passeio, o “Princesa Daiane”, que construiu para levar muitos portoalegrenses a descobrirem o Guaíba e suas estórias:

#### **Mocotó (Ilha da Pintada, 1999)**

“Chama-se Ilha da Pintada. A ilha da Pintada. Por quê? Porque existia ali em cima um salãozinho de baile que foi feito por uma senhora, é, muito idosa, uma senhora idosa. Então ela inventou de fazer um salãozinho de baile. E essa senhora era toda sardosa, ela tinha muitas manchas, muito furadinho no rosto, né? Era uma mulher assim, simpática, mas era toda cheia de buraquinho no rosto. Então, nas lanchas de passageiros, que aqui o transporte era feito por intermédio de lancha. Não tinha ponte, não tinha nada. E então no transporte aqui era feito dentro da lancha um convite. - Hoje, Sábado, vai ter um grande baile na Ilha da Pintada. Ilha da Pintada porque aqui era, a Ilha não tinha nome, era ilha (...). Fim de semana juntava muita gente aqui pra, pra, pra ver a Ilha, porque começou a crescer, a Ilha começou a se levantar, sabe? E hoje é uma cidade, a Ilha da Pintada é uma cidade, né? Aí surgiu o primeiro ônibus que surgiu aqui pra fazer linha de passageiro. Um negrinho, grande, meio alto, chamava-se o Muçum, Negrinho Muçum que chamava, né? Então ele alugou um ônibus, daquele tempo do mil novecentos e daqui a pouco e ele botou a funcionar, a carregar passageiro. E foi indo, e foi indo, e foi indo e no fim ele tinha cinco ou seis ônibus fazendo linha, né? Começou a fazer uma linha de passageiro e o resultado, depois veio a Sopal, veio a Sopal, a Sopal entrou aí e tomou conta, né? Monopolizou sozinha o negócio aí porque botou uns ônibus melhor, e hoje é a linha da Navegantes, agora de 15 em 15 minutos sai um ônibus aí, daqui da Ilha e outro da, de Porto Alegre pra cá, se cruzam aí.”

Não é de hoje, portanto, que essa travessia é o grande atrativo das ilhas para turistas e moradores de outros cantos de Porto Alegre que experimentam a *ilheidade* a bordo dos barcos de passeio à navegarem pelo Guaíba. Realizei inúmeras dessas travessias, algumas na companhia de passageiros que viam as ilhas, do barco, pela primeira vez. Outras travessias realizei na companhia da tripulação do barco Princesa Daiane, conduzido por Mocotó, sua família e seus sócios. Como eles, há outros moradores na Ilha da Pintada que atuam no mesmo negócio, desempenhando competentemente o seu papel na promoção do consumo de uma imagem turística do seu local de moradia, orgulhando-se de pertencerem a tal paisagem. Foi um estranhamento que motivou o início de minha pesquisa etnográfica, os saberes e fazeres dessas pessoas, relacionados à experiência de habitar um centro urbano como Porto Alegre, a partir das ilhas, em um momento em que a capital do Rio Grande do Sul vive de forma muito menos intensa sua face portuária.

Como narra, aos 72 anos, Dona Laci, uma costureira e lavadeira aposentada, a vida em outra ilha do Arquipélago, a Ilha Grande dos Marinheiros, a superação das dificuldades colocadas pelo obstáculo da água marca a transformação da distância estrutural das ilhas em relação ao centro da cidade de Porto Alegre:

**Laci (Ilha Grande dos Marinheiros, 1999)**

“E... e era ruim de viver aqui, por que a gente, pra ir na cidade, tinha que ir de caíco, a remo, que aquele tempo nem motor tinha, e poucas lanchas também tinham, e agora não, agora é uma chuva de lancha, e tudo a motor. Naquele tempo era tudo a vara, ou então, pano. Era poucos motor que tinha. Vara é umas taquara, assim, uns pau grande, empurrando assim o barco. Ia até o fim do Caí, lá. Os coitado passavam trabalho. Aí depois já foi melhorando, foi, aumentando, aí depois já fez a ponte, aí já vinha os carros... o primeiro carro que piso aqui na ilha foi uma festa. Tudo ficou faceiro, que não se via carro aqui na ilha, né? Aí as lanchas pararam de visitar, porque, aí já fizeram a ponte do Rio dos Sinos, a ponte que passa o trem. Fizeram a barca, que passava os carros, né? Agora não, tem as duas pontes, agora tem tudo. (...) A luz veio há pouco tempo, o quê que faz, cinco anos pra cá, veio luz, pra nós. Mas era escuridão. E assim nós fomos criando, tinha muita plantação, nós plantava, e tinha gente que criava gado,... e levava o leite pra cidade, né? Nos barquinhos a remo, depois mais tarde apareceu aquele motorzinho de centro e tal, e assim ia indo. E uns era, cortava lenha, outros cortava taquara, pras chácaras. Aí tinha que limpar aquelas taquaras tudo e fazer folha assim de taquara, pra levar pro outro lado, que lá do outro lado tem chácara, de plantar tomate, de tudo, feijão... tem feijão aqui do tempo da vara. E lenha também, muita

lenha saía pra lá também. De primeiro era muito difícil, né? Carne, vinha assim, os açougueiros de caíco, trazia a carne e vendia, de pedacinho, tudo soltinho já. Até a gente comprava, e... encostava nos trapiche, vendia ali e comprava. E quando não era carne era pão, o padeiro também. Agora não. Agora tem tudo. E as vendas era lá um butequinho, muito fraquinho, que muito, que tinha. Do contrário tinha que buscar na cidade. A gente passou muito trabalho.”

Escolhi esses dois relatos sobre as ilhas para iniciar uma apresentação do ambiente do Delta do Jacuí, porque situam as duas principais ilhas onde centrei o trabalho de campo, a Ilha Grande dos Marinheiros e a Ilha da Pintada, em relação à cidade de Porto Alegre e sua Região Metropolitana, a partir das práticas cotidianas de seus moradores, sobretudo, nas formas de deslocamento. Configura-se já uma idéia desse ambiente entendido como ambiente técnico-cultural (LEROI-GOURHAN, 1975), que é conhecido e reestruturado a partir do deslocamento de populações em seus territórios, e pela forma diferente de seus moradores “morarem de uma mesma maneira” (MAGNANI, 1984) na cidade.

Embora, de uma forma geral, essa marca das águas no seu cotidiano possa ser entendida como fator fundamental de diferenciação no meio urbano, é preciso entendê-la em suas diferentes formas. Em períodos de cheia dos rios e de enchentes a água une todos sobre o encanto com a dinâmica cíclica do ambiente do Delta, e a dificuldade de enfrentar o mesmo cotidiano de navegar pelas ruas alagadas e salvar a casa, os bens e a saúde da água que toma conta das ilhas. Mas no resto dos dias, para alguns, a proximidade com a água é parte fundamental do seu modo de vida, transitando pelo espaço entre o pátio com a casa erguida sobre palafitas, a estrada que liga os terrenos costeiros à ponte e às estradas, e a margem do rio onde se encontra uma embarcação. Para outros, vivendo mais próximo das estradas do que da margem, a água se mostra presente no terreno alagadiço, na constante necessidade de aterramento da água que parece brotar do solo da ilha, ou nos sistemas de coleta e armazenamento da água, seja ela abastecida diretamente do rio, seja através de caminhões “pipa” que distribuem a água potável aos moradores. Para alguns com maior poder aquisitivo, a água é espaço de lazer e de apropriação do “natural” em plena Região Metropolitana.

Descriverei um pouco dessa ocupação diferenciada, e como fui tomando conhecimento dela e me inserindo em algumas das redes de relações entre papaleiros, pescadores, moradores antigos, e outros<sup>12</sup>. Mas o que proponho desde já é pensar a ocupação das ilhas como diretamente inter-relacionada ao processo de surgimento de um centro urbano em meio a esse ambiente, e ao desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, tanto em termos da parte em relação ao todo (as ilhas em relação à Região Metropolitana), quanto em termos das ilhas entre si. Para tal, é preciso romper com a construção de um isolamento que é presente na memória oficial da cidade, que tende a apresentar os atuais conflitos de ocupação do Delta do Jacuí como a perda de um equilíbrio idealizado entre uma comunidade e sua natureza em torno<sup>13</sup>.

Da mesma forma, coloca-se o desafio de acompanhar alguns desses moradores movendo-se entre diferentes formas de relação com esse ambiente, que não se reduzem a sua condição social ou suas práticas econômicas, pois dizem respeito a sua própria constituição como sujeitos na cidade.

## 1.2. Rio ou lago?

### **Mocotó (Lago Guaíba, 1998)**

“Ontem ainda a gente estava fazendo passeio, as pessoas estavam dizendo – *Bah*, é a primeira vez que passo por aqui! Então a gente está ciente de que o portoalegrense, setenta por cento do portoalegrense não conhece o Rio Guaíba.”

Mocotó fazia essa afirmação durante o primeiro passeio que realizamos pelas ilhas, em 1998, a bordo do seu antigo barco Conesul, na companhia de sua tripulação e de colegas de pesquisa da universidade. Embora já conhecesse Mocotó através da edição de um documentário sobre as memórias

---

<sup>12</sup> Com os proprietários das mansões das ilhas, pertencentes às altas camadas sociais da cidade, com as quais a observação participante nem sempre é viável como aproximação, apresento essa dimensão do conflito em imagens, nas seqüências em vídeo que mostram esses "enclaves fortificados" (Caldeira, 2000) na margem do Lago Guaíba, e em alguns anúncios de recentes empreendimentos imobiliários que vendem justamente esses novos estilos de vida, no Delta do Jacuí e também na Zona Sul da cidade.

<sup>13</sup> Parque Estadual Delta do Jacuí – Plano Básico Ambiental, 1979.

dos freqüentadores e trabalhadores do Mercado Público de Porto Alegre<sup>14</sup>, considero este percurso a bordo do seu antigo barco Conesul o começo do meu trabalho de campo nas ilhas, pois este serviu como a minha própria iniciação na metodologia de pesquisa etnográfica<sup>15</sup>. O trajeto, escolhido por Mocotó, não fazia o percurso usual dos passeios turísticos, que é mais curto e costuma durar no máximo uma hora. Aproveitando a oportunidade de gravar um documentário em vídeo, Mocotó nos conduziu durante um dia inteiro pelas águas do Guaíba e pelas ilhas, realizando algumas paradas em lugares não acessíveis por terra. Enquanto Mocotó narrava momentos de sua trajetória social, nos apresentava algumas ilhas e canais e seus mitos de fundação, que formam esse “Rio Guaíba” navegável, tão diferente do que é visto da margem do Cais de Porto Alegre, de onde partimos.

Enquanto passávamos pela margem das ilhas e a antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha entrevistava Mocotó, eu gravava o que podia com a câmera, afoito, transitando de um canto a outro do barco, não querendo perder cada novidade que se apresentava enquanto o barco se deslocava. Uma casa à beira da água, os prédios de Porto Alegre encobertos pelo mato das ilhas, o canal da Maria Conga com vegetação dos dois lados, os pássaros, os barcos que passavam. Seguia justamente o ponto de vista de quem fazia pela primeira vez esse percurso, o portoalegrense que não conhece o Rio Guaíba. A gravação em si ficou uma coletânea de imagens exóticas das ilhas, e alguns bons planos de Mocotó conduzindo o barco, apontando para os lugares dos quais falava. Ao ver a fita gravada, ouvindo a narrativa de Mocotó, as imagens não coincidiam com o que havia escrito no diário de campo, muito menos com o que o narrador contava. As imagens que ficaram na lembrança desse passeio se aproximavam mais do ponto de vista do barqueiro, mantendo-se

---

<sup>14</sup> Trata-se do documentário "Memórias do Mundo", dirigido por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Maria Henriqueta Satt, financiado pelo FUMPROARTE da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 1997.

<sup>15</sup> O método etnográfico é o que caracteriza o lugar do conhecimento antropológico em relação às demais ciências humanas. O trabalho do antropólogo, conforme C.Geertz (2002), consiste na escrita etnográfica de descrições, análises, sistematizações e comparações com outras etnografias, feitas a partir da observação participante (MALINOWSKI, 1979) da vida social dos grupos pesquisados. Participando das atividades cotidianas, e em situação de diálogo com indivíduos que assumem o lugar de informantes na pesquisa, realiza-se um constante exercício de reflexão (por parte do antropólogo e do Outro) sobre a produção da diferença social e cultural no mundo contemporâneo. Neste trabalho, além do método etnográfico clássico, utilizou-se recursos audiovisuais como instrumentos de pesquisa de imagens e de produção de imagens etnográficas.

imóvel, no barco em movimento, deixando que a paisagem desloque-se à sua frente, se deixando navegar pelo rio.

Realizei muitos outros trajetos de barco em torno das ilhas, e cada vez mais vi reforçada a imagem do rio, apresentando as ilhas através do seu contato com as águas, ou seja, a partir de suas margens, contrastando bastante com a nomenclatura oficial do Guaíba, que é tido como um lago. Segundo o Glossário Internacional de Hidrologia da ONU<sup>16</sup> um lago é uma “massa de água continental de tamanho considerável”, enquanto que um rio é um “grande curso de água que serve de canal natural de drenagem a uma bacia hidrográfica”. O Guaíba é um lago que não deixa de ter as características de rio, na medida em que é uma grande massa de água formado pelo “encontro das águas”<sup>17</sup> de muitas bacias hidrográficas, e porque possui canais de navegação. Sem entrar nas especificidades dessa nomenclatura, que é ainda mais complexa em termos hidrológicos<sup>18</sup>, pretendo explorar essa controvérsia do “Rio que não é rio”<sup>19</sup> etnograficamente, utilizando as imagens de lago ou de rio como formas diferentes de representação de um ambiente técnico-cultural (LEROI-GOURHAN, 1975), a partir de como ele é conhecido pelos habitantes de Porto Alegre.

Retomando o passeio com Mocotó, trago a imagem desse trajeto que apresenta o rio, como uma primeira forma de apresentar as ilhas. A partida do Cais do Porto da cidade já comporta essa adesão ao caminho do rio, na medida em que o barco vai lentamente contornando a margem da zona central

---

<sup>16</sup> <http://webworld.unesco.org/water/ihp/db/glossary/glu/HINDPT.HTM>, último acesso em 14/01/2007.

<sup>17</sup> É o que o nome *Guayba* significa em Tupi-Guarani (Porto Alegre, 1995).

<sup>18</sup> Em 1957, no livro “O Rio que não é rio” (Assis, 1960) o jornalista Kleber Borges de Assis investigava essa polêmica em torno do Guaíba: “Final, o que é o Guaíba – essa grande massa de água que enlaça e enfeita a capital gaúcha? É um lago ou estuário? Ou é um penelago ou uma ria? Ou ainda, é um rio?” (Assis, 1960, p.03)... “estuário – diz o *Dicionário* – é uma forma de desaguardo de um rio no oceano, oposto ao delta, que aparece geralmente constituído por vários braços... os lagos são depressões do solo produzidas por causas diversas e cheias de água confinada... alimentados por um ou mais rios afluentes... a *ria* é aquela originada de uma imersão do litoral com a conseqüente invasão do mar nos vales modelados pela erosão fluvial... Penelago é o mesmo que lagos residuais ou litorâneos, isto é, são bacias lacustres que se individualizaram... Rio é uma concentração líquida resultante da concentração do lençol d’água num vale.” (Assis, 1960, p. 15 à 17). Sem encerrar a questão, o jornalista não se detém numa única definição, levando além a polêmica ao falar dos canais de navegação do Guaíba que poderiam ser considerados “um rio dentro do Guaíba”, cuja dragagem para facilitação da navegação de grandes embarcações comerciais era defendida por alguns geógrafos. (Assis, 1960, p. 40).

<sup>19</sup> idem.

da cidade, até passar sob a ponte do Guaíba para afastar-se da margem continental. Contornamos então a Ilha do Pavão, passando entre esta e a Ilha Grande dos Marinheiros, pelo Canal Furado Grande. Já não eram mais os prédios da cidade que se via, mas a referência ao urbano ainda era forte, tanto nas pontes onde o trânsito é intenso, quanto nas margens dessas duas ilhas, alternando o verde das matas com as habitações construídas com madeira, papelão, lona e zinco dos moradores dessas duas ilhas, em maioria conhecidos pela atividade com lixo reciclável, acumulado nos pátios das “maloquinhas” que Mocotó nos mostrava como algo que estava em descompasso com o rio e a cidade que queria nos mostrar.

“Está se terminando nosso Porto Alegre”, ele dizia, não apenas ao passar por essas duas ilhas, que geralmente são evitadas pelos passeios turísticos, mas também ao comentar a pouca quantidade de embarcações por todo o trajeto que fizemos, ou a poluição das águas. Tanto o Canal Furado Grande que liga o Guaíba ao interior do estado, quanto o Cais do Porto já foram “uma plantação de navios”, que ele gostava de ficar observando, em sua movimentação de todos os tipos de barcos, dos “caícos” a remo dos pescadores aos navios grandes vindos de outros países<sup>20</sup>. A paisagem do rio evocava, portanto, descontinuidades temporais, outros tempos nas águas, na medida em que falava de suas aventuras subindo os rios que chegam ao Jacuí, em direção a outras regiões do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, trazia algumas das narrativas sobre as ilhas que percorremos a partir de sua relação com Porto Alegre, separadas pelo rio, e em função do rio.

Seguindo o trajeto do passeio, saímos do Canal Furado Grande, passando pela parte desabitada da Ilha do Chico Inglês, vendo novamente os prédios do centro de Porto Alegre serem encobertos pelo mato das ilhas.

---

<sup>20</sup> No auge de sua atividade, o Cais do Porto em 1957 apresentava mais de 3 milhões de toneladas transportadas, com a circulação de 32.291, barcos a maioria de navegação fluvial e lacustre, com 1.937 embarcações de longo curso e cabotagem, com a presença de mais de 300 navios estrangeiros. Um dos motivos que se apresentam para a decadência desse sistema de transporte é o fato de que os canais de navegação do Guaíba permitem apenas embarcações de baixo calado. Cerca de 60% dos navios que navegavam em 1957 tinham calado superior ao permitido pelos canais de navegação, logo, andavam com metade da carga, ou vazios, além de não locomoverem-se com rapidez. Progressivamente, as grandes embarcações deixariam de ir até o porto da Capital, retendo-se ao Porto de Rio Grande. (Assis, 1960). No entanto, o Cais do Porto ainda funciona, tendo suas atividades comerciais transferidas em 2004 para a parte norte do Cais, próximo à ponte, deixando a parte mais antiga do Cais do Porto reservada para projetos culturais e turísticos.

Passando pela Ilha do Chico Inglês, a natureza do lugar se apresenta com mais força, nas árvores enormes repletas de biguás, ave típica do ecossistema local, que em seu vôo se alternavam entre os galhos e as águas. A partir desse ponto, a narrativa de Mocotó tomava outro rumo. Fazia alusão a barcos e tesouros submersos nessas águas, até nos contar o relato sobre a Ilha da Casa da Pólvora, a qual chegamos em seguida. A Casa da Pólvora é uma antiga construção militar, em forma de torre, que guardava a pólvora longe da cidade, para evitar explosões, mas que também evoca outras narrativas pela sua presença em uma ilha praticamente desabitada, em local inacessível por terra.

#### **Mocotó (Lago Guaíba, 1998)**

“Quando nasceu Porto Alegre eles traziam aquelas pessoas que faziam um crime meio bárbaro, um estupro, uma coisa assim, eles traziam a pessoa pra cá e cortavam a cabeça do cara. Ali tem um poço, 40 metros lá pra baixo. Tinha uma guilhotina, eles cortavam a cabeça e entregavam o corpo pras pessoas sepultar, né? E a cabeça ficava aí. Eu tinha um tio que estudava essas coisas. Eles encebavam as cabeças e botavam nas galerias e botavam os nomes, e botavam nas galerias. E em 41 deu aquela enchente e a enchente invadiu o poço e quando a água baixou acharam de melhor não reativar aquilo ali. Mas muito antes eles levaram aquilo ali pra Igreja das Dores, ali tem um quadrado de cimento ali, mataram uma porção de gente ali. ... Então chamavam a atenção do povo e cortavam a cabeça e mandavam o corpo pros familiares. Então eu mexo com a gurizada quanto eu tô no passeio por aqui, Aqui tem os piratas sem cabeça que dão risada a noite inteira. Sem cabeça dando risada... Então as crianças acreditam, né?”

Em sua performance narrativa, Mocotó brincava com nossa surpresa, na descoberta da ruína dessa construção, verdadeira epifania de outros tempos e imagens relacionadas ao ambiente do rio. Hoje a ruína foi transformada em um museu de história natural, como parte dos projetos de preservação ambiental das ilhas, servindo de ponto de parada obrigatório para os novos navegantes pelas águas do Guaíba, oferecendo informações sobre flora e fauna do Delta do Jacuí. Na época do passeio, o museu era ainda um projeto, e a ruína estava mais próxima do ambiente que Mocotó apresenta nas suas narrativas. Tais relatos são próximos das histórias de outros narradores das ilhas<sup>21</sup>, que trazem um componente fundamental dessa relação das ilhas com a cidade, através

---

<sup>21</sup> Ver capítulo 6.

das águas do rio: a *liminaridade* (TURNER, 1974) que a porção de espaço natural formado de mato, de água, de animais, de sons, de luzes, apresenta na transição do ambiente urbano para uma dimensão microcós mica das ilhas, presente à memória coletiva da cidade.

Seguindo a navegação, paramos justamente na casa de um dos poucos moradores da ilha da Casa da Pólvora, que é o caseiro das ruínas que viraram o museu. Morando em uma pequena casa, criando alguns animais, uma pequena horta e dependendo do barco para a sobrevivência da família, nos falava do seu conhecimento daquela ilha, nos seus encontros casuais com caçadores que tinha por obrigação orientar e afastar do lugar, mas também das aparições de serpentes gigantes, de bichos estranhos, de manifestações sobrenaturais que colocavam sua casa no limite do espaço domesticado com a natureza abundante do lugar<sup>22</sup>.

Era esse conhecimento desses espaços liminares que Mocotó acionava durante a navegação pelo rio, narrando outras histórias ao longo do trajeto do barco em que as imagens de figueiras na beira dos rios, animais estranhos, assim como aparições de embarcações antigas e correntes douradas que iam até o fundo do rio mostravam uma natureza fantástica nesse ambiente, em que as próprias ilhas “têm vida”:

**Mocotó (Ilha da Pintada, 1999)**

“Não, mas a ilha tem vida, né? Tem vida porque ela cresce, né? Só que a água vai tirando, vai tirando, vai passando o costado dela assim, né? Vai desmanchando, mais ela vai crescendo. Enquanto tiver dentro d’água... Como tem a Ilha do Macaco, em frente à Ilha do Chico inglês, essa ilha ali, faz uns vinte anos mais ou menos, ela começou... veio uns toco de pau, veio água abaixo, veio um salsero, uma árvore...e trancou no chão. E ali foi se juntando areia em volta dela, em roda dela, em roda dela. E hoje, é uma ilha enorme, né? E não tinha nome... nós é que botamos o nome da Ilha do Macaco, porque tinha um neguinho ali no cais, ali, trabalhava no cais e... e esse neguinho não tinha onde morar, então ele fez um, um...em cima de um galho de pau, lá, ele fez uma tranquera de taquara, aquelas coisas ali, né, e fez uma choupanazinha pra ele morar ali. Aí depois começou a aparecer a terra e ele fez uma casinha de madeira, ele trazia tábuas lá do Cais, pegava assim, pegava dentro d’água... a ilha começou a, ela tem que crescer, porque ela cresce, porque areia, o cascalho, tudo tem vida. Porque senão não existia mais areia nem cascalho, né? É que tu tira areia do fundo, tu tira areia da água assim e bota assim pra terra, ela morre. Ela tem vida...”

---

<sup>22</sup> Idem.

Ouvi outras narrativas de moradores das ilhas, que as apresentam em sua face móvel, como ilhas flutuantes “em cima d’água”<sup>23</sup>, com margens que vão transformando-se ao longo das estações do ano e ao longo dos anos, crescendo ou diminuindo. Tais representações podem ser, de imediato, interpretadas como desconhecimento da dinâmica do ecossistema e do impacto sobre as margens da erosão e o desmatamento, por parte de técnicos da área de meio ambiente. No entanto, trago aqui essas representações como fundamentais para compreender que as ilhas são representadas como espaços em transformação e constante re-fundação como território habitado, em que casas são construídas, deslocadas e abandonadas, terrenos são ocupados, aterrados e novamente alagados, acompanhando essa instabilidade do ambiente. Essa instabilidade faz parte do ambiente do rio, na medida em que conhecê-lo significa deslocar-se por ele e, portanto, deslocar-se no tempo.

Essa dinâmica “natural”, ou naturalizada, de ocupação das margens dos rios pode ser acrescida, no entanto, de novas formas de conhecimento desse ambiente. Seguindo ainda o passeio de barco escolhido como fio condutor dessa descrição etnográfica, saímos então da Ilha da Casa da Pólvora pelo Canal da Maria Conga, tendo a Ilha das Flores na margem oposta, cuja parte inicial segue as imagens que víamos até então, de mato dos dois lados, aves, e uma ou outra casa de palafita semelhante a do morador da Ilha da Casa da Pólvora. Mas logo essa paisagem idílica era interrompida pela presença de *jet ski’s*, lanchas com motores barulhentos, praticantes do ski aquático, e nas margens aos poucos se mostravam as construções de clubes de esportes náuticos, e finalmente as “mansões” dos “ricaços” a que Mocotó e sua tripulação se referiam como invasores que estavam “tomando conta” das ilhas, construindo muros e privatizando a beira das ilhas. A partir desse pedaço do caminho, essas habitações se sucediam tanto na margem da Ilha das Flores, quanto na outra margem já então de um dos braços do Rio Jacuí, uma parte continental do Delta do Jacuí que pertence ao município de Eldorado do Sul, e que se liga finalmente à Ilha da Pintada, onde reside Mocotó.

A parte final do trajeto percorria a Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, a margem da Ilha da Pintada, habitada por pescadores e barqueiros como

---

<sup>23</sup> Ver capítulo 6.

Mocotó e sua família. Mas já se anunciava ali a continuidade desta “privatização” da margem da ilha, com a construção de outras grandes residências e marinas de lanchas a motor na continuidade da execução de melhorias na rua, como a colocação do asfalto, que pude observar posteriormente. A melhor urbanização da ilha, comporta uma lenta mudança nas camadas sociais que passavam a se interessar por esses espaços, em que a dotação de infra-estrutura acaba tendo continuidade na substituição igualmente das moradias por outros tipos de construções.

Embora essas outras formas de apropriação das margens possam também consumir essa imagem exótica do rio navegável e da cidade de águas, já elaboram de outro jeito a combinação entre dispositivos técnico-culturais (muros, grades, marinas particulares) e usos da margem em que a sociabilidade ocorre de forma bem mais restritiva.

Surgia então a face do lago, cercado de terra, ou de cidade por todos os lados, pois diferentemente das pequenas habitações de pescadores pelas quais passamos, o limite da água não era mais a terra, o barro, mas o concreto, e o que se antevia agora atrás das casas não era mais o mato, mas a estrada, e o automóvel.

### **1.3. Arquipélago ou Delta?**

A ligação das ilhas com a Região Metropolitana de Porto Alegre através da travessia de pontes e estradas que ligam a região ao sul do estado é considerada como a responsável pela transformação do “padrão de ocupação” (METROPLAN, 1999) das ilhas, e pelo impacto ambiental sobre seus territórios. Seguir esse raciocínio simples, no entanto, seria aderir à oposição natural/construído, campo/cidade que se pretende ultrapassar neste trabalho. Seria tomar as conseqüências como causas, na medida em que os terrenos alagadiços das ilhas, antes de terem a importância e a valorização que passam a ter hoje, se apresentavam como obstáculo à expansão das atividades comerciais e industriais da região, pelo tempo de deslocamento de mercadorias por via rodoviária que se fazia necessário<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Ver capítulo 5.

Boa parte do trabalho de campo foi realizada justamente em deslocamento por terra, de carro, de bicicleta, a pé, mas sobretudo de ônibus, saindo da zona central da cidade e percorrendo os 10 km que a separam das ilhas. O campo inicia já no terminal de ônibus metropolitanos da Praça Rui Barbosa, onde vou observando passageiros já familiares, encontrando conhecidos, iniciando conversas informais, me informando sobre as novidades entre grupos das ilhas. À medida que o ônibus “Ilha da Pintada”, vai percorrendo grandes avenidas da cidade, a Voluntários da Pátria e a Farrapos, cruzamos o Bairro Navegantes, onde muitos moradores das ilhas costumam embarcar. Nesse bairro, situam-se escolas públicas, postos de saúde e outros serviços públicos que, embora estejam atualmente presentes em algumas ilhas, são constantemente utilizados pela sua população. Assim que o ônibus sobe a ponte enxerga-se a imensidão do Guaíba e o verde das ilhas, a cidade ficando para trás, e um trânsito de pedestres e carroças que contrasta com os automóveis que partem para a estrada. Os próximos pontos de parada do ônibus são como uma parada na auto-estrada, embora estejamos ainda em um bairro de Porto Alegre.

A primeira ilha que se atravessa pela ponte é a Ilha do Pavão, onde estão, nas suas duas pontas dois clubes náuticos, o São João e o Grêmio Náutico União, tradicional clube de remo da cidade. Ao longo da estrada, está o ICM, órgão de fiscalização de entrada e saída de mercadorias da cidade transportadas por caminhões. Mais próximo da ponte sobre o Canal Furado Grande, vê-se inúmeras habitações de madeira, zinco, lona e papelão, com cavalos pastando nos quintais, crianças correndo, pessoas separando material para vender do lixo que trazem da cidade de carroça ou puxando carrinhos feitos de estrutura metálica. Ficam todas ao longo da margem do canal, e embora pareçam à primeira vista ocupações recentes, pela fragilidade das casas, elas evocam outras ocupações na forma de “vilas”, ou favelas, tantas vezes removidas dessa ilha, que são retomadas nas trajetórias de moradores dessa e de outras ilhas<sup>25</sup>. A atividade com lixo reciclável está relacionada ao lixão que a Prefeitura de Porto Alegre manteve no solo dessa ilha até a metade

---

<sup>25</sup> Ver capítulo 7.

da década de 1970, quando iniciaram as políticas de proteção ambiental da região.

A comunidade que se vê ao longo da estrada na ilha seguinte, a Ilha Grande dos Marinheiros, também tem no trabalho de catação e separação de lixo sua principal atividade. Os terrenos são mais densamente ocupados, alternando-se entre armazéns, oficinas, casebres, casas de palafita, galpões, que formam a chamada “vila” de papaleiros e carroceiros, onde também residem famílias de pescadores, costureiras, empregadas domésticas, trabalhadores assalariados, donos de armazém, etc. Mas o cenário coloca em destaque o trabalho com lixo, nos pátios, nas ruas, nos meios de transporte. Esse cenário estende-se ao longo da estrada, acompanhando a ilha seguinte, a Ilha das Flores, a mesma ilha que, vista a partir do barco, é tomada em sua margem por residências de alto padrão aquisitivo e clubes recreativos, que não são vistos da estrada.

Cruzando mais uma ponte, chega-se a uma parte continental do Delta do Jacuí, pertencente ao município de Eldorado do Sul. Após essa última ponte, sai-se da estrada por um caminho que cruza sob a ponte, rumando-se em direção à Ilha da Pintada. Novamente, são as casinhas de madeira, os barracos de papelão, que se sucedem agora rente à estrada, e a beira de um banhado, em um contraste imenso com o outro lado do asfalto que é tomado pelos muros das grandes residências, guardadas por seguranças armados, alarmes, enormes portões. Cruzando uma pequena ponte de pedra, entra-se finalmente na Ilha da Pintada, que por terra, se parece com uma pequena cidade logo que se chega, pois se vê uma igreja, uma escola, um pequeno comércio, e os fundos da Colônia de Pescadores Z-5, formando uma espécie de praça e de centro administrativo da ilha. Por essa localidade estão novos condomínios residenciais, e antigas residências a beira d’água, de famílias de classe média, algumas relacionadas às atividades comerciais como as bancas de peixe do Mercado Público de Porto Alegre.

Dobrando à esquerda, tem-se acesso finalmente à margem do Guaíba, na rua onde mora Mocotó com sua família, assim como outros barqueiros e pescadores. Seguindo por essa rua, antigamente de terra, e atualmente asfaltada em boa parte, ainda vê-se algumas casas de palafita e as pessoas vivendo um cotidiano entre a casa, a rua, e a margem do rio. No entanto, novas

residências muradas e gradeadas, algumas marinas particulares que guardam lanchas de passeio e outras construções apresentam já uma transição nas formas de ocupação dessa rua, que possui uma das vistas mais privilegiadas de Porto Alegre. E chegando ao final da rua, no Estaleiro Mabilde, hoje de propriedade da Marinha do Brasil, faz-se o contorno e chega-se a uma outra rua, essa sim, mais parecida com o trajeto pelas estradas que cruzam as ilhas, densamente ocupada por casas de madeira, alguma próximas dos banhados, outras já em terreno aterrado. A ilha da Pintada ainda encontra-se com outra ilha, a Ilha Mauá, acessível por uma pequena ponte para pedestres, onde hoje funciona a sede administrativa do Delta do Jacuí.

Esse deslocamento por terra já nos traz outra imagem do Arquipélago diferente do caminho sinuoso da água, pois forma uma imensa linha de fuga, partindo do centro de Porto Alegre, ou a ele retornando, contornando o lago, que muitas vezes, nem mais é visto, dependendo de qual parte do trajeto se percorra. Por terra vê-se que aquela *ilheidade* inicial a que nos referíamos, não é vivida de imediato e da mesma forma. Da janela do carro, ela se assemelha mais ao que o historiador Alain Corbin (1988) se refere como o fenômeno da “busca da orla” associado a determinados estilos de vida que buscam na Natureza, nas praias paradisíacas e nos paraísos naturais um refúgio dos males da “vida mental” (SIMMEL, 1979) da metrópole.

Embora esse atrativo da orla do lago seja evidente na lenta transformação de suas margens em área valorizada no mercado imobiliário da cidade, não pretendo seguir a oposição simples do conflito na forma como ele se apresenta entre “ricos” e “pobres”, na fala de muitos informantes. Apesar do conflito, ou por causa dele, poderia dizer que todos os atores envolvidos partilham da opinião de que as ilhas são territórios privilegiados na Região Metropolitana, em termos ambientais.

Essa posição ambígua das ilhas no contexto urbano apresenta uma contradição que é fundamental para romper com a idéia muitas vezes difundida de que já houve um dia um equilíbrio entre uma comunidade de nativos das ilhas com esse ambiente, quando o que se constata é que boa parte de sua ocupação consiste de pessoas que optaram pelo seu ambiente diferenciado como local de residência na cidade.

A família de Mocotó, a primeira que conheci nas ilhas, fornece um bom exemplo de como essas contradições se apresentam. Entre 1998 e 1999, realizei várias incursões a campo na companhia de colegas de pesquisa, gravando em vídeo o cotidiano de Mocotó na ilha como contraponto à figura do barqueiro contador de estórias, que ele assume durante os passeios de barco. Apesar de Mocotó se apresentar como morador da Ilha da Pintada desde os seus oito anos de idade, em suas narrativas conta de suas andanças pelo município de Charqueadas como jogador de futebol, do trabalho com "carreto" pelos bairros de Porto Alegre e outras profissões até adotar a atividade de transporte de passageiros pelo rio como parte de sua formação como aventureiro.

Morando à beira do Guaíba, Mocotó montou uma espécie de oficina na beira da água, um estaleiro improvisado, um amontoado de ferro e madeira, no qual pude acompanhar a construção, entre 1999 e 2003, de dois enormes barcos de passeio e finalmente de uma sonhada casa flutuante. Da mesma forma, seus filhos, que em 2005 ainda tocavam adiante o seu negócio, viveram em sua trajetória a experiência do trabalho na cidade, como Neuza, sua filha, que trabalhava como empregada doméstica até fazer parte da tripulação do Barco Princesa Daiane. Ao mesmo tempo fui tomando conhecimento da fama negativa de Mocotó entre outros moradores da Ilha da Pintada devido à lógica informal como se estabeleceu à beira do rio e conseguiu fazer frente às famílias ditas mais "tradicionais" da Ilha da Pintada que atuam no mesmo ramo de passeios de barco. No entanto, mesmo tendo uma posição de *outsider*<sup>26</sup> (ELIAS, 2001) em meio a sua comunidade, em relação às demais ilhas, em sua fala se situava como um morador *estabelecido* do bairro, ao contrário dos recentes ocupantes da beira da estrada na Ilha Grande dos Marinheiros e na Ilha do Pavão, estigmatizadas por suas condições de miséria e pobreza em meio à sua população.

Portanto, entre 1998 e 1999, realizei algumas incursões pontuais às ilhas, principalmente à Ilha da Pintada, acompanhando o cotidiano

---

<sup>26</sup> Refiro-me à relação que Norbert Elias (2001) investigou, entre relações de vizinhança, entre os "estabelecidos e os outsiders", que dá nome a uma pesquisa realizada em uma pequena comunidade européia em que antigos moradores discriminavam os moradores mais recentes, acusando-os de trazerem a corrupção e a crise à sua localidade, escamoteando tensões internas de uma sociedade bem mais heterogênea do que a imagem comunitária representava.

especificamente de uma família para a produção do documentário "O Barco dos Sonhos", sobre as histórias e o cotidiano do barqueiro Mocotó e seus familiares. Apesar da pesquisa para este documentário ter sido finalizada em 2000, continuei mantendo contato com esta família até o ano de 2004, mas a investigação nas ilhas foi sendo acrescida de novos pontos de vista.

A partir de 1999, estabeleci um contato maior com alguns moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, que iniciou com uma oficina de vídeo documentário para adolescentes moradores do local, cujo resultado foi o documentário "Ilha Assombrada: realidade ou ilusões?"<sup>27</sup>. Durante um ano, participei do grupo de professores da oficina<sup>28</sup>, ministrada pela equipe de pesquisa do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, núcleo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em que trabalhava, ainda enquanto estudante de Comunicação Social da UFRGS. Os alunos da oficina eram adolescentes, três meninos e quatro meninas entre 15 e 18 anos, moradores da vila que se concentra à beira da estrada e das pontes que ligam as ilhas ao continente. Ainda estudantes, os alunos que se dedicaram durante nove meses às atividades da oficina viam nessa oportunidade uma forma de continuarem investindo em uma formação pessoal escolar, ainda que suas famílias já começassem a requisitá-los para as redes de trabalho recorrentes na ilha<sup>29</sup>. Sua maior resistência inicial ao projeto era a proposta de realização de um filme sobre sua comunidade de origem. Os terrenos onde o lixo trazido pelas carroças é separado, ou até mesmo as ruas e casas da vila eram constantemente evitadas nos seus primeiros enquadramentos. Ao invés disso, nos conduziam para seus espaços preferidos, na beira da água, no mato, nos espaços menos habitados da ilha. Já a proposta de abordar um repertório de narrativas locais foi prontamente aceito e desenvolvido pelos alunos.

---

<sup>27</sup> Cf DVD 1 que acompanha a tese

<sup>28</sup> Meus colegas de trabalho eram a Professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, coordenadora do núcleo de pesquisa da UFRGS que possibilitou a realização da experiência, além de Alfredo Barros e Sílvia Cavichioli, estudantes de jornalismo e meus colegas da faculdade de Comunicação Social.

<sup>29</sup> Articular o "tempo livre" dos alunos para as gravações era um desafio, pois sendo as aulas e gravações nos sábados e domingos, a expressão "ajudar em casa" era recorrente entre alguns alunos que precisavam se ausentar da oficina, para, por exemplo, cuidar dos irmãos em casa, arrumar a própria casa ou o pátio, ou mesmo ajudar e aprender com os pais e parentes alguma atividade produtiva.

O alvo das câmeras e microfones passava a ser a própria ilha, seus espaços ditos “assombrados”, mas também alguns espaços da vila, onde entrevistamos três moradoras que contavam histórias de tesouros enterrados nas ilhas, bruxarias, aparições em meio à paisagem local. Ao mesmo tempo em que essa experiência consistiu numa descoberta de um repertório de histórias e lendas locais que se referiam a um “tempo dos antigos” como duração coletiva a que uma série de saberes e práticas locais eram associadas, tal experiência também consistiu na descoberta da dura realidade das condições de vida que os alunos da oficina possuíam. Vivendo na parte mais densamente ocupada da Ilha dos Marinheiros, em meio à situação de fome e miséria por parte de alguns vizinhos, ou de dificuldades financeiras de suas famílias que viviam com uma renda mínima vinda do trabalho assalariado dos pais, dos serviços de faxina das mães ou das irmãs, das pensões dos aposentados, ou das atividades nas carroças e carrinhos de catadores de papel, a descoberta das histórias dos “antigos” (às vezes dos próprios avós e parentes) reforçava laços afetivos mais positivos com relação ao seu local de moradia na periferia urbana, enriquecido pela diversidade cultural que começava a se desvelar na pesquisa para o vídeo.

Embora as narrativas fantásticas e as performances narrativas de três velhas mulheres tivessem destaque no documentário, elas eram apresentadas enquanto um conhecimento compartilhado pela vizinhança, narradas a partir de momentos vividos em suas trajetórias sociais, em que acompanharam a transformação da paisagem local e de seu modo de vida. Vindas da zona rural do estado, ou de áreas mais afastadas do próprio Delta do Jacuí, seu espanto com o crescimento da vila à beira da estrada onde antes “tudo era mato” revelava, por outro lado, que aquele havia sido o local onde haviam escolhido para viver na cidade de Porto Alegre.

Com o encerramento dessa experiência da oficina, muitas indagações persistiram, por um lado, porque havia inúmeros narradores apontados pelos moradores locais para falarem das suas memórias em comum, por outro lado, porque uma série de lugares e práticas aos quais as narrativas estavam relacionadas eu ainda desconhecia. As narrativas de enterramento de tesouros, de manifestações de seres monstruosos e de águas misteriosas começavam a ter efeito sobre mim, ouvinte atento, na sedução para a descoberta daquele

lugar a partir dos segredos que a memória local guardou em alguns cantos do arquipélago.

#### **1.4. Caminhando pelas ruas das ilhas**

Após a exibição do documentário "A Ilha Assombrada: realidade ou ilusões?" na televisão, repetidas vezes, retornei ao trabalho de campo, na busca de encontrar outros narradores dessas estórias, para realização de uma dissertação de mestrado sobre a figura do narrador e o lugar de sua arte de narrar no mundo urbano contemporâneo. O retorno sobre a exibição do documentário, fornecido pelos moradores da parte mais densamente ocupada da ilha era um misto de curiosidade sobre as estórias levantadas, e de indignação pela escolha de algumas pessoas "que não eram dali" para contar as estórias do lugar. Na dissertação de mestrado, aproveitei esse retorno como forma de situar a figura do narrador, tanto no papel daquele que viveu a vida toda no mesmo lugar, e conta as estórias do local, quanto na figura do viajante que leva estórias consigo, conforme a análise clássica de Walter Benjamin (1994). Encontrei ambos os narradores, através das referências que me eram dadas sobre quem "tinha estória" para contar, e sabia narrar. Por outro lado, buscava esses pequenos diálogos com seus moradores, observando seu cotidiano nos quintais, nas ruas das ilhas. Por vezes, portava uma câmera fotográfica, em outros momentos, acompanhava um informante com a câmera de vídeo, em outros, apenas estava presente, sem equipamento.

Tal perspectiva exigiu uma outra investida da pesquisa nos seus deslocamentos. Nem o barco contornando as ilhas, nem o carro atravessando a estrada e as pontes, mas um outro deslocamento, lento e gradual, de inserção nas pequenas ruas, nos becos, nas estradas de terra, nos quintais e casas em uma proximidade muito maior com os moradores, e em uma situação de total desproteção perante seus olhos. Para olhar de perto, é preciso se deixar observar. Apresento aqui um trecho de diário de campo que escrevi em 2001, em trabalho de campo para construção da dissertação de mestrado, enquanto descrição de uma dessas ruas, enquanto espaço físico e enquanto espaço de relações sociais:

*“Caminhada pela Ilha Grande dos Marinheiros, Rua Nossa Senhora dos Navegantes, no meio da vila, após uma leve subida das águas. A mesma sensação de desconforto. Tarde de sábado. Pessoas nas janelas. Crianças jogando taco na rua. Cachorros, gatos, cavalos. Um grupo de vizinhos conversa em frente a um portão de madeira. Uma mulher está sentada numa velha lata enferrujada de tinta, improvisada como banco. Reparo na casa do casal que trabalha no galpão, bem enfeitada, recém pintada, na beira do rio. Brincam comigo, me testando – Veio olhar a pobreza hoje? Não respondi, apenas acenei. Essa tarde, queria apenas passar, como às vezes passava com a bicicleta, rápido, em direção à casa de um informante. Um dia de sol, quente e úmido. Os pátios das casas ainda estão muito embarrados. As pessoas improvisam caminhos com tábuas, para evitar afundar o pé na lama. As madeiras das casas ainda têm um aspecto úmido, molhado. E os telhados, alguns aproveitam o sol para arrumar. As crianças andam com os pés descalços, sob restos de madeira, plástico, e terra molhada da última cheia. O cheiro do lixo acumulado nos quintais, misturado ao barro, e à matéria orgânica, evapora com o calor. Levanta do chão. Uma velha senhora lava os degraus da sua casa, e agachada, tira o barro, degrau por degrau. Um adulto joga taco, brincando com crianças, fazendo palhaçadas. De forma cortês, me espera passar, para continuar o jogo sem me dar uma bolada. Sorri para mim, com um cumprimento de quem finge que se conhece de vista: Oh! Talvez ele me conheça mesmo, como muitos ali, que me reconhecem, sem que eu os conheça. Sinto-me nu sempre que passo nessa rua. O seu tipo de sociabilidade é completamente diferente do anonimato da multidão da rua, onde o reconhecimento é uma surpresa. Ali, se tem a cara e a vida, conhecidas, e ter conhecimento (de pessoas) é ter segurança por ali, como dizem. Reparo numa menina, em um quintal ainda bem embarrado, calçando um sapato de salto alto que tem o dobro do tamanho de seus pés. Ela caminha com dificuldade, enfiando o salto no barro, e dá risada. Sinto-me assim, atrapalhado, pisando com um sapato que não é o meu, afundando no barro fofo. E achando graça. Passo pela casa de Laci. Ela me vê de longe, sorri, e convida para entrar.*

*Retiro o tênis molhado e coberto de barro, e entro de meias em sua casa. Apesar de me sentir um visitante, para ela eu também já era de casa.”*

Assim, cheguei também a Adão, um dos grandes narradores e referência entre todos como antigo morador, cuja arte de narrar também se escora na autoridade de pertencer a uma das famílias mais antigas da Ilha dos Marinheiros. Mas também conheci melhor Laci e sua família, que apesar de ter morado boa parte da vida no Delta do Jacuí, teve uma trajetória de ex-cozinheira e lavadeira, com constantes deslocamentos pelos territórios das ilhas e do continente. Cláudio, pescador e pregador evangélico que habitou inúmeras das ilhas do Arquipélago. Maria, benzedeira nas ilhas e empregada doméstica nas "casas de família" da cidade, já falecida, que veio da cidade de Bagé, e que morou em outras vilas antes de chegar às ilhas onde já moravam seus parentes. Aldo, pescador e ex-operário da construção civil, Adão do Charuto, dono de armazém e também vindo de Canoas, da Vila Dona Teodora, Gino, "reciclador" de papel, Marcos, "carroceiro" e "papeleiro", Pedro, "capineiro", e muitos outros que desempenhavam papéis sociais muito diferentes na Região Metropolitana, mas que se identificavam pela mesma identidade de *ilhero*. *Ilhero*, no lugar do "ilhéu", que muitas vezes é afirmado pelos moradores mais *estabelecidos* (ELIAS, 2001) da Ilha da Pintada (pescadores, ex-donos de peixarias, etc) traz uma ênfase diferenciada em uma identidade apoiada na prática cotidiana (*ilhero* soa como *papelerero*, *capinero*, *barquero*, *carrocero*, *benzedera*) do que na origem da pessoa.

Tendo produzido documentários em vídeo, trabalhos de iniciação científica e finalmente uma dissertação de mestrado<sup>30</sup>, vi minha própria produção etnográfica inserir inúmeras imagens e relatos sobre as ilhas em meio às coleções de imagens do BIEV sobre a cidade. O cotidiano das ilhas e sua trajetória no tempo, ainda que diferentes, passavam a encontrar muitas ressonâncias com outros territórios ligados a outros grupos urbanos, na medida

---

<sup>30</sup> Refiro-me à dissertação DEVOS, Rafael. *Uma Ilha Assombrada na Cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre, RS.* Dissertação de Mestrado. PPGAS – UFRGS. Orientação de Cornelia Eckert. Porto Alegre, 2003. e aos documentários "A Morada das Águas" (2003), "O Barco dos Sonhos" (2001) e "Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões?" (1999), todos realizados no âmbito do projeto Banco de Imagens, PPGAS, UFRGS.

em que a questão da transformação das ilhas em território cada vez mais urbano e menos rural, retomava o próprio trajeto de fundação de uma sociedade urbano-industrial em um ambiente como o do Delta do Jacuí e suas terras alagadiças. A “questão ambiental” que politicamente permeia a ocupação do Delta do Jacuí, na medida em que é um ambiente ainda “natural” em meio à paisagem urbana da Região Metropolitana da capital do RS, fornecia novos “quadros sociais” para essa memória coletiva da cidade.

Em especial, o que os estudos da memória coletiva e da narrativa oral revelaram, foi uma forma diferenciada de relação com o ambiente das ilhas, pautada por uma certa ética de apropriação do ambiente do Delta na base do “respeito” com relação ao rio, aos animais, às árvores, que era expresso nas narrativas dos velhos sobre aparições que surgem nas raízes das árvores, no meio do rio durante a pesca ou durante uma travessia das águas em direção à cidade, em meio à mata fechada em uma caçada, com as energias das águas em momentos de cheia dos rios.

Tal ética não deixa de ser um contraponto às interdições e questões legais da proteção ambiental que se encontram ineficazes em meio às populações que habitam o Delta, na medida em que esse “espaço fantástico” (DURAND, 2001) que a memória tece na paisagem das ilhas, vivida por esses moradores mais “antigos”, não deixa de ser um conhecimento diferenciado das ilhas. A beira do rio, as matas, os canais de navegação ganham importância como um espaço liminar, nem o espaço doméstico do pátio e da casa, nem o espaço público de circulação das estradas e da ponte, ou das ruas da vila. Um espaço “natural” de importância para a vida na ilha, em que o narrador se descrevia sempre à mercê das manifestações dessa paisagem fantástica, nunca como proprietário, mas como alguém imerso no cenário pleno de cores, de cheiros, sons e seres do local.

Passei a perguntar-me, com a defesa da dissertação e as colocações da banca, em que medida essa ética é seguida pelos novos moradores e demais segmentos sociais nas ilhas? Quais éticas com relação ao ambiente estariam colocadas em meio ao cotidiano dessas comunidades? Quais os seus pontos de contato com os demais domínios da vida urbana?

Retornei ao campo, e passei a rever meus dados de pesquisa, a voltar-me para meus interlocutores “nativos” conhecidos, e aos que passei a

conhecer, com novas questões: O que as tensões descobertas em meio ao cotidiano do Arquipélago, às disputas pelo solo urbano e pelo ambiente “natural”, entre pobres urbanos, ambientalistas e moradores de novas residências e condomínios de alto padrão econômico, tinham a revelar sobre a dinâmica social e cultural das cidades brasileiras? Na medida em que a conhecida presença de contingentes de famílias empobrecidas ocupando territórios ainda não urbanizados configura-se como “problema ambiental” contemporâneo, não apenas para Porto Alegre, mas para as cidades do mundo inteiro, como repensar esse meio ambiente das ilhas do Delta do Jacuí atravessado por essas esferas sociais mais amplas?

Ingressei no doutorado em 2003 com essas questões, ampliando as investigações sobre memória coletiva, meio ambiente e ética, observados nos relatos e nas práticas dos moradores das ilhas, entre o Delta do Jacuí e os demais territórios da cidade. Retornei ao trabalho de campo, então, retomando o contato com a rede de relações que já havia estabelecido durante a dissertação e as pesquisas anteriores, basicamente com três famílias na Ilha Grande dos Marinheiros e uma família na Ilha da Pintada, e com alguns moradores com quem detinha conversas mais informais nas minhas idas a campo.

Com as famílias de Cláudio, Laci e Adão, os principais informantes da pesquisa da dissertação, não fiz mais entrevistas gravadas, mas tive novos diálogos com eles e com seus parentes, sobre pontos das entrevistas que queria debater, quanto à sua trajetória e seus sentimentos de enraizamento nas ilhas. Da mesma forma, retomei o contato com a família de João Mocotó, o barqueiro da Ilha da Pintada a que me referia. Com todos estes, o grande dado que se revelou na pesquisa de campo foi a passagem do tempo - alguns ficaram doentes, como Mocotó. Adão perdeu um filho. Juca, filho de Laci, conseguiu um emprego depois de dois anos. Os meus antigos alunos da oficina de documentário se aventuravam pelo universo de empregos e sub-empregos da cidade. Jairo, com quem mantive mais contato, terminou os estudos no segundo grau, e mantém a atividade de escultor em paralelo à outras atividades profissionais.

As entrevistas iniciais, em que a dimensão mais fantástica das ilhas me eram revelada por esses narradores, ganharam densidade pelos dramas

familiares que acrescentavam dados importantes às suas trajetórias narradas. A proximidade maior com os filhos desses velhos narradores não deixou de me fazer pensar na continuidade daquilo que eu já havia ouvido tantas vezes, das mudanças de casa e pátio narradas pelas vilas e ilhas da cidade. Esse dado aparecia também nos relatos de algumas famílias recém chegadas às ilhas, ocupando de forma improvisada restos de casas ou terrenos disponíveis. Em conversas rápidas sobre sua situação, via essa dimensão nômade mais imediata, de quem via nas ilhas uma nova esperança de enraizamento em uma casa sonhada num lugar especial.

Mas eram nas narrativas de quem havia conquistado esse sonho da casa na beira da água que a dimensão temporal dos itinerários urbanos desses grupos reescrevendo a paisagem do arquipélago se revelava. Entre os novos informantes, uma conquista há muito desejada, Nazaret, líder comunitária da Ilha dos Marinheiros e uma das pessoas que melhor acompanhou a instalação da comunidade carente do "lado norte" da Ilha dos Marinheiros, vinda de muitas outras remoções de outros lugares, e que narra também como surgiu o trabalho com lixo reciclável nas ilhas. Salomão, pescador e "sabedor de peixe" da Ilha da Pintada, também é um informante importante, que se distancia bastante da figura idealizada do pescador tradicional, inserido na política ambiental, nas redes religiosas e nas redes de piscicultura do estado. Beatriz, a Mãe Bia da Ilha da Pintada, que articulava seu tempo entre o trabalho no continente em uma "firma", o trabalho religioso na casa de umbanda que é a sua própria casa na ilha, e as muitas reuniões com o poder público sobre os andamentos da política do Delta do Jacuí, enquanto representante da comunidade. Pude fazer entrevistas gravadas com estes informantes, que narraram suas trajetórias e teceram comentários sobre os recentes eventos da política ambiental do Delta do Jacuí.

Outros dados de campo importantes foram elaborados a partir da observação de espaços importantes da vida nas ilhas, não só para as comunidades, mas para a política ambiental - as margens dos rios. Elegi duas ruas em especial, a Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, na Ilha da Pintada, e a Rua Nossa Senhora Aparecida, na Ilha Grande dos Marinheiros, para investigar a estética mutante desses espaços, entre a apropriação diferenciada por parte da comunidade (colocação de cercas, uso compartilhado da margem,

aterramentos), por parte do poder público e de outros segmentos sociais (colocação de asfalto, obra de saneamento, remoção de moradores, instalação de marinas e clubes náuticos, construção de muros e sistemas de segurança). Também acompanhei algumas reuniões do poder público com moradores e lideranças, como forma de observar os debates em torno da ocupação do Delta.

O "conflito" em si que se dá no Delta do Jacuí não é visível imediatamente para quem por ali passa. Ao cruzar, por exemplo, a fronteira que separa a área urbana da área de proteção na Ilha dos Marinheiros, não há uma placa, uma construção, um funcionário que indique ao visitante que se está em propriedade do Estado. Mas basta conversar com os moradores, para se entender porque a estrada passa a ter péssimas condições dali em diante, porque não há energia elétrica, ou sistema de telefonia, e principalmente, porque não há sistema algum de saneamento nem água encanada.

São questões que são tratadas em reuniões do poder público com os moradores, em que um impasse se coloca desde a criação do Parque Estadual Delta do Jacuí. Para que o Estado possa implementar uma reserva ambiental na imensa área do Delta, os investimentos precisam ser destinados não apenas para as funções da reserva, mas principalmente, para a urbanização adequada das áreas destinadas à moradia. Essas mudanças permanecem por 30 anos enquanto uma transformação anunciada, mas nunca efetivada na área. Enquanto isso, no entanto, a irregularidade desdobra-se na ocupação, compra e venda de terrenos, que não se limita às "invasões" por parte de famílias empobrecidas chegadas de outros lugares, mas que inclui a venda de pequenos sítios e casas de pescadores que são transformados em residências de luxo, tendo se tornado o Arquipélago um lugar onde "nada pode, e por isso mesmo, tudo pode", como diria um morador.

O verdadeiro conflito, no entanto, se dá nas negociações da própria política ambiental do Estado entre prefeituras, governo estadual e ministérios federais, entre quem deve arcar com os investimentos e responsabilidades de uma ação efetiva na qual, aí sim se darão outros conflitos no momento de implantar as definições oficiais e de romper com arranjos informais.

Por enquanto, as ações efetivas, como a remoção de algumas poucas famílias da Ilha da Conga, ou a remoção de outras residências diretamente colocadas na margem são pautadas por uma questão mais abrangente que o

problema fundiário do Delta. Trata-se das pressões por parte da política internacional de recursos hídricos, e os investimentos direcionados para tal.

### **1.5. Territórios e Itinerários Urbanos**

Embora se apresente em termos de disputa pela terra, ou como problema de planejamento e moradia urbana na medida em que as ilhas são terrenos na Região Metropolitana, o conflito que se dá no Delta do Jacuí pode ser pensado de outra forma do ponto de vista da relação dessas terras com a água. Essa nova abordagem do conflito revelou-se rica para a pesquisa, na medida em que permitiu incluir outros atores e outras escalas de interpretação do conflito, tanto do ponto de vista da importância para os recursos hídricos da região que o Delta do Jacuí possui, quanto do ponto de vista da relação diferenciada de seus moradores com as águas que banham a cidade e que lhes abastecem em seu cotidiano.

Foi certamente ao acompanhar reuniões entre moradores e vereadores, deputados, funcionários da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e administradores do Delta do Jacuí que diferentes saberes sobre a qualidade e a dinâmica das águas da região me foram revelados, assim como pude registrar em vídeo algumas dessas representações acompanhando os moradores em eventos públicos voltados para a preservação das águas do Guaíba.

Quando o foco da importância ambiental das ilhas muda da irregularidade da propriedade privada dos terrenos e da preservação da fauna e flora do lugar para a sua contribuição na melhoria da qualidade das águas do Lago Guaíba e dos rios afluentes, a palavra dos narradores que entrevistei passou a ter outro espaço. É uma temática que embora lhes diferencie da população da região, pelas fronteiras simbólicas que se revelam nos seus saberes e fazeres diferenciados com relação à pesca, navegação, etc, também lhes situa como habitantes da cidade, enquanto moradores de Porto Alegre que partilham um sentimento trágico em relação à paisagem local de perda do Lago

Guaíba (da sua balneabilidade, de espécies de peixes, do uso de embarcações como meio de transporte na cidade).

A maneira como este dado se revela é certamente mais contundente do ponto de vista da investigação desse conflito ambiental em meio às tensões presentes à memória coletiva da cidade. Tanto no que tange a uma memória local das ilhas e da transformação de sua paisagem, quanto no que se pode refletir sobre uma memória da transformação de toda a paisagem alagadiça onde se desenvolveu a região metropolitana de Porto Alegre, surgem conflitos de outra ordem nas ocupações e usos dos espaços naturais no meio urbano. Tais registros encontrei em documentos escritos, fotográficos, fílmicos, que mostram canalizações de arroios, aterramentos, drenagens de vales, construções de avenidas, pontes e estradas, ou simplesmente as antigas paisagens de Porto Alegre.

Ao refletir sobre os itinerários de deslocamento de populações empobrecidas nas periferias da cidade, em que constam os próprios deslocamentos dos moradores das ilhas, narrados em seus relatos autobiográficos, uma outra imagem do ambiente da cidade pode ser pensada, em que os itinerários de populações nas ilhas retomam os arranjos de ocupação de terra e água na cidade. Embora o Delta do Jacuí possa ser pensado contemporaneamente como o que resta de uma paisagem original da região, do ponto de vista da memória, essa paisagem acompanhou as transformações sociais e mesmo ecossistêmicas da Bacia Hidrográfica.

O desenvolvimento dessa problemática ambiental está envolvida em processos sociais mais abrangentes, como a própria política internacional de meio ambiente, que será abordada nos próximos capítulos. O que pretendo mostrar aqui é que o trajeto da pesquisa foi o da investigação da relação desses moradores com o ambiente em que vivem a partir da memória coletiva, ou seja, a partir de suas narrativas, onde a problemática do Delta do Jacuí, e contemporaneamente da qualidade das águas, aparece como uma tensão que tem a força de enquadrar essa memória da transformação nas formas dos arranjos da vida social na cidade segundo a perspectiva da inter-relação entre indivíduo, ambiente e sociedade.

Semelhante ao processo que o antropólogo Leite Lopes (2004, 2006) chama de ambientalização, de internalização da problemática ambiental como uma nova questão pública, é possível encontrar nas narrativas dos moradores das ilhas também essa reflexividade quanto às relações entre as transformações que viveram no seu modo de vida e a transformação na paisagem natural das ilhas, mas também no ambiente social onde se encontram. Refletindo sobre a trajetória da própria pesquisa, que iniciou há alguns anos, penso que houve também uma abertura na abordagem conceitual desse conflito ambiental até o seu entendimento enquanto parte de um processo social mais amplo.

A bibliografia contemporânea sobre conflitos entre residentes de áreas de preservação ambiental e agentes governamentais, turistas, empresários, etc, tem se valido do conceito de território e do estudo da diversidade territorial como forma de investigar a existência de outros territórios sociais no contexto do Estado-Nação.

Espaço e tempo são categorias que tendem a serem tomadas como “naturais”, na medida em que são comuns a todos grupos sociais, e não como construções do espírito (KANT, 1974), e muito menos, como construções sociais, categorias de entendimento das quais parte a ciência antropológica para investigar a diversidade humana, e seus princípios universalizáveis. Émile Durkheim, um dos fundadores da Antropologia, investigava justamente a relação entre as divisões e sub-divisões dos grupos sociais e a divisão espacial de seus territórios.

Lévi-Strauss define, seguindo a tradição da escola sociológica francesa, o lugar como a espacialização do mundo através da espacialização da “estrutura social”, entendida menos como uma forma sensível da organização social, mas desta como um modelo presente na consciência daquele que pratica e habita o lugar. Lévi-Strauss estende, portanto a relação descoberta por Durkheim (1981; 1996) entre a constituição social e a sua ordenação no espaço para o plano da linguagem. Enquanto arranjo de signos sociais, o

espaço é pensado como perspectivado por aquele que o observa, capaz de reconhecer os significados locais inscritos nas divisões espaciais<sup>31</sup>.

O espaço, culturalmente significado, não faz referência apenas ao espaço de moradia, mas também engloba o espaço de ação e, portanto, comporta um conhecimento da dinâmica ecológica de um território. O território está relacionado, portanto, aos saberes e práticas de uma população, como as práticas de pesca, caça, agricultura, extrativismo, ou de pastoreio<sup>32</sup>.

Paul Little (2002) faz um balanço importante do contexto brasileiro em que inúmeras pesquisas vêm trabalhando com populações não-camponesas (quilombolas, grupos indígenas, caiçaras, pescadores artesanais, extrativistas, seringueiros, ribeirinhos), denominadas de populações tradicionais, e suas formas de apropriação e uso comum dos recursos naturais em áreas que se tornaram reservas de preservação ambiental. Assim como Little, Diegues (1994, 2000) e outros autores vêm investigando as formas de organização territorial diferenciadas de populações tradicionais a partir de sua diversidade histórico-cultural, e quais as práticas sociais que devem ser preservadas em conjunto com as características de ambientes naturais que possuem, deste ponto de vista, um manejo histórico por parte dessas populações. A memória socialmente construída assume, nesse contexto, um papel fundamental na organização política e na consolidação da diversidade territorial dessas comunidades, através do testemunho da historicidade da ocupação diferenciada de terras, mas também na possibilidade de desenvolvimento de práticas de sustentabilidade apoiadas nos sentimentos de enraizamento e pertença dos residentes de áreas naturais<sup>33</sup>.

Embora tenha encontrado pertencimentos a determinadas tradições relacionadas a saberes de populações ditas tradicionais entre os moradores das ilhas, o fato da área de proteção em questão encontrar-se em plena região

---

<sup>31</sup> Refiro-me às observações do antropólogo presentes tanto em sua "antropologia estrutural" (Lévi-Strauss, 1996<sup>a</sup>, pp. 150 e 165) quanto em seus registros de pesquisa etnográfica no Brasil em "Tristes Trópicos" (Lévi-Strauss, 1996b, p.206.)

<sup>32</sup> Um estudo que se destaca, nesse sentido, é o clássico estudo de Evans Pritchard (1974) sobre o a noção de território entre os Nuer, na África, articulando suas sub-divisões políticas, etárias, étnicas com os conhecimentos ecológicos sobre as estações de seca e de chuva, em deslocamentos com rebanhos de gado pela região do deserto.

<sup>33</sup> "A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território" (LITTLE, 2002).

metropolitana da capital do estado, com históricos de ocupação por populações chegadas de diferentes lugares da região e em diferentes momentos, provocou uma abordagem diferenciada do pertencimento desses residentes às ilhas do Delta do Jacuí. Ainda que seja constante uma auto-afirmação de uma identidade do "povo das ilhas", entre a figura do *ilhéu*, ou do *ilhero*, percebo que ela é acionada em diferentes contextos de reivindicação de cidadania, de direito a melhores condições de vida urbana, como infra-estrutura sanitária, direito a serviços públicos como energia elétrica, telefonia, transporte, etc. Portanto, não é exatamente a figura de uma população tradicional, no sentido de uma ocupação territorial diferenciada de exploração dos recursos naturais que está em jogo, mas uma identidade diferenciada no contexto urbano que é retomada a partir de uma memória local em que consta um conjunto de saberes e práticas quanto ao meio ambiente das ilhas, revertendo um estigma de população marginalizada em um diferencial positivo na paisagem urbana.

Colocou-se, portanto a questão de quais territorialidades estão em jogo em um contexto urbano como este, e quais transformações pelas quais essas territorialidades passam em um contexto de ambientalização das instituições e das relações das pessoas com os espaços da cidade. O conceito de itinerários urbanos (ECKERT e ROCHA, 2000) é o que permite, nesse sentido, aprofundar a dimensão temporal do território, construído a partir de diferentes trajetórias de indivíduos que vão dando profundidade aos significados inscritos na paisagem urbana, seja pela repetição de gestos de fundação de suas moradas nos bairros, arrabaldes e ilhas da cidade, seja pela sua adesão a determinadas práticas que se repetem em espaços de sociabilidade que constituem a vida urbana.

A partir da tríade indivíduo, sociedade e cultura, que norteia essa perspectiva de investigação das sociedades complexas moderno-contemporâneas, é que proponho aqui uma abordagem sobre os conflitos no Delta do Jacuí a partir das inter-relações entre indivíduo, ambiente e sociedade<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Essa elaboração Indivíduo/Ambiente/Sociedade é resultado da problemática que norteia a pesquisa e ação do Instituto Anthropos, Organização Não-Governamental na qual tive a oportunidade de debater alguns temas discutidos neste trabalho, com colegas antropólogos e profissionais da área técnica de meio ambiente, como engenheiros sanitaristas, biólogos,

A antropologia brasileira, tanto por parte dos estudos que se intitulam enquanto “Antropologia Urbana”, de pesquisa sobre o fenômeno urbano, quanto seus desdobramentos em termos de pesquisas *na cidade* (VELHO, 1980), têm se colocado o problema da diferenciação interna das sociedades contemporâneas, que não se apresenta como dado, mas como uma dinâmica relacionada à diversidade de papéis sociais desempenhados na vida cotidiana, aos diferentes universos simbólicos constituídos a partir das diferentes redes de significados compartilhadas pelos indivíduos em suas ações cotidianas, pelas quais a realidade é negociada (VELHO, 1980; 1981; 1999).

Os indivíduos filiam-se a diferentes identidades coletivas em sua trajetória social, pois estão no ponto de intersecção de vários mundos na sociedade moderna, conforme Georg Simmel (1979), e é justamente esse movimento, essa “metamorfose” (VELHO, 1999) que vivem os ilhéus, ou *ilheros*, na sua experiência urbana que lhes possibilita partilhar de diversas visões de mundo sobre o ambiente do Delta. Por outro lado, é o que permite investigar o conflito para além da perspectiva utilitarista que tenderia a resumir-lo aos interesses econômicos dos grupos envolvidos, pois tais conflitos têm a capacidade de expressarem e reordenarem os significados a partir dos quais a realidade é negociada.

### **1.6. Lugar, paisagem e itinerários urbanos**

Em um primeiro momento, o estudo da narrativa oral, de um repertório de lendas e narrativas fantásticas como forma de transmissão de saberes quanto ao modo de vida dos moradores das ilhas revelou a dimensão mais microcós mica desse lugar. A descoberta dos narradores, a escuta às suas histórias, a descoberta dos lugares a que as narrativas faziam referência no Arquipélago, assim como a descoberta de uma série de saberes e fazeres locais (a construção de embarcações e de casas sob palafitas, os saberes da pesca, o conhecimento sobre a vegetação local, etc) foram importantes para

---

urbanistas, e outros “gestores” de políticas públicas voltadas para o meio ambiente. Cf. <http://www.thropos.org.br>

situar a experiência desses moradores quanto à vida na ilha, e quanto à sua experiência na cidade, a partir da experiência nas ilhas.

Nesses jogos de representação entre as ilhas e a cidade, entre a bacia hidrográfica, o Delta do Jacuí e o Arquipélago como ordens espaciais em que o conflito aparece, foi necessário realizar uma incursão por conceitos instrumentais quanto ao espaço como categoria de entendimento para compreensão de uma realidade socioambiental.

Conforme a distinção filosófica clássica entre as idéias de espaço e lugar<sup>35</sup>, sendo o espaço abstrato, valorativo, mensurável, e sendo o lugar uma composição complexa mesclando tempo, meio e espaço em um enraizamento de memórias e singularidades, inicialmente a pesquisa orientou-se para a investigação das ilhas como lugar singular no meio urbano.

É Marcel Mauss (2003)<sup>36</sup> um dos autores na Antropologia que abre caminho para essa perspectiva, na medida em que estende a compreensão das categorias de espaço e tempo como representações coletivas enquanto investidas de afetividade, constituídas a partir de redes de relações sociais e reciprocidades, que acrescentam significados à divisão social do espaço, inserindo-o na dimensão vivida e, portanto, atualizada nas relações sociais.

A partir da noção de duração colocada por Mauss (2003), de tempos sociais compartilhados e inscritos nos espaços da vida cotidiana, desenvolve-se a perspectiva de investigação do espaço a partir da investigação dos tempos sobrepostos nos territórios onde a vida urbana, em especial, oferece uma grande variedade de durações. Enquanto ambiente, a cidade pode ser investigada pela variedade de relações sociais que se inscrevem nos seus espaços, e que os configuram.

---

<sup>35</sup> Como referências para esta discussão ver: Anne Cauquelin *L'invention du paysage*. Paris, Quadrige/PUF, 2000; *Le site et la paysage*, Paris, Quadrige/PUF, 2002 e Michel de Certeau *A invenção do cotidiano 1. Artes de Fazer*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

<sup>36</sup> Apesar da obra de Mauss estar referida à fundação da escola sociológica francesa, nos estudos em parceria com E. Durkheim sobre as representações coletivas e a estrutura social, Mauss foi inspirador de muitas outras articulações do pensamento antropológico pela forma ensaística dos seus escritos mas principalmente, pela descrição detalhada e densa dos fenômenos sociais a que se referia, como o pensamento e os atos mágicos, as técnicas corporais e as trocas totais. Seus estudos, apesar de se referirem ainda às categorias de entendimento da vida social, também já são referência importante para a dimensão ritual da vida social e para a interpretação da ação social, que viriam ser desenvolvidas posteriormente por outras escolas de pensamento antropológico. Recentemente as obras de Mauss foram republicadas no Brasil, e é a referência que utilizo (Mauss, 2003).

É possível estender, sob o ponto de vista de um paradigma estético, inspirado na sociologia de Georg Simmel (1983; 1987), a interpretação dessas representações das formas da vida social a uma interpretação da dimensão vivida do cotidiano da cidade, como o fazem as antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2000). Pensando a cidade como obra coletiva, o espaço físico das casas e ruas surge como suporte e como inscrição das próprias formas de sociabilidade observáveis, dos encontros cotidianos. Os lugares e as formas como as interações cotidianas se dão são investigadas como formas herdadas do tempo, no sentido simmeliano, enquanto constante re-elaboração da vida, em que o espaço pode ser pensado como a cristalização da matéria do tempo (ROCHA, 1994), servindo como meio entre a Natureza e a Cultura, conforme Maffesoli (1996).

Pensar as ilhas como território urbano significa investigá-las em termos de que *ethos* se inscreve em suas interações cotidianas, que configurarão os itinerários urbanos dos grupos sociais na cidade. Nas ilhas, privilegiei a observação das ruas à margem dos rios, mas também os pátios das casas, onde o contato com a água ainda é constante, e onde é visível uma relação com o lugar que é a afirmação da identidade de ilhéu, ou *ilhero*, que os informantes colocam, a marca das ilhas como espaço vivido pela experiência da *ilheidade*.

O conceito de *ilheidade* é proposto por A. Molles e E. Rohmer (1982), enquanto uma fenomenologia do espaço. Os autores investigam o espaço da cidade como espaço vivido, seguindo os estudos de Gilbert Durand (2001) sobre o "espaço fantástico" e Gaston Bachelard (1990) sobre a "poética do espaço", em que as ilhas, os labirintos da cidade, os centros e arredores se conformam como modalidades de experiência espacial que não se apresentam de imediato pela constituição do espaço físico, mas pela forma como esse é praticado, significado e imaginado. *Ilheidade* difere portanto de insularidade, na medida em que o insular se refere a condição geográfica de uma ilha, mesmo que esta possua grandes proporções, enquanto que a *ilheidade* se refere a um pequeno espaço encerrado em fronteiras que exigem sua travessia, e que permitem a percepção desse caráter microcósmico.

Essa experiência da *ilheidade* não se apóia no dado imediato da insularidade, mas na possibilidade de experienciá-la nas embarcações, na

beira do rio, na casa sob palafitas. Ela depende de certos arranjos da vida cotidiana em meio ao ambiente, que encontram o desafio de se perpetuarem no tempo. Conforme Michel de Certeau (1994), o lugar é inscrito por práticas cotidianas que atualizam seus significados dinamicamente, pois depende das táticas e ações cotidianas dos indivíduos para se perpetuarem enquanto lugar do próprio, da experiência singular. O lugar não existe apenas como uma representação que depende daquele que observa para ser percebida. A estética do lugar, ou o seu *genius loci* (MAFFESOLI, 1996, p. 272), o espírito do lugar, que constitui o espaço da vida social a partir de um compartilhar de emoções, de cheiros, de cores, de trajetos, de sons, de gestos e posturas, de referências em comum, está apoiada em uma ética, um comportamento cujos significados sociais se inscrevem nas ações dos sujeitos na forma de um *ethos*.

O conceito de paisagem aproxima-se dessa concepção. Apesar do termo originar-se no campo da representação pictórica renascentista do espaço, que objetiva determinado espaço a partir do olhar distanciado e em profundidade, enquanto obra da imaginação humana o conceito agrega também uma dimensão fabulatória que insere o tempo social dentro do espaço enquanto representação social. Conforme Simmel (1983), a paisagem é a decomposição e o recorte de elementos retirados da continuidade infinita da natureza (SIMMEL, 1983), realizando a vontade humana em determinadas formas que se perpetuam no tempo. Segundo o autor, em um exemplo clássico, uma ponte é a realização da vontade de união de duas margens, a ponto de se fundir à própria paisagem, assim como a estrada é a concretização de um caminho repetido inúmeras vezes.

Na medida em que o arranjo dos elementos no quadro evoca significados acumulados no tempo que configuram uma determinada forma de ver elementos como edificações, vegetação, terra, água, num todo coerente (CAUQUELIN, 2002) a paisagem tem uma relação fundamental com a formação do que Halbwachs (1990) chama dos quadros sociais da memória, pois evoca determinados tempos sociais enquadrados no recorte espacial. Os quadros sociais da memória, a partir do ato de lembrar, rompem com a oposição entre a matéria e o espírito, sendo uma obra coletiva em que os grupos aos quais os indivíduos pertencem exercerão papel definitivo. Da mesma forma pode-se perceber como lugares, objetos, ruas, árvores, dizem

respeito a uma ordem de idéias, interesses e preocupações que uma coletividade compartilha, porque contadas e vividas no interior dos grupos como forma de permanecerem no tempo. A paisagem está expressa, não só na pintura, ou na fotografia, mas nos relatos orais e narrativas míticas que representam os cenários das ações narradas, na literatura igualmente que realiza esse arranjo de coisas e tempos no espaço.

Dessa forma, é tensionando os itinerários urbanos expressos nas trajetórias sociais dos indivíduos, à paisagem que se configura na compreensão da passagem do tempo e do arranjo da vida no espaço que está expressa nas narrativas autobiográficas dos sujeitos, é possível chegarmos a uma concepção do ambiente, relacionando a paisagem natural e a paisagem urbana a partir da experiência dos moradores das ilhas.

### **1.7. Memória, imagem e narrativa**

Guardando as particularidades da dimensão oral para a dimensão escrita, ou do registro fotográfico ou pictórico, a pesquisa voltou-se para a memória coletiva pensada a partir dos relatos autobiográficos de alguns moradores das ilhas, sobrepostos às composições da paisagem em fotografias, pinturas, extratos de filmes e de obras literárias referentes à memória social da cidade de Porto Alegre.

Entender, dessa forma, a arte de moldar a “matéria do tempo”, é realizar uma “etnografia da duração”, conforme os termos propostos pelas antropólogas Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2005). As autoras incorporam as contribuições de Gaston Bachelard (1988; 1996; 1998; 2000) e Gilbert Durand (1988; 1998; 2001) que investigam o fenômeno da lembrança enquanto pensamento sobre o tempo e suas durações, em todo seu dinamismo criador. Compondo a obra da *Dialética da Duração* (1988), Bachelard percebe a duração como ritmada por “tempos vividos” e “tempos pensados”, onde recordar é uma atividade de acomodar, nas razões do tempo presente, as experiências narradas de um passado vivido e pensado. Para Bachelard a lembrança é mais do que uma versão do passado que as “comunidades afetivas” (HALBWACHS, 1990) tenderiam a compor no ato de lembrar, pois “a continuidade da duração não se apresenta como um dado imediato, mas como

um problema” (BACHELARD, 1988, p. 07). O “tempo pensado”, para Bachelard, constitui-se na ordenação, ou na “ondulação” de uma série de rupturas<sup>37</sup> com a continuidade do tempo. O narrador estabelece uma hierarquia de ações, uma cadeia de gestos, de escolhas desenhadas no tempo. A narrativa trata de colocá-los em ritmos, fazê-los ondular.

O trabalho da memória é então, o de contar, premeditar, romancear o tempo, atividades que, conforme Gilbert Durand (2001) remetem à função fantástica da imaginação em organizar esteticamente a recordação a partir de fragmentos vividos. A memória não é, pois intuição do tempo que passou, mas a sua negação, estetizando a possibilidade do tempo durar<sup>38</sup>. Às faces do tempo que corre sem cessar, em direção à morte dos indivíduos e dos grupos sociais, a memória acrescenta a possibilidade de regressar, de regredir, de repetir, no plano da cultura. Neste sentido, a narrativa é fundamental para inserir, no próprio fio temporal do discurso, os retornos dos fragmentos do vivido humano.

Ao aderirem a essa dimensão fabulatória da memória, desvela-se um “mundo”<sup>39</sup> aberto pela narrativa, enquanto uma forma de olhar para este, enquanto uma forma de conhecê-lo, conforme ganha significado pelas imagens encadeadas pelas narrativas, por seu caráter simbólico. É por isso que a memória das ilhas é narrada em meio a um repertório de contos, lendas e narrativas de caráter mítico, que encontram, na dinâmica das imagens do tempo que as narrativas organizam, uma forma de fazer durar os gestos e os saberes do “tempo dos antigos” na paisagem presente, constituindo-a como um “espaço fantástico” (DURAND, 2001) da memória.

---

<sup>37</sup> “Quando queremos falar de nosso passado, ensinar a alguém como é nossa pessoa, a nostalgia das durações em que não soubemos viver perturba profundamente nossa inteligência historiadora. Gostaríamos de ter um contínuo de atos e de vida para contar. Mas nossa alma não guardou uma lembrança fiel de nossa idade nem a verdadeira medida da extensão de nossa viagem ao longo dos anos; guardou apenas a lembrança dos acontecimentos que nos criaram nos instantes decisivos do nosso passado. (...) Nossa história pessoal nada mais é assim que a narrativa de nossas ações descosidas e, ao contá-la, é por meio de razões, não por meio da duração, que pretendemos dar-lhe continuidade”. (Bachelard, 1988:39)

<sup>38</sup> “... a memória permite um redobramento dos instantes e um desdobramento do presente; ela dá uma espessura inusitada ao monótono e fatal escoamento do devir, e assegura nas flutuações do destino a sobrevivência e a perenidade de uma substância.” (Durand, 2001: 402)

<sup>39</sup> “Aquilo de que importa apropriar-se é o sentido do próprio texto, concebido de um modo dinâmico como a direção do pensamento aberta pelo texto. O poder de desvelar um mundo, que constitui a referência do texto”. (Ricoeur 1976:104)

Há uma relação fundamental, portanto, nas constelações de imagens que podem ser percebidas nas narrativas que os moradores das ilhas tecem ao narrarem sua experiência na cidade e em meio à Natureza das ilhas e águas do Delta, que nos permite pensar o ambiente ao qual pertencem como um ambiente cósmico e social, nos termos de Durand (2001). Como veremos no próximo capítulo, a função fantástica da imaginação criadora, presente à inteligência narrativa dos moradores entrevistados, e também às narrativas reunidas em textos de cronistas, filmes, fotografias, nos permitem pensar o ambiente urbano como esse ambiente cósmico e social, que é significado à medida em que seus habitantes o descobrem através dos saberes presentes à memória dos grupos sociais que nela se encontram, e através da experiência individual de habitar um centro urbano a partir de determinada relação com o ambiente natural.

É por isso que essa memória não constitui as ilhas como um território a parte da cidade, pelo contrário, provoca uma reflexão sobre a vida urbana a partir das margens do Lago Guaíba. Morar em um local estratégico na região metropolitana de um centro urbano e ter acesso a ambientes privilegiados quanto a recursos hídricos, fauna e flora, não é portanto, uma questão que se coloca apenas a segmentos mais cosmopolitas das cidades, adeptos do turismo ecológico, dos esportes aquáticos ou moradores de condomínios residenciais ecologicamente projetados para aproveitamento da “área verde” de determinadas regiões da cidade. Os relatos de pescadores, catadores de lixo, empregadas domésticas, barqueiros, trabalhadores assalariados, pequenos sítios rurais e outros *ilheros* moradores do Delta do Jacuí revelam a importância do ambiente natural não apenas para promoção do seu sustento, mas igualmente na constituição de sua subjetividade nos seus pertencimentos diferenciados à cidade.

Embora as narrativas enfatizem o caráter microcósmico das ilhas, na forma como o mato, as águas, os caminhos de navegação, os animais e os grupos locais relacionam-se na narrativa, esse microcosmo inclui parte da margem continental de Porto Alegre. Mais especificamente, são estes os caminhos que ligam as ilhas ao centro administrativo e comercial da capital do Rio Grande do Sul, como o Cais do Porto e o Bairro Navegantes, que antigamente era ponto de contato constante nas idas e vindas de barqueiros na

cidade, onde inclusive muitos atuais moradores das ilhas habitavam, e que atualmente é caminho rodoviário pelas pontes e local de trabalho e de serviços públicos (escolas, postos de saúde, conselho tutelar, etc).

Os moradores mais antigos das ilhas relatam suas práticas e a transformação da paisagem local, narrando os processos de aterramento da orla do Lago Guaíba, as transformações de antigos espaços de sociabilidade popular de contato com o lago, além das mudanças nas distâncias e na posição estrutural que as ilhas ocupavam nos limites da cidade com o Natural. Já os moradores vindos de outras periferias da região metropolitana narram a transformação das ilhas e de outros matos, morros e charcos, como parte da sua busca por um lugar diferenciado no ambiente urbano, em que os terrenos das ilhas se tornam depositários dos projetos de conciliação de suas atividades produtivas, de deslocamento e de lazer com o ambiente técnico-cultural urbano.

Tais projetos de consolidação de um habitat ideal, nos termos de Leroi-Gouran (1975), que integra espacialmente o território de ação com o refúgio, com a morada, não condizem, no entanto, com a forma como essa ocupação das ilhas se deu, com a densificação populacional e a degradação do ambiente em suas condições sanitárias, em grande parte. Os próprios narradores reconhecem essa descontinuidade entre seus projetos de enraizamento nas ilhas e as consequências do tipo de organização espacial que estas passaram a ter, na forma das “vilas” de classes populares, por um lado, e de outro na orla privatizada por mansões e clubes ou desocupada pelos órgãos de proteção ambiental.

Os estudos de narrativas literárias, gravuras, fotografias que apresentam essas transformações nas paisagens da cidade, demonstram que embora se apresente atualmente como problema ambiental em áreas valorizadas economicamente e importantes para a dinâmica ecossistêmica da região, a presença de populações empobrecidas nos matos, mangues, beiras de arroios aparece na memória da cidade como parte de um processo de modernização e remodelação do espaço urbano e de segregação espacial, em que são justamente essas áreas naturais o lugar na paisagem urbana destinado às populações empobrecidas.

Essa descontinuidade entre paisagens que a memória configura e os arranjos que o atual conflito gera é fundamental para compreender a dinâmica dessa territorialidade que se esboça no cotidiano dos ilhéus em seus deslocamentos diários entre o espaço natural e o espaço construído da cidade, e sobre a qual refletem ao retraçarem os itinerários urbanos que narram a ocupação das ilhas nos deslocamentos de famílias para a região.

O estudo da paisagem e da dinâmica da memória possibilitaram à pesquisa chegar a outra dimensão do conflito quanto à política do Delta do Jacuí. A noção de conflito proposta por G. Simmel (2004), do conflito como fator de socialização, fundante de relações sociais<sup>40</sup> permitiu situar o atual desafio de conciliar uma ocupação urbana com o uso sustentável dos recursos naturais (do solo, das águas, da fauna e flora) em uma ambiente como o Delta do Jacuí, como uma questão que convoca a todos, residentes ou não das ilhas, a repensarem o trajeto de dissociação Homem-Natureza em suas trajetórias sociais enquanto moradores de um centro urbano em busca de melhores condições de vida.

Na simples constatação quanto à ilha onde "tudo era mato" que agora "está uma cidade", repetida de diversas formas, por diversos narradores na pesquisa, se apresenta o que G. Simmel chama de "tragédia da cultura", a constante elaboração de formas no plano da cultura que precisam dar lugar a novas formas no constante movimento da vida, com a passagem do tempo. No sentimento trágico do velho barqueiro Mocotó quanto a sua Porto Alegre que "está se terminando", reflete-se uma outra forma de pensar a paisagem urbana, em que a ilha não se apresenta apenas pela *ilheidade* como contraponto ao espaço construído, mas também como uma continuidade do ambiente técnico-cultural da cidade.

Diante de sanções e constrangimentos por parte da política ambiental, mas também face às catástrofes ambientais contemporâneas, como a extinção de inúmeras espécies de peixes e a contaminação das águas do Lago Guaíba, as inundações nas cidades, a escassez de água potável e a seca na agricultura, ou o acúmulo de lixo nas margens, os moradores das ilhas passam a repensar

---

<sup>40</sup> Refiro-me aos ensaios de Simmel sobre conflito e modernidade inseridos no livro *Philosophie de la modernité*, volume único, 2004, Éditions Payot & Rivages, Paris (*Chapitre V – Conflit et modernité: le conflit; le conflit de la culture moderne; la crise de la culture*) e também aos ensaios presentes na obra *Les problèmes de la philosophie de l'Histoire*, Paris, PUF, 1984.

a posição do Arquipélago na Região Metropolitana para além da oposição centro-periferia, ou ilha-cidade. As representações do Delta do Jacuí como parte de uma bacia hidrográfica, e sua interdependência com outros ecossistemas regionais e globais não são evidentemente conceitos científicos imediatamente incorporados pelos moradores como propõem inúmeras ações de educação ambiental realizadas com os moradores que pude observar. Da mesma maneira, as práticas de navegação, por exemplo, estão ligados a saberes quanto aos diferentes lugares da região que se ligam através das águas. E é justamente aí que se pode refletir sobre uma mudança na imagem do mundo, na concepção de ambiente, ao incorporar-se o reconhecimento da influência das ações de outros segmentos sociais na qualidade do ambiente local, e na interdependência entre os diferentes territórios da região, ou seja, na percepção de um mesmo ambiente que engloba tantas esferas sociais.

A experiência urbana dessas populações é fundamental nessa mudança de perspectiva, pois nesse processo de ambientalização (Lopes, 2004; 2006), ou de ecologização do mundo como propõe Maffesoli (1996; 2006), em que o sentimento trágico de constatação de um destino, de finitude do mundo em que vivemos, está presente a tragédia da cultura de Simmel, que caracteriza a crise da vida moderna e a "vida mental da metrópole"<sup>41</sup>. Segundo Simmel, o indivíduo moderno encontra-se face a uma infinidade de formas que a cultura gera sem cessar, como os progressos científicos, tecnológicos ou artísticos, que um único indivíduo não consegue dar conta, no sentido de subjetivá-las por completo, mas também não pode recusá-las, pois fazem parte de sua esfera cultural. (SIMMEL, 2004, p. 413) Pertencer à metrópole, significa ser "um elo em uma enorme organização de coisas e poderes" (SIMMEL, 1979, p. 21).

Palco de negociações, mas também de conflitos, a Cidade como corpo coletivo (ROCHA, 1994) depende de sua coesão interna para obter sucesso na aventura humana, e modernamente, agenciar a ambivalência das visões contrastantes, entre as conseqüências catastróficas do agigantamento das cidades, e suas conquistas tecnológicas de sofisticação do universo artificial construído.

---

<sup>41</sup> Refiro-me ao título do ensaio de Simmel publicado em "O Fenômeno Urbano" (VELHO, O. , 1979).

Poderíamos perguntar se as políticas internacionais de proteção ambiental não estenderiam os princípios de civilidade, os códigos de posturas, as regras de convívio do espaço urbano à paisagem do mundo natural? Pela centralidade simbólica de toda cidade como obra coletiva, a cidade é capaz de estender-se enquanto “imagem do mundo”, conforme Leroi-Gourhan (1975), na medida em que é elaborada a partir da mediação pela técnica. O espaço é não apenas representado, mas apropriado e conhecido pelas práticas de deslocamento, de habitat, de trabalho, em que entram em jogo as grandes conquistas tecnológicas da Civilização como um sistema acumulado de saberes, de posturas, de gestos que o configuram como ambiente técnico-cultural. Como o próprio autor antecipa, o esforço da Cidade como obra coletiva é estender-se aos confins do universo, inserindo-o num cálculo de dias e distâncias em relação ao ponto de partida, configurando assim uma Natureza que é re-inserida nesse mundo artificializado<sup>42</sup>.

No atual plano técnico-econômico dessa Civilização Urbano Industrial, os limites do espaço organizado em termos globais se tornaram atingíveis no tempo das operações cotidianas, fisicamente e principalmente, simbolicamente. Poderíamos dizer, de acordo com o antropólogo Antônio Arantes (2000), e os estudos de Ulf Hannerz (1994), que esse “centro” passa a deslocar-se para os muitos “nós” cosmopolitas, que condensam tecnologia e telecomunicações, conectados a muitos outros pontos do globo. Para encontrar sentido nessa experiência urbana é preciso adaptar-se a esse sistema artificial que ordena as atividades cotidianas como o consumo, ou o trabalho, no qual as transformações ocorridas num canto do planeta têm efeitos globais.

É por isso que a “questão ambiental” pode ser entendida enquanto um problema de reintrodução do Natural no espaço construído, nesse universo artificialmente ordenado a partir da lógica urbana. Contemporaneamente, uma

---

<sup>42</sup> “... o conjunto do animal, do vegetal e do humano continuará a assegurar os laços existentes entre o indivíduo e o universo. A inserção será tanto mais total na medida em que milhões de homens, instalados numa poltrona, a dezenas de quilômetros do mais ínfimo pedaço de natureza autêntica, viverão simultaneamente a mesma evasão passiva no interior das florestas tropicais, projetada num écran reproduzindo as verdadeiras cores, som, relevo e cheiros. Na situação limite, o espaço sobre-humanizado não comportará mais do que simples amostras de natureza indispensáveis para manter na memória da massa humana, através de técnicas audiovisuais, à margem de toda realidade experimentada, a percepção da relação existente entre o homem e o universo de ação no qual os seus longínquos antepassados iam buscar a sua razão de ser e de agir.” (LEROI GHOUREAN, 1975:160.)

série de instituições e normas passaram a constranger as relações sociais relacionadas ao uso dos recursos naturais, em contrapartida ao processo global de desenvolvimento de sociedades urbano-industriais. As populações urbanas e não-urbanas passaram a ter que repensar suas práticas cotidianas a partir desses constrangimentos. Não são apenas as “populações tradicionais” ocupantes de florestas e áreas litorâneas que precisam ser pensadas em suas trajetórias de enraizamento numa paisagem natural, mas principalmente toda a grande quantidade de pessoas que partiu das áreas naturais e do meio rural para situarem-se nas periferias dos centros urbanos, ocupando na maioria das vezes, o espaço não-construído, o que restou de meio “natural” nas regiões metropolitanas.

Para dar conta dessa outra imagem do mundo, além do conjunto de imagens em fotografias antigas, relatos de cronistas, gravuras e pinturas, e de registros em vídeo das narrativas, do cotidiano e da paisagem do Arquipélago, reuni também uma série de imagens técnicas quanto às representações da Bacia Hidrográfica, do Parque Delta do Jacuí, da Região Metropolitana de Porto Alegre presentes em relatórios, planejamentos, sites de internet.

Da mesma forma, reuni algumas reportagens de jornais que apresentam a discussão pública quanto às catástrofes ambientais e quanto aos conflitos no Delta do Jacuí, e tive a oportunidade ainda de reunir uma documentação a partir de experiência de estágio de doutorado em Paris, França, país do qual se origina a atual política internacional de recursos hídricos, e que possui em sua experiência urbana uma relação diferenciada dos usos da água no cotidiano.

Essa experiência será abordada nos próximos capítulos, assim como a forma que encontrei de apresentar na tese essa composição complexa de imagens. Veremos também mais adiante as sutilezas dessa relação entre a interdependência do mundo globalizado atual, os estilos de vida urbanos e a visão sistêmica a partir da qual as ciências naturais embasam as atuais políticas ambientais. Aqui, reforço apenas a opção pela narrativa e pela investigação através das imagens, interpretadas através do conceito de paisagem, enquanto forma no sentido simmeliano, em constante re-elaboração no tempo, para investigar essas sobreposições de diferentes imagens do mundo como uma forma de negociação de uma realidade socioambiental.

Enquanto um "antropólogo na figura do narrador", conforme a provocação colocada por Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2005), penso que a maior contribuição da pesquisa para esse conflito é certamente a articulação das imagens produzidas ou apenas reunidas durante a pesquisa e das narrativas performatizadas pelos narradores enquanto conhecimento antropológico, que retornam ao circuito de imagens da memória coletiva, para poderem circular em meio ao debate ético que a questão ambiental contemporânea coloca.

Na tentativa de compor uma intertextualidade que vai além do diálogo ético entre a comunidade acadêmica da qual se origina o antropólogo e as comunidades com as quais o trabalho de pesquisa etnográfica é construído, busco refletir sobre a contribuição do conhecimento antropológico, produzido a partir das opções metodológicas aqui apresentadas, com o uso da imagem e a investigação da narrativa, no campo de uma ecologia política (LITTLE, 2006) contemporânea. Trata-se de uma intertextualidade que também se constrói no diálogo entre a Antropologia, a Biologia, a Geografia, o Direito Ambiental, a História e a Ciência Política, voltadas para os conflitos que envolvem atores sociais e "agentes naturais" em uma realidade socioambiental.

## **Capítulo 2 - Memória, cidade, ética, meio ambiente e a produção de uma etnografia em vídeo digital entre moradores das ilhas do Delta do JacuíRS**

Este capítulo visa explicitar melhor uma questão que fica em aberto no capítulo anterior que trata da trajetória da pesquisa. Trata-se da questão do uso da imagem técnica (audiovisual, fotográfica, iconográfica, literária) como recursos metodológico de construção do conhecimento antropológico, e como forma de escritura etnográfica. Este capítulo é dividido em duas partes, uma parte composta em DVD, cuja leitura é feita a partir da navegação por menus e sub-menus que dão acesso aos conteúdos narrativos produzidos durante a tese, e outra parte escrita que tem o objetivo de explicitar as escolhas de composição narrativa de vídeos, de seqüências de imagens, e mesmo da navegação na forma de hipertexto (CLEMÉNT, 2004) que o dvd propõe ao leitor.

Por realizar este trabalho a partir de uma tradição antropológica de pesquisa com imagens, a Antropologia Visual e da Imagem, investiguei essas diferentes representações desses territórios e de suas águas conforme eles são vividos e pensados em diferentes escalas: ilha, arquipélago, banhado, bairro de periferia, reserva ambiental, bacia hidrográfica, região metropolitana, águas planetárias. Em função da temática da memória coletiva no mundo urbano, as imagens produzidas através da pesquisa etnográfica acrescentam uma densidade importante ao conjunto de imagens técnicas que usualmente representam territórios naturais como este em questão. Aos mapas da bacia hidrográfica, às fotos aéreas e de satélite, às imagens dos ecossistemas locais ou mesmo às representações clássicas da paisagem desabitada e contemplada à distância, emergem da pesquisa outras "formas de ver" essa questão pública ambiental, na voz de moradores, nas suas ações cotidianas, na forma como se relacionam com as ilhas e com os demais territórios urbanos de um ponto de vista inserido na paisagem à beira das águas.

## 2.1. "formas de ver"

A antropóloga Anna Grimshaw (2001), discutindo o campo da antropologia visual, defende a tese de que o uso da imagem na escritura etnográfica implica, por parte do pesquisador, a adoção de determinadas tradições de pesquisa e de observação da vida social, que a autora chama de "ways of seeing" (formas de ver) a realidade social na antropologia. O uso de fotografias, filmes, enquanto produção de conhecimento antropológico significa uma ruptura com a desconfiança de uma Antropologia Moderna com relação à dimensão ilusória e fabulatória das imagens, carregadas de subjetividade e de interpretações múltiplas que não condizem com a busca de objetividade que marca o desenvolvimento do conhecimento antropológico na primeira metade do Século XX e seu estabelecimento enquanto disciplina acadêmica, conforme a antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha (1999).

Ainda que autores clássicos na antropologia como Malinowski (1976) se valessem do registro fotográfico ou fílmico em campo, em suas produções acadêmicas buscavam se distanciar do passado de uma antropologia evolucionista, apoiada nas coleções de imagens e artefatos reunidas por viajantes e classificadas em museus, conferindo às suas imagens o estatuto de prova, testemunho do real.

Uma outra "forma de ver" (GRIMSHAW, 2001) a realidade social se aproxima da postura de antropólogos como Franz Boas (2003) e, posteriormente, seus seguidores como Margaret Mead (1985), cuja pesquisa comportava o registro das mais variadas formas de manifestação cultural de inúmeros grupos sociais, com o objetivo de sofisticar os dados etnográficos através da reunião de dados sensíveis (sons, narrativas orais, músicas, retratos, grafismos, filmes, indumentária, etc.) que dessem conta da dimensão estética da cultura em torno de conceitos como o de tradição.

Autores mais contemporâneos, como Clifford Geertz e toda uma escola dita "Pós-moderna"<sup>43</sup> na antropologia já propõem uma produção de textos antropológicos a partir da leitura da realidade social "por cima dos ombros dos nativos" (GEERTZ, 1979), ou seja, representações científicas enquanto

---

<sup>43</sup> Refiro-me aos trabalhos de James Clifford (1998), Michael Taussig (1987), Paul Rabinow (1999), entre outros.

"traduções" das representações sociais dos sujeitos, expressas nas performances orais, nas posturas corporais, nos jogos, nos rituais praticados pelos grupos sociais. Trata-se de uma intertextualidade, entre o conhecimento científico e a dimensão estética de determinada cultura, que leva em conta na escrita antropológica o encontro inter-subjetivo entre o autor e os sujeitos do grupo pesquisado através de uma experiência de imersão em uma outra realidade social, mas também através de uma experiência de constante diálogo com este Outro alçado ao lugar de co-autor do texto etnográfico, do conhecimento produzido.

Uma série de trabalhos contemporâneos, que apresentam fotografias, filmes, sons, desenhos como parte de "descrições densas", nos termos de Geertz (1979), seguem essa nova tendência de produção de conhecimento através da imagem. No entanto o desafio de uma antropologia visual e sonora permanece ainda, nos termos colocados pelo antropólogo David MacDougall: O que fazer com as pessoas? O que fazer com o dado sensível?<sup>44</sup> Na construção do conhecimento antropológico, qual o lugar das narrativas das pessoas, dos diálogos com os informantes, das imagens de seu cotidiano?

O esforço de uma antropologia da imagem tem sido o de deslocar essas imagens das introduções e anexos das etnografias, para o centro da produção do conhecimento, através da explicitação da intertextualidade dessas imagens fundantes do pensamento antropológico. Seguindo essa abordagem, proposta por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (ECKERT E ROCHA, 2000), optei pela investigação das imagens presentes às narrativas (orais, literárias, fotográficas, videográficas, iconográficas) sobre a paisagem urbana para o estudo da problemática ambiental inserida em uma memória coletiva das tradições e dos arranjos da vida urbana, refletindo sobre minha própria produção etnográfica enquanto memória do cotidiano dessas comunidades em seu território.

---

<sup>44</sup> "Anthropology has had no lack of interest in the visual; its problem has always been what to do with it. This problem is historically related to another anthropological problem: what to do with the person - the sentient, thinking being who belongs to a culture but, from the anthropologist's point of view, can often reconstitute very little of it." (MACDOUGALL, 2006, p.213).

## 2.2. Etnografia audiovisual e narrativa oral

Como visto na trajetória da pesquisa descrita no capítulo 1, ela desenvolveu-se a partir da produção dos documentários etnográficos “A Morada das Águas” (2003), “O Barco dos Sonhos” (2000), “Ilha Assombrada: realidade ou ilusões?” (1999), através da realização de pesquisa etnográfica na cidade de Porto Alegre junto ao BIEV (Banco de Imagens e Efeitos Visuais). Inicialmente, foram conceitos como narrativa oral, memória coletiva e paisagem no mundo urbano que motivaram as escolhas de realização das imagens e de edição de seqüências de imagens. Portanto, antes de discutir a composição de uma narrativa hipermídia, é preciso discutir as particularidades da interpretação da paisagem tecida a partir da configuração de narrativas etnográficas, sobretudo em vídeo, pela via da relação fundamental entre tempo e espaço que a narrativa cinematográfica articula.

Realizar um documentário etnográfico e uma escrita sobre o trabalho da memória de estetizar o tempo na narrativa oral envolve o desafio da composição, na narrativa etnográfica, dessas imagens que os narradores cadenciavam nos seus relatos e gestos.

Quando questionados sobre as paisagens do Arquipélago e sua transformação, ao narrarem não apenas sua experiência, mas as histórias que ouviram de familiares e outros moradores, as lembranças dos narradores evocavam figuras míticas e lendárias que estavam presentes na memória coletiva do lugar. Escravos e “bugres” (índios guaranis e kaigangs) fugitivos que se refugiavam nas ilhas, peões, fazendeiros e coronéis, batuqueiras, bruxas e pescadores eram figuras recorrentes nos relatos, revelando uma estrutura simbólica para se pensar os itinerários dos grupos urbanos que foram se inserindo no contexto da cidade. Essa dinâmica dos tempos sobrepostos na paisagem do Arquipélago não era algo subjacente, ou escondido nos relatos, mas, pelo contrário, os narradores sabiam que esse conhecimento que vai além de sua própria história de vida só podia ser acessado na relação que se estabelecia entre narrador e ouvinte, e na disposição para aderir às imagens que iam fazendo uma história “puxar” a outra.

De todos os narradores, Adão e Mocotó foram certamente os que mais tiveram prazer e habilidade em colocarem-se na figura do narrador. Desde os primeiros encontros, mais breves, assumiam uma performance que exigia do ouvinte uma contrapartida. A cada pergunta que fazia a Adão, por exemplo, ele fazia uma pausa, iniciava o relato de uma estória e interrompia a narrativa, dizendo – “Mas depois eu não vou contar, hein?” Era a sua reivindicação – a disponibilidade de tempo e a despreocupação com as horas. Câmera na mão, olho no olho de Seu Adão, gravamos mais de 5 horas intercaladas, nas quais ele assumia contente o personagem narrador perante à esperada gravação.

Nessa situação de performance, a situação de gravação se tornava uma forma de evento narrativo ao estabelecer a interação entre sujeito narrador e seus ouvintes. O uso do vídeo possibilitou uma maior aproximação da “arte de dizer” (DE CERTEAU, 1994) do narrador, das suas táticas de entonação de voz, de orquestração dos silêncios, da cadência dos gestos que faziam com que a estória fosse contada com todo o corpo.

Mas há também uma outra dimensão da narrativa oral, que não diz respeito apenas à performance corporal, mas à própria composição da sucessão de fatos no tempo que permitiu aproximações entre o "roteiro" que o narrador desfia em suas estórias e um roteiro de seqüências de imagens elaborado pelo antropólogo.

Esse espanto com a forma como o narrador configura a “tessitura da intriga” do relato (RICOUER, 1994), ordenando a sucessão de acontecimentos, esteve presente durante a pesquisa, desde o início, com as gravações das estórias narradas pelo barqueiro Mocotó, não apenas no momento em que Mocotó falava, mas também após as entrevistas, ao assisti-las em casa.

A impressão que eu tinha era de que Mocotó articulava seu pensamento em alguns “planos”. Num plano, a sua memória, o que viveu e ouviu pelas águas do rio. Mocotó parecia voltado para esse plano, para dentro, em momentos silenciosos e pausas quase imperceptíveis. Desse plano de fundo, emergia outro plano, o do contar da história, da habilidade de Mocotó em transformar essa história num conto interessante, de fazer com que as imagens da memória parecessem estar ao redor de narrador e ouvinte, a ponto de poder visualizá-las. Por fim, essa narrativa encontrava um terceiro plano, o diálogo com a equipe de gravação.

Esses “planos” que acabo de descrever, é possível conceituá-los a partir do que Paul Ricoeur chama de *tríplice mimese* da mediação entre tempo e narrativa: *mimese I, mimese II e mimese III*. (RICOUER, 1994).

O primeiro “plano”, *mimese I*<sup>45</sup>, parte da idéia de que essa busca que o narrador faz na memória de “o quê contar”, consiste numa “*pré-compreensão do mundo e da ação*”. A escolha das ações é a identificação nas ações lembradas de uma estrutura temporal, um encadeamento não necessariamente cronológico das ações, mas que lhe conferem sentido.

Já o segundo “plano”, *mimese II*, refere-se à própria tessitura da intriga, o desenrolar da narrativa oral e corporalmente. É uma ficção, uma operação de extrair de uma simples sucessão de fatos uma configuração de ações. Ao narrar, Mocotó e outros narradores narram uma história com início, meio e fim, e sabem quais são os pontos fortes dramaticamente (de máxima tensão) da história. Além disso, Mocotó não narra tudo o que se passou, apenas o necessário para o entendimento e envolvimento do ouvinte, narrando apenas os acontecimentos que vão além de uma ocorrência singular, mas que se encadeiam numa estrutura dramática.

É claro que as atividades de *Mimese I* e *Mimese II* não ocorrem separadas. A todo instante, o narrador joga com uma atividade e outra, buscando na memória os detalhes a serem narrados e configurando-os no contar da história. Falta ainda, para que esse ir e vir se complete, um terceiro elemento, *mimese III*. Quando me refiro à realização das gravações em vídeo das entrevistas como um evento narrativo, coloca-se a questão de que não é apenas o fato de uma equipe de gravação estar aguardando do narrador a sua performance, que irá desencadear o que Victor Turner (1974) chama de drama social, uma ruptura no movimento ordinário da vida pela instauração de um momento de reflexividade. Esse diálogo entre o narrador e seus ouvintes é justamente a condição desse contar (e ouvir) histórias. Um não existe sem o outro. É justamente esta a idéia de *mimese III*, uma série de tradições narrativas partilhadas culturalmente, uma forma de composição da intriga (oral,

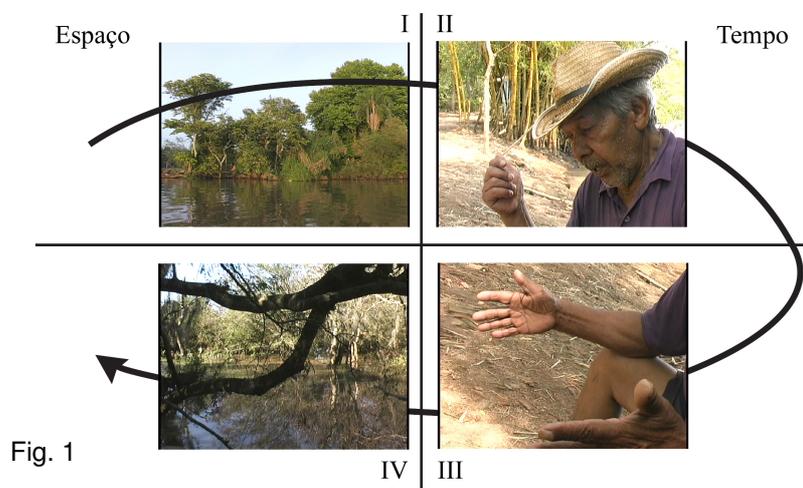
---

<sup>45</sup> “Vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de *mimese I*: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária.” (RICOUER, 1994, p.101)

literária, cinematográfica) que orienta a forma do relato. Nesse sentido, não é apenas uma relação de narrador e ouvinte, já que há a presença de uma câmera. Paul Ricouer (1994) coloca que a *mimese III* se dá na linguagem, a experiência do narrador não é passada em substância para o ouvinte. Ela é mediada, tecida na linguagem. E a linguagem vai depender tanto de quem fala quanto de quem ouve. Sendo assim, é possível pensar o investimento dos informantes da pesquisa, na dedicação de tantas horas para as gravações dessas situações narrativas, como a sua contribuição inteligente na produção das próprias imagens da pesquisa, que não dependem exclusivamente da habilidade ou sensibilidade daqueles que operam os equipamentos técnicos.

Por ter passado muitas horas ouvindo essas histórias, na companhia de outros ouvintes, sem a câmera, eu havia aprendido a participar do evento narrativo e provocar muitas vezes a “ocasião”, a que se refere Michel de Certeau (1994), em que o relato toma forma. Ao questionar os narradores sobre as marcas presentes na atual paisagem da região (o nome dos lugares e a sua forma – uma casa abandonada, uma estrada, uma embarcação) os significados relacionados a tais lugares eram evocados na forma de um “buraco no tempo”, uma ausência de sentido que era evocada na forma de um vestígio (DE CERTEAU, 2002). Conforme Michel de Certeau (2002), um “ali” que a mão, os olhos, a postura corporal apontavam, aliados às palavras que faziam então uma costura do tempo, nas lembranças de como o narrador tomou conhecimento de tais significados, inserindo nesse “ali” um “assim”, os muitos gestos e práticas que estavam inscritos nessa paisagem, que emergem na situação da narrativa.

São esses “golpes” (DE CERTEAU, 2002) da memória que mediatizam transformações espaciais e “fazem ver” aquilo que até então era invisível, um tempo outro inscrito no lugar<sup>46</sup>:



Esses golpes são as surpresas, as reviravoltas do relato, que precisam da contrapartida dos efeitos da narrativa no ouvinte. Essa contrapartida do ouvinte é devolvida ao narrador não só na palavra, nas perguntas e nas interpretações que o ouvinte faz, mas igualmente ela é feita com o corpo, na forma como corporalmente acompanhamos a figura do narrador, como centramos os olhos e ouvidos nos seus gestos e assim temos condições de referir-mo-nos, também, a esse outro lugar evocado na narrativa, que está ao mesmo tempo ausente e, no entanto, presente na forma como o narrador se situa na relação entre espaço e tempo. Esses outros tempos e lugares estão projetados então, em relação ao narrador e ao ouvinte, numa dimensão que é vivida corporalmente, situada em relação aos espaços cotidianos do narrador.

Seu Adão, por exemplo, tinha o seu “banco de praça” preferido, um toco de madeira colocado entre a beira do rio e a estrada que atravessa essa margem da ilha, onde ele costuma se sentar para conversar e contar histórias para seus netos e amigos. Nesse lugar Adão tinha, de um lado, as águas e as demais ilhas para as quais se referia em determinados momentos, interrompido pelas embarcações que passavam e muitas vezes “carregavam” o relato à bordo, para as muitas aventuras de Adão atravessando os canais do Delta. Do

<sup>46</sup> Imagens retiradas de uma narrativa de Adão no documentário “A Morada das Águas” - Rafael Devos e Ana Luiza C. Rocha / BIEV UFRGS 2003.

outro lado, Adão tinha a sua casa e seu quintal, envoltos pelo mato da ilha onde muitos seres fantásticos se manifestavam nas narrativas. Cortando esses espaços, a estrada que conduzia a narrativa para a vila, a ponte e a cidade, e as aventuras de Adão em sua trajetória na cidade. A própria casa de Adão está centrada em meio a esse universo que a narrativa desvela: da janela de sua casa, enxergava o rio e os barqueiros que acenavam ao passarem, enquanto que da varanda contemplava o movimento da ilha.

É esse outro lugar, instaurado pelos “golpes” da narrativa, pelas rupturas colocadas pelo mundo da memória, que no momento oportuno, modifica a própria organização do visível e revela a paisagem do Arquipélago de uma outra forma, enquanto “espaço fantástico” (DURAND, 2001) da memória (ECKERT E ROCHA, 2001).

Não apenas ouvindo as narrativas, mas igualmente acompanhando algumas práticas cotidianas desses narradores, pude começar a perceber uma outra paisagem do Arquipélago. O conceito de paisagem, conforme é entendido esteticamente, consolida-se enquanto representação espacial através da perspectiva renascentista, no arranjo dos elementos no quadro pictural em uma sucessão de planos que dão conta da relação espacial e simbólica entre os objetos visíveis de forma a compor um todo (CAUQUELIN, 1989). A paisagem, enquanto representação, ou visão de mundo (GEERTZ, 1979), chega a se confundir com a própria idéia de Natureza, pelo seu efeito de “fazer ver” uma determinada relação entre rios, vegetação, homens, cidades e demais formas visíveis. Representar na linguagem cinematográfica, herdeira dessa tradição pictural, uma outra forma de “enquadrar” Natureza e Cultura pela via da narrativa oral, se constituiu no desafio de tradução dessa visão de mundo dos ilhéus para a escritura etnográfica audiovisual.

Nas narrativas, a paisagem aludida não é, portanto, a paisagem visível, mas uma paisagem praticada nos gestos presentes às práticas cotidianas desses narradores, e nas muitas ações narradas dos “antigos” nesses espaços repletos de sons, de cores, de cheiros, e sobretudo, de rupturas temporais que conferem nome e sentido aos lugares aludidos.

Essa relação entre a paisagem, as práticas cotidianas e a performance corporal de “contadores de caso” (HARTMAN, 1999), remete a um conhecimento particular dos espaços das ilhas, se embrenhando nos mistérios

da mata, na luminosidade das águas. As narrativas da prática da caça “assombrada” do tatu e da capivara, por exemplo, atividades feitas à noite, em meio à vegetação fechada dos matos e banhados, insere-se numa paisagem noturna, plena de sons e seres fantásticos que são associados às manifestações sobrenaturais.

Há nessas narrativas a manifestação de um mistério em meio às paisagens, que podemos chamar de “epifania”, ao seguirmos uma concepção simbólica da imaginação para o estudo da memória. O símbolo, para Gilbert Durand (1988), tem o caráter de “epifania”, aparição do indizível, de um significado que é inacessível diretamente à consciência (DURAND, 1988). Nas narrativas a água, por exemplo, não está associada a um único significado. Como Gaston Bachelard (1998) já apontara, a água pode tanto remeter a um sentido terrível e ameaçador (como nas enchentes), quanto pode remeter ao seu caráter fecundo e protetor. Para interpretarmos, então, essa paisagem que se desenha nas narrativas, é preciso não se deter em uma imagem apenas, mas seguir a dinâmica das imagens, nos seus desdobramentos em que uma imagem vai levando a outra, convergindo esses elementos que compõe a paisagem para uma “constelação de imagens” (DURAND, 2001), organizadas no tempo, em uma linha narrativa.

Desse ponto de vista, as figuras lendárias e míticas que são recorrentes nas histórias das ilhas não poderiam ser interpretadas como um conjunto de narrativas importadas de um folclore historicamente localizado, como “herança açoriana” conforme as enquadrada uma memória oficial da cidade. Veremos como essa dimensão fabulatória também está presente em narrativas menos performatizadas que as que Adão ou Mocotó narram, na medida em que não se trata de um testemunho histórico da alteração da paisagem, mas de uma mudança de “formas de ver” as heranças desses arranjos da presença humana em meio à dinâmica da natureza do Delta.

Representar na imagem fotográfica, ou em seqüências de imagens e sons no vídeo, essa paisagem enquanto “espaço fantástico” da memória é portanto um desafio para a realização da etnografia que não se encerra na representação para um outro (o leitor). Era preciso conseguir compreender o ambiente do Arquipélago através desse dinamismo das formas (ROCHA, 1995),

da sua “poética do espaço” (BACHELARD, 2000) enquanto morada à beira das águas.

Era preciso ver nas águas calmas dos rios a possibilidade de suas ondulações assumirem a correnteza terrível que os narradores contavam ao falarem de naufrágios, era preciso ver nesse ambiente a sua característica mais fantástica que é justamente a sua característica ecossistêmica: a sua permanente mudança, na medida em que as águas “devoram” os terrenos das ilhas nos períodos de cheia e trazem consigo novas formas de vida entre a terra e água, que dão lugar a outras formas com a descida das águas. A expressão dos ilhéus de que “as ilhas se movem” é significativa dessa constante mudança de suas margens e ambiências.

Perseguindo uma “hermenêutica do Outro” (DE CERTEAU, 2002) no exercício etnográfico, teríamos então esse movimento do antropólogo, com o objetivo de interiorizar imagens que lhe são fornecidas pelo narrador para então poder representá-las na linguagem (ECKERT E ROCHA, 2005). Ainda que as imagens produzidas pelo antropólogo permaneçam dentro dos limites do que a linguagem possibilita, do que as estéticas da fotografia, do vídeo e mesmo da página composta de texto e imagem comportam, há a evocação dessa epifania, dessa convergência de imagens que não pode ser aludida em uma imagem apenas, mas na sucessão de imagens sonoras e visuais que vão novamente representando a etnografia como uma narrativa que “ondula” no tempo do fio narrativo.

Gravar em vídeo, tentando evocar essa relação entre tempo e espaço feita pelo narrador, traz o desafio de expressar na dimensão plana, bidimensional da tela do vídeo, a profundidade espacial e temporal que esses “golpes” do narrador encerram. A relação do cenário, do personagem e do fluxo da narrativa<sup>47</sup> não é estabelecida em um plano só (ou um quadro só), precisa da articulação de diferentes planos que formem uma seqüência. Quando se tem a articulação desses planos de forma que sua estética visual e o sentido que expressam se encontram para passar uma mensagem, tem-se o que é definido como uma “decupagem” (AUMONT, 1993). A busca de uma forma de

---

<sup>47</sup> O estudo dessa relação entre narrador e paisagem foi inspirada em outros documentários etnográficos, sobretudo os de John Marshall (“The Hunters”, 1957), e no cinema etnobiográfico de Jorge Preloran (Preloran, 1987).

enquadrar a figura do narrador para inseri-la então numa decupagem junto às imagens dos espaços das ilhas, era para mim bem mais do que um problema de representação, mas a condição da interpretação do fenômeno investigado. A análise dessa relação narrador/ouvinte/cenário, que podia ser percebida no trabalho de campo, permitia não apenas uma melhor operação da câmera de vídeo (nas escolhas do que enquadrar e como, de como mover a câmera ou mudar de ponto de vista), mas igualmente orientava a própria postura em campo e as provocações a serem devolvidas ao narrador. Orientava também as escolhas da montagem, para que a imagem do gesto do narrador “continuasse” na imagem seguinte, em planos dessa paisagem, dos lugares aludidos.

André Gardies (1993) analisa como tempo e espaço são estetizados no Cinema, através da relação que o espectador irá estabelecer com o espaço diegético (que é revelado pela narrativa), mediada pela relação física que este estabelece com a tela do cinema, ao voltar olhos e ouvidos para esta, e tomar as referências da tela (à frente, à esquerda, atrás) como ponto de partida para imaginar-se dentro do mundo do filme. Apropriando-me de alguns esquemas de André Gardies (1993) sobre a narrativa cinematográfica, poderíamos dizer que a forma de enquadrar o narrador no vídeo precisa levar em conta as seguintes dimensões<sup>48</sup>, para articular a relação tempo/espaço proposta por Michel de Certeau (2002):

---

<sup>48</sup> Imagens do documentário “A Morada das Águas” (Rafael Devos e Ana Luiza C. Rocha) / BIEV UFRGS 2003

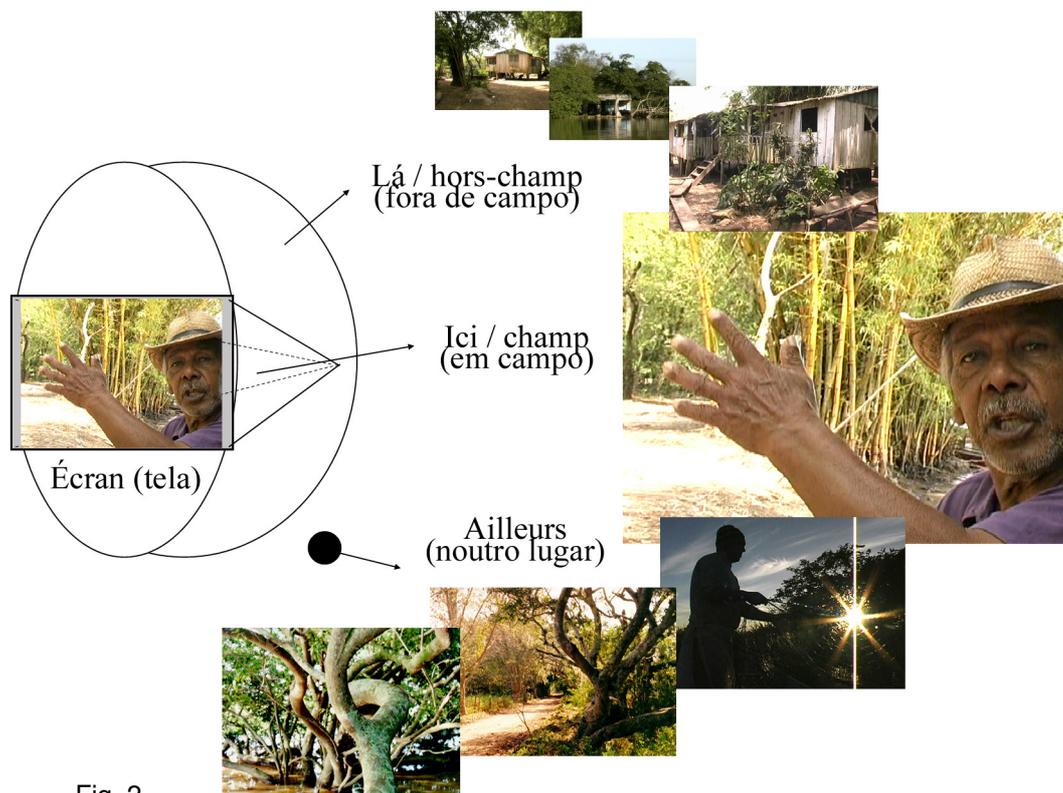


Fig. 2

O que é projetado na tela (*écran*), evoca uma ação que ocorre no espaço tridimensional, articulando o campo (*champ*) visível da tela (*lci*), com aquilo que o espectador não vê, mas por ser sugerido ele sabe que está ali (*Là*), fora do campo visual (*hors-champ*), como a casa de Adão, o rio, a estrada ou mesmo o pesquisador/ouvinte que está atrás da câmera a quem a voz e os gestos do narrador são endereçados. Finalmente, os lugares e tempos a que o narrador se refere encontram-se numa dimensão que não é contígua a esse campo visual, mas que mesmo estando além (*ailleurs*), em outro lugar, só é imaginável pelo que é visto e ouvido em campo, pelo que a ação contida no quadro (GARDIES, 1993) permite evocar.

Ao representar a forma da narrativa como dado etnográfico, há na construção narrativa do vídeo e do texto, portanto, o desafio de “aderir” à imagem poética (BACHELARD, 2000), de permitir ao leitor/espectador de seguir o movimento interpretativo iniciado no diálogo entre ouvinte e narrador. A seleção das narrativas, sua representação escrita e audiovisual e sua edição, mediada por questões conceituais, permitem ao antropólogo operar com esse

conhecimento sobre o tempo e compreender sua mediação simbólica na forma dos ilhéus compreenderem a paisagem das ilhas em relação à cidade.

Esse movimento interpretativo só é possível, por parte do antropólogo, se entendermos que o próprio narrador realiza esse movimento em sua interpretação do tempo, para poder justamente pensar o tempo. Ao mergulhar na sua experiência temporal, não são as ações e fatos que o narrador reconstitui, mas os seus significados, as suas “razões para durar” (BACHELARD, 1988, p.07) no tempo presente.

As narrativas de suas trajetórias sociais no ambiente urbano de Porto Alegre trazem esse componente heróico de uma experiência na cidade que é marcada pela duração de um viver coletivo na paisagem microcós mica das ilhas, enquanto ambiente cósmico e social (DURAND, 2001). Os gestos de travessia, de entrada e saída da cidade pelas águas são arranjados pelas práticas cotidianas da pesca, da extração de lenha, capim e também da catação e separação do lixo trazido da cidade e separado para vender de volta à cidade. Sua grande narrativa, portanto, é sua própria trajetória social, a possibilidade de continuar sendo *ilhero*, como diziam, na travessia de tantas rupturas com seu modo vida entre as ilhas, o rio e as ruas da cidade.

Para investigar esse fenômeno da memória, portanto, não há outra *forma* (ROCHA, 1995) senão aderir a essa dinâmica das imagens, mergulhar nas imagens em que o próprio narrador se deixa navegar, para encontrar as suas razões para durarem na paisagem do mundo contemporâneo. O uso do vídeo foi privilegiado nessa pesquisa, portanto, não só pelas vantagens que oferece em termos do registro audiovisual, de repetição dos fragmentos de gestos e palavras dos narradores, mas como uma forma do antropólogo mergulhar na figura do narrador, e se descobrir também no “lugar de construção do conhecimento de si a partir do testemunho legado pelo Outro” (ECKERT e ROCHA, 2005, p.55).

### **2.3. Ética e estética**

Está presente aí uma dimensão ética na possibilidade de evocação das imagens resultantes do encontro etnográfico nas palavras dos narradores. O uso do vídeo possibilita evidenciar a relação ética eminente ao trabalho de

campo de todo antropólogo, que conforme Roberto Cardoso de Oliveira (1996), está na comparação cultural pela via da "fusão de horizontes" (OLIVEIRA, R.C. 1996, p.65) culturais, pela aceitação de um acordo do qual o diálogo depende. Essa comparação não se situa apenas na dimensão dos estilos de vida do antropólogo, como morador da cidade e do nativo como morador da ilha, por exemplo, mas principalmente de um conhecimento que é compartilhado pelo antropólogo com sua comunidade de comunicação (a Ciência, ou a Antropologia) face aos saberes e fazeres dos quais o interlocutor lança mão, e que são levados a outras esferas de diálogo.

Várias vezes os documentários produzidos foram exibidos na televisão, por exemplo. Ao ver a reação dos moradores, que nem sempre era de aprovação, mas também de questionamento de tudo que não tinha sido mostrado, fico contente de ver a referência a um "filme de vocês", que inclui não só meus colegas de pesquisa, mas os interlocutores cuja imagem aparece no vídeo, na autoria dessas imagens.

As entrevistas em vídeo, na medida em que pressupõem um terceiro no diálogo, o espectador, e ainda por cima lidam com as estéticas audiovisuais às quais se filiam os sujeitos entrevistados e os entrevistadores, dependem dessa cumplicidade e da capacidade do antropólogo de colocar provocações para que o seu interlocutor vá além da primeira imagem que está disposto a mostrar para a câmera (que representa o estrangeiro no diálogo), para se perguntar reflexivamente sobre as imagens que compõem o jogo de identidades em questão. Nazaret, quando conversava com ela após uma entrevista gravada, me dizia que já tinha sido entrevistada por outras pessoas, mas que não tinha sido a mesma coisa, pois da primeira vez ela respondeu a um questionário que apenas lhe demandava dados - onde nasceu, com quem mora, quantos anos tem, o que faz. Brincava comigo que a primeira pergunta do questionário era "quem é você?", a qual respondeu com outra pergunta - "Quem sou eu? Quem fui eu? Quem eu sou?". Disse que era melhor assim, "conversando", pois ela afirmava que há muito tempo não lembrava de algumas coisas que foi narrando, e nem sabia como tinha conseguido chegar até onde chegou. Ao final da entrevista, é a sensação de um conhecimento construído em comum que a fita revela, onde a presença do pesquisador, evocada na voz que pergunta e que

vem de fora do quadro do vídeo, na câmera que treme ou no olhar do interlocutor, é condição fundamental dessa dimensão ética da pesquisa.

No momento mesmo em que escrevo este trabalho, essa dinâmica segue, e novos arranjos vão configurando a ocupação do Delta do Jacuí, novas negociações são travadas entre representantes do Estado e da população local, novas manifestações de ambientalistas são pronunciadas em nome da Natureza do Delta do Jacuí. Mover-me entre esses diferentes tempos e escalas de debates éticos, das manifestações públicas e fóruns internacionais, às reuniões e encontros da “comunidade” com o Estado, até os momentos do cotidiano em que gentilmente sou convidado a participar do tempo que segue na cozinha ou no quintal de casa, a bordo do barco de pesca ou na carona da carroça, tem sido o desafio dessa escrita. Não só ouvi relatos de trajetórias na cidade, mas vi velhos adoecerem e morrerem, adolescentes virarem adultos e saírem de casa, crianças nascerem. O estudo do cotidiano comporta esse desdobramento nessas muitas dimensões do tempo e do espaço, em que a vida se consolida em formas que vão se consolidando para novamente serem descosidas e refeitas. Como narrá-las?

#### **2.4. O Delta do Jacuí como um sítio**

Como aponta o antropólogo José Sérgio Leite Lopes (2006), estudos sobre a temática ambiental realizados no meio urbano têm apontado para a importância da memória coletiva, articulada em termos de identidades sociais localmente situadas, na interiorização dessa nova questão pública ambiental e na mobilização política de atores sociais. Ao compartilhar das narrativas dos moradores das ilhas sobre as transformações da paisagem local, pude perceber a importância da experiência urbana de circulação por universos simbólicos distintos e das trajetórias de desenraizamento e enraizamento (VELHO, 1999) dessas pessoas nas ilhas na construção de uma ética ambientalmente comprometida com a interdependência entre diferentes grupos urbanos a partir da qualidade do ambiente que compartilham. Essa ética não surge a partir da chamada “conscientização” pregada pelas ideologias

ecologistas, mas sim pelo posicionamento desses atores em diferentes esferas éticas de relações sociais em que o ambiente importa.

A reflexão sobre essa dimensão ética da pesquisa ocorre não apenas no trabalho de campo, mas também em momentos em que o trabalho é apresentado para interlocutores da comunidade acadêmica que não são necessariamente antropólogos, mas também biólogos, geógrafos, arquitetos que se interessam pela problemática da tese. Sobretudo, essa reflexão aparece nas diferentes formas de divulgar a produção etnográfica que compõe o trabalho. A pergunta feita por David MacDougall (2006), sobre os dados sensíveis do antropólogo, são retomados nesses momentos a partir dessa dimensão ética, na medida em que é papel de um conhecimento antropológico contribuir para os debates de uma Ecologia Política (LITTLE, 2006) contemporânea com essas dimensões do vivido humano.

Se entendermos a ética em termos das conseqüências reais da ação humana, serão em meio às relações sociais entre esses diferentes atores que veremos colocadas visões de mundo a que se filiam os sujeitos, e juízos de valor de cunho moral que se inscrevem em suas ações em relação aos usos da água e do solo, entendidos como espaços urbanos, às margens do Lago Guaíba.

Para navegar em meio a esse universo que abrange uma “comunidade de comunicação”<sup>49</sup>, que se refere a diferentes escalas sociais, do cotidiano aos contratos mundiais, tentarei situá-lo nas esferas com as quais o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira<sup>50</sup> propõe o estudo etnográfico da moralidade e da ética, seguindo os ensinamentos de uma tradição filosófica hermeneuta.

---

<sup>49</sup> Utilizo o termo “comunidade de comunicação” inicialmente entendida como espaço social marcado por relações dialógicas, que tenham lugar no plano da linguagem, do discurso (Oliveira, R.C., 1996, p.15). No entanto, no desenvolver da tese, veremos se é possível interpretar as ações sociais presentes ao cotidiano urbano, igualmente como enunciações que não apenas permitem interpretações sobre visões de mundo presentes nas práticas cotidianas, mas igualmente permitem a descoberta dos gestos cotidianos como atos de afirmação dessas visões de mundo, enquanto *ethos*, estilos de vida conflitantes do ponto de vista de uma ética ambiental.

<sup>50</sup> Tal abordagem aparece em diferentes obras, artigos, e ensaios do antropólogo (R. C. 1981; 1996; 1998; 2001 e 2004.), mas ela desenvolve-se a partir da abordagem dada aos conflitos entre o Estado Brasileiros e grupos indígenas tradicionais, em que justamente seus estudos se voltaram para a dimensão ética desse conflito, a partir da qual desenvolveu o conceito de “fricção interétnica”, que têm sido retomado contemporaneamente como norteador de outras situações de conflito.

Na medida em que órgãos internacionais apostam na construção de uma ética planetária de uso dos recursos naturais, é possível situar tais debates em três esferas, enquanto espaços sociais distintos e interdependentes. A micro-esfera ética define-se por seu caráter particularista, ou seja, está voltada para as conseqüências das ações para determinado grupo social (a família, a vizinhança, o grupo religioso, o clube esportivo, o local de trabalho). A macro-esfera ética ocupa-se com os “interesses vitais comuns a toda a humanidade, envolvendo inclusive o destino dessa humanidade” (OLIVEIRA, 1996, p.21), ou seja, é onde tem lugar o debate do acesso à água como parte dos Direitos Humanos, normas morais que ganham dimensões universalistas. Finalmente, a meso-esfera é onde entra o Estado e a política nacional, articulada entre as diferentes regiões, que buscaria mediar os interesses particularistas com os interesses do Estado, e ambos com os direitos humanos universais. É também a esfera em que se constrói o trabalho do antropólogo, na medida em que os diálogos travados com os informantes e o diálogo interno com a bibliografia estão voltados para a produção etnográfica em imagem e na escrita, que possui igualmente contribuições e conseqüências éticas para os grupos e o conflito em questão.

Certamente que os documentários produzidos durante a pesquisa têm essa capacidade de circularem, enquanto discursos, por diferentes esferas éticas, na medida em que foram exibidos na televisão, em mostras de documentários, congressos, eventos, e na medida em que são requisitados atualmente inclusive por órgãos públicos da área técnico-ambiental como o comitê da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, enquanto documentação sobre as ilhas do Delta do Jacuí. Ainda assim, a produção permanece enquadrada enquanto filme etnográfico, documentário, restrito a determinados públicos e espaços de divulgação.

A partir da experiência de inserir os dados da pesquisa, na forma de narrativas em vídeo, nas bases de dados do BIEV consultáveis via internet, e ao mesmo tempo de obter material para a pesquisa nessas bases de dados, passei a refletir sobre outras formas de divulgação da documentação da pesquisa, em que certamente a pertença às coleções de imagens dispostas na forma de hipertextos que compõe um museu virtual de Porto Alegre é uma delas.

Conforme Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005b), coordenadoras deste núcleo de pesquisa do PPGAS-UFRGS, a publicação de etnografias na web, construídas a partir de documentos multimídias (em diversos suportes digitalizados como fotos, vídeos, sons, textos) e articulados na forma de hipertextos (relacionados a partir de laços de referência cruzada) em um mesmo ambiente de consulta, permitem uma abertura diferenciada para a tarefa do leitor de realizar a "interpretação das culturas" na descoberta do conhecimento etnográfico (ECKERT e ROCHA, 2005b).

A construção do conhecimento antropológico na forma de hipertexto revela as intertextualidades inerentes tanto à pesquisa etnográfica (nos cruzamentos de uma série de autorias diferenciadas de discursos e narrativas) quanto à produção do conhecimento antropológico em si, nas redes de conceitos e nas reflexões teórico-metodológicas propostas, tirando vantagem do velho dilema da autoridade da produção etnográfica face às possíveis leituras plurais de sistemas culturais (CLIFFORD, 1994).

A proposta de uma escritura etnográfica na forma de hipertexto demanda, ainda, do pesquisador, uma produção de documentos narrativos na forma de fragmentos que evoquem aspectos relevantes para a interpretação da realidade social. Na medida em que cabe ao leitor seguir as conexões possíveis propostas pelo hipertexto, que não são ilimitadas, mas que também não se resumem a uma única direção no discurso, o conhecimento na forma de hipertexto permite ao leitor aproximar-se da própria dinâmica do fenômeno que a etnografia evoca, no caso, a dinâmica da memória coletiva, rica em associações, mudanças de sorte, rupturas, continuidades e oposições entre as ações humanas que encadeia no fio narrativo, próprias de um pensamento mágico, ou mítico, fundamentais à imaginação humana<sup>51</sup>.

Em pesquisas anteriores, realizei uma tentativa de transpor as imagens produzidas em outros suportes para a escritura da página do texto<sup>52</sup>. Na

---

<sup>51</sup> Refiro-me portanto à abordagem já citada anteriormente que Gilbert Durand (2001) confere à memória e à narrativa enquanto estruturas antropológicas do imaginário, sobre a dinâmica de um pensamento humano universal que se dá através do símbolo, através da imaginação humana.

<sup>52</sup> Em minha dissertação de mestrado e outros trabalhos anteriores (DEVOS, 2003; 1999) busquei evocar a narrativa oral usando o espaço da página como imagem. Através da sucessão de frases curtas e repetições de jogos verbais, em que os espaços em branco evocam os silêncios performáticos do narrador e os "cortes" na narrativa, cada linha se apresenta como uma imagem a ser encadeada em seqüência, com o objetivo de destacar as

escritura da tese, resolvi ensaiar outro caminho. Embora não tivesse os meios necessários para uma efetiva publicação em forma de *website* de um hipertexto realizado a partir do conjunto de imagens reunidos na pesquisa, optei por ensaiar laços entre essas imagens como um convite ao leitor para navegar por essas diferentes imagens do ambiente.

Como a maioria das imagens da tese são seqüências em vídeo, segui a proposta adotada pela equipe de pesquisa do BIEV de apresentar fragmentos de narrativas em vídeo, que não se constituem na forma do "filme etnográfico", mas sim enquanto o que cunhamos de "crônicas etnográficas em vídeo digital"<sup>53</sup>.

A forma narrativa da crônica, conforme Antônio Cândido de Mello e Souza (1990), compõe um "disfarce da realidade", na medida em que não ensaia como no romance a criação de um universo ficcional a partir da literatura, apenas tece um comentário sobre uma realidade que está para além do texto, e sobre a qual este acrescenta um ponto de vista. Com a fuga do tom monumental de outras formas literárias sobressai-se a descrição do banal e do ordinário, do corriqueiro, daquilo que poderia passar despercebido. No material em vídeo buscou-se encontrar essas descrições curtas, porém densas, em que a composição da narrativa apóia-se no estranhamento, na surpresa de desmapeamento de sentido que o próprio etnógrafo passa, ao deparar-se com determinado relato de um personagem, com determinada cena cotidiana, com determinado evento a partir dos quais a interpretação sobre a diversidade social e cultural emerge. Esse sentido não é esgotado, mas antes denotado, ou evocado na tessitura do fio narrativo, que introduz uma questão, que desenvolve-se dramaticamente e que chega a uma resolução que suscita novas questões.

Tais surpresas são uma característica essencial da imagem cinematográfica produzida no contexto etnográfico, segundo o antropólogo

---

imagens escolhidas pelo narrador em seu relato. Já as imagens (*frames* congelados do vídeo) dos gestos, olhares e posturas, postas em seqüências em conjunto com imagens da paisagem, foram postas em um mesmo canto da página, para evocarem a idéia de sucessão, em que espaços em branco foram sendo deixados como forma de aludir a elipses temporais e mudanças de direção do relato que criam a possibilidade de referência a esses lugares da memória.

<sup>53</sup> As idéias apresentadas aqui foram elaboradas em parceria com os colegas de pesquisa do BIEV/UFRGS enquanto procedimentos e reflexões metodológicas de pesquisa com vídeo digital, presentes em ensaios escritos ainda não publicados.

David MacDougall (1999). Refletindo sobre o processo de produção de um documentário, o antropólogo chama a atenção para essas primeiras unidades de sentido produzidas na continuidade de um único plano-sequência (uma tomada sem cortes) ou em uma seqüência de imagens, que devem ser respeitadas no processo de edição, pois se as leituras podem ser múltiplas de uma única imagem isolada, na continuidade das ações em uma mesma tomada, ou em uma seqüência, revelam-se sentidos a partir do contexto onde se está situado.

Quanto ao caráter episódico e fragmentado dessas crônicas, há uma proposta de montagem cinematográfica diferenciada na criação dessas pequenas montagens a serem relacionadas pelo leitor/espectador. Embora o dispositivo cinematográfico (GARDIES, 2003) esteja presente, a relação com a tela enquanto ambiente do qual as narrativas emergem não é a mesma da dimensão ritual da escuridão da sala de cinema. Conforme as reflexões de Roger Chartier (1999) sobre o livro eletrônico, e de Arlindo Machado (1987) sobre a narrativa audiovisual eletrônica, é possível dizer que o espectador se transforma no usuário das novas tecnologias, diante do qual as narrativas não são projetadas, mas estão disponíveis para serem acessadas. O usuário não assiste pacientemente à narrativa, ele avança, ele retrocede o tempo da estória, ele pode assistir a duas estórias ao mesmo tempo, pular de uma estória para outra sem nunca acompanhar uma destas até o fim. O usuário de computador “monta” a sua própria estória ao navegar por mensagens audiovisuais, sonoras, textuais, fotográficas, em hipertextos. O objetivo não é acompanhar a estória até o fim, mas compor uma série de fragmentos de estórias que o levarão a novos lugares imaginados, onde há sempre muitas janelas que levam a novas informações. A janela do computador, em que o vídeo é assistido possui um recurso que não pode ser negligenciado: ela não apenas pode ser aumentada, duplicada, diminuída, como pode ser sobreposta a várias outras janelas que estarão acumuladas em camadas, dando a sensação de imersão do usuário/leitor no espaço imaginário da tela em profundidade.

Além disso, os sentidos evocados pelas narrativas em vídeo podem ser confrontados a imagens em vídeo oriundas de outros filmes, ou mesmo à

imagens em outros suportes<sup>54</sup>. Além das imagens gravadas em vídeo durante a pesquisa, entre 1998 e 2003, ou das seqüências de imagens fotográficas produzidas durante o trabalho de campo, busquei articular seqüências de filmes antigos sobre Porto Alegre, produzidos por Antônio Carlos Textor em 1976, seqüências de imagens fotográficas que apresentam antigas obras de saneamento e de remodelação do espaço público da cidade, gravuras e pinturas que apresentam uma velha paisagem da cidade, incluindo a cidade vista das ilhas, reportagens de jornais contemporâneas, ilustrações presentes em materiais de divulgação com fins de educação ambiental, além de mapas, planos, imagens via satélite da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, da região metropolitana e do Delta do Jacuí.

Destaco ainda, o uso de alguns vídeos produzidos durante consulta ao *software google earth*<sup>55</sup>, que possui a característica de realizar deslocamentos tridimensionais por imagens obtidas via satélite, tanto no sentido de afastamento e aproximação, quanto no sentido plano. Pelo fato do programa permitir uma experiência de deslocamento pelo globo terrestre, visualizando inúmeras paisagens, optei por este recurso para aludir a muitas outras imagens técnicas que encontrei durante a pesquisa, que justamente representavam a ocupação do Delta do Jacuí visto do céu. Com o movimento, as imagens se aproximam de uma característica fundamental das imagens em vídeos registradas durante a pesquisa, fundamentais para a compreensão dos itinerários urbanos dos narradores, a evocação do arquétipo da viagem (DURAND, 2001), do movimento como experiência de descoberta dos significados inscritos no espaço, no caso do *google earth*, do caráter relacional das paisagens.

---

<sup>54</sup> Inspiro-me igualmente em Bárbara Glowczewski, que realizou um trabalho, nessa mesma linha, reunindo matérias em muitos suportes em um mesmo DVD, e privilegiando igualmente as imagens em vídeo produzidas durante anos de pesquisa com as populações aborígenes na Austrália. Cf. Glowczewski (2006)

<sup>55</sup> "O *Google Earth* é um programa desenvolvido e distribuído pelo Google cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de fotografias de satélite obtidas em fontes diversas. Desta forma, o programa pode ser usado simplesmente como um gerador de mapas bidimensionais ou como um visualizador de diversas paisagens presentes no Planeta Terra. Com isso, é possível identificar lugares, construções, cidades, paisagens, entre outros elementos. O programa é similar, embora mais complexo, ao serviço também oferecido pelo Google conhecido como Google Maps. O *Google Earth* possui funções diversas relativas à manipulação do modelo global, em geral relacionadas à recuperação de informações coletadas pelos seus usuários ao redor de todo o mundo a respeito de localidades específicas." [http://pt.wikipedia.org/wiki/Google\\_Earth](http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Earth), último acesso em 14/01/2007.

Através do uso de softwares de edição de vídeo e de composição de menus e sub-menus de DVD<sup>56</sup>, propus algumas consultas aos documentos que, apesar de já estarem em maioria disponíveis na internet no *website* do Banco de Imagens<sup>57</sup>, serão vistos segundo a dinâmica do sítio e da paisagem.

Conforme a relação proposta por Annie Cauquelin (2002) entre os conceitos de sítio e paisagem, enquanto representação espacial, busco compreender como a polêmica em torno do Parque Estadual Delta do Jacuí pode situá-lo como um sítio. Entendendo o sentido contemporâneo de sítio (*site*), é a questão da informação que o conceito de sítio, situação, articula entre noções distintas, espaço geométrico e lugar, sem abrir mão de nenhuma das duas.

O site incorpora ao caráter temporal e identitário dos lugares a questão situacional, ou estrutural, que coloca os lugares em relação. Sem congelar lugares como os territórios das ilhas numa memória do passado sem imaginação e numa identidade absoluta (sem dinâmica), o aspecto situacional do espaço geométrico indica a transformação, a reescritura das relações espaciais e das territorialidades. Através da memória, entende-se a importância das relações sociais e das práticas cotidianas dos moradores de lugares como as ilhas na transformação de suas paisagens. Portanto, as áreas naturais na cidade estão referidas a diferentes ordens situacionais, desde a sua posição estratégica global e regional (Região Metropolitana, Região Hidrográfica) até às suas relações com os demais territórios urbanos, remetendo à relação ética necessária entre esses diversos atores sociais para a construção de uma cidadania ambiental, pensadas em termos de micro, meso e macro esferas éticas que estão em jogo no trabalho de campo (OLIVEIRA, R.C. 2001 e 1996).

Não se trata apenas de conferir uma documentação histórica ao Delta do Jacuí, ou à Bacia Hidrográfica, mas sim de possibilitar ao leitor na própria forma de navegação pelas imagens uma reflexão sobre esses jogos de escalas e de temporalidades que estão presentes às nossas representações sobre o meio ambiente no mundo urbano contemporâneo. Assim como fazem os narradores ao contarem as mudanças nas águas das ilhas, nas beiras de rio,

---

<sup>56</sup> Refiro-me aos programas Final Cut Pro, DVD Studio e Adobe Photoshop, mais especificamente.

<sup>57</sup> <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>

nas ruas e canais de navegação incorporando criativamente conceitos da dinâmica ecossistêmica da bacia hidrográfica, busco entender essa sobreposição de sentidos que a paisagem natural em meio à paisagem urbana permite perceber.

Acrescentando a dimensão temporal inscrita na paisagem ao fator relacional entre os diferentes territórios, o objetivo é revelar conexões entre diferentes lógicas de representação do espaço, que são articuladas em uma reflexão sobre as inter-relações entre a vida cotidiana, o meio ambiente e o contexto social onde estão inseridos os narradores das ilhas.

Finalmente, segundo a idéia de que qualquer imagem técnica, mesmo as que se configuram em mapas, plantas, imagens de satélite, são representações do espaço através do tempo, ou seja, contemplam uma interpretação de determinada disposição física da paisagem em determinado momento, transposta para determinados códigos, aproprio-me criativamente dessas imagens neste trabalho, levando em conta o caráter relacional entre os lugares que elas expressam, sem considerá-las a partir de sua exatidão e precisão técnica de cálculo de grandezas e distâncias.

É a partir desta pista que busco articular uma espécie de hipermapa<sup>58</sup> das ilhas neste capítulo, compondo essa intertextualidade entre as imagens presentes às ciências ditas naturais com as imagens resultantes da pesquisa etnográfica, incorporando, e não excluindo a dimensão micro-cósmica que constitui a paisagem local (a ilheidade, a idéia de ilha), situando-a em relação aos demais territórios, como o centro da cidade, as demais periferias da Região Metropolitana, assim como às demais localidades da Bacia Hidrográfica, e dessa forma, em relação às discussões sobre a escassez mundial de água potável e a qualidade do ambiente planetário.

---

<sup>58</sup> Como propõe Cauquelin (2002), uma "*hypercarte*" se aproxima mais da representação do sítio, articulando espaço e lugar.

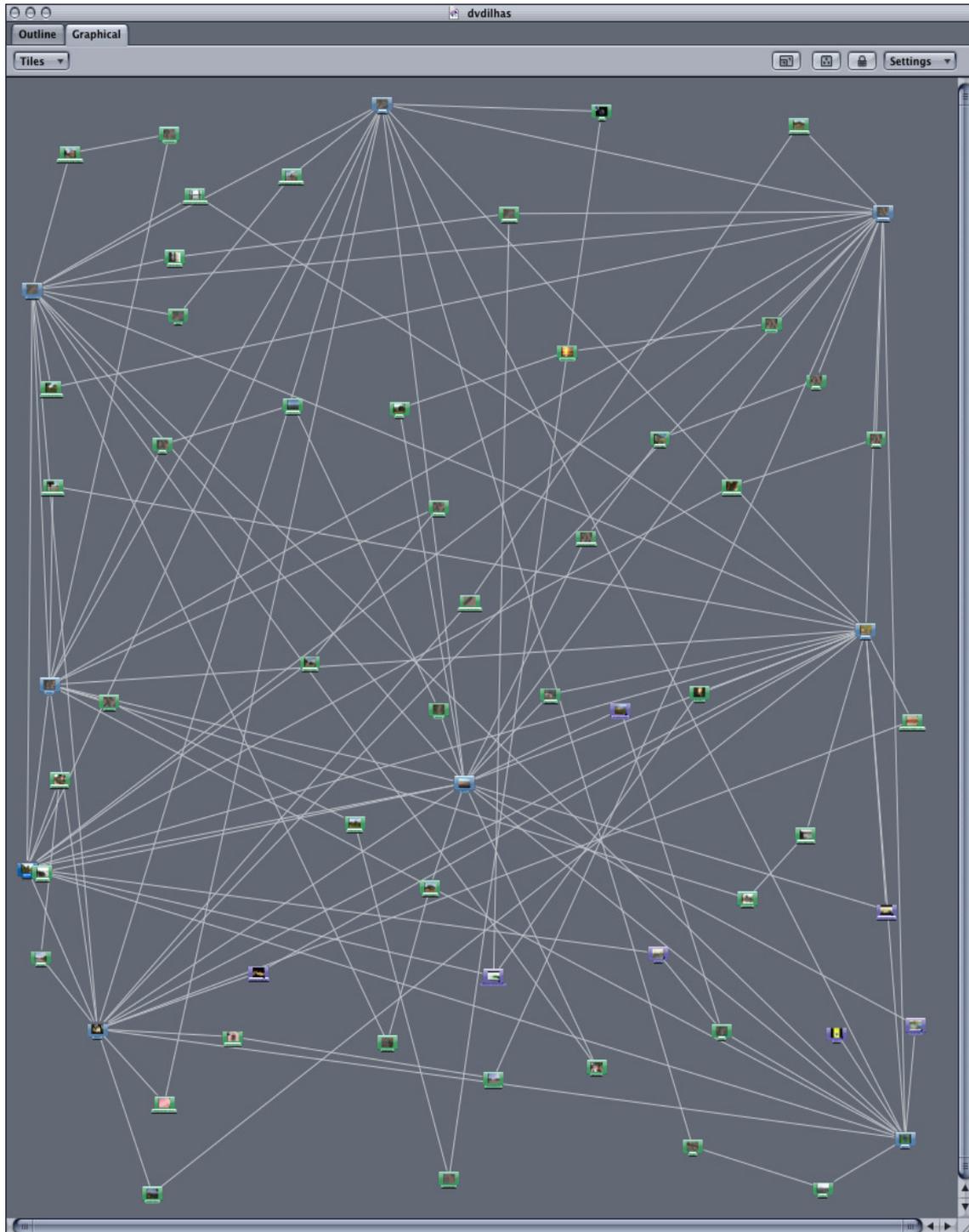


Fig. 3 (janela do programa DVD Studio Pro, apresentando um esquema dos laços entre os menus, seqüências em vídeo e seqüências fotográficas do DVD Capítulo 2 da tese)

### Capítulo 3 - A baía de todas as águas

“É provável que a água se transforme numa fonte cada vez maior de tensão e competição entre as nações, a continuarem as tendências atuais; mas também poderá ser um catalisador para viabilizar a cooperação entre os países.” Koffi Anan, Secretário-geral da ONU<sup>59</sup>

Este capítulo aborda o tema da tese, situando a cidade de Porto Alegre em meio aos debates mundiais sobre a escassez de água doce no planeta. Tem como objetivo esclarecer como a questão ambiental tensionada pelos usos e cuidados com a água permite uma abordagem diferenciada do universo de pesquisa, ao situar determinados territórios urbanos atravessados por diferentes esferas éticas no contexto de uma bacia hidrográfica. Ao mesmo tempo, pretendo demonstrar como a temática dos conflitos de uso da água têm a força socializadora de agregar muitas outras dimensões éticas da vida na cidade, e no caso do Delta do Jacuí, estão já colocados na trajetória política das comunidades que ocupam as ilhas.

Para tal, evocarei algumas publicações resultantes do Fórum Internacional das Águas, realizado em 2003 e 2004 na cidade, assim como publicações relacionadas à política ambiental, em especial, à política internacional de recursos hídricos, como páginas na internet de organizações internacionais e nacionais, relatórios e documentos de programas públicos na área de meio ambiente, material de divulgação, etc. Outras observações serão pontuadas, quanto a outros eventos, manifestações e situações em que pude acompanhar a dimensão política da questão da ocupação do solo e das águas do Delta do Jacuí.

---

<sup>59</sup> Citação publicada na Carta de Porto Alegre – Fórum Internacional das Águas 2003. Disponível em [http://www.onuportugal.pt/body\\_ano\\_internacional\\_da\\_agua\\_doce.html](http://www.onuportugal.pt/body_ano_internacional_da_agua_doce.html), último acesso em 13/10/2005.

### 3.1. Meio ambiente na macro-esfera

O Fórum Internacional das Águas, realizado em Porto Alegre em 2003<sup>60</sup>, reuniu cerca de 2.200 participantes que, durante três dias, assistiram a oficinas e conferências ministradas por autoridades nacionais e mundiais no assunto água.

Boa parte do público (os 2.200 participantes do Fórum) era composta por estudantes ou profissionais de áreas técnico-científicas relacionadas ao meio ambiente: biólogos, geógrafos, advogados, economistas, sanitaristas, urbanistas, engenheiros, funcionários de órgãos governamentais e de grandes empresas, representantes de comitês de bacia hidrográfica, jornalistas, etc. Debatiam-se projetos políticos e concepções diversas sobre formas de gestão pública da água, resultando na I e na II “Carta de Porto Alegre”, documentos elaborados a partir das discussões das duas primeiras edições do Fórum, a serem publicadas e inseridas em outros fóruns e espaços internacionais de debate do tema, como o Contrato Mundial das Águas, debatido em dezembro de 2003, em Milão, na Itália.

“Para o desenvolvimento sustentado e a prosperidade dos povos, as gestões dos recursos hídricos e do saneamento ambiental necessitam estar integradas às demais políticas públicas, fortalecendo o poder local, as empresas públicas e os mecanismos de controle social dos serviços, reforçando a cooperação entre os entes federados e a participação da sociedade civil organizada. Para isto o planejamento e a gestão participativa com referência nas bacias hidrográficas, são fundamentais, bem como a revitalização e o reforço dos sistemas públicos de água para melhorar o nível de qualidade e eficiência.” (Carta de Porto Alegre, 2003)<sup>61</sup>

A II Carta de Porto Alegre já propõe diretamente uma forma de gestão pública “sistêmica (contemplando os usos múltiplos), descentralizada (tendo a bacia hidrográfica como unidade), participativa (com integração de todos os atores sociais) e baseada no planejamento”<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Na análise privilegiarei a edição de 2003, embora o Fórum das Águas venha se repetido todos os anos na cidade.

<sup>61</sup> Carta de Porto Alegre – Fórum Internacional das Águas 2003. Disponível em [http://www.onuportugal.pt/body\\_ano\\_internacional\\_da\\_agua\\_doce.html](http://www.onuportugal.pt/body_ano_internacional_da_agua_doce.html), último acesso em 13/10/2005.

<sup>62</sup> idem.

A questão da água unia tanto demandas ecológicas, como os debates sobre o aquecimento global do planeta, a preservação da flora e fauna de unidades de conservação ambiental do Estado, a questão dos agrotóxicos e do lixo das cidades, quanto outras demandas, como as disputas do campo religioso pelo uso dos espaços públicos para celebrações religiosas, e a questão da moradia urbana, no caso, a ocupação das chamadas áreas de risco nas cidades por classes populares, como é o caso da ocupação das ilhas de Porto Alegre.

Em suas atividades paralelas, o fórum reunia também associações comunitárias, entidades religiosas, ongs ambientalistas, escolas, clubes esportivos, que reivindicavam outras questões sob a bandeira da água. Promoveram-se trilhas ecológicas nas nascentes dos rios, exposições de trabalhos escolares de educação ambiental, oficinas, shows de música. O evento encerrou-se com a “Romaria das Águas”, que unindo ecologia e religião, levou gente de todo o Rio Grande do Sul a navegar pelas águas do Lago Guaíba acompanhando uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, terminando com a celebração à beira do lago das energias e entidades protetoras das águas. Havia diversos cultos e fiéis presentes, em que se destacava a Mãe Oxum das religiões afro-brasileiras, pelo número de devotos que se manifestavam.

O objetivo do evento em 2003, e da sua segunda edição em 2004, foi o de expandir o público da Romaria das Águas que já ocorrera em outros anos, para mobilizar autoridades políticas, técnicos, empresários e a população em geral de Porto Alegre e de outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul quanto à importância de uma gestão pública da água, face à sua escassez na realidade mundial.

O conflito que venho acompanhando, a polêmica em torno da ocupação dos terrenos das ilhas do Delta do Jacuí, origina-se dessa dinâmica entre políticas internacionais e processos próprios da urbanização de Porto Alegre. O tema da ética ambiental, em especial quanto ao uso da água, reunia nesse evento, sob uma nova ótica, questões éticas presentes à vida urbana, com relação às diferentes concepções de “bem público” e, portanto, dos direitos e deveres com relação a estes, sejam eles os espaços públicos (como a orla dos rios enquanto solo urbano), sejam os elementos da natureza, como a água,

que perpassa e liga territórios urbanos, simbolizada em suas múltiplas entidades protetoras.

Pretendo investigar, nesse capítulo, como pode ser pensada essa realidade da escassez mundial de água doce, ou seja, sob qual ponto de vista essa realidade é construída, e quais questões são colocadas a partir dos debates em torno dos conflitos de uso da água, que forneceriam outra abordagem para o conflito de uso e ocupação do Delta do Jacuí enquanto território entre o natural e o urbano.

Justamente, seguindo a abordagem de Simmel (1984, 2004) sobre o conflito, cuja força socializadora agrega e rearranja indivíduos e grupos sociais em torno de um objeto em comum, é possível ver nesses espaços sociais alguns encontros, ou “confrontos etnográficos” (OLIVEIRA, R. C. 1996, 1998) em que os sujeitos podem repensar suas próprias visões de mundo ao reconhecerem a existência do ponto de vista de um Outro. Sobretudo, esta abordagem nos permite investigar como a própria questão do meio ambiente, ou da escassez das águas se transforma e se constitui nessa dinâmica do conflito. Seguindo os ensinamentos de uma antropologia das chamadas sociedades complexas, ou dos estudos sobre as inter-relações entre o local e o global, sabe-se que essas grandes tendências mundiais de reorientação das representações sociais e das ações cotidianas não se realizam senão de forma localizada, e diferenciada.

Enquanto tratamos do ambiente no sentido afirmado da macro esfera ética, da que se refere ao planeta como um ambiente em comum para todos os seres humanos, poderíamos dizer que ele está situado dentro do que Luc Ferry (1994) propõe para pensar a ecologia para além de uma ciência, enquanto uma ideologia contemporânea<sup>63</sup>. Segundo Ferry (1994), a visão sistêmica que a ecologia propõe reataria, do ponto de vista filosófico, com uma visão da existência de uma ordem cósmica em que um “contrato natural” se impõe entre os homens e os demais seres vivos (FERRY, 1994, p. 18). A alma e as forças ocultas da Natureza retornariam com toda a força, apoiadas menos em

---

<sup>63</sup> Portanto, não estou me referindo à Ciência da Ecologia e seus pressupostos neste trabalho, mas sim à dimensão moral e ética que a questão passou a ter no mundo contemporâneo, para a qual a abordagem do filósofo Luc Ferry se apresenta como mais apropriada pelas inter-relações que o autor estabelece entre uma “cultura democrática” do Ocidente com o pensamento ecológico. Destaco em especial a obra “A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem” (Ferry, 1994).

sistemas religiosos e muito mais em fatos cientificamente assegurados pela Ecologia, pela Biologia.

Afirmando uma nova ordem moral ao universo, a da recuperação de uma harmonia perdida com as forças da Vida, os chamados movimentos ecológicos, representados politicamente por ONG's internacionais<sup>64</sup>, dirigem uma mesma política a todos os cantos do planeta: a interdição de práticas econômicas que atentam contra a "biosfera"<sup>65</sup> (como a caça, a pesca industrial predatória, o desmatamento) e a promoção de novos costumes dotados de uma nova consciência capaz de rever o "Processo Civilizador" da Civilização Ocidental<sup>66</sup>. Em sua forma mais sofisticada, propõem dotar de racionalidade o consumo, seja valorizando a produção de produtos alimentares pela via mais artesanal e livre de insumos bioquímicos, seja valorizando a utilização de tecnologia "limpa" na fabricação de embalagens, combustíveis, papel, etc.

A ecologia, tanto em sua vertente ideológica mais "antropocentrista", a que se preocupa no final das contas com a sobrevivência da espécie humana, quanto em sua vertente "biocentrista" mais profunda (FERRY, 1994, p. 22), que coloca a sobrevivência do ecossistema acima da sobrevivência da espécie, apontam para o mesmo ser humano e um mesmo cosmos em sua visão sistêmica. A relação que essa tendência de "ecologização do mundo social"<sup>67</sup> estabelece entre macrocosmo e microcosmo extrapola, conforme nota Michel Maffesoli (1996), o domínio das políticas públicas e ações institucionais, para evidenciar-se igualmente em outras dimensões sociais, como a moda, o lazer, em que a experiência de partilhar o mesmo "meio ambiente" é difundida entre determinados estilos de vida urbanos. Essa revisão crítica do trajeto de dissociação homem/natureza, essa ordem moral que pretende se estender a todas as populações do planeta traz consigo o pressuposto de que todos os seres humanos, enquanto espécie, vivem de uma mesma maneira, consumindo a mesma água e o mesmo combustível, produzindo o mesmo lixo

---

<sup>64</sup> Alguns exemplos conhecidos são as ONG's internacionais Greenpeace ([www.greenpeace.org](http://www.greenpeace.org)), o Seashpherd ([www.seashepherd.org](http://www.seashepherd.org)) e o WWF ([www.wwf.org](http://www.wwf.org)).

<sup>65</sup> "O ecossistema – a 'biosfera' – é investido, portanto, de um valor intrínseco muito superior ao dessa espécie, afinal de contas muito mais nociva, que à espécie humana." (FERRY, 1994:24)

<sup>66</sup> Ver a obra de Norbert Elias, em especial, O Processo Civilizador, vol. I e II. (ELIAS, 1990 e 1993)

<sup>67</sup> Refiro-me à expressão proposta por Michel Maffesoli em seu livro intitulado "No fundo das aparências" (Maffesoli, 1996:239)

e tendo a mesma visão de Natureza para além dos limites do universo artificialmente construído pela humanidade.

A “sociedade ocidental enquanto cultura” (SAHLINS, 2003, p. 166) já teria por demais assimilado a “qualidade de vida” ambiental ao seu sistema de valores como bem de consumo que promove o “bem estar” (SAHLINS, 2003, p. 169), enquanto uma continuidade do que marca a cultura democrática. Segundo Ferry (1994), trata-se do elogio do desenraizamento, da inovação<sup>68</sup>, fundamentais para a liberdade do indivíduo e para a sua sobrevivência na vida das metrópoles. A busca dessa harmonia perdida entre os seres humanos e a Natureza não é proposta através do retorno à vida simples (ainda que comunidades indígenas, de pescadores, de agricultores ecológicos sejam muitas vezes reverenciados como “ecólogos natos” pelos movimentos ecológicos), mas da continuidade desse desenraizamento em direção a um enraizamento planetário, inserido em uma nova ordem global e cosmopolita.

Embora essa nova ordem ecológica possa ser pensada como uma tendência geral, ou seja, no sentido da chamada “Cultura Global” (FEATHERSTONE, 1994), para que possa ser investigada do ponto de vista da Antropologia, e não da Filosofia ou do Direito, precisamos entendê-la como um processo de globalização, que guarda particularidades em suas interações localmente situadas. É preciso levar em conta a dimensão ética das interações globais em que as políticas ambientais são elaboradas, na medida em que há muito tempo a questão da preservação do meio ambiente em que se vive deixou de pautar apenas discursos ideológicos para fazer parte das disjunções contemporâneas entre economia, cultura e política (APPADURAI, 1994).

---

<sup>68</sup> “... a exigência de um meio ambiente são, onde o *bem-estar* dos vivos em seu todo seja assegurado, aparenta-se à do estado-providência cuja eclosão, ninguém o contestará, permanece uma especificidade da cultural ocidental. Nessa ótica, a atenção conferida à natureza seria menos construída contra o universo moderno do que *produzida* por ele; resultaria, no fundo, das mesmas paixões democráticas que animam também as reivindicações de um direito à vida, ao lazer, à saúde, etc., tão características da relação moderna dos indivíduos com um estado liberal que se tornou protetor.” (Ferry, 1994:26) ... “Animada por paixões muito democráticas tais como o interesse pessoal, o respeito ao indivíduo, a exigência de uma existência mais ‘autêntica’, a busca de uma qualidade superior de vida, menos estressada, onde uma solidão bem dosada pode reconquistar seus direitos contra a multidão das grandes cidades, ela aspira mais a organizar o sistema do que a substituí-lo por um outro. Aliás, o ecologista democrata, se gosta de praias desertas e mares não poluídos, experimentaria alguma dificuldade em abdicar das benfeitorias da ciência moderna e da companhia de outros.” (FERRY, 1994:28)

Historicamente, aponta-se a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano de Estocolmo, a chama Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia em 1972, como o início dos debates em escala mundial sobre a preservação do meio ambiente. Na conferência opunham-se dois pontos de vista, um mais próximo da chamada ecologia profunda, a qual se refere Luc Ferry (1994), composta por intelectuais e ativistas de países europeus que defendiam a tese do “crescimento zero” e da inovação tecnológica para frear tanto o crescimento populacional da humanidade quanto seu processo de desenvolvimento industrial predatório e poluidor. O segundo ponto de vista era defendido por países sub-desenvolvidos, ou periféricos, que defendiam seu direito ao crescimento industrial, em que industrialização significava mais progresso e crescimento econômico (BASSO, 2004).

Tais pontos de vista teriam se unificado sob o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que reúne o combate à fome à luta pela preservação da Natureza em um mesmo compromisso com um “futuro comum” da humanidade. O conceito já era dominante na chamada II Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, reunindo 114 chefes de Estado, 10 mil jornalistas e 40 mil militantes de 3.200 ONGs (BASSO, 2004). A Agenda 21, documento produzido pelo encontro, prevê uma série de estratégias globais de desenvolvimento sustentado, que acrescentam às soluções tecnológicas da chamada indústria limpa (reflorestamento, filtros, combustíveis alternativos) soluções no campo do planejamento urbano (articulando as questões de saneamento, coleta e destinação do lixo, abastecimento) e principalmente do Direito, dando força ao campo da legislação ambiental, que lida com as questões de indenizações, multas, penalidades à empresas e cidadãos que atentam contra a qualidade do meio ambiente<sup>69</sup>.

Esse processo histórico, entendido por José Sérgio Leite Lopes (2004; 2006) como "ambientalização", como internalização de uma nova questão pública, desdobra-se no Brasil na produção de leis e normas e na construção institucional (LOPES, 2004) de secretarias do meio ambiente em nível federal e

---

<sup>69</sup> A chamada área de Direito Ambiental guarda peculiaridades que desafiam um sistema jurídico baseado na propriedade, seja privada ou pública, na medida em que a água e o ar, por exemplo, são bens que não se enquadram nas mesmas categorias que o solo. Cf. Soares, 2003.

estadual, agências e conselhos de controle ambiental, e outras instituições que abrem espaço para profissionais diversos como engenheiros sanitaristas, juristas, profissionais de saúde pública, economistas e posteriormente, geógrafos, biólogos e arquitetos (LOPES, 2006). Nas escolas ocorre o processo de interiorização de comportamentos e práticas através da promoção da educação ambiental, na atividade escolar ou paraescolar, comportando formas de difusão por meios de comunicação de massa (LOPES, 2006). Surgem novas áreas jurídicas com destaque para a categoria de direitos difusos, a idéia de direito coletivo, e da necessidade de reprodução da qualidade de vida de uma geração para outra, de sustentabilidade. Nas empresas, desenvolvem-se os selos de qualidade ambiental (ISO 9000) como forma de normatização do processo de produção (LOPES, 2006). Na sociedade civil organizada (associações, sindicatos) os assuntos ambientais aparecem transversais e conexos a outras questões que envolvem a qualidade de vida, apropriados criativamente (LOPES, 2006).

Contemporaneamente, em um contexto de globalização, são inúmeros os fundos internacionais de financiamento e as ONGs internacionais que defendem a preservação dos rios, das matas, dos animais em todos os cantos do planeta. Não se trata simplesmente do crescimento do sentimento de compaixão com seres vivos não-humanos, ou da generalização iluminada de conhecimentos de Biologia entre os seres humanos. O alcance global desses movimentos precisa ser antes compreendido pela própria dimensão global que adquiriram as interações entre instituições, cidadãos e governos no mundo contemporâneo. A imagem do mundo como uma “aldeia global” não é apenas uma conseqüência do desenvolvimento da tecnologia de telecomunicações, ou da complexificação da economia transnacional. O que me interessa discutir aqui é que imagem de ambiente planetário é essa que está em questão, pois esta não se apóia apenas em conceitos científicos como ecossistema, mas em paisagens e comunidades imaginadas (ANDERSON, 1983) no campo da cultura, num jogo de pertencimentos e identificações de determinados grupos sociais com determinadas regiões do planeta.

Inúmeros autores nas Ciências Sociais<sup>70</sup>, e em especial na Antropologia, apontam para as inter-relações que se estabelecem entre o local e o global, entre o nacional e o regional, como fundamentais para o jogo de identidades do mundo contemporâneo. Ruben Oliven (1992) demonstra como todo o passado rural do Rio Grande do Sul é importante como marca identitária de sua atual população que vive, em maioria, nas cidades, como forma de identificação com o que vem a ser a Nação Brasileira, sendo brasileiros ao serem *gaúchos*, ou seja, “naturais” do Rio Grande do Sul, em oposição às demais marcas identitárias regionais da população nacional. Entre os emblemas que compõem essa “invenção de tradições” nacionais que consolidaram os atuais Estados modernos, unificando sociedades e culturas através de representações sociais em comum, estão justamente paisagens idealizadas, que adquirem significado do ponto de vista de uma memória social para a sociedade nacional ou regional como um todo<sup>71</sup>.

Um primeiro momento da política de proteção ambiental dos ecossistemas terrestres é apontado como tendo surgido dessa articulação entre Nação e Estado através de determinados territórios, pedaços de natureza considerada “selvagem”, que deram origem aos Parques Nacionais e Estaduais enquanto paisagens-símbolo da Nação. É uma tendência, chamada *wilderness*<sup>72</sup>, de conservação da Natureza, tomada como intocada e intocável, transformada em natureza espetáculo, testemunho da natureza original do solo nacional e dos valores de uma comunidade idealizada dos antepassados que teriam erguido os pilares da cultura nacional ao enraizarem-se em solo virtuoso. Tal tendência se origina efetivamente tanto nos Estados Unidos quanto na Alemanha nazista (FERRY, 1994), tendo suas origens ideológicas ligadas ao Romantismo do século XVIII. Com o desenvolvimento da Ciência Ecológica, essa tendência teria se aliado à chamada “Ecologia Profunda” (FERRY, 1994) na década de 1970 e, contemporaneamente, à Biologia da Conservação (DIEGUES, 2000), correntes científicas dominantes nos atuais modelos globais de preservação da natureza, que propõem a separação de

---

<sup>70</sup> A coletânea "Cultura Global" organizada por Featherstone (1990) apresenta alguns dos principais autores que lidam com a questão. Mais recentemente, foi publicada a coletânea "As dimensões culturais da transformação global", pela UNESCO, organizada por Lurdes Arizpe (2001), que aborda a questão global do ponto de vista especificamente antropológico.

<sup>71</sup> Cf. Halbwachs (1990) e Oliven, 1992:20.

<sup>72</sup> Cf. Ferry (1994), Diegues (2000 e 1996) e Schama (1996)

áreas naturais das atividades humanas em geral, reservando determinados territórios para a renovação da flora e da fauna local. Parques e reservas no mundo todo são mantidos por megainstituições internacionais como o Banco Mundial, o Greenpeace, o WWF, que financiam ações de governos, universidades e ONG's locais para a transformação da biodiversidade local em patrimônio da humanidade, e portanto, acima dos interesses econômicos locais e internacionais.

Inúmeros conflitos eclodiram em países do Terceiro Mundo (Índia, Brasil, países africanos) gerados pela remoção efetiva ou pela tentativa de remoção de populações consideradas tradicionais como grupos indígenas, comunidades de pescadores artesanais, de seringueiros, de ribeirinhos, de quilombolas, de extrativistas em geral, que tiram seu sustento do meio em que vivem e que passaram a ter seus direitos defendidos na medida em que realizariam um manejo histórico de suas paisagens locais, com saberes localmente construídos a serem preservados juntamente com o ambiente (DIEGUES, 2000), pois são tomados como parte da *etnobiodiversidade*<sup>73</sup> local. Esse "ecologismo social", ou "ambientalismo camponês" (DIEGUES, 2000) acusa as tendências globais de conservação de serem orientadas para a promoção de um direito humano universal que é, no entanto, exclusivo de determinados grupos sociais com estilos de vida urbanos e que consumiriam tais áreas naturais em práticas como o turismo, a pesquisa científica financiada por interesses econômicos, ou mesmo que escamoteariam grandes empreendimentos colonialistas internacionais (construção de hidroelétricas, extração mineral, indústria farmacêutica) na forma de compensação ambiental.

Não pretendo entrar aqui na polêmica ideológica que se estabelece nesse campo, ou na análise das forças políticas em jogo, o que já foi feito pelos autores citados. Interessa aqui refletir sobre que nova paisagem mundial se esboça nesse processo de globalização de saberes e práticas com relação ao mundo natural. Retomando a perspectiva do conflito como processo

---

<sup>73</sup> O conceito de *etnobiodiversidade* refere-se ao conjunto de saberes tradicionais de determinadas populações, com respeito à classificação do mundo natural e à sua exploração ou manejo realizado a partir de determinadas práticas (medicinais, agrícolas, etc). Inspirados no estruturalismo de Lévi-Strauss (1989 e 1996) e contemporaneamente de Descola (1990), alguns autores valem-se do conceito para investigarem uma "biologia" ou uma "ecologia" nativa entre populações indígenas e/ou chamadas tradicionais (Cf. Guha, 2000, Diegues, 2000, Sarkar, 2000.)

socializador, é preciso admitir que mesmo os encaminhamentos mais interessantes dessas negociações internacionais sobre a preservação de florestas e sua diversidade, que se encontram no campo da etnociência e na descoberta de uma diversidade de conhecimentos e práticas culturais (tanto predatórias e poluidoras quanto tecnicamente eficazes na conservação da natureza) construídos por diferentes populações sobre espécies de animais e plantas, sobre formas locais diferenciadas de cuidados com o ambiente e de manejo dos recursos naturais, não deixam de ser também uma forma de inserção de tais comunidades em esferas sociais mais abrangentes. São muitas as ações e projetos sociais que articulam práticas locais aos mercados internacionais como o turismo, a comercialização de artesanato, o registro de patentes sobre usos de plantas medicinais, etc. Em outras palavras, os conflitos, em termos éticos, encaminham-se para a inserção de tais comunidades nas negociações e fluxos de mercadorias, de pessoas, de informações do processo de globalização, pois encerrá-las em seus territórios e promover o congelamento de suas práticas no tempo seria reduzir a cultura e a dinâmica social às suas funções ecológicas, a um uso utilitarista da cultura (SAHLINS, 2003), inevitavelmente impedindo sua duração no tempo.

Em termos éticos, o conhecimento científico que foi necessário para gerar toda a tecnologia industrial difundida mundialmente, é igualmente responsável pela revisão das conseqüências éticas da transformação das relações das sociedades humanas com o meio ambiente como um todo. Mas a Ciência tem um papel igualmente fundamental na investigação de quais arranjos sociais entre grupos sociais diversos estão expressos e ao mesmo tempo mediando as relações entre os indivíduos e o meio natural.

Na Antropologia, desde os estudos de Mauss e Durkheim (1981,1989), sabe-se que na relação dos diferentes grupos sociais com a Natureza (e com o sobre-natural) estão expressas as relações sociais desses grupos no seu interior e com os demais grupos à sua volta. No meio ambiente, entendido como espaço simbolicamente vivido e representado, estão colocadas as fronteiras simbólicas pelas quais transitam redes de relações diversas, onde estão situados domínios diversos da vida cotidiana. São essas fronteiras e representações sociais sobre os ambientes onde vivem, re-elaboradas a partir das interações sociais, que são importantes de serem discutidas, na medida

em que a Biosfera é também uma representação, uma imagem do mundo, que se pretende absoluta, mas que é ao mesmo tempo redesenhada em meio aos debates e conflitos mundiais sobre a preservação do planeta, quanto adquire significados diversos quando é localmente interpretada.

Para dar um exemplo do meu trabalho de campo, um discurso já pronto na ponta da língua por parte de vários “recicladores” – como se apresentam oficialmente os muitos “papeleiros” das ilhas que trabalham com coleta e separação de lixo reciclável (resíduos sólidos na linguagem técnica) – é o de situar a contribuição ecológica de seu trabalho no compromisso mundial de “salvar a Amazônia” e outras grandes florestas do desmatamento, através da reciclagem do papel. Em um diálogo mais próximo, no entanto, sua reflexão se torna mais complexa ao se pensarem como trabalhadores do lixo no contexto urbano, ao dedicarem-se a uma atividade das mais desvalorizadas no mercado de trabalho e na estrutura social brasileira, que possui ao mesmo tempo importância fundamental para a “qualidade de vida” ambiental da cidade. De qualquer forma, sua fala em um caso e no outro situa a unidade de preservação ambiental em questão, onde moram esses papeleiros e onde se configura sua atividade como impacto ambiental, o Delta do Jacuí, estando relacionada ao contexto urbano, em oposição à Amazônia e outras localidades emblemáticas do que restaria de Natureza a ser preservada.

Embora os discursos dominantes acusem a falta de consciência, por parte da maioria da população mundial, de determinados conceitos científicos e da dinâmica dos ecossistemas como o grande obstáculo à construção de pactos internacionais de preservação do ambiente terrestre que tenham efeito na vida cotidiana das populações, este trabalho investiga quais são as representações, e as práticas sociais que articulariam essas inter-relações entre o global, o local e o regional do ponto de vista ambiental.

Ulf Hannerz (1992), em seus estudos sobre os estilos de vida cosmopolitas, apresenta uma importante distinção que é apropriada para tal discussão, a de que embora a imensa maioria da população mundial viva em meio a uma economia globalizada, em meio aos fluxos internacionais de telecomunicações, de mercadorias, de informações, nem todas as pessoas poderiam ser consideradas cosmopolitas ou “cidadãos do mundo” da mesma maneira, pois o contato com notícias e imagens do mundo todo não significa

uma ruptura com as referências locais da vida cotidiana, muitas vezes restritas a determinadas regiões e domínios da vida cultural da cidade, do bairro, do vilarejo. Mesmo o viajante internacional, para ser considerado cosmopolita, segundo Hannerz (1992), precisa estar disposto a consumir a diversidade dos locais pelos quais transita, e a repensar a própria subjetividade no contraste de culturas, ao invés de restringir-se ao circuito de hotéis, aeroportos e shoppings centers, por exemplo. Embora as categorias que Hannerz (1992) coloque precisem ser investigadas nas suas muitas conexões, pois não são de forma alguma absolutas e definitivas se aplicadas à vida cotidiana, elas nos servem como um indício de que há mundos e mundos a serem vividos como aldeia global, e que muitas vezes o planeta a ser preservado é construído nas articulações entre as localidades que determinados estilos de vida têm condições de elaborar.

Retomando o argumento de Ruben Oliven (1992), de que o nacional só é atingível através do regional, que o global só é pensável em relação ao local, situaria a proposta que Appadurai (1992) desenvolve em sua teoria dos *scapes*<sup>74</sup> (panorama na tradução brasileira), para pensar qual é essa paisagem que se apresenta no mundo ecologizado. Appadurai investiga a Cultura Global como fluxos: fluxos de mercadorias, de pessoas, de finanças, de imagens, de tecnologia, que conformam os panoramas, os *scapes* a que se refere<sup>75</sup>. São “mundos imaginados”, paisagens que só podem ser apreendidas em movimento, na medida em que as disjunções entre Nação, etnia e Estado conformam esses espaços simbólicos diferenciados em que as cidades passam a estabelecer conexões inesperadas, como as comunidades de migrantes que mantêm comércio constante com seus espaços de origem, ou que consomem as imagens de uma comunidade de origem imaginada, ao deslocarem-se ilegalmente pelo mundo dos grandes negócios globais. O autor refere-se, portanto aos operários-visitantes, muitas vezes ilegais, que se encaminham para os espaços inferiores das sociedades consideradas prósperas, que ao mesmo tempo vivem o sentimento de desterritorialização,

---

<sup>74</sup> Embora na tradução brasileira o termo *scape* tenha sido traduzido para “panorama”, em sua denominação original, há uma proximidade com o conceito de paisagem na língua inglesa, *landscape*, a partir do qual o autor investiga os fluxos da cultura global.

<sup>75</sup> São eles: etnopanoramas, tecnopanoramas, midiapanoramas, finançopanoramas, ideopanoramas (Appadurai, 1992:312)

quanto também passam pelo processo de re-elaboração de sua identidade articulada à memória da cultura de origem.

É a clássica distinção centro/periferia que se complexifica, na medida em que o mundo globalizado se configura a partir de muitos pontos de conexão entre muitas localidades, configurando ao mesmo tempo os “nós cosmopolitas” a que o antropólogo Antônio Arantes (2000) se refere, dotados de infraestrutura de transporte e telecomunicações, e de “qualidade ambiental” (saneamento, área verde, controles de poluição e de economia de água, coleta de lixo) e as soluções locais para os desafios dessa nova ordem mundial. A paisagem que se apresenta, pode ser pensada no sentido dos midiapanoramas a que Appadurai (1992) se refere, pois são nesses “pontos nodais” que as imagens dos paraísos terrestres do turismo são consumidas, que os encontros internacionais de debate sobre o ambiente são realizados, que a Natureza é de alguma forma retomada no ambiente artificialmente constituído pela Civilização Industrial Moderno-Contemporânea.

É o compromisso com essa paisagem do mundo globalizado em questão que está em jogo nos acordos internacionais. Estas demandas, que se estendem a todas as áreas do planeta, urbanas e não-urbanas, trazem consigo o pressuposto de uma visão sobre a Natureza a partir da Cidade. Trata-se um ponto de vista sobre as relações entre homem, sociedade e ambiente que leva em conta a interdependência dos grupos humanos nas diferentes esferas sociais – locais, regionais e globais – enquanto habitantes de um mesmo e generalizado ambiente, o Planeta Terra. Este trabalho investiga, portanto, esta chamada “questão ambiental”, tomada enquanto uma forma de interpretação do trajeto de dissociação Homem/Natureza, como uma preocupação eminentemente urbana, na medida em que demanda um deslocamento do sujeito para pensar-se a si mesmo, em meio a relações sociais que se dão em diferentes níveis de negociação da realidade, cuja complexidade é vivida sobretudo, nos dilemas éticos vividos no cotidiano das cidades.

A adoção de uma postura responsável, de um enraizamento cósmico a nível planetário, em direção a um comportamento ambientalmente comprometido se apresenta como mais uma tendência geral de reestruturação de relações sociais e orientações culturais que, no entanto, é diferencialmente experienciada pelos grupos sociais, a partir do que Ruben Oliven (1982) chama

de "heterogeneidade na homogeneização". O desafio da construção de uma "ética global", que tem sido proposta por órgãos internacionais de proteção ambiental, tem como pressupostos determinados saberes não apenas de cunho técnico-científico, como noções de saneamento e do conceito de ecossistema, mas igualmente pressupõe uma determinada experiência, que defendo aqui, é vivida no ambiente urbano.

Esse "ambiente urbano" não se refere ao espaço construído da cidade em si, mas à forma como os sujeitos sociais tomam posse desse espaço, como o reconhecem, enquanto ambiente técnico-cultural, no sentido dado por Leroi-Gourhan (1975), permeado por elementos mediadores (linguagem, técnica, instrumentos etc.) através dos quais os grupos sociais apresentam diversas produções de conhecimento quanto a sua sobrevivência nos territórios em que vivem.

Na estrutura técnica das sociedades está colocada a questão da classificação/organização/exploração do mundo natural que culmina, mais recentemente, na idéia da mecanização do Planeta e da natureza artificializada, que permitem aos indivíduos refletirem sobre o trajeto de dissociação Homem/Natureza realizado pela sociedade onde estão incluídos, e principalmente, sobre a sua própria trajetória de adesão a determinados estilos de vida e de desenraizamento com relação a suas comunidades de origem e seus modos de vida.

É nesse sentido que a chamada "questão ambiental" pode ser colocada como uma preocupação urbana, pois o conceito de ambiente a que se refere, entendido enquanto ambiente técnico-cultural, nos termos propostos por Leroi-Gourhan (1975), é o ambiente que o trajeto antropológico da Civilização Urbano Industrial tornou possível. A cidade, enquanto obra humana, surge na passagem do nomadismo ao sedentarismo, organizando o universo a partir de um centro, transformando a imagem do universo traçada nos itinerários do viajante, em um sistema simbólico em que a integração espacial desse centro com os confins do universo se dá a partir de um sistema rítmico de dias e distâncias. No atual plano técnico-econômico dessa Civilização Urbano Industrial, os limites do espaço organizado em termos globais se tornaram atingíveis no tempo das operações cotidianas, fisicamente e, principalmente, simbolicamente. Para sobreviver na Cidade, é preciso adaptar-se a esse

sistema artificial que ordena as atividades cotidianas como o consumo, ou o trabalho, no qual as transformações ocorridas num canto do planeta podem ter efeitos globais, no espaço de um dia.

Colocada esta “questão ambiental” nesses termos, poderíamos perguntar, finalmente, qual o papel da água, ou dos debates internacionais como o Fórum Internacional das Águas em tudo isso? A questão dos usos dos recursos hídricos é fundamental para a passagem da noção de meio ambiente como paisagem, para a sua visão como ambiente que articula a dimensão do vivido ao território técnico-cultural da sociedade. Trata-se de uma mediação do conhecimento do “ambiente” enquanto microcosmos local para ser pensado em termos do Planeta, e principalmente, enquanto meio de uma diversidade de formas de vida social.

A questão da gestão dos recursos hídricos, da interdependência dos mananciais de água doce, interligados através das bacias hidrográficas está voltada para essa outra configuração espacial que se articula com as conexões simbólicas entre os diferentes cantos do planeta, na articulação dos diversos atores que desenvolvem atividades (econômicas, de lazer, administrativas) de uso da água, que são pensados a partir de um sistema em que todos os “usuários” da bacia hidrográfica em questão estão envolvidos. O menor gesto de degradação ambiental por parte de qualquer grupo social, ou mesmo indivíduo, passa a ser visto a partir da responsabilidade quanto às conseqüências ambientais para a chamada “Biosfera”, mas muito mais diretamente, para o seu grupo e para inúmeros outros grupos sociais – seus vizinhos, a cidade ao lado, o país adiante, a bacia hidrográfica, o continente.

Para que possamos compreender o que a política de recursos hídricos acrescenta à problemática ambiental, gostaria de situar o conflito que venho acompanhando de ocupação de uma determinada área do Rio Grande do Sul em relação à problemática da recuperação dos cursos de água do planeta.

### **3.2. Meso-Esfera: A Bacia Hidrográfica do Guaíba**

Durante o Fórum Internacional das águas, um projeto de lei para o Delta do Jacuí causava polêmica. Regularizado em 2004, esse projeto transformou o Parque Estadual Delta do Jacuí em outra figura jurídica, uma Área de

Preservação Ambiental, com o objetivo de dividir os 17,2 mil hectares do Delta em três áreas, uma reserva biológica de proteção integral e intocável (13,3 mil hectares), uma área de proteção ambiental em que atividades de agricultura e pesca seriam permitidas sob o controle do Estado (12,1 mil hectares), restando ainda 730 hectares de "área antrópica" onde a urbanização seria permitida, para comportar os mais de 15 mil habitantes das ilhas. O detalhamento dessas divisões dos territórios do Delta permanecem sendo debatidos. O que quero mostrar aqui é como essa discussão se inseria no contexto do fórum, e o quanto essa modificação pode ser interpretada como uma atualização da questão ambiental em torno da preservação das ilhas e áreas alagadiças do Delta à luz da política internacional de recursos hídricos.

Criado em 1976<sup>76</sup>, o Parque Estadual Delta do Jacuí é ainda hoje motivo de grande polêmica na política ambiental do Estado. Localiza-se em plena Região Metropolitana de Porto Alegre, muito próximo à zona mais densamente edificada e urbanizada da capital. As atividades de implementação do Parque objetivavam promover o "disciplinamento de sua utilização", destinando a utilização do espaço para o aspecto cultural ("aperfeiçoamento cultural da população"), educativo (criando núcleos de informação, museus, centros de iniciação à natureza, viveiros de espécies) e prevendo o aproveitamento da natureza para atividades de lazer, recreação e esportes ligados ao meio e ao turismo. Pretendia-se ainda propiciar a pesquisa científica de um ecossistema em evolução através de estudos biológicos, geológicos, hidrológicos, humanos. (Parque Estadual Delta Do Jacuí - Plano Básico, 1979:20).

Após quase trinta anos de sua criação, o Parque passou pela administração de vários órgãos do Estado, obteve inúmeros financiamentos internacionais, teve algumas obras executadas (como o Museu da Ilha da Pólvora), mas nunca foi implantado de fato. Os projetos de zoneamento das

---

<sup>76</sup> "O Decreto Estadual nº 24.385, de 14 de janeiro de 1976, criava o Parque Estadual Delta do Jacuí, abrangendo as ilhas de formação sedimentar do arquipélago do Guaíba. A comissão constituída por força deste decreto, ao concluir seus trabalhos, recomendou a ampliação dos limites do Parque 'a todas as ilhas atuais, em formação e futuras e às regiões marginais com características semelhantes às da região do Delta, abrangendo, ainda, a parte inferior da foz do próprio rio Jacuí.' Estas áreas são constituídas pela planície de inundação do Jacuí e por algumas ilhas do seu baixo curso similares às do arquipélago, que devem pois ser incorporadas ao Parque. Este território, incluindo os terrenos insulares e continentais e os canais internos, perfaz uma superfície total de 17.245 hectares." (PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ – PLANO BÁSICO, 1979:17).

áreas do Delta do Jacuí seguiram enfrentando as dificuldades de implementação de uma unidade de preservação em plena Região Metropolitana da capital do Rio Grande do Sul. O que se apresenta, portanto, como "problema ambiental" desdobra-se em uma questão de habitação urbana e uso do espaço público, já que o processo de investimento em infra-estrutura de saneamento e transporte, de desalojamento e reassentamento, de indenização e regularização fundiária para mais de 15 mil habitantes, teriam de ser executados pelos governos municipais e estaduais em conjunto com as atividades de proteção ao ambiente.

Tais processos de reassentamento não são apenas um desafio do ponto de vista econômico para o Estado, mas igualmente uma intervenção na forma de organização espacial de tais populações nas ilhas, pois trata-se de uma população nada homogênea, reunindo das mais altas às mais baixas classes econômicas da região. As estratégias adotadas ao longo dos anos para tal foram muitas. As principais foram, sobretudo, o investimento em campanhas de "conscientização" dos moradores das ilhas, e também da cidade, através da promoção de políticas públicas, produção de documentários em vídeo, realização de eventos, cursos, palestras, distribuição de material educativo, em que a representação da paisagem do Delta do Jacuí é a grande tônica, mostrada a partir de sua fauna, sua flora, sua dinâmica das águas e banhados, suas belas luzes e cores.

A grande imagem, no entanto, que representa o Delta do Jacuí como área de proteção é a que insere a presença humana em meio a essa flora e fauna, e a situa no tempo. São as imagens feitas a partir de satélite, utilizadas como ferramenta pelos órgãos públicos, que dão conta da densidade de ocupação de determinadas áreas da região. São realmente surpreendentes tais imagens, quando permitem a comparação entre diferentes momentos dessa ocupação.

Tais imagens têm sido o ponto de partida para discussão das áreas para zoneamento do Parque. Semelhante a tal ponto de vista, há também as imagens que se obtém da janela dos aviões que sobrevoam o Delta do Jacuí em muitas das rotas de pouso do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Elas apresentam, sobretudo, a porção de espaço natural ainda preservado no Delta do Jacuí e, principalmente, sua posição na Bacia Hidrográfica, recebendo as

águas do Rio Jacuí que se divide em dois braços, formando um delta, e dos rios Sinos, Gravataí e Caí.

É o recorte da bacia hidrográfica, segundo Paul Little<sup>77</sup> (2006), que pode provocar uma reflexão diferenciada sobre a realidade socioambiental, por revelar conflitos latentes que não necessariamente se manifestam no espaço público formal, mas que permite identificar os recursos ambientais e atores sociais envolvidos, tanto localmente, quanto no que diz respeito a atores influentes à distância<sup>78</sup>

A valorização do Delta do Jacuí só pode ser compreendida pelo processo de valorização da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, que por sua vez é formada pelas águas de nove sub-bacias hidrográficas. O Delta é justamente o espaço de ligação dessas águas, e tem sua importância principal, em termos ecossistêmicos, na manutenção da qualidade das águas que são fundamentais para a continuidade da vida nesse ambiente, e dos ambientes da região.

Interpretando em termos da ética ambiental, a imagem do Delta do Jacuí traz a afirmação da responsabilidade do morador das ilhas para com os moradores de toda a região. Algumas outras ações têm tentado conscientizar, e outras, disciplinar essa tomada de responsabilidade. Quanto ao processo de ocupação das margens por residências de alto padrão construtivo, foram iniciados processos para demolição de tais habitações no Ministério Público, bem como processos judiciais para pedidos de indenização do Estado. Já quanto às ocupações irregulares realizadas pelas classes populares, optou-se por um processo de negociação política mais participativa, envolvendo lideranças locais, formando comissões, mas ainda assim permanecendo no plano dos debates jurídicos e burocráticos. As grandes questões quanto à execução desse processo permanecem. Como promover a urbanização dos terrenos alagadiços do Delta, com obras de saneamento, com colocação de energia elétrica e água encanada, sem comprometer o ambiente? Como transformar o morador irregular num cidadão pagador de impostos e serviços?

---

<sup>77</sup> "Uma bacia hidrográfica é simultaneamente uma entidade geográfica que contém distintos ecossistemas, uma área onde diversos grupos sociais, com suas respectivas instituições socioeconômicas, constroem um modo de vida particular e o *locus* para mobilização política e ambiental em torno do conflito socioambiental." Little, 2006, p.97.

<sup>78</sup> Giddens apud Little 2006, p.92

Durante os debates do Fórum Internacional das Águas, essa problemática da ocupação do Delta era deslocada da ocupação do solo para a questão dos usos das águas e sua importância. Tratava-se de uma problemática maior, que conseguia mobilizar divergências políticas em prol de uma mesma bandeira – a continuidade do “Programa Para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba”, conhecido como “Pró-Guaíba”. Neste ano, estava em jogo a renovação do acordo entre os governos Federal e do Estado do Rio Grande do Sul com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, comprometidos com a melhoria das condições ambientais da principal Região Hidrográfica do Rio Grande do Sul<sup>79</sup>.

Para entender a importância do Pró-Guaíba, é preciso compreender como as divisões em regiões hídricas, na política de recursos hídricos, passam a ser entendidas como unidades de planejamento sócio-econômico, constituindo-se em novas divisões políticas dos territórios. Apesar do Brasil ser considerado uma superpotência hídrica, com 12% das águas doces superficiais do mundo, 90% dessas águas estão concentradas nos Estados das regiões norte e centro-oeste, onde vivem apenas 15% da população, enquanto as regiões nordeste, sudeste e sul possuem cerca de 10% do potencial hídrico superficial, detendo 85% da população nacional, e grande parte das atividades que consomem os chamados “recursos hídricos” na forma de abastecimento doméstico, força de geração de energia hidrelétrica (barragens), produção industrial, irrigação para a agricultura, reserva pesqueira, atividades de lazer. Todos esses consumos, ou usos diferenciados, geram o chamado “conflito de uso” dos recursos (BASSO, 2004) da bacia.

Apesar da energia elétrica poder ser levada a diferentes regiões, os recursos hídricos em si são distribuídos na sua região hídrica. Dito de outra forma, as regiões economicamente mais importantes tem uma demanda cada vez maior de recursos hídricos, e uma preocupação crescente com a possibilidade de abastecimento da região hidrográfica em que estão inseridas.

---

<sup>79</sup> As informações sobre o Pró-Guaíba que não constam em publicações científicas foram obtidas a partir de material disponibilizado pelo Estado, em especial a proposta para o Módulo II do programa (Pró-Guaíba, 1999), a publicação "Experiências em Educação Ambiental" (Rio Grande do Sul, 1998) e as informações que constam no endereço eletrônico <http://www.proguaiba.rs.gov.br>, último acesso em 13/10/2005.

Assim como o Brasil, o Rio Grande do Sul é considerado privilegiado com relação à disponibilidade de águas superficiais, mas suas regiões mais densamente ocupadas enfrentam problemas com a qualidade de suas águas. O Rio Grande do Sul é formado por três grandes Bacias Hidrográficas. A Bacia do Rio Uruguai, na qual predominam as atividades agrícolas e da pecuária, está inter-relacionada ainda às fronteiras do Estado, tanto com o Estado vizinho de Santa Catarina, quanto com os países fronteiriços Argentina e Uruguai. A Bacia da Planície Costeira, ou Litorânea, divide-se entre as atividades agrícolas na parte sul (que também faz fronteira com o Uruguai) e as atividades sazonais dos meses de verão na parte litorânea. Finalmente, a Bacia do Lago Guaíba é onde se concentram as maiores áreas urbanizadas do Estado, com mais de dois terços de sua população total e a maior parte igualmente das atividades industriais e econômicas que geram 70% do PIB do Rio Grande do Sul.

Uma bacia hidrográfica é formada pela drenagem de outros cursos de água, formando um rio ou lago<sup>80</sup>. A bacia é, portanto um sistema de canais de escoamento inter-relacionados que contribuem para o abastecimento dos chamados “lençóis freáticos”, águas subterrâneas que são a garantia da perenidade desses cursos de água, além de serem fundamentais para manutenção da qualidade de suas águas. Os principais impactos que ameaçam as bacias hidrográficas são a contaminação e a impermeabilização desses lençóis freáticos. A contaminação ocorre por efluentes vindos da indústria (dejetos), da agricultura (agrotóxicos) e do meio urbano (esgoto e lixo). A impermeabilização do solo impede o abastecimento do lençol freático pela absorção das águas superficiais causando seu esgotamento. A impermeabilização é provocada pela erosão e o transporte de sedimentos (areia, madeira, etc) vindos principalmente da região agrícola, e pela introdução de superfícies impermeáveis, próprias do processo de urbanização (como o asfalto, os aterros, etc)<sup>81</sup>.

O Lago Guaíba recebe, portanto, as águas (e também parte dos sedimentos, as cargas de efluentes e os dejetos) de seis grandes rios (que são

---

<sup>80</sup> Conforme Cristofolletti (1974), apud Pires (2000), uma bacia hidrográfica define-se por “uma área drenada por um determinado rio ou por um sistema fluvial, formando um conjunto de canais de escoamento inter-relacionado”. (Pires, 2000, p. 210)

<sup>81</sup> Pires, 2000:209 e Basso 2004.

divididos em sub-bacias hidrográficas) da Bacia Hidrográfica do Guaíba: Jacuí, Taquari, Antas, Vacacaí, Caí, Sinos e Gravataí. Ao longo do seu percurso, esses rios vão se juntando de modo que quatro deles (Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí) desembocam num delta em forma de funil, o Delta do Jacuí, a noroeste de Porto Alegre, formando o Lago Guaíba que banha a cidade (RIO GRANDE DO SUL, 1998). É nessa dinâmica que desponta a importância do Delta do Jacuí, já que seus banhados e terrenos alagadiços, em uma área de 17,2 mil hectares no centro desse encontro de águas seriam justamente uma “esponja” natural que não apenas filtra os sedimentos, mas também absorve boa parte dessas águas, contribuindo para o abastecimento do lençol freático e a regulagem das cheias em toda a região. Sob tal ponto de vista, o Delta do Jacuí é muito mais do que um “santuário ecológico” de espécies animais e vegetais, é como que o coração de toda essa região hidrográfica, que sofre o impacto diário de mais de 3.700 toneladas de lixo domiciliar, 16.500 litros de agrotóxicos, 890m<sup>3</sup> de resíduos de indústrias e 960 mil m<sup>3</sup> de esgoto<sup>82</sup>.

O Delta encontra-se, sob este ponto de vista, em relação de interdependência ecossistêmica e econômica em relação a toda a Região Hidrográfica do Guaíba, que abrange territórios bem diversificados, sendo no total 84.763,54 Km<sup>2</sup>, mais de 250 municípios (30% do território gaúcho), onde vivem mais de seis milhões de habitantes, a maioria vivendo em cidades (83,5%). Essa interdependência entre tantas pessoas e instituições (prefeituras, secretarias do Estado e dos municípios, empresas, associações civis, etc) tornou-se um desafio de gestão para o Estado, na medida em que não bastariam soluções tecnológicas para o problema (filtros, estações de tratamento e monitoramento, mudanças na legislação), sendo necessárias ações com governos e população. Para tal foi criado o Pró-Guaíba.

O Pró-Guaíba é considerado o mais completo programa de integração sócio-ambiental da América Latina por seu financiador, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo investido até 2002 cerca de US\$ 220,5 milhões. O BID financia 60% do total do projeto, sendo os 40% restantes bancados pelo Estado. Concebido em 1989, e iniciado em 1995, o valor total do Pró-Guaíba é estimado em 1,2 bilhões de reais<sup>83</sup>. Seu objetivo principal é

---

<sup>82</sup> Dados oficiais do Programa Pró-Guaíba: [http://www.proguaiba.rs.gov.br/prog\\_desafio.htm](http://www.proguaiba.rs.gov.br/prog_desafio.htm)

<sup>83</sup> <http://www.proguaiba.rs.gov.br>

melhorar o ambiente da bacia<sup>84</sup> através da ação do Estado, sendo executado por vários órgãos municipais e estaduais, com a expectativa de em 15 a 20 anos reverter o quadro de poluição das águas e degradação dos ambientes da bacia, favorecendo o desenvolvimento sustentável (BASSO, 2004).

Ao longo dos anos, os resultados oficiais do Pró-Guaíba são vários. Entre eles estão a implementação do sistema de coleta e tratamento de esgotos em Cachoeirinha, Gravataí e Porto Alegre, a conservação de parques e reservas naturais (Delta do Jacuí e Itapuã), o monitoramento da qualidade da água, do solo e do ar, o controle e o manejo de agrotóxicos, reflorestamento, construção de estações de tratamento de resíduos sólidos, além de que já foram realizadas campanhas de educação ambiental, o começo da elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos para a Região Metropolitana de Porto Alegre, planos diretores de bacias hidrográficas, cadastramento de indústrias poluidoras, treinamento de técnicos e o sistema de informações geográficas da bacia (BASSO, 2004).

Indiretamente, no entanto, poderíamos dizer que o volume dos investimentos contribuiu também para uma maior circulação de conceitos como ecossistema, bacia hidrográfica, flora e fauna, que através de campanhas publicitárias e ações de educação ambiental, passaram a ser recorrentes no cotidiano de comunidades como as do Delta do Jacuí, mas que principalmente, passaram a orientar uma mudança na abordagem do Poder Público local com relação às questões que envolvem o meio ambiente. Antes consideradas problemas do campo da Saúde ou da Economia (agricultura, geração de energia), tais questões ambientais foram direcionadas a novas instituições a partir da década de 1990. No mesmo período em que se concebeu e se deu início ao Pró-Guaíba foram criadas a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), os Departamentos de Florestas e Áreas de Proteção (DEFAP) e de Recursos Hídricos (DRH), fundações como a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e a Fundação Zôo-Botânica do RS, além de novas formas de organização entre Estado e sociedade como os comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica, o Conselho de Recursos Hídricos (CRH) e o Conselho

---

<sup>84</sup> O Pró-Guaíba "...tem o objetivo geral de criar as condições necessárias para a utilização racional dos recursos naturais, recuperação da qualidade ambiental nas áreas urbanas e rurais, bem como executar o manejo ambiental sustentado nas atividades agrícola, pecuária, florestal e industrial." Rio Grande do Sul, 1998:07.

Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), nos quais atuam junto ao poder público inúmeras formas de organização da sociedade civil. Todos os técnicos e profissionais atuantes nessas instituições são colocados em situação de diálogo com as demais instâncias do poder público, com empresas e cidadãos de todo o Estado, chamados ao debate em nome dessa nova forma de se pensar as territorialidades pela sua interdependência em função da água.

O Brasil, e em especial o Rio Grande do Sul, vem adotando o modelo de gestão participativa de recursos hídricos baseado no sistema de comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica, seguindo o exemplo do sistema francês de *agences* de gestão da água, ao tomarem a Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento. Os comitês reúnem representantes dos chamados “usuários da água”, sendo estes indústria e agroindústria, associações de moradores, colônias de pescadores, ONG’s, instituições técnicas e órgãos públicos (de abastecimento de água e de saneamento) dos municípios de cada região hidrográfica que irão debater as regras de uso da água (incluindo o custo financeiro para cada atividade econômica e a destinação das arrecadações) em setores da bacia, a serem definidos com base em estudos técnicos.

Sendo considerada como um bem universal, e seu acesso um direito humano fundamental, a água na legislação brasileira, ou os “recursos hídricos”, entendidos como recursos econômicos, são considerados de domínio público, como um “bem difuso” do qual o Estado não é proprietário, mas seu gestor, com a responsabilidade de regular os usos privados das águas e seus conflitos entre interesses diversos (SOARES, 2003). Trata-se de um modelo de planejamento e gestão, ou administração pública, que possui o aval internacional, mas que, no entanto, encontra resistências e dificuldades de implementação localmente.

Os Comitês encaminham o chamado “enquadramento da bacia”, decidindo por quais usos serão permitidos em uma divisão igualmente arbitrária da região hidrográfica, e a partir daí decidem igualmente políticas de recuperação de ecossistemas, e de indenização de impactos como os custos dos usos diversos dos recursos hídricos por diferentes atores. É por isso que os conflitos em meio a essa “comunidade de comunicação” (OLIVEIRA, R. C., 1996), vêm se dando no embate entre profissionais da área técnico-científica

(biólogos, arquitetos, engenheiros, hidrólogos) com representantes de setores como os grandes produtores de arroz, que necessitam de grandes quantidades de água para irrigação das lavouras, assim como as empresas que atuam na área de geração de energia hidroelétrica, que realizam empreendimentos de grande impacto ambiental. Tais setores seriam considerados como os principais investidores nessa política de recursos hídricos, devendo pagar mais caro pela água utilizada para atividade econômica, enquanto que o cidadão comum pagaria o custo menos elevado por fazer uso de seu direito fundamental de acesso à água potável.

O modelo de gestão, pautado pelo conflito de interesses de uma grande diversidade de “usuários da água” como gerador da política participativa em torno do interesse comum pela preservação da qualidade das águas, encontra entraves na mobilização de outros setores que poderiam reivindicar investimentos em saneamento básico, recuperação de cursos de água e mata nativa, e que, no entanto, não atingem a representatividade esperada pelo modelo. São justamente os setores mais afetados financeiramente os que mais têm se atualizado em termos do funcionamento jurídico dessa política da água, e que têm por isso mesmo cada vez mais disputado os cargos de direção dos comitês (escolhidos por eleição entre os membros) com seus tradicionais ocupantes, os técnicos do Estado que atuam no sistema de recursos hídricos.

Tendo assistido a algumas reuniões de comitês de bacia como o Comitê Lago Guaíba, o Comitê Sinos e o Comitê Tramandaí, e tendo dialogado com alguns dos técnicos atuantes nos comitês, tomei conhecimento de suas dificuldades em conseguir maior mobilização da sociedade civil e dos próprios agentes do Estado (vereadores, deputados, prefeitos) para conquistar força política por parte dos comitês, e, logo, maiores verbas para implementação de seus encaminhamentos. Por um lado, os técnicos apontam a necessidade de um maior conhecimento dessa visão sistêmica por parte da sociedade em geral, chamada de “informação” ou “conhecimento técnico”, quanto à dimensão regional que os impactos locais possuem no ambiente (poluir um arroio é comprometer toda a bacia), para que se possa atuar no debate ético em prol da bacia hidrográfica como um todo. Por outro lado, outra grande dificuldade dos comitês, dos quais participam ONG’s ambientalistas, associações comunitárias (como as colônias de pescadores ou sindicatos rurais) é a de encaminhar as

discussões do grupo para questões de ordem executiva quanto à burocracia do Estado, através do conhecimento operacional das leis que articulam essas inter-relações entre os poderes municipal, estadual e federal.

Esse era um dos motivos da realização de eventos como o Fórum Internacional das Águas. Por um lado, informar outros setores governamentais e empresariais sobre a legislação que institui a política de recursos hídricos e o seu sistema de gerenciamento, para conquistar novos aliados tanto no poder executivo quanto nos quadros de funcionários de instituições governamentais e de empresas. Por outro lado, mobilizar a sociedade civil não só para a promoção de uma ética ambiental quanto às suas práticas cotidianas, mas para que mais entidades queiram se sentir representadas, sendo levadas a ocupar de forma efetiva espaços políticos nos comitês.

Nos próximos capítulos veremos algumas dessas situações de conflito em que os moradores do Delta do Jacuí se viram levados a pensar sua posição nesse debate ético, ao serem removidos das beiras dos rios, ao terem que lidar com a escassez do peixe, ao terem que suspender a criação de porcos e galinhas, ao negociarem o transporte e a venda de lixo reciclável nas ilhas, ao participarem de reuniões com o Poder Público, ao enfrentarem enchentes. Importa aqui dizer que embora todos reconhecessem a importância da “Natureza” para a vida humana em geral, o ambiente ganhava nomes diversos, dependendo dos atores envolvidos no diálogo, na medida em que suas trajetórias pessoais estão mais ligadas às ilhas como suporte de suas redes de vizinhança e parentesco, ao Rio Guaíba como fronteira simbólica de sua inserção no meio urbano, enquanto que o Delta do Jacuí traz consigo a afirmação de um novo nome ao lugar, que incorpora todas essas instâncias do Poder Público como o Pró-Guaíba, e mesmo, a pesquisa científica, como esse trabalho acadêmico que não deixa de ser mais uma de muitas inserções de Universidades que voltam cada vez mais suas atenções para o Delta do Jacuí e suas riquezas.

É na mediação entre essa chamada ética planetária que toma o Planeta Terra como um mesmo ambiente comum a todos os seres humanos, e muitas éticas locais de apropriação dos ambientes que reside o desafio da preservação dos cursos de água e da promoção do acesso universal à água potável. Ao chavão ecológico da preservação do ambiente terrestre para os

“nossos filhos” em um futuro provável, a questão do uso da água traz para o presente o fato de que já existe boa parte da população mundial sofrendo as conseqüências da contaminação e do esgotamento das fontes de água potável. Não se trata apenas da sobrevivência de um “nós” particularizado (dos “nossos” descendentes), mas da co-existência com o Outro.

Cabe aqui uma pergunta, que muitas vezes encaminhei aos técnicos que promovem essa política de recursos hídricos: o conhecimento técnico (ou a visão sistêmica sobre o meio físico) é a chave da resolução dos conflitos de interesse e de uso das águas, ou seriam justamente tais conflitos a chave da ampliação dessa visão sistêmica, incorporando a dimensão técnico-cultural ao conceito de ambiente, que sobrepõe em um mesmo espaço físico, a “baía de todas as águas”<sup>85</sup>, muitas dimensões da experiência no mundo, que lhe atribui sentido e significado?

### **3.3. Deslocando o olhar - cidade e água em Paris, França**

Entre janeiro e agosto de 2006 tive a oportunidade de realizar um estágio de doutorado na Universidade de Paris VII, França. Embora o objetivo do estágio fosse estudar formas de produção, acervo e documentação de documentários etnográficos, pude também refletir sobre a realidade socioambiental francesa, ou pelo menos parisiense, com relação aos usos e o valor da água no meio urbano, e sobre o contexto em que se desenvolve a política de recursos hídricos francesa, exportada hoje em dia para outros países como o Brasil.

Essas observações não têm a pretensão de sustentar um estudo etnográfico da sociedade francesa, elas são trazidas na pesquisa, encerrando a reflexão desse capítulo com o objetivo de situar uma experiência de estranhamento de um antropólogo no confronto com estilos de vida próprios de outra cultura. Portanto, assim como Ruben Oliven faz ao refletir sobre a monetarização da cultura brasileira ao estudar a monetarização da cultura norte-americana (OLIVEN, 2001), busco recolocar a questão da tese sobre as inter-relações entre uma experiência urbana em tempos de globalização com o

---

<sup>85</sup> Trata-se de uma expressão utilizada como título de um impresso de divulgação do Programa Pró-Guaíba, apropriada à discussão desse capítulo.

processo de ambientalização de comportamentos e de internalização da problemática ambiental, a partir da experiência cotidiana em uma metrópole inserida em outro contexto socio-histórico de uso e de acesso ao recurso natural água.

É uma maneira de trazer ao leitor como cheguei a determinados dados sobre a atual "Guerra da Água", enquanto conflito internacional. Foi através da saída da realidade brasileira, em sua imensidão continental e na sua abundância como a maior potência hídrica do mundo, que pude perceber outras implicações no cotidiano de grandes cidades, que são ainda imperceptíveis em algumas cidades do Brasil.

A qualidade da água que se bebe é um primeiro dado imediato de quem se instala em Paris. Habitando na *Cité Internationale Universitaire*, residência de estudantes do mundo inteiro em Paris, tive diálogos iniciais com outros estudantes já estabelecidos no contexto da cidade, sobre esse primeiro estranhamento. A água que escorre da torneira traz consigo um resíduo do solo parisiense, o calcário, que deixa a água esbranquiçada, confere um certo "peso" e um sabor diferenciado a um copo d'água, além de se acumular na louça, talheres, nos objetos de metal em geral, e, ainda, entupir o meu chimarrão diário.

Nas primeiras idas aos *marchés*, ao mercado, novo estranhamento. Uma imensidão de produtos para retirar o calcário residual dos objetos domésticos. É claro, uma infinidade de opções e preços para adquirir uma garrafa d'água. Duas opções iniciais, distinção inexistente no Brasil - a água mineral (*l'eau minérale*) e a água de fontes (*l'eau de source*)<sup>86</sup>. Embora ambas se originem de fontes de água subterrânea com qualidade própria para o consumo humano, a água mineral é considerada na Europa aquela que possui características

---

<sup>86</sup> "Issues de nappes d'eaux souterraines non polluées, profondes ou protégées des rejets dus aux activités humaines, les eaux dites de source sont des eaux naturellement propres à la consommation humaine. Les seuls traitements qu'il est permis de leur appliquer, afin d'éliminer les éléments instables que sont les gaz, le fer et le manganèse, sont l'aération, la décantation et la filtration. Ces eaux de source sont en général consommées au niveau régional car leur transport en augmenterait trop le coût. Il existe une centaine de telles sources en France. Les eaux minérales, quant à elles, sont des eaux de source ayant des propriétés particulières : elles ont des teneurs en minéraux et en oligo-éléments susceptibles de leur conférer des vertus thérapeutiques et leur composition est stable dans le temps. Comme les eaux de source, elles ne peuvent être traitées. Une fois mises en bouteilles, ces eaux voyagent beaucoup et sont même exportées." Cf. o *website* <http://www.cnrs.fr/cw/dossiers/doseau/decouv/potable/sourceMin.html>, último acesso em 11 de janeiro de 2007.

benéficas para a saúde, através de elementos como sais minerais em sua composição. Essa distinção faz com que o custo da água mineral seja no mínimo 100% mais caro do que a simples *l'eau de source*. Apesar das companhias de água disponibilizarem nas torneiras das casas uma água adequada ao consumo que custa mil vezes (CANS, 2001, p.164) mais barato que a água mineral, e que está disponível gratuitamente em inúmeras fontes públicas espalhadas pelas ruas e parques da cidade, existem mais de 70 marcas de água mineral na França, que é o segundo consumidor mundial de água mineral no mundo, perdendo apenas para a Itália<sup>87</sup>, conforme os dados do CNRS<sup>88</sup>. Uma boa parte dessas marcas de água mineral investe pesado na publicidade, associando o consumo da água mineral ao estilo de vida urbana parisiense, acompanhando a agitação da vida moderna. Em 1999, o faturamento com as marcas tradicionais *Perrier* e *Vittel*, vendidas no mundo todo, compradas pelo grupo internacional Nestlé, já representavam 8,8% de todo o faturamento da empresa no mundo (CANS, 2001, p.164).

O consumo da água mineral durante a primeira metade do Século XX permaneceu restrito à França, Itália, Alemanha e Bélgica, no ramo de produtos medicinais. A invenção da embalagem de água em garrafa plástica em 1968 facilitou o transporte da água mineral como produto de exportação para outros países, e ao mesmo tempo permitiu novas formas de consumo do produto para além do contexto das refeições domésticas e dos cafés, bares e restaurantes. (CANS, 2001, p. 155). A publicidade explora essa praticidade do produto também, a água disponível a qualquer hora, pronta para o consumo, eliminando até mesmo o trabalho de encher um copo. O valor econômico da água mineral, assim, abre pistas para pensar as distinções simbólicas (SAHLINS, 2003) do valor da água no consumo de uma qualidade de vida urbana elaborada historicamente na cidade de Paris.

Essas experiências, assim como outras de imersão no contexto da cidade tornaram mais compreensíveis algumas informações que fui coletando em publicações e sites de internet. A questão pública do acesso à água, contemporaneamente vista como uma problemática internacional no campo

---

<sup>87</sup> <http://www.cnrs.fr/cw/dossiers/doseau/decouv/potable/sourceMin.html>, último acesso em 14/01/2007.

<sup>88</sup> Centre Nationale de la Recherche Cientifique.

dos direitos humanos, ou da viabilização da vida planetária, também é elaborada a partir de uma visão sistêmica das esferas sociais em jogo na disponibilização do mais essencial dos recursos naturais (depois do oxigênio) no meio técnico-cultural urbano.

Ao transitar pela orla do rio Sena (*La Seine*), talvez o principal "lugar de memória" (NORA, 1984) da cidade, às margens do qual Paris se desenvolveu no "cruzamento do caminho da estrada com o caminho do rio" (LACORDAIRE, 1985, p.53), não podia deixar de me surpreender pela inversão que vivenciavam turistas e moradores da cidade, com relação à fruição estética que se experimenta às margens de rios e lagos brasileiros. Não era a paisagem da natureza-espetáculo que era contemplada às margens do Sena, mas a própria paisagem urbana, a composição indissociável do rio com as pontes, os prédios históricos, a vida pulsante da cidade. Seja a bordo dos muitos barcos de passeio, seja descendo os degraus que convidam ao descanso ou a uma caminhada ao nível do rio, é Paris que se contempla.

Apesar de ainda hoje a água do Sena abastecer boa parte da população de Paris, as soluções técnicas que se sucederam ao longo da história de mais de 2 mil anos da cidade revelam a sofisticação do gesto de beber água ou banhar-se no cotidiano de uma cidade densamente ocupada por prédios de muitos apartamentos. Como revela o historiador Simon Lacordaire (1985), apesar dos dispositivos domésticos como a torneira, o banheiro, a pia serem parte de um processo de disseminação de estilos de vida burgueses e aristocratas ao longo de séculos na cidade, a água corrente, que entra pelas torneiras e desaparece pelo ralo remonta há pouco mais de cem anos. O historiador resume a história do abastecimento de água em Paris à questão do transporte. Questão inicialmente resolvida por aquedutos que desde a ocupação romana faziam a água circular até fontes em praças públicas e estabelecimentos nobres da cidade, onde na época romana escravos, e nos séculos seguintes os portadores de água se encarregavam de levar em baldes litros de água para o consumo da população.

Com o adensamento populacional da cidade, e a utilização do rio Sena como escoamento de esgotos, multiplicaram-se esses aquedutos e fontes públicas, como fornecedores de água na cidade, até que a quantidade se tornasse insuficiente para abastecer a população, ao final do século XVIII

(LACORDAIRE, 1985, p.283). Companhias privadas investiram em moinhos e bombas movidas a fogo, instaladas em embarcações, pontes ou margens do rio a salvo das saídas de esgoto da cidade, até que, com as imensas reformas empreendidas pelo Barão Haussmann ao final do século XIX, as obras de infraestrutura para ao mesmo tempo abastecer com águas as residências e conduzir os esgotos para longe das casas fossem, pouco a pouco, implantadas na cidade. Novamente, a invenção da solução técnica do sistema de encanamento não coincidiu com uma imediata adoção por parte da população dos serviços da companhia de água parisiense, pois pagar regularmente pela abundância de água era sinal de prestígio para burgueses e aristocratas, enquanto que a população mais pobre permaneceu por muito tempo valendo-se dos portadores de água (LACORDAIRE, 1985).

Devido aos altos custos dos investimentos necessários em canais, encanamentos, usinas e reservatórios de água potável, a prefeitura de Paris assumiu esses investimentos. Ainda assim, deixou à *Compagnie Générale de L'Eau* e à *Société Lyonnaise des Eaux* o trabalho de administrar as contas mensais e o abastecimento aos consumidores pagantes da água, ficando cada uma das empresas com a população de uma das margens do rio (GANS, 2001).

Esse sistema funciona até hoje em Paris, ambas as companhias de água obtiveram um sucesso nesse serviço que lhes permitiu expandir suas atividades no mundo inteiro. Elas são responsáveis atualmente por parte dos serviços que são privados de abastecimento de água potável no mundo, realizando pesquisas e investimentos com a distribuição de água para consumo doméstico ou industrial, e com novas formas de tratamento de águas poluídas, de obtenção de água potável a partir de fontes alternativas como a água do mar (GANS, 2001). Apesar disso, continua sendo o poder público, na França, que determina o preço da água para o consumidor, e articula outras necessidades para além do contexto municipal. A cidade precisa buscar cada vez mais longe a água para lhe abastecer, sendo metade da água de Paris atualmente oriunda do tratamento da água do rio Sena e do rio Marne e outra metade provem de fontes subterrâneas distantes até 150 km da cidade.

Já não é mais a questão da quantidade, ou do transporte de água, que problematiza o abastecimento de Paris atualmente, mas sim a questão da qualidade da água, e o valor econômico desta. O custo da água que se

consome também paga o tratamento de esgotos, as obras de saneamento, assim como outros empreendimentos, como as barragens dos Lagos do Rio Sena que controlam os alagamentos da região hidrográfica, e finalmente, a política de gestão dos recursos hídricos francesa, responsável pela preservação e a despoluição dos rios em suas bacias hidrográficas.

A água dos rios não é usada apenas no abastecimento de cidades, ela tem importância fundamental na agricultura, na indústria, sendo que ainda hoje, 70% da água doce do mundo é usada pela agricultura, 20% é usada pelo setor industrial, e apenas 10% destina-se ao uso doméstico<sup>89</sup>. Para articular esses setores e suas diversidades internas (tipos de indústrias, setores agropecuários), com outros usos conflitantes (pesca, esportes, etc), o governo francês adotou o já citado sistema de comitês de gerenciamento de bacias, que na França recebem o nome de *agences de l'eau*, "agências de água". Desde 1964, as agências administram cada uma as seis principais bacias hidrográficas francesas, criando dispositivos de controle da poluição nos trechos da bacia, e sobretudo cobrando dos empreendimentos agrícolas e industriais taxas destinadas a investimentos na pesquisa, no tratamento das águas e na divulgação pública da problemática da escassez da água (CANS, 2001).

Essa política não dá conta, no entanto, do contexto transnacional atual, tanto pela realidade física das bacias quanto pela realidade sócio-econômica. Os rios que correm pela França também contribuem para bacias hidrográficas de outros países europeus, com outras realidades administrativas. Acordos precisam ser articulados para garantir a qualidade das águas desses rios entre muitos países, como foi o caso do rio Reno, cuja despoluição exigiu a participação de cinco países da União Européia: França, Alemanha, Luxemburgo, Suíça e Holanda. Sua poluição, que atingiu seu auge nos anos 60 e 70 foi revertida ao longo de três décadas, com acordos entre governos e multinacionais conhecidas como a BASF, a Bayer, a Shell e a Unilever, que lançavam seus dejetos industriais diretamente no rio (CANS, 2001, p.169). Novamente, esses acordos não se dão em termos de uma conscientização de setores industriais e agrícolas, mas de negociações sobre os custos, impostos,

---

<sup>89</sup> C.f. <http://www.fsa.ulaval.ca/personnel/vernag/EH/F/cause/eau.html>, último acesso em 12/01/2007.

taxas e medidas de compensação destinadas a tais operações, e pelo reconhecimento da interdependência entre diferentes setores sociais quanto à qualidade das águas dos rios.

Ações como essa na União Européia estão sendo promovidas no mundo inteiro, com o apoio da Organização das Nações Unidas. Não se trata novamente de uma simples mudança de sentimentos com relação à natureza, na medida em que essa interdependência econômica pode ser pensada em contextos muito diferentes, como o caso de conflitos entre países. É o caso dos rios Tigre e Eufrates, cujo volume de água para irrigação é disputado por países no Oriente Médio como Turquia, Iraque e Síria, através de empreendimentos como barragens, reservatórios, canais que influem na quantidade e na qualidade das águas que atravessam os territórios dos países<sup>90</sup>.

O contexto da "Guerra da Água" se completa ainda, por outro conceito que vem se tornando importante para compreender as inter-relações entre países, através da água, que não dividem a mesma bacia hidrográfica, como é o caso da relação da França com as fontes de água africanas. Trata-se do conceito de "água virtual", um cálculo feito a partir da água contida nas mercadorias, a que é necessária para a produção de bens e serviços<sup>91</sup>. A partir desse cálculo, medem-se os produtos que mais necessitam de água para serem produzidos, que é o caso da farinha, da soja, do arroz e da carne bovina, com o objetivo de promover tecnologias de diminuição de consumo de água, mas também responsabilizar importadores e exportadores de água virtual.

Boa parte dessas informações são difundidas pelo poder público e pelas companhias de água, pelas agências das bacias hidrográficas, em eventos públicos, em campanhas educativas, nos contextos escolares, em que não é apenas uma consciência ambiental que é promovida, ou melhor, ela é construída pela compreensão desse esquema complexo que é necessário para entendimento do alto custo do consumo de água na cidade. Evidentemente que

---

<sup>90</sup> Para citar mais um exemplo, é também o caso da disputa pelas águas dos lagos da região da palestina e pela água do rio Jordão, que irrigam países árabes, Israel e o Estado Palestino. (CANS, 2001, p. 193).

<sup>91</sup> O conceito foi definido em 1990 por J.A. Allan. E adotado por órgãos internacionais como a ONU e a UNESCO em políticas e pesquisas. Cf. <http://www.fsa.ulaval.ca/personnel/vernag/EH/F/cause/lectures/Faits%20et%20Chiffres%20-%20L'eau%20virtuelle%202003.htm>, último acesso em 12/01/2007.

esses dados não são simplesmente assimilados pela população, mas a abordagem da questão, esta sim, pode se dizer que é compreendida: quanto custa a água da cidade. São informações como quanto custa o volume de água de uma ducha no chuveiro (0,16 centavos de Euro), uma lavada de louça à mão (0,08 centavos de Euro), uma lavagem de roupa na máquina (0,22 centavos de Euro)<sup>92</sup> combinados aos altíssimos custos das moradias plenamente equipadas com chuveiros, banheiras, banheiros completos, cozinhas com pia, que situam os moradores da cidade como usuários da água posicionados nesse grande esquema socioeconômico da água. É, sobretudo, a imagem das entranhas da cidade, com suas infinidades de conexões, encanamentos, galerias subterrâneas, canalizações, pontes, que é utilizada como imagem desse mundo globalizado a partir da água<sup>93</sup>.

As observações de Alain Corbin (1986) sobre a purificação do espaço público realizada pelas grandes obras de Haussmann, que transformaram a paisagem medieval de Paris nesse sistema complexo que articula solo e água urbana, são fundamentais para compreender que foi nas grandes cidades que se enfrentou, pela primeira vez, problemas de poluição e contaminação do ambiente em grande escala. Mas, novamente, as obras de drenagem, pavimentação, ventilação do espaço público foram acompanhadas de uma lenta transformação do imaginário social quanto às noções de higiene, de limpo e sujo, que extrapolam os conhecimentos técnico-científicos para expressarem como os grupos sociais passaram a identificar classes sociais e estilos de vida a partir dessas categorias. Pensar o ambiente é pensar a relação com o Outro.

---

<sup>92</sup> Dados presentes em materiais de divulgação coletados durante a Semana da Água em Paris (*Semaine de l'eau à Paris*, 20 a 26 de março de 2006)

<sup>93</sup> A visita ao "museu dos esgotos" e às galerias subterrâneas de Paris são atrações que possibilitam uma visão completamente diferente da paisagem urbana, pela descoberta do que Corbin (1986) chamaria do "ventre" da cidade.

## Capítulo 4 – A cidade das águas

Durante a pesquisa que realizei em acervos de documentários na cidade de Paris<sup>94</sup>, sobre o tema de cidade, cotidiano, meio ambiente e memória, deparei-me com uma surpresa: dois documentários produzidos sobre as ilhas de Porto Alegre, exibidos na televisão francesa. Um deles eu desconhecia, tratava-se de uma reportagem sobre as ações de setores da Igreja Católica em comunidades pobres do Brasil<sup>95</sup>, em que a atuação da Congregação Marista de Porto Alegre na ilha do Pavão e na Ilha Grande dos Marinheiros ganhava destaque. O segundo documentário, era um velho conhecido, o curta-metragem premiado internacionalmente Ilha das Flores<sup>96</sup>, produzido por cineastas de Porto Alegre, sobre o processo da produção e destinação do lixo na cidade, em que as comunidades das ilhas aparecem em uma situação animalésca, no fim de uma absurda cadeia produtiva em que os seres humanos precisam aguardar os porcos alimentarem-se para catarem as sobras do lixo da cidade. Ao final do filme, revela-se a retórica utilizada, a Ilha das Flores é "na verdade" a "Ilha dos Marinheiros", o dono dos porcos é "na verdade" um motorista de caminhão, as pessoas encenam o que estava acontecendo, mas a última afirmação reverte toda a ficcionalidade: "existe um lugar chamado Ilha das Flores".

Sem entrar nos méritos do filme, que já abordei em outro trabalho (DEVOS, 2003), retomo aqui apenas o lugar do filme "Ilha das Flores" na memória local, pela imagem degradante divulgada internacionalmente dos moradores como desprovidos de qualquer dignidade. Ainda que o filme tenha denunciado de forma criativa e inovadora, do ponto de vista estético, uma situação crítica das cidades brasileiras, e tenha contribuído para obter doações

---

<sup>94</sup> Refiro-me especialmente a *l'Inathèque de France*, que possui uma imensa coleção digital e magnética de arquivos de programas exibidos desde 1995 nos canais de televisão e rádio da França; o *Forum des Images*, que possui uma imensa coleção de filmes de ficção e documentários que se passam na cidade de Paris, e a *Bibliothèque Publique d'Information Georges Pompidou*, que possui uma coleção de documentários e documentos sonoros realizados na França e também em outros países.

<sup>95</sup> O vídeo tratava de algumas experiências das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica no Brasil, objeto de estudo da antropóloga Carmen Cinira Macedo (1986)

<sup>96</sup> "Ilha das Flores", direção de Jorge Furtado, produção da Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989.

e chamar a atenção da comunidade internacional para a situação dos papuleiros das ilhas, ele também reforçou estigmas com relação a esse local com uma "região moral" (PARK, 1979) da cidade onde se localizam os problemas e as mazelas da cidade. Sempre que uma câmera de vídeo aparece para gravar alguma coisa na Ilha dos Marinheiros, e o meu lugar de "fazedor de filmagens" entre os moradores não foi diferente, percebe-se que as pessoas já estão marcadas por essa imagem miserável que lhes é imposta. Em um tom jocoso e desafiador, confrontavam-me diretamente sobre as minhas intenções com a câmera, e em diálogos posteriores no trabalho de campo revelavam uma série de anedotas sobre a realização do "Ilha das Flores"<sup>97</sup> que buscam reverter o papel que seus parentes e familiares representaram.

Repensando o filme, ao assisti-lo em um momento em que refletia sobre a interdependência internacional entre as populações a partir do ambiente partilhado, percebi semelhanças nessa cadeia produtiva do lixo que o filme apresenta, com o alimento saindo da lavoura, passando pelo supermercado, chegando à mesa de uma família de classe média urbana, e finalmente sendo posto no lixo que acaba nas ilhas, com o que descrevi sobre a questão da água. No entanto, a dimensão ética de seu contexto de produção, que descobri no trabalho de campo, demonstra como são possíveis outras leituras desses processos que articulam tantas esferas sociais na vida moderna, a partir do lugar que se ocupa nesses elos entre pessoas, coisas e poderes (Simmel, 1979).

As diferenças, entre o contexto europeu e o contexto brasileiro não são apenas quantificáveis em termos de quantidade de fontes de água, seus usos e desperdícios. É preciso levar em conta os arranjos locais em que se articulam os grupos sociais e o ambiente natural.

A questão da água, como vimos no capítulo anterior, faz essa mediação da oposição mundo urbano/mundo natural, para inseri-los em uma mesma região hidrográfica. Enquanto ambiente artificialmente humanizado, a região hidrográfica, incluindo áreas urbanas e áreas naturais poderia ser pensada, portanto, a partir dos estudos da dimensão ética da vida cotidiana das grandes

---

<sup>97</sup> Dentre as principais, a lembrança da insistência do diretor para que as pessoas não olhassem para a câmera é a mais recorrente.

idades, ou seja, da coexistência de mundos e “províncias de significado” que se sobrepõem e se referem a diferentes formas da vida social.

Gilberto Velho (1981) observa que a “heterogeneidade cultural”, presente à “sociedade complexa moderno-contemporânea”, tomada a partir de sua estratificação em “categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica” (VELHO, 1981, p.16), como (mas não exclusivamente) classes sociais, que surgem a partir da divisão social do trabalho e da distribuição de riquezas é fundamental para pensar a Cidade enquanto coexistência de uma pluralidade de tradições que se baseiam na divisão do trabalho, mas igualmente em questões étnicas, religiosas, ocupacionais, etc; conformando conjuntos de símbolos utilizados pelas pessoas nas suas interações e opções cotidianas (VELHO, 1981) que irão delimitar fronteiras culturais.

Portanto, nessa perspectiva, importa menos a paisagem física do local onde as pessoas vivem, e muito mais como elas vivem, articulando suas práticas no seu local de moradia à região em torno. A aparente contradição que percebi em meu trabalho de campo, entre morar nas ilhas e estar ao mesmo tempo “fora” de uma certa cidade do continente, mas dentro de seu contexto urbano se coloca como uma articulação que todo morador estabelece nesse local, entre o pedaço de natureza e o pedaço de cidade que escolheu para constituir sua morada. É a grande vantagem proferida pelos ilhéus, de estar em um local estratégico em meio à região urbanizada. Trata-se de representações que são afirmadas mesmo em face das informações técnicas proferidas pelo poder público, quanto à sua situação de risco, sujeitos a enchentes, epidemias, e a outras dificuldades em face da ocupação às margens dos rios, nas ilha do Delta.

Pensar as águas como delimitadoras de algumas das fronteiras simbólicas que se sobrepõem no espaço e no tempo significa colocá-las igualmente sobre a perspectiva simbólica, ou seja, significa constatar que embora todo ser humano precise de água para viver, e todos os moradores de uma bacia hidrográfica compartilhem o mesmo sistema hídrico, não são as mesmas águas que estão presentes nas práticas diárias dessa população. É preciso investigar como a água, tanto na forma de abastecimento, quanto na forma de saneamento, recoloca a questão da ocupação desigual do solo,

passando a ser vista como problema ambiental, e como passou a configurar os lugares como as ilhas enquanto “vila irregular” e “área de risco”.

#### **4.1. As áreas de risco da metrópole – água e solo urbano**

Para compreender como se coloca essa questão, é preciso retomar o que foi visto sobre a dinâmica de uma bacia hidrográfica, enquanto região, articulada a uma outra forma de compreensão do espaço urbano, a região metropolitana. Do ponto de vista administrativo, é a concepção da metrópole enquanto região que irá perceber os problemas de uso do espaço desigual não mais como um problema político, econômico ou de assistência social, mas como um problema ambiental. Trata-se de um saber técnico-científico que marca uma nova concepção política da cidade<sup>98</sup>, voltada para seus problemas de inter-relação entre os seus diferentes territórios e populações.

Porto Alegre é uma cidade considerada entre as melhores do país e mesmo da América Latina, em termos de “qualidade de vida”<sup>99</sup>, uma atribuição que reúne uma série de fatores econômicos (renda média, emprego, etc) e de infra-estrutura urbana (como sistema de transporte, saneamento) com outros agregados do ponto de vista ambiental, como áreas verdes para práticas de lazer e áreas de preservação natural. No entanto, em termos de sua integração com a sua Região Metropolitana, constata-se que a maioria da população de baixa renda mora em municípios ou territórios distantes da região central, em áreas que apresentam problemas de infra-estrutura, situadas na imensa área considerada rural disponível na região metropolitana que, no entanto, comporta práticas nada rurais entre suas populações, que passam a configurar as chamadas “vilas” irregulares onde localizam-se problemas contemporâneos das cidades.

---

<sup>98</sup> Ver M.Santos, 1994, p.35 e Lopes, 2006, p.41.

<sup>99</sup> Como divulga o *website* da prefeitura da cidade, com uma população de mais de 1 milhão e 360 mil habitantes, “Porto Alegre é considerada a metrópole da qualidade de vida do Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU), possui mais de um milhão de árvores em suas ruas e acumula mais de 80 prêmios e títulos que a qualificam como uma das melhores cidades brasileiras para morar, trabalhar, fazer negócios, estudar e se divertir. Seus indicadores de qualidade de vida são favoráveis nos principais índices de desenvolvimento humano: saúde, saneamento básico, educação, meio ambiente e economia.” Cf. <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/infocidade/default.php>, último acesso em 11 de janeiro de 2007.

Esse não é um processo recente, na medida em que o crescimento dos centros urbanos se deu em conjunto com transformações ocorridas no meio rural que expulsaram grande número de populações que passaram a se concentrar nas bordas das cidades. Mas esse processo não pode ser pensado de forma linear. Como veremos, as trajetórias dos moradores das ilhas apresentam constantes deslocamentos por várias regiões da cidade ao longo do tempo. O próprio espaço urbano como é entendido, reestruturou-se a partir de rupturas significativas na sua organização espacial, em prol da qualidade do ambiente, como é o caso das reformas sanitárias que estiveram na origem da remodelação do espaço público urbano, através da abertura das largas avenidas e da canalização dos arroios<sup>100</sup> e das fontes mal-cheirosas para evitar a contaminação dos ares da cidade pelo “miasmas” putrefatos (CORBIN, 1986).

A problemática da Região Metropolitana se define na complexificação desses arranjos dos espaços públicos, com a fundação, por exemplo, da METROPLAN (Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional) fundada há 30 anos, para lidar com as conseqüências da aceleração do processo de industrialização de Porto Alegre, e posteriormente de outras aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul<sup>101</sup>. Seu papel foi fundamental na definição dos caminhos da expansão da Grande Porto Alegre, ao lidar não apenas com populações vindas do campo, mas principalmente com as pessoas que Porto Alegre começava a expulsar. Em 1970 Porto Alegre possuía 61,75% da população urbana da região. Entre 1980 a 1991, a população de Porto Alegre cresceu 12,1%, enquanto que a Região Metropolitana cresceu 32,4%, ou seja, foram municípios vizinhos como Viamão, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí que receberam grandes contingentes de população<sup>102</sup>. A partir dessa nova ocupação, a METROPLAN estima que a região chegou ao número de 722 favelas, sendo 217 em Porto Alegre, e 505 nos demais municípios<sup>103</sup>. No modelo anterior de desenvolvimento, que não comporta a visão sistêmica, a capital do Estado estaria a salvo dos problemas que se localizariam nas periferias.

---

<sup>100</sup> Tal processo será abordado de forma mais detalhada no capítulo 5.

<sup>101</sup> Cf. <http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/index.htm>, último acesso em 11 de janeiro de 2007.

<sup>102</sup> Ver Moura-Fujimoto, Nina Simone V. “A urbanização brasileira e a qualidade ambiental”. (2000:57)

<sup>103</sup> Idem, p:61

Essa mesma questão, no entanto, vista do ponto de vista do tema contemporâneo da água, da escassez dos recursos hídricos, coloca o problema da “gestão da água” e do seu “uso sustentável” para os centros urbanos, sob o desafio de promover acordos entre os diferentes grupos sociais em torno do cuidado e da recuperação das condições de rios, arroios, fontes subterrâneas de água, etc. As cidades contemporâneas parecem viver um momento significativo de remodelação de seus espaços, com a preocupação de preservar áreas que conservaram suas características ecossistêmicas, dentro das próprias regiões metropolitanas.

Encostas e topos de morros, beiras de rios, arroios e lagos, a costa oceânica, banhados, baixadas, mangues, e todos os ambientes que atualmente formam os chamados “corredores ecológicos” deixaram de ser vistos como espaços limítrofes da cidade, para se tornarem “ilhas” de ambiente natural que servem de contraponto ao espaço construído ao seu redor, importantes não apenas localmente, mas para toda a região. No entanto, são justamente para estes espaços que se destinaram historicamente as massas de empobrecidos expulsas do campo e das zonas centrais da cidade, para os pântanos e matos, fora da cidade higienizada e planejada. Paradoxalmente o Estado passa a atuar como mediador em lugares que até então, eram marcados pela ausência ou descaso do poder público na disponibilização de infra-estrutura, ao promover mudanças estruturais não apenas no espaço, mas nas práticas cotidianas de seus habitantes, na promoção de novos valores com relação à proteção e conservação do meio ambiente.

O processo de urbanização das capitais brasileiras segue um padrão de "segregação espacial", na lógica de "ocupar primeiro e cuidar de infra-estrutura depois, ficando o primeiro passo por conta da iniciativa privada e o segundo, presumivelmente, por conta do poder público" (CALDEIRA, 1984, p.19). Essa relação entre especulação imobiliária, ocupação irregular e necessidade de planejamento, ou "remodelação" da infra-estrutura urbana de áreas "verdes", naturais, não-planejadas, já foi estudada por antropólogos como Tereza Caldeira (1984, 2000) e outros autores filiados aos estudos de urbanismo, como Lúcio Kowarick (1980). As implicações políticas desses processos em que fronteiras sociais ficam delimitadas podem ser pensadas a partir das diferentes formas de pertencimento à cidade, de acesso a direitos universais e

bens e serviços públicos, e conseqüentemente, de formas diversas de responsabilidade social para com os bens públicos, em que se inserem as áreas e os recursos naturais.

Como visto no capítulo anterior, essa revisão dos processos de industrialização e urbanização do mundo contemporâneo precisa lidar com a configuração da diversidade social que é igualmente resultante desse processo de urbanização, para desta configuração repensar arranjos diferenciados. Contemporaneamente, o problema não se coloca mais do ponto de vista do destino dessas classes populares, de locais a lhe serem destinados, mas da melhoria das suas condições de vida, de fato, em termos ambientais, como forma de preservar as águas e o solo de toda a região.

Maria Helena Sant´ana, ao trabalhar com os moradores da Vila Cai-Cai, entre 1994 e 1996 em processo de remoção para o atual Loteamento Cavalhada, em Porto Alegre, fez uma “arqueologia” da noção de “vila irregular”. O termo que se caracteriza pela “ilegalidade da posse da terra”, pela “irregularidade urbanística” quanto ao tamanho dos lotes, pela “carência de infra-estrutura física e social”, pelo “sítio inadequado” ou ainda pela “má qualidade das habitações”, se associa a valores morais na visão sobre as classes populares a partir da falta e da carência (SANT´ANA, 1996, p.23). Maria Helena Sant´ana mostra como um paradigma “físico-ecológico” associa as “vilas irregulares” à desordem do crescimento urbano, remontando a antigos processos de higienização da cidade que igualmente haviam removido populações da beira de arroios e rios. A questão socioambiental da “precariedade” e “insalubridade” acabava associada ao modo de vida dos moradores da Cai-Cai, que foram parte do processo de “despoluição” da orla do Guaíba (SANT´ANA, 1996). A população acabou sendo “removida” para um terreno doado pela Igreja Católica nas proximidades da zona de preservação da Reserva do Morro do Osso, Zona Sul de Porto Alegre. Novos temores dos técnicos urbanísticos quanto ao risco de “poluição” e “degradação” da reserva pelo modo de vida “irregular” e “desordenado” dos moradores da Cai-Cai, levaram ao tutelamento dessa população, à necessidade de “conscientizá-la”, “educá-la” quanto a um modo de vida saudável, cidadão e ecologicamente consciente. Como a antropóloga aponta, houve uma associação da “participação” desses moradores no processo de assentamento da vila, no

novo espaço, aos seus “sonhos” e esperanças por cidadania e qualidade de vida, ao promoverem a “devolução” de um Guaíba despoluído a si mesmos e à cidade (SANT’ANA, 1996, p. 47)<sup>104</sup>. Atualmente, o Morro do Osso é considerada outra área de conflito ambiental na cidade<sup>105</sup>.

A visão sistêmica proposta em termos da integração metropolitana transparece, por exemplo, no problema contemporâneo do lixo e dos aterros sanitários. Em um modelo anterior de gestão pública, na década de 1970, os depósitos de lixo eram criados em áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário. Depósitos a céu aberto de lixo, os lixões, foram sendo dispostos em áreas consideradas inúteis, justamente as áreas alagadiças e os banhados, como o da Ilha do Pavão, em 1973. Em 1985 foi criado finalmente um aterro sanitário na Zona Norte de Porto Alegre, com técnicas de disposição de “resíduos sólidos” (lixo) nos solos sem causar danos ou riscos à saúde pública, através da redução dos volumes e da colocação de camadas de terra após cada deposição de resíduos diários (TROLEIS, BASSO, 2000). A produção diária de resíduos sólidos por habitante da Região Metropolitana de Porto Alegre, que é estimada pelo DMLU<sup>106</sup> em 0,65kg/dia (TROLEIS, BASSO, 2000), acabou por esgotar a capacidade desse aterro da Zona Norte, que mesmo com novas técnicas empregadas, acabou por diminuir para 10% sua capacidade em 1998, sendo construído outro aterro na Zona Sul da cidade. Mesmo com ações realizadas para a coleta seletiva do lixo, separando material reciclável do restante do lixo produzido por algumas localidades da cidade, em 2005 esse aterro começou a apresentar sua capacidade esgotada, fazendo com que os resíduos sólidos passassem a ser levados para o município de Montenegro.

---

<sup>104</sup> As expressões entre aspas foram mantidas, recuperando o destaque que a autora dá ao discurso técnico como revelador do paradigma “físio-ecológico” que sua pesquisa investiga.

<sup>105</sup> Ocupado em 2004 por um grupo de índios Kaingangues, que reivindicavam o morro como território de seus antepassados, o Morro do Osso destacou-se nas disputas ambientais da cidade. Mobilizaram-se atores sociais contra e a favor da permanência do grupo no local, que até julho de 2006 ainda era garantida pela Justiça Federal. Os índios ocuparam apenas o topo do morro, que é área de preservação ambiental. O morro tem suas bases ocupadas de um lado pelos ex-moradores da Vila Cai-Cai e de outras vilas da cidade, e do outro lado por residências e condomínios residenciais de classes médias e altas da cidade. A “ambientalização” do conflito com a ocupação pelo grupo indígena da área de preservação do morro revelou outros conflitos latentes entre esses grupos, sobre quais as lógicas de ocupação que ameaçam a preservação do lugar, e sobre direitos diferenciados ao uso da área. Cf. [http://www.trf4.gov.br/trf4/noticias/noticia\\_detalhes.php?id=5127](http://www.trf4.gov.br/trf4/noticias/noticia_detalhes.php?id=5127), último acesso em 20/01/2007.

<sup>106</sup> Departamento Municipal de Limpeza Urbana

Sendo assim, a questão dos conflitos entre os diferentes grupos urbanos quanto à apropriação de determinados "bens difusos" como os cursos d'água, ou ambientes como banhados e margens de rios e arroios no meio urbano se apresenta como um tema fascinante, na medida em que tais espaços possam ser pensados como "territorialidades flexíveis", conforme o conceito proposto pelo antropólogo Antônio Arantes (2000), como áreas densas da paisagem urbana onde identidades são contrastadas nas diferentes práticas sociais, onde sentimentos de pertencimento são afirmados em nome de identidades locais, em nome da Nação, ou em nome de filiações a correntes cosmopolitas como os movimentos ecológicos contemporâneos.

O Delta do Jacuí, em especial, se apresenta na confluência dessas questões, na medida em que é um território com características naturais, água em abundância, paisagem exuberante, e ainda praticamente no centro da Região Metropolitana de Porto Alegre, com algumas das ilhas inclusive sendo ainda parte da área da cidade.

Acompanhei algumas reuniões do Poder Público com lideranças locais, onde a temática da ocupação das ilhas era tematizada. O esforço dos técnicos do "meio ambiente" (como eram identificados pela população) era justamente o de transmitir aos moradores a importância sistêmica do Delta, para além da melhoria das condições de vida de seus moradores. Já o grupo de moradores, representado por uma comissão, mas também por alguns outros moradores que tomavam a palavra (e que recebiam manifestações de apoio ou desagravo do restante da platéia) fazia questão de se mostrar organizado e ciente dos procedimentos de inscrição para falar, dos processos de negociação e andamentos da burocracia formal, mas não deixava de fazer o papel de "comunidade" no embate, expondo lacunas na aparente precisão das certezas do planejamento técnico. Embora fosse evidente a necessidade da regularização de muitas das áreas atualmente ocupadas para a possibilidade de aporte de recursos, reivindicavam a garantia de tais investimentos na forma de infra-estrutura (saneamento, pavimentação, saúde, etc), e principalmente a garantia de que o processo de remoção das habitações em "área de risco" (proximidade da beira da estrada e da beira d'água) seria o mesmo para os casebres dos "pobres" e para as "mansões" dos "ricos", termos recorrentes nas reuniões.

A noção de “risco” me parecia expor algumas descontinuidades do processo de negociação. Enquanto que na fala dos técnicos de meio ambiente, a noção de risco parecia uma evidente questão de “tomada de consciência” para os moradores dos perigos de se ocupar a proximidade da estrada (exposição a acidentes) ou a beira d’água (exposição a enxurradas e doenças e degradação do ambiente), para os moradores, o “risco” se revestia de outras faces: embora fosse reconhecido o risco da proximidade da estrada (são recorrentes as mortes por atropelamento nas trajetórias familiares) o risco era a resposta para a questão das enchentes – “a gente gosta da enchente aqui” – um morador repetia a frase que tantas vezes ouvi, o evento cósmico da enchente como marca da duração do modo de vida das comunidades de ilhéus<sup>107</sup>. Outros valores revelavam-se quanto ao risco, que não se encontrava na exposição às enxurradas, mas às condições mais imediatas de miséria e pobreza.

Se ampliarmos para escalas maiores a questão do “risco”, veremos como, em termos do que alguns autores chamam de “sociedade de risco”<sup>108</sup>, a “situação de risco” pode ser interpretada para além das circunstâncias locais, no significado que o risco passou a ter para sociedades modernas urbano-industriais: o de “perigo”, ou seja, risco não para um indivíduo em particular, mas para a ordem social em si (DOUGLAS, 1992). Recuperando seu estudo clássico sobre “Pureza e Perigo”, Mary Douglas (1976) demonstra como a noção de sujeira, de poluição ritual pode ser usada para pensar o risco, resgatando sua definição de sujeira: “onde há sujeira, há sistema”, a sujeira é o que foge à ordem moral, à noção de “limpo”, de adequado, de aceitável (DOUGLAS, 1976, p. 50). O risco é o que arrisca a ordem, o que, segundo Ulrich Beck e Anthony Giddens (BECK, GIDDENS et alli, 1997), revela as contradições do dinamismo das modernas sociedades industriais, pautadas pela racionalidade institucional, pondo em cheque as certezas de ordem, liberdade e segurança.

---

<sup>107</sup> Ver capítulo 6.

<sup>108</sup> Refiro-me aos autores que tratam da teoria da modernização reflexiva, pensando as sociedades humanas e sua interdependência econômica, social e ambiental através do processo de globalização, como Ulrich Beck (1997) e A. Giddens (1997), assim como a própria Mary Douglas (1992), que investe no aspecto mais simbólico do risco para as sociedades modernas.

O risco ambiental não é apenas o risco de degradação de determinada função do ambiente físico, mas também o risco político que implica em responsabilidade sob aquilo que foge às tentativas de controle. É uma responsabilidade pelos efeitos para uma comunidade mais ampla – a cidade, a região hidrográfica, o planeta que, segundo tais teóricos, agrupar-se-iam em torno da noção de confiança quanto à suas responsabilidades e sua interdependência econômica e social. Seguindo a mesma lógica, o risco das enchentes é suportável para a comunidade local, já que apesar de trazer grandes dificuldades para o cotidiano, a enchente se insere na ordem local, evento associado às redes de solidariedade e laços comunitários que são reafirmados em tempos de enchente<sup>109</sup>.

#### **4.2. Ecologia Humana, Meio Ambiente, Antropologia Urbana**

O conflito ambiental investigado nessa tese se apresenta sob um velho conhecido dos estudos urbanos, que se estende contemporaneamente à cidade ecologicamente planejada: as diferentes formas de ocupação do solo urbano, as formas diferenciadas de territorialização dos grupos urbanos, a produção da diferença cultural e social da cidade a partir desse processo.

O debate contemporâneo em torno das "invasões", realizadas por populações de baixa renda, em áreas de preservação nas grandes cidades, como morros, encostas, margens, mangues retoma um importante debate sobre a questão de mudança social e sua relação com o processo de urbanização (OLIVEN, 1982). O "problema" das favelas há muito tem posto a ênfase na abordagem ecológica sobre a cidade (WIRTH, 1979) para tratar as vilas de invasões e as favelas como entidades sociais, comunidades separadas da estrutura social mais geral, que não teriam se adaptado ao meio urbano e aos modos de vida urbano e sofreriam as conseqüências dessa não adaptação.

Assim, conceitos como "vizinhança", "regiões morais" e "comunidade de interesses" (PARK, 1979) levariam ao extremo a inter-relação entre os processos sócio-econômicos que ocorrem na cidade e o comportamento de

---

<sup>109</sup> Ver capítulo 6.

seus indivíduos. Os indivíduos que teriam rompido com laços familiares e demais relações sociais personalizadas tenderiam a se agrupar na cidade de acordo com interesses em comum, de acordo com sua posição mais ou menos assimilada aos valores e benefícios econômicos da cidade. Seria então esse o processo responsável pela formação dos *ghetos* de estrangeiros que se agrupariam em determinados bairros, e pela formação dos bairros nobres de "boa vizinhança" e das regiões morais como o submundo dos subúrbios, palco dos males sociais do meio urbano: o vício, a miséria, a violência<sup>110</sup>. É o debate sobre marginalidade nos centros urbanos que Ruben Oliven (1982) retoma para demonstrar como o conceito de "*continuum-folk* urbano" proposto por Redfield (1930) orienta essa leitura sobre o urbano, ao estabelecer uma perspectiva linear quanto à transformação dos habitantes de comunidades "rústicas" (*folk*), em indivíduos urbanos. Seguindo essa perspectiva, a não assimilação dessas mudanças seria responsável, então, pela situação de marginalidade nos centros urbanos.

A perspectiva oposta a de Redfield é a famosa crítica proposta por Oscar Lewis (1951), ao estudar a mesma aldeia, Tepotzlán, em que Redfield havia produzido seus dados, para demonstrar que a comunidade rural não era nem tão homogênea internamente, nem isenta de conflitos, tensões sociais e perspectivas individualistas como Redfield supunha. No entanto, a ênfase de Lewis nas características culturais que garantiriam a heterogeneidade dessas populações, vistas enquanto comunidades, quanto ao processo de homogeneização provocado pela sociedade industrial moderna está presente no conceito de "cultura da pobreza" (LEWIS, 1970). Este conceito situa tais populações não só como não integradas na sociedade industrial, como também interpreta suas práticas cotidianas enquanto estratégias culturais próprias de adaptação às suas condições de pobreza e miséria, um modo de vida ao mesmo tempo responsável pela sua sobrevivência e pela sua eterna condição de pobreza. Segundo esta visão, uma comunidade com um modo de vida nem rural, nem plenamente urbano se desenvolveria nas favelas e periferias da cidade.

---

<sup>110</sup> Sobre os teóricos da Escola de Chicago, ver Hannerz, 1983, Velho, 1979 e Oliven, 1982.

Ruben Oliven (1982) aponta para o fato, no entanto, de que essas populações estão inseridas no meio urbano e participam de uma estrutura social mais geral, que não se limita nem mesmo à cidade, mas que diz respeito à sociedade industrial moderna contemporânea. A sub-habitação surge como indicador de uma situação mais complexa caracterizada por desemprego e subemprego, em que os "favelados" participam do mercado de trabalho, seja nos subempregos e na circulação de dinheiro no mercado informal, seja enquanto reserva de mão-de-obra (OLIVEN, 1982). O "problema" das favelas seria, na verdade, uma solução, ainda que precária, para o problema de habitação e melhoria das condições de vida. Essa relação é inerente ao que o autor chama de "heterogeneidade na homogeneização" (OLIVEN, 1982), dois processos aparentemente contrários, mas na verdade complementares, pois o modo de produção capitalista, e sua intensificação acelerada no caso brasileiro, tende a reestruturar as relações sociais e incentivar novas orientações culturais em direção ao individualismo, à secularização, a impessoalidade das relações, etc. Estes, no entanto, não são processos lineares e universais, mas tendências gerais, mudanças que ocorrerão de modo diferenciado, não só pelo aumento da desigualdade social que é inerente ao modo de produção capitalista, mas também pela diversidade social e cultural resultante de processos históricos de gênese e transformação dos centros urbanos brasileiros (OLIVEN, 1982).

Ruben Oliven (1982) situa os principais teóricos da chamada Escola de Chicago, Robert Park e Louis Wirth, como teóricos da perspectiva que aborda a cidade enquanto uma "variável independente", ou seja, que a colocam como a causa de fenômenos sociais que ocorrem no seu interior. Nessa perspectiva, o meio urbano, entendido a partir de características ecológicas (tamanho, densidade, integração/desintegração), seria o único condicionante do "urbanismo como modo de vida" (WIRTH, 1979), em uma teoria psico-social que interpretaria o homem urbano como aquele que é transformado pelos "hábitos e costumes da cidade" (PARK, 1979). Maior heterogeneidade, com a complexa divisão do trabalho, economia monetária mais desenvolvida, instituições de parentesco e compadrio menos organizadas e eficientes no controle social, maior dependência de instituições de controle de ação impessoal, menor religiosidade, maior liberdade de ação e escolha individual

(OLIVEN, 1982) seriam algumas das características que orientariam o crescimento urbano e a organização social dos indivíduos nesse meio, colocando a cidade como a causa de muitos males sociais, associados ao comportamento desviante.

O fenômeno da migração, o "êxodo rural", a "atração" que a cidade exerce sobre as populações da área rural, é constantemente apontado como o grande responsável pelo "inchaço" das cidades e pelo crescimento das favelas, onde se concentrariam as populações que não foram plenamente absorvidas e adaptadas aos modos de vida urbanos. No entanto, há uma série de autores que demonstram que, por um lado, esta é uma condição fundamental do sistema sócio-econômico capitalista brasileiro, em que as massas vindas do campo têm papel importante na diminuição do valor econômico da força de trabalho nos centros urbanos, atuando com reserva de mão-de-obra. Autores como Milton Santos (1980) e Ruben Oliven (1982) apontam que essas populações desempenhariam um papel ainda mais importante que a reserva de mão-de-obra para a estrutura sócio-econômica que engloba a cidade, ao estabelecer todo um sistema informal de relações sociais no meio urbano, onde um mercado informal atua como espaço de circulação de dinheiro e como socializador dessas populações através dos bens de consumo.

A busca de um lugar para morar se insere nas estratégias de busca de melhores condições de vida na cidade. "Morar no mato" (CALDEIRA, 1984) e combinar o trabalho no mercado urbano com meios de subsistência não são a continuidade nem a ruptura com a dinâmica social das populações chegadas da área rural, como mostra Eunice Durham (1984). A autora faz um estudo crítico da migração de populações rurais para o meio urbano, demonstrando como a industrialização do país gerou uma crise nos modos de vida e nos sistemas tradicionais de relações de trabalho no campo, expulsando os trabalhadores da região rural para a cidade. A questão não é uma mudança geográfica e demográfica, mas uma mudança no universo social, com o desafio de integração dos trabalhadores rurais em sistemas urbano-industriais. Na passagem de um sistema sócio-econômico para outro, as estratégias de mobilidade espacial dessas populações são empregadas na mudança de grupos e segmentos familiares, e não simplesmente indivíduos, para a cidade.

As estratégias de mudança espacial compõem o que Durham (1984) chama de "tradição de emigração", para resolver uma série de problemas com que se deparam os trabalhadores rurais: esgotamento do solo, diferenças climáticas mas principalmente tensões resultantes das relações de parentesco e compadrio que estruturam as relações sociais entre as unidades produtivas que são as famílias conjugais. São os mesmo laços sociais que orientam a mudança de fazenda a fazenda, que fornecem amparo para os migrantes na cidade. Tais relações familiares e inter-familiares não só não desapareceram na integração ao sistema urbano-industrial (como previam os teóricos do *continuum folk*-urbano) como são fundamentais para se compreender a mobilidade desses grupos nos territórios da cidade, formando complexas redes de parentesco e vizinhança nas favelas e periferias urbanas.

Nesse sentido, como coloca Durham (1984), se as experiências no mercado de trabalho, no deslocamento pelos territórios da cidade, no uso de bens e espaços coletivos é uma experiência individual, no âmbito do consumo, da moradia, da redistribuição dos bens obtidos com as atividades econômicas, e com boa parte da vida privada e de formas de sociabilidade lúdica ou religiosa, a experiência é coletiva, no sentido de que é vivida em torno da família ou da vizinhança, nos territórios das periferias.

Como observam Teresa Caldeira (1984) e José Guilherme Magnani (1984), quanto às populações que habitam as periferias de São Paulo, a experiência de "viver de uma mesma maneira" (CALDEIRA, 1984) expressa uma condição social na cidade que está para além de uma simples localização no espaço geográfico, pois uma referência em comum e uma série de representações são elaboradas a partir das situações cotidianas enfrentadas não só com a "falta" de serviços de saneamento, iluminação, transporte, como com as táticas empregadas no cotidiano da periferia, em que as relações de parentesco, vizinhança e amizade estabelecem laços de pertencimento entre os espaços da periferia e os grupos que o habitam.

Trata-se da idéia de "pedaço" que Magnani (1984) propôs para interpretar o significado do bairro, da vila de periferia enquanto um espaço que é mais que um local de moradia, que é um "lugar de reconhecimento" (CALDEIRA, 1984) entre quem pertence e quem não pertence ao "pedaço", e no qual atuam os mecanismos de controle como a "fofoca". Isso não significa

que não haja tensões e diferenças sociais e culturais importantes no interior de tais grupos, pois estes não se constituem em entidades sociais a parte da sociedade em que atuam esses mesmos indivíduos. O que se observa, a partir desses estudos, é que o espaço importa na constituição de relações sociais e na elaboração de diferenças culturais desses grupos no meio urbano. O "lugar", enquanto "espaço praticado" (De Certeau, 1994) é então uma dimensão importante que o "meio ambiente" assume para esses grupos, na medida em que o "mato", o "morro", a "ilha", o "mangue" podem ser percebidos como "pedaços" em que essas relações são tecidas, como suporte dessas relações.

Para não cairmos em uma nova abordagem ecológica da questão na relação sociedade e meio ambiente, é preciso investigar em que medida tais espaços não-urbanizados fisicamente não possuiriam as características necessárias para se inserirem na chamada "tradição de migração" a que se refere Eunice Durham (1984), e não seriam representados pelas classes mais pobres como um lugar onde seria possível a reestruturação, ainda que parcial, das relações familiares (no interior do grupo de parentesco e entre famílias) que atuam como instituição de amparo aos indivíduos ainda não inseridos no mercado de trabalho, através de um arranjo espacial de grupos (e não indivíduos) migrantes não apenas da zona rural para a cidade, mas de outras áreas de periferia da cidade, egressos de situações de remoção, despejo, conflitos, etc.

É importante investigar, portanto, em que medida o "mato", o "mangue", o "morro", com suas áreas ainda não ocupadas, com seus terrenos com possibilidade de serem loteados, aterrados, não são representados por essas populações, em suas trajetórias, como lugares em que um modo de vida "tradicional" seria possível, por um lado, pela possibilidade da realização de atividades de subsistência (pesca, agricultura, criação de animais, separação de lixo), mas principalmente, pela reprodução da família conjugal como unidade produtiva e de relações tradicionais de parentesco, compadrio e vizinhança como suporte para a busca de mobilidade social no meio urbano com a inserção dos membros da família na carreira profissional e escolar. Não se trata, portanto da oposição urbano x rural, mas da elaboração de estilos de vida urbanos no Brasil em outros arranjos e invenções de códigos éticos locais, voltados para os problemas e as soluções locais aos dilemas contemporâneos.

Nesse sentido, não se trata de investigar um modo de vida exclusivo de alguma comunidade ou de algum "povo das ilhas", mas sim de significados que vão sendo atualizados nas ações da vida coletiva de grupos heterogêneos, alguns descendentes de antigas redes de parentesco e vizinhança locais, outros advindos de processos de desterritorialização e reterritorialização (VELHO, 1981) na cidade a partir de lugares como as ilhas. Sob a perspectiva das mudanças nas estruturas simbólicas que orientam as práticas cotidianas desses grupos, transformadas a partir de processos históricos de urbanização ou proteção ambiental da paisagem do Arquipélago, é que as lógicas de organização espacial de diferentes grupos urbanos nas ilhas do Delta do Jacuí serão pontuadas a seguir.

É a categoria, portanto, de espaço público atribuída aos ambientes naturais, que permite uma abordagem ética dos seus conflitos, na medida em que o seu uso passa a ser uma questão de cidadania<sup>111</sup>. As atuais áreas de preservação nos centros urbanos brasileiros são o palco dessa ambigüidade: ocupadas por favelas ou destinadas a grandes empreendimentos, são territórios onde expressa-se, de qualquer forma, um arranjo ainda mais complexo do que a relação casa e rua, na ordem do que Roberto DaMatta (1985) chama de espaços transitórios e problemáticos, relacionados ao paradoxo e ao conflito, à contradição – como as regiões pobres ou de meretrício. Regiões “periféricas”, que não são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às áreas mais nobres da mesma cidade, são vistas como locais de transição: “‘zonas’, ‘brejos’, ‘mangues’ e ‘alagados’”. Locais liminares, “onde a presença da lama marca um espaço físico confuso e ambíguo.” (DAMATTA, 1985, p.50.).

A particularidade desse trabalho reside em abordar essa questão a partir dos conflitos em torno de um lugar tido como natural, que não se encontra nem no interior da área urbanizada de uma grande cidade (como os parques

---

<sup>111</sup> Roberto Da Matta, em *A Casa & a Rua* (DAMATTA, 1985) discute a relação complementar existente entre o espaço da casa e o da rua enquanto suportes de visões de mundo e condutas éticas que são fundantes para a dinâmica da sociedade brasileira. Enquanto no mundo da casa expressam-se os valores das redes de parentesco, das redes de parentesco e a dimensão da pessoa, na rua, expressam-se os valores universais e impessoais, o poder do Estado e a condição de indivíduo, cidadão. Em sua relação complexa, a casa pode englobar a rua em diversas situações sociais, e vice-versa, fazendo com se tenha uma ética dúplice, ou tríplice que visa conciliar tais valores opostos, ou tais “cidadanias” diversas, entendidas enquanto papéis sociais.

urbanos), nem distante da vida urbana (como as praias e florestas), mas justamente na periferia de uma grande cidade, ou no limite entre esta e as demais cidades que compõe sua Região Metropolitana. O caso do Delta do Jacuí pode fornecer um quadro bem diversificado, portanto, de formas diferenciadas de conhecimento de sua paisagem, mas igualmente, de inter-relação com um espaço que envolve pontos da área natural do Delta, e do espaço urbanizado da região, vivido no cotidiano dos personagens representados no trabalho.

Entender esses grupos enquanto grupos urbanos significa seguir a linha de antropólogos como Oliven (1995), Gilberto Velho (1981) e Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (Eckert e Rocha, 2000). Através do conceito de “itinerários urbanos” (ECKERT E ROCHA, 2000) podemos atingir a compreensão dos deslocamentos espaciais dos indivíduos e/ou grupos moradores das ilhas para a cidade de Porto Alegre, e vice-versa, como parte do cruzamento de “províncias de significados” (VELHO, 1981) no contexto urbano local, somados aos percursos temporais que acompanham a acomodação/assimilação destes deslocamentos na memória coletiva de tais comunidades. Evidentemente, nos termos de uma Antropologia das Sociedades Complexas Moderno-Contemporâneas, professada por Gilberto Velho (1981), compreende-se aqui que é através de tais deslocamentos que os moradores das ilhas realizam uma série de interações e operações cotidianas com a cidade de Porto Alegre.

Alem disto, o conhecimento da dinâmica das experiências fragmentadas (GOFFMAN, 1999) das populações das ilhas no contexto portoalegrense nos permite compreender parte da “questão ambiental” no Parque do Delta do Jacuí como tributária dos jogos da memória que acompanham o processo de transformação industrial e tecnológica destes territórios, fenômeno que é particularmente singular a própria dinâmica de uma sociedade complexa industrial moderno-contemporânea, como demonstra Oliven (1982).

Por outro lado, tomar as ilhas do Arquipélago enquanto objeto temporal (ECKERT E ROCHA, 2000), aqui no caso deste estudo, implica em considerar-se que tais territórios conformam uma memória compartilhada que é parte integrante de uma diversidade cultural característica da fundação do próprio centro urbano de Porto Alegre. É essa sobreposição de tempos vividos e de

tempos pensados (BACHELARD, 1988), por seus habitantes em seu cotidiano, que nos permitem descobrir algumas “tradições” do viver coletivo na cidade a partir de diferentes formas de abordarem as relações Homem e Natureza.

É pelo caráter dinâmico e coletivo das “artes de fazer” que Michel de Certeau (1998) descreve entre as “práticas cotidianas” que este trabalho remete aos esquemas de pensamento e ação das diversas comunidades das ilhas do Arquipélago face aos recursos naturais locais e aos seus deslocamentos diários e constantes no contexto urbano portoalegrense que envolvem suas atividades econômicas. Trata-se aqui de um inventário de seus modos de operar e de usar o espaço da cidade, seus significados, as ordens instituídas, pelas quais é possível entender como os moradores novos “bricolam” uma ética ambiental no espaço das ruas, margens, pontes e ilhas da cidade.

No contexto das chamadas “cidades globais” (ARANTES, 2000), essas formas de viver a diferença cruzando fronteiras simbólicas sobrepostas podem ser pensadas nos diferentes códigos de posturas e dispositivos que restringem a ação do indivíduo, em seus deslocamentos e ações cotidianas, ao limite ético da convivência com o Outro, seguindo, rompendo ou re-inventando acordos sociais do nível mais localizado ao mais globalizado, dos códigos de vizinhança aos acordos comunitários, de interdições religiosas a códigos de postura profissional, das leis municipais que regulam a ocupação e a circulação nas ruas da cidade às leis federais que restringem os usos das áreas de preservação. Da experiência local a experiência cosmopolita (HANNERZ, 1994), diferentes níveis e domínios de realidade são negociados não apenas em diferentes contextos, mas em diferentes universos simbolicamente estruturados de acordo com os sistemas de crença e valores compartilhados (VELHO, 1994).

O conflito é revelador de que na própria formação da cidade de Porto Alegre outra concepção de Natureza está presente, pautada pela visão do urbano como oposta a Natureza, na medida em que a cidade destina para fora de si, ou seja, para o mundo ainda não urbanizado fisicamente como as ilhas, os seus resíduos – na forma de lixões, e principalmente de aglomerações de empobrecidos que não tiveram lugar dentro dos muros da cidade.

Como será desenvolvido no presente trabalho, o poder público se vê pressionado contemporaneamente pela política internacional de meio ambiente, a se fazer presente, em nome dessa interdependência ecológica entre os ambientes naturais e sociais, em espaços que se constituíram pela irregularidade na cidade, pela ausência do Estado. Como veremos, os indivíduos que constituíram sua experiência urbana a partir de ambientes como as ilhas, os banhados, os morros, não estão dispostos a abrir mão desses territórios até então desvalorizados pela civilização urbano-industrial contemporânea, em nome de uma cidadania planetária que geralmente não os inclui como interlocutores éticos.

Retomando, portanto, a questão da suposta “ausência de consciência” de que as classes populares são acusadas com relação à forma como degradariam esses espaços naturais na cidade, é possível constatar que há outros conceitos de ambiente implicados em sua lógica. É o que se apresenta nos relatos de alguns informantes deste trabalho sobre os muitos processos de remoção, de despejo e de refundação de suas moradas nos territórios do Arquipélago. Uma lógica de segregação urbana (CALDEIRA, 1984) que teria justamente lhes colocado como opção tais territórios desvalorizados pela ausência de obras de infra-estrutura. São lugares refundados com as próprias mãos, abrindo picadas no mato, aterrando banhados, cercando pátios.

Ao fundarem localidades marcadas pela pouca presença de instituições do Estado, lançam mão de saberes relacionados ao meio rural, como a criação de animais, a prática da pesca ou da caça e do extrativismo vegetal, que são combinados às suas aventuras de entrada e saída do espaço urbano “regular” (como a coleta de lixo, ou a busca de doações e serviços temporários). No entanto, esses arranjos da vida coletiva não são outra coisa senão determinadas tradições do viver urbano, pois as tentativas de fundação desses microcosmos em meio à cidade acabam resultando em novas aglomerações de populações e novos bairros da cidade, em arranjos da vida social típicos da cidade, no surgimento de becos, ruas, vielas que seriam a retomada dos gestos fundadores da vida urbana nos trópicos, segundo coloca a Antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha (1994).

Seguindo essa perspectiva colocada por Rocha (1994) sobre a Cidade nos trópicos, de pensar a cidade como objeto temporal e obra da Cultura

Humana, seria possível realizar uma interpretação compreensiva dos “itinerários urbanos”, dos deslocamentos no tempo desses grupos pelas periferias da cidade que iriam igualmente configurar a paisagem urbana. Esses movimentos no tempo e no espaço podem ser pensados, portanto, por uma espécie de nomadismo marcado por “estratégias de emigração”, no sentido dado por Eunice Durhan (1984), para resolver conflitos localizados e para buscar novas oportunidades de realização de um sonhado enraizamento em uma terra desejada. Esse nomadismo contaria uma outra memória da transformação do ambiente urbano, que seria o contraponto da tendência atual de planejamento ambiental da cidade. É o que veremos a seguir.

## Capítulo 5 - A capital bela, mas suja

Segundo os pressupostos de que a ambiência urbana só pode ser perpetuada na medida em que é reconquistada e reocupada cotidianamente, e que sua realidade física deve ser compreendida para além de um continuum de crescimento e desenvolvimento, enquanto consolidação temporal das ações éticas dos grupos urbanos, como afirma Ana Luiza Carvalho da Rocha (1994), pretendo, nesse capítulo, investigar esse triplo acordo entre Natureza, Homem e Sociedade que engendra a trama espaço-temporal das cidades urbano-industriais como Porto Alegre. Buscando na memória coletiva da cidade as motivações simbólicas e a ritmicidade que configura a paisagem urbana, o caso presente do Delta do Jacuí surge como desdobramento do trajeto de instauração da civilização urbana nos Trópicos.

Tendo pesquisado no acervo de imagens da cidade, presente ao “Banco de Imagens e Efeitos Visuais”<sup>112</sup>, pude cruzar as narrativas dos informantes com imagens que compõem um imaginário da relação da cidade com as águas do Lago Guaíba e seus afluentes, acessando, assim, uma “duração” dessa forma de habitar um centro urbano em intimidade com as águas que o cercam e o atravessam.

Realizando uma espécie de arqueologia das imagens desses antigos pontos de ancoragem de pequenas embarcações na cidade, nas avenidas e espaços aterrados de hoje, veríamos como a presença dessas populações “ribeirinhas”, tanto vindas da margem das ilhas, quanto habitando ou transitando pelas margens da cidade, teve sua sociabilidade de “marinheiros” no porto associada à prostituição e às “confusões” nos espaços de intensas trocas comerciais entre os “barcadistas”. Espaços que não deixavam de ser associados à potência nefasta das águas, causadora da “queda” humana e igualmente fonte de “miasmas” e doenças nos “charcos”, nos “lodaçais” e banhados da cidade próximos a arroios e na margem do Guaíba, nas habitações populares, nas “tabernas”, “botequins”, “vendas” e cortiços vistos

---

<sup>112</sup> <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>, último acesso em 20/01/2007.

como “nefastos” à saúde da cidade que já enfrentava problemas graves de abastecimento de água e saneamento de esgotos.

Inicialmente, o capítulo está estruturado em torno de algumas imagens literárias, ainda que a reflexão possa ser expandida para algumas imagens fotográficas, gravuras e filmes antigos que constam no DVD que acompanha o capítulo 2 da tese. Se a paisagem urbana, contemporaneamente, passa a incluir áreas consideradas naturais ou rurais de Porto Alegre enquanto espaço urbano a ser planejado ambientalmente, veremos o quanto tais espaços, como as ilhas, são associados ao longo da urbanização da cidade a um idealizado passado rural e colonial do Rio Grande do Sul em oposição ao tempo progressista do processo de urbanização, de canalização de arroios, de abertura de avenidas, de higienização e modernização do espaço público. Aos desvelar tais ritmos diferenciados de transformação da paisagem urbana, a partir de determinados “nós” de amarração da memória da cidade, veremos as heranças desses “quadros sociais da memória” (Halbwachs, 1990) nos modernos projetos de remodelação dos territórios urbanos.

### **5.1. A capital suja**

O Jornal Zero Hora, no dia 02 de julho de 2001<sup>113</sup>, publicava uma série de reportagens intituladas “A redescoberta do Rio Grande”, em que se encontrava a seguinte reportagem, “Uma Capital Bela, mas suja”, com textos do jornalista Carlos Etchichury e fotos de Mário Brasil:

*“Nos 74 dias em que se hospedou na capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o botânico francês Auguste Saint-Hilaire conheceu os dois lados de Porto Alegre. O verso: belas casas, moradores de porte altaneiro, a Rua da Praia buliçosa e uma geografia que lembrava o ameno sul da Europa. O reverso: ruas imundas e lixo sendo despejado no lago do Guaíba, onde a população coletava água imprópria para beber. [..]*

*Do ponto mais elevado, a Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), descortinou ‘um dos mais belos panoramas’. Avistou o Guaíba, concluindo que não era um rio (a dúvida até hoje intriga porto-alegrenses), mas uma lagoa. Contou cerca de 25 sumacas, brigues e outras embarcações atracadas no porto. Pela posição geográfica e pelo que viu, projetou:*

*- ... a cidade de Porto Alegre deve, necessariamente, tornar-se em breve, rica e florescente.*

---

<sup>113</sup> Cf. Jornal Zero Hora, 02/07/2001, p.56.

*[...] depois do Rio de Janeiro, não tinha visto uma cidade tão imunda. [...] As encruzilhadas, os terrenos baldios e, principalmente, as margens da lagoa (o Guaíba) são entulhadas de sujeira*

*[...] os habitantes só bebem água da lagoa e, continuamente, vêem-se negros encher seus cântaros no mesmo lugar em que os outros acabam de lavar as mais emporcalhadas vasilhas.*

*[...] Passados 180 anos da despedida de Saint-Hilaire, Porto Alegre coleta, diariamente, em torno de 1,5 mil toneladas de lixo. Mas permanece o hábito de atirar resíduos e despejos nas fontes de água."*

Os jornalistas relatam que, em 1820, coincidindo com a visita do naturalista francês, as autoridades locais determinavam que os porto-alegrenses só poderiam retirar água do Guaíba a 20 metros das margens. Construíram trapiches, alertando que a água das bordas era imprópria. Toda essa retomada da paisagem da cidade de 1820, com "10 a 12 mil almas" é utilizada para descrever a cidade em 2001, com 1,3 milhões de habitantes:

*"O peão aposentado Honório Zilles, 65 anos, da Ilha Grande dos Marinheiros, recorre ao lago quando o carro-pipa do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) não comparece ao menos uma vez por semana.*

*-Pego o caíque, vou até o meio do rio, coloco um tijolo dentro do balde e puxo água da parte mais funda e limpa – diz Honório.*

*Mas o aposentado reclama que o Guaíba está ficando intragável. Em 6 de julho, como o carro-pipa não pode ir até o fim da Ilha Grande dos Marinheiros devido aos buracos na estrada, Honório precisou se socorrer do lago. Na pressa, não ferveu a água e sofreu cólicas.*

*- Acordei muito mal de manhã. De uns tempos para cá, a água começou a ficar ruim. Se tiver uma nata de óleo por cima do rio, não dá mesmo. [...]*

*O Arroio do campo da Tuca (zona leste) é um dos mais degradados. Em janeiro deste ano, uma faxina da prefeitura recolheu montanhas de garrafas plásticas, roupas, pneus, guarda-chuvas, esqueletos de bicicleta e até móveis como fogões, sofás e cadeiras. No início de junho, os cinco quilômetros do córrego estavam novamente entulhados por montanhas de garrafas plásticas... até mesmo móveis, como fogões, sofás e cadeiras.*

*Moradores às margens do Moinho se exasperam. A dona de casa Zelina Abreu, 63 anos, afixou placa proibindo atirar lixo no arroio. Certo dia, ao ver um vizinho despejando resíduos de carrinho de mão, avisou sobre a poluição. A reação foi inesperada:*

*- Ele arrancou a placa do poste, atirou ela no riacho e me disse: 'Pronto, agora não tem mais placa'.<sup>114</sup>*

A partir das pesquisas etnográficas que venho realizando junto às ilhas de Porto Alegre, pude perceber, entrevistando seus moradores, navegando por

<sup>114</sup> Zero Hora, 02/07/2001, p.56.

seus canais, transitando por ruas à margem de rios e próximas aos banhados que são constantes nessa paisagem, que tais ilhas se constituem, a partir da memória e do cotidiano de muitos de seus habitantes, em um território da cidade de Porto Alegre, em constante comunicação com o continente. Trabalhando com a noção de paisagem, desenvolvi uma reflexão sobre a paisagem da cidade de Porto Alegre que se desvelava a partir do ponto de vista particular dos moradores desses espaços. Um centro urbano habitado a partir de espaços considerados da “não cidade”, das suas margens, um cotidiano sujeito a enchentes, com o barco como meio de transporte e os rios e arroios como “ruas” e “avenidas”, que surge nas práticas cotidianas desses moradores, nas suas narrativas.

Não apenas um cotidiano diferenciado dos demais moradores da capital do Estado do Rio Grande do Sul aparece nesses relatos, mas, em especial, uma outra margem da cidade é representada nas narrativas. Outras formas de sociabilidade são aludidas, outras formas de ocupar e praticar espaços que hoje estão aterrados, planejados, asfaltados e, como veremos, separados das águas. As narrativas dos moradores das ilhas constroem outra paisagem da cidade (ou a complexificam?), cidade portuária, com espaços de lazer e comércio à beira do lago que a circunda. Paisagem que é narrada em contraponto ao que esses mesmos narradores constatam do presente da cidade: uma cidade “*de costas*” para o *Lago Guaíba*, uma cidade que “*não conhece o Rio Guaíba*”.

Portoalegrense, morador do “continente”, digamos assim, surpreendi-me ao descobrir que o *lago* poluído e “morto” do presente surge como um movimentado *rio* nas lembranças desses ilhéus. Na tentativa de ir além de uma simples oposição entre o presente de uma cidade com um lago poluído e o passado de ascensão e decadência de uma indústria fluvial, investiguei uma série de narrativas escritas sobre os espaços de contato da cidade com as águas que a banham, desvendando significados e interpretações diversas sobre a conformação de uma experiência urbana tensionada pelas práticas sociais de apropriação dos lugares da cidade próximos a arroios, margens de rios, banhados e “matarias” que são narradas nos escritos de jornalistas, romancistas, historiadores, viajantes e outros praticantes da escrita da cidade.

Não se trata de um levantamento de dados históricos sobre tais espaços, mas de uma “arqueologia da paisagem”, de acordo com o conceito de “paisagem” proposto por Simmel (1996) e Anne Cauquelin (2000), tomando a paisagem como uma construção mental, pelo artifício do olhar que constrói uma representação a partir de um princípio organizador de determinados elementos. Tal princípio é que permite a alusão aos sentimentos conferidos às paisagens: harmonia, beleza, tranqüilidade, ou então, caos, catástrofe, desordem. Um conceito de paisagem que se presta não somente à idéia de “paisagem natural”, ordenando os elementos do ecossistema, mas igualmente, de “paisagem urbana”, impondo uma ordem aos elementos da estética urbana. A autora constata que a atual “confusão” entre as idéias de “paisagem” e “natureza”, de “paisagem” e “meio ambiente”, se deve ao próprio princípio ilusionista que a representação pictural da paisagem lhe confere, através da técnica da perspectiva, que representa uma realidade para além da tela plana.

Esse artifício da paisagem, essa operação que o olhar realiza surge mediado por diferentes tecnologias, como a pintura, mas também a fotografia, o vídeo, o mapa, o plano urbanístico, a planta arquitetônica e, é claro, a escrita. Neste capítulo veremos algumas formas diferenciadas de representar a paisagem de Porto Alegre, em que o “princípio organizador”, se contemporaneamente tende para a oposição cidade X natureza, ou melhor, cidade ou natureza, veremos como o Guaíba, os arroios e “matarias” já foram representados como “berço da civilização porto-alegrense”, como obstáculos para esse mesmo processo civilizatório, como espaços de afeto ou de medo como uma espécie de passado primitivo dos espaços “civilizados”, urbanizados de Porto Alegre.

Entre o material em texto, encontram-se não apenas descrições sobre uma paisagem antiga da cidade, mas a forma como seus autores formulam questões e expressam esteticamente interpretações sobre a cidade e seu ambiente físico.

O discurso em favor do meio ambiente, retoma, muitas vezes, o discurso a favor da “civilização” dos costumes dos “atrasados” habitantes da cidade que poluem seus cursos de água e poluem seu “ambiente”. Resguardar das massas urbanas os espaços naturais surge como ato de “frear” o avanço da área urbana sobre o solo natural. A “questão ambiental” aparece como novo

desafio para os planejadores e gestores dos espaços públicos, no sentido de disciplinar o uso do solo e das águas pelos grupos sociais que se encontram relacionados a tais áreas. Tratados como lugares que ainda estariam “a salvo” da cidade e, portanto, precisariam ter sua ocupação (ou desocupação) planejada, muitas vezes são tratados como espaços em oposição à cidade, ou espaços não urbanos.

No imaginário urbano, fortalecido nos séculos XIX e XX para as cidades brasileiras, tais espaços “naturais” são a paisagem que é associada à civilização “arcaica”, “rústica” ou mesmo “xucra”, como diriam os cronistas, que se pretendia modernizar com as transformações ocorridas em tais centros urbanos. Diferentemente das ruas na cidade, em que a gramática do espaço urbano constrange as relações sociais e as negociações éticas que são reinventadas a partir de tais constrangimentos, as áreas naturais surgem como espaços físicos confusos e ambíguos, em que limites e fronteiras são mais tênues.

A título de exemplo, retomo rapidamente aqui, como ponto de partida, o que encontrei em minha dissertação de mestrado (DEVOS, 2003), um ambicioso projeto para o Delta do Jacuí que em 1958 (FAYET et alli, 1958) previa um destino completamente diferente para a atual área de proteção ambiental. Em um momento em que se previa a duplicação da população da cidade em menos de 20 anos, e os limites municipais da cidade eram revistos, o projeto pretendia lidar com a “total falta de organização” da cidade, “principalmente no que se refere às suas zonas residenciais”, que crescem “como manchas de óleo” (FAYET et alli, 1958:14). Seu ponto de partida era apenas regular o “processo natural” (FAYET et alli, 1958:51) de desenvolvimento da cidade, ao tornar o Arquipélago uma área de estabelecimento de indústrias, com portos e pequenas unidades de residências. As ilhas eram parte de um plano maior que incluía projetos de construção de ferrovias, rodovias, regularização do rio Jacuí para torná-lo navegável com a construção de barragens e ainda a “abertura de um canal ligando Porto Alegre diretamente ao mar” (FAYET et alli, 1958:21). Os projetos sucediam-se à construção das pontes que fazem a travessia do Lago Guaíba, inserindo as

ilhas do Arquipélago no corpo da metrópole a crescer, no meio do caminho de ligação entre o interior do Rio Grande do Sul e a cidade.

Descoberto em meio a esse ideário progressista que tomava o crescimento da cidade como “evolução natural”, o Arquipélago já contava com grupos populares de pescadores, barqueiros, pequenos proprietários rurais, criadores de porcos e gado leiteiro, empregados de chácaras e sítios, “embarcados” e marceneiros navais de estaleiros, compondo a mão-de-obra das outrora intensas atividades fluviais na Bacia Hidrográfica do Guaíba (PORTO ALEGRE, 1995). Apesar do tom progressista, o que assustava aos planejadores não deixava de ser uma leitura do que já acontecia na região norte da cidade, o crescimento acelerado das “vilas” e favelas nas periferias da cidade, que seu projeto visava ordenar.

Em meio às tentativas de ordenamento, por parte do poder público, da urbanização dessas áreas e da preservação de espaços naturais, encontram-se esses outros usos e apropriações que aparecem em estudos urbanísticos como “desordenados”, “irregulares”, ou então “subalternos” em relação a agentes poderosos do mercado imobiliário. São abordados do ponto de vista da ausência de uma lógica e uma dinâmica que, no entanto aparece no trabalho etnográfico.

As “áreas naturais” (ou não dotadas de infra-estrutura urbana) nas cidades brasileiras, de grande importância para a manutenção das características ambientais dos ecossistemas e bacias hidrográficas, possuem igualmente um papel fundamental na dinâmica desses centros urbanos, num complexo processo que envolve os “itinerários urbanos” e as trajetórias de desenraizamento/enraizamento de grupos populares na cidade, que estaria relacionada, e não contraposta ao processo de valorização e remodelação do solo urbano, em que, contemporaneamente, “áreas naturais protegidas” atuam como o local da melhoria da “qualidade de vida” urbana ecologicamente correta. Servidas por estradas, pontes, canais, constituiriam-se justamente na periferia, nas bordas da cidade, espaço liminar a partir dos quais são narradas trajetórias familiares em que se destacam os gestos de deslocamento, de entrada, de acomodação, de enraizamento no mundo urbano.

## 5.2. Os Memorialistas:

Aquiles Porto Alegre, Ary Veiga Sanhudo, Álvares Pereira Coruja, Athos Damasceno Ferreira, Paulo Gouvêia, Augusto Meyer, Nilo Ruschel são alguns dos chamados “cronistas” de Porto Alegre, que conformam uma “tradição” de escrita sobre a cidade. Segundo o historiador Charles Monteiro (2001), alguns destes, sobretudo A. Coruja, que escrevia em 1881 e Aquiles Porto Alegre, que escreveu de 1916 a 1922, estão entre os primeiros a realizarem um esforço de testemunhar e compreender as transformações dos espaços e das formas de sociabilidade públicas por meio da escrita (MONTEIRO, 2001), produzindo obras que se encontram a meio caminho entre a história e a literatura, em um momento em que a produção historiográfica sobre a cidade ensaiava os primeiros passos. Suas descrições dos espaços públicos da “velha cidade” estão presentes em grande parte da obra historiográfica sobre Porto Alegre.

Conformam uma “tradição” de escrita, segundo Charles Monteiro, porque além de citarem-se, uns aos outros, ao descreverem paisagens da cidade antiga, realizam um mesmo “enquadramento” (HALBWACHS, 1990) da memória social da cidade, estabelecendo uma distância entre a velha cidade (do século XIX e do início do século XX), provinciana, pacata, e uma cidade nova, que se modernizava através de grandes transformações e intervenções nos espaços públicos e nas formas de sociabilidade.

Para o tema deste trabalho, escolhi a obra de Aquiles Porto Alegre “História Popular de Porto Alegre” e de Ary Veiga Sanhudo “Crônicas da Minha Cidade” (v.1 e 2), pela forma em que ambas as obras se posicionam quanto às transformações ocorridas nos espaços da cidade, respectivamente em 1940 e 1960/70, enquanto gestoras da memória de tais espaços<sup>115</sup>. A paisagem narrada por tais cronistas é tensionada pelas transformações no modo de vida urbano, que passa a ser constitutivo do imaginário da modernidade.

---

<sup>115</sup> “Crônica e História, de maneiras diferentes, são formas de escrita que elaboram a passagem do tempo e a memória de um grupo ou sociedade por meio da seleção proposta pelo filtro do tempo presente. Cronistas e historiadores desempenham o papel social de intérpretes da memória coletiva. Eles realizam uma leitura da memória coletiva (com cortes, seleções, acréscimos e silenciamentos) produzindo uma memória social. Memória escrita a partir da ótica e dos interesses de um grupo, mas que pretende se colocar como de toda e para toda a sociedade.” (MONTEIRO, 2001, p. 125)

A historiadora Sandra Pesavento, em “O Espetáculo da Rua”, demonstra como tais transformações ocorridas na paisagem urbana de Porto Alegre foram parte de processos desencadeados mundialmente, de internacionalização do capitalismo industrial, em conjunto com transformações políticas, econômicas e sociais (PESAVENTO, 1992). Trata-se de uma nova ordem urbano-industrial, que, a partir do século XIX e, sobretudo no começo do século XX nas cidades brasileiras, reinverteu as relações campo-cidade e, estabelecendo a cidade como centro político e econômico, provocou grandes transformações culturais na forma de experienciar os espaços públicos e privados. A transformação das sujas e “caóticas” ruas e becos da Porto Alegre antiga em largas avenidas ou ruas embelezadas, equipadas com sistema de coleta de esgotos, abastecimento de água potável, energia elétrica e sistema de transportes demandava uma transformação das “posturas” dos habitantes da cidade.

Conforme narra o historiador Charles Monteiro (2001), a obra “História Popular de Porto Alegre” é uma coletânea dos trabalhos de Aquiles Porto Alegre, escritos até 1920, selecionados por Deusino Varela, em 1940, durante as comemorações do Bicentenário de Porto Alegre pela administração Loureiro da Silva, uma legítima “operação historiográfica” que objetivava situar as administrações de José Loureiro da Silva (1937-1943) e Otávio Rocha (1924-1928) enquanto “refundadoras” da cidade moderna, industrial, projetada para o futuro, em oposição à velha cidade colonial do tempo dos primeiros colonizadores (MONTEIRO, 2001, p. 113).

A publicação comemorativa das crônicas de Aquiles aumentavam ainda mais a distância que o narrador estabelecia entre a cidade que este vivia em meados de 1920, e as paisagens do século XIX que narrava. Uma cidade entre o rural e o urbano, engrandecia o progresso da nova Porto Alegre que urbanizava seus territórios e avançava sobre as várzeas, sobre os riachos, “matarias” e outros pedaços “agrestes” de natureza do passado:

*“A povoação começou então lá para o extremo da cidade, nas imediações do Gasômetro e da cadeia.*

*Daí foi se estendendo para o interior, abrangendo a rua da Bahia, a da Passagem, a curva do Pereira, a rua da Ponte, a da Igreja, a da Varzinha, a do Arvoredo e mais uma ou outra na vizinhança.*

*Neste sitio havia, aqui e ali, no alto do cerro ou na baixada do morro, uma ou outra choupana atamancada e de mau aspecto.*

*-Com o correr do tempo, a edificação predial foi melhorando a muito custo e não a olhos vistos, como pode parecer a muita gente.*

*O espaço destinado a povoação era, pode-se dizer, uma faixa de mato cerrado, que ia por aí além, onde viviam felizes, os caboclos com os seus enfeites de penas, empunhando o arco e as flechas.*

*Como era um pedaço agreste da natureza, depois que a noite baixava sobre a terra, ouvia-se uma ou outra vez o rugido das feras, que deixavam o antro para matar a fome que as devorava.*

*A proporção, porém, que o povoado crescia, com as suas modestas construções de pau a pique, barrados, como ninhos de João de barro, as feras buscavam fugir da convivência dos homens, internando-se pelos lugares mais distantes e desertos.*

*Conta a tradição que na Curva do Pereira, hoje rua General Canabarro, a suas imediações, naquele barranco, onde existiam ainda, no alto, as ruínas do casebre – é que ficava a Cova da Onça.*

*Era um terreno acidentado, cheio de bibocas, árvores esgalhadas, pedras soltas, que davam ao sítio um pitoresco original.*

*Alta noite, quando os moradores da povoação ouviam os rugidos dos animais ferozes, saltavam da cama e empunhavam o trabuco de boca de sino, com receio que a fera forçasse a porta e penetrasse em casa. [...]*

*Às vezes ouvia-se um ou outro estampido de tiro no meio daquela solidão esmagadora. Era antes um gesto de susto com o propósito de afugentar da vizinhança alguma fera, que andasse a farejar por ali. Era o medo, só o medo que levava a mão ao gatilho do trabuco e nada mais.*

*Mais de um bando de atiradores se organizou aqui para dar caça ao “bicho”, mas se ouviam, ao longe, o seu rugido, quebrando a mudez da solidão, disparavam lomba abaixo, como se o tigre viesse já atrás de cada um deles com a boca escancarada e os dentes a mostra.*

*Desistiram então desse propósito e mandaram vir de Viamão gente afouta e afeita a esses rasgos de temeridade.” (PORTO ALEGRE, A., 1940, p.209).*

A Porto Alegre “pitoresca” que Aquiles descreve distanciava-se muito das grandes realizações do período republicano, comemoradas em 1940, em tempos de desenvolvimento agrícola e industrial do estado. Comemorava-se o início da construção do Cais do Porto, o começo das obras de aterramento e canalização do Arroio Dilúvio, a urbanização da orla do Guaíba (Zona Sul), o início da verticalização do centro, a reorganização administrativa, a construção de vários prédios públicos, a demolição dos antigos e escuros becos, a abertura de grandes avenidas, a construção e ajardinamento de praças, o desenvolvimento dos sistemas de transporte, distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e o incremento da construção civil em novas áreas da cidade (MONTEIRO, 2001). A modernização da agropecuária provocou o êxodo rural e o movimento de populações do interior para a capital, somando aos migrantes estrangeiros chegados à capital, grande quantidade de egressos da zona rural do Estado. A cidade era refundada, no sentido de criar condições

para uma nova estrutura social baseada no trabalho assalariado, na produção industrial e no consumo dos bens manufaturados.

A paisagem aparece então narrada sob uma espécie de destino a que tais espaços estariam sujeitos, um futuro (ou um presente apontado para o futuro) glorioso, união das virtudes e desafios colocados pelo sítio natural com a vontade dos seus ocupantes e desbravadores.

*“Há sessenta anos<sup>116</sup> a nossa cidade ia, pouco mais ou menos, até a Praça da Conceição, toda cheia de acidentes produzidos pelo enxurro das águas da chuva e completo abandono da ação municipal.*

*A face da praça fronteira à Igreja era ocupada por uma ou outra chacinha que dava ao sítio uns ares de roça. Eram casinhas quase escondidas entre o maciço dos velhos laranjais, inçados de ervas de passarinho.*

*Quem descesse pela rua da Conceição até o Caminho Novo ia dar à praia onde demoravam os estaleiros, com um ou outro pé de salseiro à beira rio, dando a paisagem uma nota risonha.*

*Toda aquela enorme área compreendida entre as ruas da Conceição e Senhor dos Passos fazia parte da chácara da Brigadeira com todo o peso das suas fortificações estendidas pelo morro abaixo e que vinha expirar ali, em frente à capela do Nosso Senhor dos Passos, surgiu mais tarde um formoso trecho da encantadora cidade em que vivemos.” (PORTO ALEGRE, A., 1940, pp. 47-48).*

Estabelecendo um diálogo com Aquiles Porto Alegre, Ary Veiga Sanhudo, em “Crônicas da Minha Cidade”, cita inúmeras vezes Aquiles ao descrever antigos espaços da cidade, e amplia a produção de crônicas sobre outros lugares da cidade mais afastados do centro administrativo e comercial de Porto Alegre. Sobre a área central Sanhudo segue a linha de Aquiles, recuperando seus escritos sobre lugares como a Praça Senador Florêncio (Praça da Alfândega) onde Aquiles descrevia toda uma sociabilidade popular durante as comemorações de festas religiosas como a Festa do Divino Espírito Santo:

*“Quem, hoje, ao passar pela bela e moderna Praça Senador Florêncio, pode imaginar o que era aquele lugar em fins do século XVIII? Era vagamente conhecido, ainda, por largo da Quitanda e fazia estreita faixa que se distendia ao longo do Guaíba, com o pitoresco nome de Costa do Rio.*

*Esse largo da Quitanda, em verdade, não tinha nenhum foro oficial. Era um terreno baixo, fatalmente alagadiço, cheio de macegas e aguapés, sujeito ao freqüente desenfrear das águas do rio, e que, desde os primeiros dias da*

---

<sup>116</sup> Por volta de 1850.

*povoação do sítio dos Dorneles, prestou-se, pela sua privilegiada posição, como uma espécie de mercado das frutas e mercadorias, que vinham de todo o interior do Continente, para o novo e nascente arraial.*

*Se me permite o leitor, eu digo mais: muito pouco diferia, naquele tempo, dessa atual margem insondável da ilha do Chico Inglês, que fica aí defronte ao Portão do Cais, do outro lado do rio." (SANHUDO, 1979. p.52)*

A caracterização da rusticidade do sítio natural é recurso usado por Sanhudo e por Aquiles para situar uma sociabilidade antiga, anterior ao processo de modernização da cidade e da “civilização” dos costumes de seus habitantes. Tal descrição da Praça da Quitanda é retirada de Aquiles Porto Alegre:

*“Das festas populares de antanho, era esta uma das mais queridas do povo. Os “fogos” do Espírito Santo efetuavam-se na antiga Praça da Matriz e eram estes que realmente davam a nota, e atraíam gente de toda a parte: dos subúrbios, das vilas próximas, das ilhas fronteiras, dos Morretes, da Volta Grande e de outros sítios próximos.*

*Rara era a família moradora da cidade, que pelos fogos (como pelo carnaval), não hospedavam em sua casa uma caterna de parentes xucros, que vinham “de fora” – para ver os fogos...*

*Era um festejo popular, se bem que a praça, na noite dos fogos, fosse concorrida pelas famílias do nosso escol social. [...]*

*Construíam o extenso barracão, os coretos e várias tendas para a venda do café, a três vinténs a xícara, pães, doces, gengibirra, maduro e outros refrescos. Além disso, a praça enchia-se à noite, de tabuleiros de frutas, de caixas envidraçadas de doces, de balaios e cestos de pinhões e amendoim torrado, de travessas de peixe frito, com rodela de cebolas, de bandeijas de balas, e de uma infinidade de outras quitandas... [...]*

*E tudo na Praça era animação, música, alegria.*

*De espaço a espaço subiam aos ares um balão, espocava um foguete ou estrondava um morteiro. Às vezes trilavam os apitos policiais e haviam correrias: era um rolo. Logo, porém, tudo voltava à festa. [...]*

*Tudo isso desapareceu, porque a civilização, o espírito moderno – não admite mais isso... Da capela de Viamão e Belém Velho e de outros sítios rústicos, vinham carretas, puxadas por duas juntas de bois, conduzindo as famílias sertanejas para assistir aos fogos." (PORTO ALEGRE, A. , 1940. pp. 79-80.)*

Os relatos desses cronistas desenvolvem-se constantemente sobre os limites entre o ambiente urbano e o “pitoresco” ambiente rural desaparecido dos espaços centrais da cidade. As formas de sociabilidade, as profissões urbanas, os “tipos populares” são descritos em ação nesses espaços, somados a essa paisagem “pitoresca” de costumes “rústicos” e primitivos em comparação a um ideal de postura urbana que as grandes transformações

urbanas projetavam para a cidade. É o caso da descrição da Rua da Passagem, descrita por Sanhudo, mas sobretudo por Aquiles Porto Alegre:

*“É bem possível que muita gente não conheça a origem do nome dessa rua, que fica, lá, pelas imediações da cadeia, quase a beira rio.*

*Ela é uma das mais antigas da cidade, e teve início logo que os moradores de Viamão vieram com os seus tatecos às costas para o Porto dos Casais, por assim haver entendido o capitão-mor Sepúlveda, quando governava a capitania.[...]*

*Ali, no começo da Rua da Praia, ao lado da padaria do velho Garcia, onde nasce a rua da Passagem, existiam, nesse tempo, umas arvores do mato, a beira rio, que davam aquele trecho uma nota risonha e ensombrevam uma mangueira ali existente, de moirões grossos bem fincados, para recolher o gado que vinha do Petim, Barra do Ribeiro e Pedras Brancas a fim de ser abatido para o consumo da cidade.*

*O gado que aí chegava atravessava o rio a vau, repontado por uns três ou quatro peões sacudidos afeitos à vida rude do campo.*

*Depois do gado estar aí encurralado, algum tempo, para descanso da penosa travessia, tomava o rumo do matadouro do Domingos de Almeida de Oliveira, mais conhecido por Mingote Panella, um excelente homem.*

*O terreno do matadouro ia da Pharmacia da Azenha, de Olympio Guimarães, por aí afora até as imediações da ponte do Menino Deus, obra mais tosca do que esta que aí está.*

*E ia o gado chucro, de cabeça em pé, olhar espantadiço, sacudindo a cola no ar, pela rua da Passagem, obrigando os moradores do sítio a trancarem as portas com receio de alguma rez entrar pelo corredor a dentro.*

*As lavadeiras que estavam à praia, ali na Ponte das Pedras, entregues a sua lida, mal ouviam o grito monótono dos peões que vinham acompanhando o gado, disparavam, refugiando-se espavoridas nas casas fronteiras.” (PORTO ALEGRE, A., 1940. p. 38.)*

As áreas da cidade em contato com o Guaíba, já importantes avenidas no tempo de Aquiles, eram retratadas pelo cronista de forma a estabelecer uma relação entre as características do ambiente físico (alagadiço, pantanoso, com animais selvagens) e a falta do que viriam ser as grandes obras que transformaram tais espaços em mais alguns “formosos trechos da nossa cidade”. É o caso do “tipo popular” chamado “Lourenço Maria”, um porteiro da antiga Diretoria Provincial:

*“[...] feio, baixo e bojudado, usava chapéu de copa alta para aumentar a pequenez da estatura. [...]*

*Uma figura grotesca de calunga de jornal humorístico [...]*

*Para abrir a repartição vinha todas as manhãs, bem cedo, lá do fim do Caminho Novo, da chácara do desembargador Freitas Travassos, onde morava, montado num petiço nostálgico e peludo que fazia lembrar o Rossinante do D. Quixote.*

*Naquele tempo o Caminho Novo era quase intransitável, e, se o era no verão, imaginem o que não seria no inverno. Não existia ainda aquele extenso*

*trecho de cais que, hoje, ali se vê, e a rua estava no mesmo nível das águas do rio.*

*Qualquer chuva ou viração do Sul, que represasse a correnteza, alagava logo, por completo, aquela zona marginal da cidade.*

*Quantos trabalhos, quantos perigos não passou o Lourenço Maria, para chegar até aqui, são e salvo, sobre o lombo do mísero petiço que vinha, cai aqui, cai acolá, cabeça baixa e olhar tristonho, esmagado ao peso da carga, com os pés maneados?...*

*Às vezes ia abrir a porta da repartição, molhado como um pinto, todo barreado, desde os pés a cabeça, como se houvesse sido arrancado, naquele instante, do fundo do rio.*

*E os guris, os perversos, mal o enxergavam nesse estado de inspirar compaixão, começavam a dar guinchos, assobios e a chamá-lo em altas vozes:*

*- O Lourenço!... Caíste ao rio? ... E o jacaré não te comeu?!" (PORTO ALEGRE, A., 1940. p.176.)*

Sanhudo recupera de Aquiles Porto Alegre e também de outros cronistas o discurso sobre a transformação da paisagem da cidade. Em sua narrativa, as canalizações de arroios e obras de aterramento marcam o desaparecimento (ou banimento) dessas figuras populares como as lavadeiras, de espaços centrais da cidade. O Guaíba surge como uma fera domada pelo “freio” da mão civilizadora do homem:

*"[...] O Guaíba, por aquele tempo, preguiçoso e displicentemente dilatado, tinha um espelho de águas bem maior do que o atual. Seus braços líquidos da margem ocidental, particularmente o famoso Riacho, mais conhecido como Riachinho, Arroio Dilúvio ou Arroio Sabão, ademais de se arrastarem como cobra pela Sesmaria de Jerônimo de Ornelas, bifurcava-se em inúmeros pedaços de aguadas. Não há dúvida que foi o grande aliado da cidade, pois muitas telhas e tijolos circularam das olarias do Juca do Tristão, em grandes batelões, contornando a Praia do Arsenal para deixarem seus materiais no Largo da Quitanda ou do Paraíso. E assim a cidadezinha foi crescendo... E crescendo tornou-se a grande capital dos nossos dias. O rio ensinava o seu fatal desenvolvimento!*

*[...]E o rio continuava a correr, e correndo ensinava os homens a serem mais fortes, mais ágeis e donos de mais glórias...*

*[...] volta e meia o Guaíba saía do seu leito e inundava ruas, praças e avenidas que nunca sonharam em tomar banho de enxurrada.*

*Para por cobro a essa impertinente mania do rio, o Governo do Estado passou a estudar a possibilidade de detê-lo com um grande e monumental cais. E assim Borges de Medeiros, em meados de 1911, iniciou esse porto que hoje temos. Não há dúvida que o velho e manhoso rio deve ter mordido o freio quando viu chegar esses enormes blocos de pedra para conter-lhe as águas. Estava muito acostumado a espreguiçar-se despreocupadamente. Imagine-se apenas que suas margens ordinárias vinham aí pela praça da Alfândega, fundos do Palácio Municipal, e uma boa parte da rua que ainda hoje tem um nome que o lembra – Rua da Praia!*

*Mais tarde outros aterros foram feitos e construiu-se o cais Marcílio Dias. E ainda há pouco, no governo Brizola, criou-se mesmo um bairro inteiro – Praia de Belas -, com terras do fundo do rio, a despeito do rio, diminuindo o rio, encurtando seu leito e beleza..*

*Menor, dentro dos seus limites que cada vez mais se estreitam, o Guaíba pouco a pouco vai sentindo a civilizadora mão do homem, que, quando não o contrapõe a altos blocos de pedra ou às próprias terras que lhe tira das entranhas, ergue-lhe à distância, cautelosamente, diques de proteção à cidade, com o propósito de impedir que o rio, em seus acessos de fúria ou costumeiros esbanjamentos, destrua a calculada obra de arte urbana, com seus arroubos inquietos de transbordamentos periódicos.*

*As suas águas turvas ou esverdeadas já não passam debaixo da velha Ponte de Pedra da Praça dos Açorianos – a bucólica ponte do riachinho -, hoje dominando apenas uma insignificante lagoinha, rico foco de mosquitos e outros insetos que muito perturbam o tranqüilo sono da cidade.*

*O velho Riacho do Sabão, também conhecido como Arroio Dilúvio, o mais grosso braço esquerdo do rio, agora está saneadoramente retificado, deixou de malandrear nessa baixada entre o antigo morro da Praia e o necropólico morro da Azenha, e perdeu a sua infatigável mania de assustar os velhos bairros da cidade com suas enxurradas e inundações.*

*Nem mais se vê aquele indefectível exército de lavadeiras às suas margens, negras novas ou idosas, que com o colorido das suas vestes davam singular e pitoresco aspecto às suas águas barrentas." (SANHUDO, 1975, pp. 26-35.)*

Tais transformações a que se referem os cronistas não são, no entanto, uma ruptura definitiva com esse passado da cidade em direção a um presente civilizado. Muitas das descrições confundem a cidade do passado com a vida presente dos arrabaldes e vilas de classes populares, não por acaso. No tempo de Aquiles Porto Alegre, o poder público fazia grande esforço em delimitar as fronteiras entre o centro urbanizado da cidade e sua periferia ainda considerada "rural" dos arrabaldes, apesar de serem os espaços onde as classes trabalhadoras e a multidão de prostitutas, marinheiros e desocupados passaria a viver, tendo sido removida dos cortiços e becos que foram demolidos para construção das grandes avenidas e para as obras de saneamento e higiene pública, que ocorreram, sobretudo, nas administrações de Otávio Rocha (1927) e Loureiro da Silva (1940).

A narrativa dos cronistas sobre a presença de negros ex-escravos coletando águas nas fontes públicas e dos negros "aguadeiros" que distribuíam água contrastava com as reformas nos serviços públicos de abastecimento de água e de limpeza urbana e, sobretudo, contrastavam com as reformas nos códigos municipais de posturas.

*"A mula era arisca, e pela força do hábito sabia onde tinha que parar.  
E ali parava até que o pipeiro fazia um pst!... e a mula sacudia-se,  
levantava as orelhas peludas, olhava de lado com um ar de inteligência e  
caminhava até o próximo freguês!*

*E assim lá iam pipeiro, mula e pipa, distribuindo medidos baldes de clara água pelas talhas da cidade. Existia outra pipa (além da Fonte de Freitas que trazia inscrição) muito conhecida, mas não trazia nome. Era um barrilzinho sem pintura, amarrado precariamente com arame nuns varais curvos, o burrico ficava lá em cima e esquisitamente puxava o pequeno reservatório d'água entre um par de rodas de grossos aros de madeira. Lá ia o negro velho, de vez em quando parava um freguês, e se ninguém o chamava ele montava no animal entre os varais e gritava rouco:*

- *"Ohooo... geennte ... óia a água!"<sup>17</sup>*

Os códigos de Posturas policiais de 1831, alterados em 1837, já continham medidas de saneamento e "higiene" para a cidade, pois determinavam lugares para despejos de "cisco e imundícies" além de locais, na praia, "para lavagem de panos e roupas" e previam punição para os desobedientes de três dias de cadeia com multa de três mil réis. Se fossem escravos os infratores, a pena era de 50 açoites (PEREIRA, 1991). O despejos das "imundícies" ocorria em cubos que eram recipientes onde se depositava a matéria fecal, substituídos semanalmente nas casas. Transportados em carroça, eram levados a trapiches para lançamento longe da praia, ao lado da Cadeia Civil no litoral norte, no litoral da Voluntários da Pátria, além da ponte do Riacho, na Ponta do Dionísio, que acabou ficando com toda a descarga dos cubos. Criou-se uma linha férrea para o transporte até a Ponta do Dionísio, três ou quatro vezes por semana, dos cubos, "potes", "bispotes", de toda a cidade. 1896 era o local para o qual se desviava o lixo da cidade, para o "Porto do Dionísio". Em 1866 foi proibida a venda de água tirada do rio ao público, com o início dos serviços de abastecimento de água a partir de galerias subterrâneas.

Ainda assim, os Códigos de Posturas Policiais se tornaram, em 1903, o Código de Posturas Municipais sobre Higiene, com a proibição de depositar lixo nas ruas, praças, cais, docas e outros logradouros públicos, determinando que as roupas deveriam ser lavadas em praças distantes dos limites urbanos, proibido lavar-se de dia nas praias, rios ou logradouros públicos, sem estar vestido. Não se tratava de simples higiene, pois delimitava os espaços públicos para a conduta de carroças e veículos, de "animais chucros, tropas e outros animais", determinava o uso de trajes adequados a serem usados nos bondes, e era parte de um processo de socialização do indivíduo ao novo ideário urbano (PEREIRA, 1991, p. 27).

---

<sup>17</sup> SANHUDO *apud* PEREIRA, A. *Histórias do abastecimento de água em Porto Alegre*. Porto Alegre. Coordenação Unidade de Comunicação Social – DMAE, 1991. p. 20.

As constantes enchentes em Porto Alegre, respectivamente em 1873, 1897, 1889, 1905, 1912, 1914, 1916, 1928, 1936 e, sobretudo, de 1941 (OLIVEIRA, 1993), são apontadas como as causas das obras de saneamento de canalização do Riacho e da construção de diques junto aos rios Gravataí e Guaíba, em conjunto com a construção do sistema de barragens nos rios Jacuí e Taquari, que teriam salvo a cidade de outras calamidades com as enchentes de 1963, 1966 e 1983. A enchente de 1941, considerada a maior enchente de Porto Alegre, quando durante um mês chovia em todas as bacias de rios que deságuam no Guaíba, fez com que as águas alcançassem 4,76m de altura máxima, cobrindo a Praça da Alfândega e ocupando a Rua da Praia desde seu início até quase a Rua Uruguai, retomando todo o espaço aterrado do Guaíba. No Cais do Porto as águas estavam a 1,73m acima da calçada, Os bairros Navegantes, Menino Deus, Azenha, Santana, Cidade Baixa e Praia de Belas foram os mais atingidos. O vento sul represava as águas muitos dias após terem cessado as chuvas e cerca de 40 mil flagelados ficaram ao desabrigo. Só no fim do mês a Viação Férrea recuperou suas linhas com o interior do Estado (OLIVEIRA, 1993).

No entanto, as obras de canalização dos arroios, sobretudo o Arroio Dilúvio (Riacho) responsável por boa parte do alagamento da cidade, longe de serem uma pronta resposta dos governos municipais e estaduais às calamidades ocorridas, levaram anos para serem executadas, desde seu primeiro planejamento, em 1914, no Plano de Melhoramentos Moreira Maciel (MACEDO, 1973) passando pelas primeiras obras nas administrações de Otávio Rocha e Loureiro da Silva e sendo finalizadas na administração Thompson Flores, em 1970. Envolveram grandes investimentos, pela necessária articulação de tais “melhorias” no tecido urbano com as demais intervenções no espaço público, sobretudo com a reforma na malha viária da cidade. A canalização do Riacho e as obras no Cais do Porto representam muito mais do que a proteção da cidade contra enchentes, mas a ruptura com um passado “primitivo” da estrutura urbana, e também da cultura urbana local, a partir do comprometimento com a modernização da capital.

Os dois livros de Sanhudo (1975; 1979), reunindo artigos publicados em jornal, tinham o objetivo de embasar um projeto de lei do jornalista, então vereador entre 1952-1955 e 1956-1959 em Porto Alegre, de oficializar o

desmembramento da capital em bairros a serem nomeados segundo sua nomenclatura popular. O projeto acompanhava os trabalhos de elaboração do Plano Diretor da cidade, pronto em 1959, revisando outros “Planos de Melhoramentos” das ruas e avenidas da cidade. Embora o primeiro volume de “Crônicas da Minha Cidade” tenha sido publicado em 1961, o segundo volume, reunindo artigos escritos na mesma época, seria reescrito e completado pelo autor em 1968 e publicado somente em 1975, 15 anos após a publicação do primeiro volume.

O primeiro volume de “Crônicas da Minha Cidade” retoma, como vimos, o tom “memorialista” e o enfoque na distância temporal entre a velha cidade colonial e a moderna cidade, no entanto, tratando apenas dos bairros mais antigos da capital. Já a publicação do segundo volume, que trata dos bairros mais periféricos, dá-se em um momento em que se realizavam os trabalhos de elaboração e implementação de um Plano Diretor, não mais apenas para o centro e a capital, como se planejava em 1959, mas para a região metropolitana do estado, na tentativa de por ordem ao crescimento das áreas urbanas que triplicaram entre 1950 e 1970 (MONTEIRO, 2001).

Pode-se, portanto, estabelecer um paralelo entre a “demanda de memória” (MONTEIRO, 2001) da comemoração do bicentenário da cidade em 1940 e das comemorações elaboradas pela administração Thompon Flores, em 1970, que marcam o lançamento do segundo volume da obra de Sanhudo no conjunto de uma série de publicação sobre a história da cidade. Novamente, Charles Monteiro (2001) demonstra como uma profunda transformação na paisagem da cidade se valia da produção de memória escrita sobre a “antiga cidade” para produzir uma nova cidade que era refundada a partir dos canteiros de obra.

Com o fenômeno chamado de “metropolização” das áreas urbanas das cidades brasileiras, a população de Porto Alegre aumentava de 394 mil habitantes em 1950 para 885 mil em 1970, com a concentração de populações provenientes do campo e de pequenas cidades nas periferias sem infraestrutura das cidades ou nos municípios ao redor das capitais (MONTEIRO, 2001). O Plano de Metas e Bases de 1970 e o Plano Nacional de Desenvolvimento de 1972-1974 dos governos militares promoviam a construção de hidrelétricas, barragens e rodovias e o investimento em infra-

estrutura nas principais áreas metropolitanas e na gestão centralizada e planejada do espaço urbano (MONTEIRO, 2001).

A administração Telmo Thopson Flores descaracterizava a paisagem de áreas antigas da cidade, com o aporte de capitais no contexto do “milagre econômico brasileiro”, com a centralização das decisões político-administrativas, o endividamento público e o controle das resistências da sociedade civil às desapropriações e às rápidas mudanças urbanas. O plano diretor da região metropolitana de 1979 incentivou a especialização das atividades no espaço urbano (zoneamento) em áreas de habitação (bairros e vilas), trabalho (centro), circulação (avenidas e ruas) e lazer (praças e parques) (MONTEIRO, 2001). No entanto, os investimentos realizaram-se, sobretudo, na reorganização da malha viária da cidade, com o alargamento e pavimentação das radiais importantes que ligavam velhos e novos bairros ao centro da cidade, junto a obras de saneamento, eletrificação e iluminação, aproveitando o alargamento e abertura dessas avenidas, com a destruição de antigos espaços de sociabilidade com as obras de estrutura viária.

Nesse sentido, o contexto de publicação dos livros de Sanhudo retomavam a “demanda de memória” e o discurso de 1940, da administração Loureiro da Silva, da necessidade de modernização e “civilização” dos costumes dos habitantes da cidade, voltando a atenção para áreas mais afastadas do centro da cidade, que entravam no processo de modernização e urbanização. Em especial, quanto a lugares como a Vila Dona Teodora e nas imediações do “Vale do Sabão”, onde as classes populares formavam grandes aglomerações de habitações populares, em meio a lugares alagadiços, Sanhudo descreve tais paisagens sem disfarçar a mesma associação à velha e primitiva cidade, referindo-se, no entanto, ao momento presente da capital.

A Vila Dona Teodora é descrita pelo cronista como “submundo da nossa metrópole”, como “núcleo marginal da cidade”, que com suas “5 mil almas” habitando “malocas” e casas construídas pela Prefeitura, em meio a um “espetacular banhado”:

*“Dona Teodora é aquela zona bem além dos Navegantes, no extremo norte da cidade, e mergulhada nos pântanos infectos da velha Fazenda dos Anteros. [...] Em 1950 o lugar, que era e continua sendo um espetacular banhado, não tinha nada. Quando muito umas vinte casinhas! E agora? Bem,*

*agora nem dá para contar! [...] às vezes me convenço mesmo que todo o problema das malocas, em Porto Alegre, reside simplesmente na convulsiva massa humana que as constitui. É um estágio de vida dentro da civilização.”* (SANHUDO, 1975. p.202.)

Se retornarmos às descrições de Aquiles Porto Alegre sobre a paisagem antiga da cidade, veremos como este também associa práticas tradicionais dos habitantes da cidade a paisagens ainda não “urbanizadas” ou “civilizadas” da capital. É o caso da crônica em que Aquiles retomava a descrição do ofício das lavadeiras, não mais as antigas lavadeiras, mas as suas contemporâneas, no começo do século XX, estabelecendo um paralelo entre a presença dessas mulheres às margens do Guaíba, na Rua da Passagem do século XIX, com a paisagem dos arrabaldes e arraiais da Porto Alegre de sua época:

*“Quem margeia certos sítios de nossas praias, vê por toda a parte roupa lavada, enxugando ao sol ou ao vento.*

*Impressiona bem a quem contempla de perto esse aspecto de trabalho das humildes para ganhar o pão de cada dia.*

*Se há uma ocupação penosa é esta, não há dúvida.*

*No rigor do inverno, quando a água do rio parece estar gelada, essas pobres criaturas arregaçam as mangas do casaco que trazem para resguardar da friagem, entram no rio, com as pernas nuas até acima dos joelhos, colhendo entre as coxas um punhado das saias, para lhes dar desembaraço.*

*E vivem, ali curvadas sobre o banco, esfregando a roupa que lhe cai nas mãos, como se a água não estivesse cortante como gumes de navalha afiada.*

*Algumas dessas mulheres têm os dedos rachados de frieiras, que lhes doem com o contacto d’água fria, mas é preciso entregar a roupa ao freguês ou à engomadeira, para passar a ferro ou engomá-la, porque apesar da baixa da temperatura, ninguém quer andar de roupa suja se é pessoa que se preza.*

*Em outras épocas, elas lavavam nas escadas do cais da alfândega e estendiam as suas peças de roupa na calçada, no empedrado da rua e na relva da praça. (Até 1908 ainda lavavam aí).*

*A civilização, porém, ou antes, as posturas municipais acabaram com isto, e a lavagem passou para outros pontos mais afastados do centro da cidade.*

*Muitas das que lavavam aí procuravam morar nas imediações do Gasômetro, onde se estende à flor da terra aquela enorme pedreira cujo sítio se presta a essa ocupação.*

*Umas sempre habitaram o Arraial da Baronesa, por terem à mão o Riachinho e outras os Navegantes à beira rio com sua extensa praia.*

*No arrabalde Parthenon, vivem também muitas lavadeiras, que utilizam um grande trecho do Riachinho que por ali desliza.*

*A maioria dessa gente mora em sítios distantes do centro da cidade, pela conveniência da modicidade do preço das casinhas em que vivem, com a abundância d’água à porta.*

*É uma boa gente, mansa e serviçal. Algumas têm mesmo lar e vivem mourejando para ajudar o marido no sustento dos filhos. Formam grupos à beira da praia. Falam de tudo, inclusive da vida alheia, às risadas. Algumas se têm filhos pequenos, levam-nos consigo, e põem-nos à sombra, ao pé do seu*

*olhar materno, enquanto mergulham n'água as peças de roupa, enxáguam-nas ou as torcem. Mostram-se sempre boas camaradas umas das outras. Auxiliam-se mutuamente. Algumas, acabada a sua tarefa, se vêem que a companheira ainda tem um rol de roupa para enxaguar ou torcer, vão espontaneamente ajudá-la, com essa bondade instintiva dos humildes, que estão sempre prontos a 'prestar para alguma coisa'". (PORTO ALEGRE, A. 1940. p.187.)*

Sanhudo descreve muitas das paisagens periféricas da cidade sob a mesma perspectiva do ambiente “rural” ou “agreste” destinando-se a ser tomado pela mão do progresso rumo à civilização. Não só a Vila Teodora, mas o “Mato Sampaio”, as ilhas do bairro Arquipélago com suas “pobres casinhas mal ajeitadas” que seriam substituídas por “belas vivendas”, são assim descritas (SANHUDO, 1975, P. 218). Mas é a descrição de Sanhudo sobre o “Vale do Sabão” e o Bairro “Cidade Baixa”, recuperando descrições de Aquiles Porto Alegre sobre estes espaços que melhor demonstram o ponto de vista desses autores sobre a relação do crescimento urbano da cidade com seu ambiente físico e suas formas de ocupação e de sociabilidade.

Sua descrição retoma os comentários de outros cronistas sobre o local, sobretudo, de Aquiles Porto Alegre, sobre o famoso “Areal da Baronesa” e as “Emboscadas”, antigos limites da área urbana da cidade:

*“Aquele sítio, ali, a Praia de Belas, onde está hoje o quartel do 2º batalhão da Brigada Militar, era, há cinqüenta anos, um matagal cerradíssimo onde os “negros fugidos” iam se esconder de seus implacáveis e desumanos senhores – que, quando os conseguiam apanhar, com o auxílio do “capitão do mato” os retalhavam a vergalho até lhes arrancar, com o couro e o sangue, a alma do corpo.*

*Os pobres escravos, que se revoltavam contra a tirania do verdugo, seu dono, procuravam de preferência aquele lugar para esconderijo, porque a mata era espessa, e eles encontravam ali, para alimentar-se, o araçá, a cereja, a pitanga, o maracujá, o joá, o ananaz, e tantas outras frutas silvestres que o bom Deus semeou a mãos cheias na terra para regalar a gulodice dos pobres diabos, que não podem entrar nas casas elegantes, onde elas se vendem.*

*De resto, a um passo, ficava a praia, com a limpa cristalina, para lhes mitigar a sede.[...]*

*O espírito popular, sempre cheio de argúcia e maldade, também chamava este logarejo de “Banda Oriental”, pelas freqüentes desordens que ali se davam, principalmente no Beco da Preta, que era um dos seus tantos corredores escusos.” (PORTO ALEGRE, A., 1940. p.42.)*

*“Em época bem remota, existia, às barbas da cidade, uma extensa faixa de terra, que abrangia o espaço compreendido entre as ruas Lopo Gonçalves, Luiz Afonso, República e Concórdia, e ia morrer a margem do Riachinho.*

*Era um trecho de terra e mato conhecido, desde longa data, pelo nome de “Emboscadas”. [...]*

*Naquele tempo, quem fugia de dia, se por ali passava a noite, pelo menos um susto raspava.*

*Ai agora não há mais “emboscadas”, o local não se presta para isso. É um pedaço inteiriço de nossa risonha cidade. Antigamente sim, a cada passo se encontravam uma moita, um capão, uma árvore, uma macega, um mato cerrado, repressões de terreno e outros acidentes, que tornavam quase intransitável o sitio.” (PORTO ALEGRE, A., 1940. p.59.)*

As descrições de Sanhudo não poupam comentários à memória desse espaço, comentando, sobretudo, os becos e ruas que ainda mantinham, em 1961 quando a crônica foi escrita, os ares das terríveis “emboscadas”:

*“Então o nosso Areal da Baronesa tinha uns becos tenebrosos e por lá se perdia a mais excelsa malandragem da nossa cidadezinha adormecida. Malandragem, cachaça e forrobodó de cuia...*

*Havia um tal de Beco do Preto, que alguns cronistas dizem que não era do Preto, mas da Preta... E nesse pedaço do mundo, o mundo se perdia! E daí por diante, noite e dia, e dia e noite, o estado normal do Areal era a desordem e o deboche! [...]*

*E daí em diante, nem de dia e nem de noite, ninguém que tivesse amor ao pêlo se atrevia cruzar a ponte e passar pelos domínios da famigerada e barulhenta Banda Oriental. [...]*

*E não pensem que eu estou contando lorota!*

*Pois bem que você pode largar esta crônica e ir já, lá pela rua Baronesa do Gravataí e percorrer tranqüilamente, de mão no bolso, se puder, aquelas travessas que lá ainda existem e que são verdadeiras vielas: - a Pesqueiro, a Luiz Guaragna e a avenida Félix! Vá... vá e depois me diga!*

*Esses logradouros públicos são saldos da velha Banda Oriental, no tempo em que o Beco da Preta era a suprema canhada do frege citadino.*

*Essa Banda Oriental foi célebre e ela só perdeu o seu quebranto de zona inexpugnável depois que aterraram o Riachinho da rua da Margem e então tudo ficou devasso e se pode entrar por qualquer lado.*

*Mas, antes disso, nem o diabo tinha licença de pisar lá! [...]*

*Agora o Areal está se integrando no dinamismo da cidade e já tem ares de zona de bem! Pois há muito deixou de ser famigerado para ser famoso.” (SANHUDO, 1979, pp. 205–206.)*

Quanto aos “ares de zona de bem”, Sanhudo retomava a descrição da Cidade Baixa e do Vale do Sabão (atuais imediações da Avenida Ipiranga com Cidade Baixa), descrevendo a transformação desse espaço no segundo volume de “Crônicas da Minha Cidade”, reescrito em 1968:

*“As enchentes vêm assustando e enxotando periodicamente as populações da nossa cidade, desde o tempo do arraial dos Açorianos. No fim do século passado se começou a pensar seriamente no problema, e no primeiro quartel deste século surgiram inúmeros projetos com o intuito de solucioná-lo. Tratava-se da canalização dos riachos. O mais importante, sem dúvida, seria a retificação do Arroio do Sabão, também conhecido por Arroio Dilúvio, e cuja invocação, como está flagrante, deriva do fantasma que as suas*

*cheias representam para as populações pobres e marginais, que, ao longo do seu então imundo curso, se aboletavam vegetativa e placidamente.[...]*

*Hoje, ele está retificado, canalizado e apresenta-se como um dos fatores de progresso da cidade. [...]*

*Ainda há pouco menos de trinta anos, este tenebroso e diluviano Arroio Sabão, engrossado pelas águas do Arroio Cascata, chicoteado pelas chuvas e, por vezes, rebojado pelo vento sul, provocava tais e tão terríveis inundações nessa zona baixa da Ilhota, Arraial da Baronesa, Santana, rua São João, mais tarde Cabo Rocha e hoje caprichosamente batizada de Prof. Freitas e Castro, e mais toda essa baixada do vale do Petrópolis, até os fundos do Hospício, que só quem viu é que pode imaginar! Lembro-me da enchente de 26, e que não foi lá grande coisa. Pois aí, as águas vieram até a rua Marcílio Dias, penetrando então com facilidade pelo cotovelo da rua São João e transformando toda aquela zona num vasto e lodoso lençol de águas.” (SANHUDO, 1975. p. 84-85.)*

O local ainda estava “em pleno e nebuloso tumulto, montes de aterro em toda parte, ao longo da canalização do riacho, dentro do riacho, com muita coisa para fazer e muitíssimos retoques a cuidar” (SANHUDO, 1975, p. 85), mas já contava com suas sete pontes prontas, quando o Vale do Sabão transformava-se, segundo Sanhudo, na “monumental” Avenida Ipiranga. Tais obras representavam mais do que a solução para as cheias dos arroios, eram muito mais a transformação da paisagem da cidade em direção a uma estética própria das reformas urbanas ocorridas em muitas outras capitais brasileiras, com largas e embelezadas avenidas, estrutura viária com valorização do transporte automotivo e deslocamento de populações menos favorecidas para zonas menos valorizadas e mais distantes dos bairros ajardinados e do centro administrativo da capital. Longe de serem “soluções” para problemas locais, foram antes adequações da cidade a uma nova ordem urbano-industrial mundial, parte das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do seu tempo.

*“Aquele velho, imundo, turvo e barrento Arroio do Sabão, cheio de curvas e meandros, com salgueiros e arbustos, sem limites e composturas, foi domado e ora apresenta-se para disputar, muito breve, um dos mais belos espetáculos da engenharia fluvial do nosso tempo. Mal suspeita-se o que será, daqui a alguns anos, a urbanização ao longo dessa maravilhosa canalização do perdulário arroio. [...]*

*Olho, assim, para o Arroio Sabão, tendo em conta o que era, como está se modificando e o que será, em sanidade, beleza e arquitetura, para esta nossa encantadora cidade. [...]*

*Naquele tempo, ele, malgrado o grande número de voltas, vinha, de modo geral, na direção leste-oeste, cruzava a ponte da Azenha, fazia um enorme saco aí pelas proximidades da rua Arlindo – era a famigerada Ilhota -, acercava-se da praça Garibaldi e, de lá, depois de passar pelos arcos da ponte do Menino Deus, seguia em sentido noroeste, mais ou menos paralelo à rua da*

*Margem, tomando aí o nome pitoresco de Riachinho até chegar na famosa e poética Ponte de Pedra, que, em tempos mais remotos ainda, era o coração dum bosque que muita recordação dava aos nossos avós...*

*Agora, está imprensado entre muros de pedra, perdeu o encantado Riachinho, mas em compensação cruza o novo bairro de Praia de Belas, e será domado por outra nova e arquitetônica ponte de cimento, antes de despejar as suas águas em pleno estuário do Guaíba.*

*Constata-se ao longo das futuras avenidas deste Riacho, em nossos dias, um mundo polimorfo de casebres e malocas. Habitações rústicas e precárias que bordam quilômetros e quilômetros do moderno Arroio Dilúvio. Aguarda-se, pois, novo saneamento!*

*É assim que o outrora infecto e imundo Vale do Sabão hoje é zona valorizadíssima da nossa cidade, e que, mais rápido que se pensa, será indiscutivelmente um dos seus pontos de atração pela proximidade com o centro, pela beleza e pelo encanto.” (SANHUDO, 1975. pp. 85-88.)*

### **5.3. Outras vozes, outros personagens**

*“É feia a Avenida Ipiranga. Feia, mas dinâmica: pistas de asfalto de alta velocidade e aqueles gigantescos postes – obeliscos da era tecnológica. Poderíamos fazer de um daqueles postes o monumento pop de nosso tempo: um único poste, colocado no centro de uma vastidão de concreto. Ao redor, nada. Mas, presente e difuso no ar, o constante zumbido de um transformador. [...]*

*É dinâmica, a Avenida Ipiranga, mas é feia. Em seu centro flui, lento e putrefato, o Riacho – a nossa Cloaca Máxima. Nada de mal nisto. Hoje fazem casas em que as tubulações estão à vista; por que não o esgoto? Escatológico demais? Pode ser. [...]*

*Assim é a Avenida Ipiranga, a contradição entre o moderno e o arcaico, entre o refulgente e o repugnante. E os seres escuros e vacilantes que se movem em baixo das pontes estão bem no vértice destas forças contraditórias: mergulhados na miséria, a um passo do progresso.” (SCLIAR, 1976. pp.7-8.)*

A descrição que Moacyr Scliar, médico, escritor de literatura de ficção e crônica, faz da Av. Ipiranga difere muito do destino belo e glorioso previsto para o “Vale do Sabão” que vimos com Sanhudo. O já consagrado “território de automóveis” (SCLIAR, 1976, p. 09) aparece nas crônicas de Moacyr Scliar, publicadas durante 1974 e 1975 no recém lançado Jornal Zero Hora, e reunidos em “Os Mistérios de Porto Alegre (1976). Nessa obra, o autor já estava inserido num contexto no qual o gênero da crônica moderna brasileira já estava consagrada, que Antônio Cândido descreve como “A vida ao rés do chão”<sup>118</sup>. O gênero se consolidou tratando de assuntos pequenos, do cotidiano,

<sup>118</sup> “A Crônica não é um ‘gênero maior’ [...] ‘Graças a Deus’, - seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. [...] Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de

estabelecendo um comentário sobre o tempo que flui rapidamente, no espaço de um dia, uma semana, um mês. Como afirmava Machado de Assis, esse cronista é o “historiador da quinzena”<sup>119</sup>, que detém-se sobre o tempo social, seleciona assuntos de seu cotidiano e tece comentários imediatos sobre a vida urbana, estabelecendo um diálogo direto com o seu leitor, na maioria das vezes, leitor do jornal (CANDIDO et alli, 1992).

É uma perspectiva, portanto, diferente da que adotavam os antigos cronistas da cidade, a que chamamos “memorialistas”, que escreviam sobre o passado muitas vezes remoto da cidade, ou sobre as reminiscências do tempo antigo na sua cidade atual. Os relatos que apresentaremos aqui são em maioria comentários sobre as transformações ocorridas não apenas na paisagem da cidade, mas no cotidiano de seus moradores. Além das crônicas, veremos também algumas obras de ficção de Moacir Scliar, em que arroios e a margem do Guaíba surgem como espaços de um imaginário diferenciado do costumeiro discurso das origens açorianas da cidade. Finalmente, como contraponto, veremos o relato de Zeli Pinto Barbosa sobre os anos em que morou na famosa Ilhota, trazendo imagens biográficas sobre a “ambiência” do famoso e desaparecido reduto da Cidade Baixa.

O jornalista Carlos Reverbel (1979), contemporâneo de outros intelectuais e cronistas, responsável pela produção de memórias como as que vimos sobre a cidade de Porto Alegre, traz-nos já outros comentários sobre a transformação da cidade, em especial, com a passagem do transporte fluvial e ferroviário para o automotivo e com a série de aterramentos da margem do Guaíba:

*“O rio estava em seu lugar, como manda o figurino. Eis senão quando a cidade resolveu invadi-lo, na base do fato consumado, isto é, sem aviso prévio, nem indenização por tempo de serviço. Começaram, então, os intempestivos e abusivos aterros, ou seja, a ocupação do rio, a mão armada, pela cidade. Não*

---

todo o dia. [...] pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. [...] sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão.”. Ver CANDIDO, A. *A Vida ao Rés-do-chão*. In : CANDIDO et alli. “A crônica : o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.” Campinas, SP : Ed. Da UNICAMP ; Rio de Janeiro : Fundação da Casa Rui Barbosa, 1992. pp.13-22.

<sup>119</sup> Era como Machado de Assis via a crônica e seu próprio papel como cronista. As crônicas de Machado são o material que Margarida de Souza Neves se vale para investigar a paisagem carioca da passagem do século XIX para o século XX, em NEVES, M. *Uma escrita do tempo : memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. In : CANDIDO et alli. “A crônica : o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.” Campinas, SP : Ed. Da UNICAMP ; Rio de Janeiro : Fundação da Casa Rui Barbosa, 1992. pp.75-90.

*tendo como defender-se, na medida das agressões de que passou a ser vítima, desde o início do século, o rio vem conseguindo, a muito custo, promover algumas enchentes, nem sempre com resultados satisfatórios, a não ser em 1941, quando teve ensejo, ninguém sabe por que cargas d'água, de providenciar numa inundação quase diluviana. [...]*

*O Imperialismo da cidade, no engolimento do rio, só encontra paralelo nas antigas conquistas da Grã-Bretanha [...]*

*A idéia de Loureiro da Silva era apenas fazer uma avenida ao longo da margem do rio, para facilitar o trânsito e valorizar a zona sul, como área residencial, conservando-se assim, a então maravilhosa enseada, com o esmerado labor que Deus lhe dera, sobretudo desde o Cristal até a outrora donairoso Praia de Belas.*

*Terminaram fazendo um aterro "holandês", o que corresponde a uma caríssima, antinatural e inflacionária "fabricação" de terra firme, em prejuízo do rio e, principalmente, da paisagem, isto num lugar em que pode faltar tudo, menos terra." (REVERBEL, 1979. pp.12-13.)*

Carlos Reverbel posicionava-se de um ponto de vista crítico aos rumos que tomava o "processo de desumanização da cidade", segundo ele, centrando fogo no aumento do trânsito de automóveis e congestionamentos, na "poluição acústica" com as buzina, com a violência urbana dos assaltantes que tomavam conta do centro da cidade.

*"Hoje em dia a aspiração de todo porto-alegrense é trocar de cidade, pelo menos nos fins de semana. Troca-se Porto Alegre, na maior das felicidades, até por Tramandaí, uma das praias mais congestionadas da história da civilização ocidental. E os que não conseguem fazer a troca semanal terminam ficando neuróticos." (REVERBEL, 1979. p.21.)*

Como oposição à paisagem que via de sua residência, o "fenômeno da pororoca urbana" (REVERBEL, 1979, p. 66), o encontro dos automóveis da Av. Cristóvão Colombo com a Av. Benjamin Constant, Reverbel retomava os prazeres da paisagem antiga da cidade, mas de uma maneira oposta aos cronistas como Ary Veiga Sanhudo, lamentando os rumos que a cidade tomava, ao invés de celebrar o crescimento do centro urbano. Lembrava a navegação via fluvial e o transporte ferroviário , em que:

*"[...] vapores que navegavam no rio Jacuí e em cujas refeições o prato mais apetecido era o pintado com pirão, sendo os peixes pescados no próprio rio, durante a viagem. Tenho as melhores recordações da aludida gostosura culinária, uma das mais altas expressões culturais, de cunho açoriano, de nossa antiga civilização fluvial e ribeirinha, hoje tão moribunda quanto a ferrovia.*

*Fui levado e embalado naqueles barcos, sobre as águas ainda cristalinas do Jacuí, do Taquari e do próprio Guaíba. Havia, naqueles recuados*

*tempos, uma coisa de que hoje se fala quase todos os dias, porém tristemente em vão: a integração do transporte ferroviário com o transporte fluvial. A gente vinha de Santa Maria, de trem, até Santo Amaro, onde mudava para o vapor, na viagem até Porto Alegre. O jantar, a bordo, esbanjava pintados, recamados de pirão feito do próprio caldo do peixe.”* (REVERBEL, 1979. pp. 64-65.)

O espaço para a crônica nos jornais e o número de leitores em Porto Alegre aumentava consideravelmente, não apenas com o “Caderno de Sábado” do Correio do Povo, onde escreveram entre outros Nilo Rushel e Ary Veiga Sanhudo. Era lançado também na época o Jornal Zero Hora, onde outros jornalistas como Moacyr Scliar e Luís Fernando Veríssimo despontavam. Scliar, já autor premiado por suas obras de ficção, em sua série de artigos publicados em “Os Mistérios de Porto Alegre”, escrevia sobre uma paisagem da cidade em que a temática das transformações ocorridas na cidade eram centradas no cotidiano de seus moradores (sobretudo a classe média) que se transformava e nos novos personagens que assumiam a cena urbana.

Diferentemente de Reverbel, Scliar surgia como fino observador de uma cidade que, ao invés de lamentar as rupturas com a paisagem antiga da cidade, recuperava no imaginário de trajetórias muitas vezes esquecidas pelos cronistas da cidade, nas memórias de imigrantes, de novos sujeitos chegados do interior do Estado ou mesmo de países distantes, novas perspectivas para a cidade. Em uma crônica, Scliar fazia “20 perguntas ao porto-alegrense”, em que cinco destas eram a mesma: “Porto-Alegrense, és feliz?”. Em outra crônica, “O Robinson Crusóe de Porto Alegre”, contava a história de um homem que chega do interior do estado com a família, é roubado no centro da cidade e passa a viver dentro de um automóvel abandonado, caçando pombos para se alimentar. Noutra crônica, conta do comerciante de Viena que se estabelece em Porto Alegre e cai dentro de um bueiro na Rua da Praia, onde encontra anõezinhos vivendo nos seus subterrâneos.

Scliar rompia com o tradicional “mito açoriano”<sup>120</sup> e reivindicava a pertença de outros sujeitos à identidade porto-alegrense:

---

<sup>120</sup> “O mito de fundação da cidade de Porto Alegre por povoadores de origem açoriana, um “povo” vindo do mar, seria constantemente atualizado, tantas vezes quantas foram as grandes levas de imigração e migração que a cidade recebeu ao longo de quase 230 anos. Uma forma de definir a identidade porto-alegrense diante dessas sucessivas migrações do exterior e do interior, criando um “tipo ideal” de porto-alegrense. Uma identidade homogênea frente às tensões políticas e simbólicas que dividiram a sociedade local, pelo fato da cidade ter se

*“Esta é uma terra de navegantes. Navegavam os índios, ao tempo em que os rios eram largos e limpos; navegavam os portugueses que descobriram o país. Navegando chegaram aqui os negros e os imigrantes. Temos em nós a nostalgia das águas; a elas voltamos sempre, deixando a segurança da terra firme. Mas nem só no mar ou no rio se navega; há também as viagens interiores, como o demonstram estas [...]”* (SCLIAR, 1976. p.22.)

Não só a crônica, mas a ficção permitia novos discursos sobre a paisagem da cidade e sobre a “ambiência” urbana. Nos romances “O Ciclo das Águas” (1977) e “Os Voluntários” (1980), Scliar insere as águas do Guaíba e dos riachos da capital nas memórias e nos devaneios de seus personagens, navegantes de sua própria trajetória em que Porto Alegre aparece mais como um ponto de descanso para novas jornadas. Em “Os Voluntários”, Scliar refere-se ao submundo da Avenida Voluntários da Pátria, tradicional reduto de comércio e prostituição do centro da cidade, para narrar histórias como as do dono de bar Paulo, a prostituta Elvira, o judeu Benjamin, o camelô Pia-Pouco, o navegador Capitão. Personagens que se encontram nos bares e nas ruas da Voluntários. Na trajetória que Scliar criou para cada um de seus personagens, Porto Alegre assume sua face mais portuária:

*“Chegaram de madrugada no Caminho Novo. Os últimos notívagos saíram dos cabarés, um que outro bêbado dormia numa soleira de porta, mulheres passavam, bocejando, cansadas, a pintura borrada, os vestidos amarrotados. ...Mas via também uma cidade que despertava para um dia de trabalho, impaciente por realizações e progressos. Meu pai via movimento, uma febril agitação, bondes que chegavam ao centro despejavam centenas de operosos porto-alegrenses: funcionários com suas pastas, bancários, caixeirinhas que caminhavam apressadas, o olhar fixo, os braços cruzados no busto. Ambulantes exibiam suas mercadorias; lojas se abriam, os armarinhos e as casas de ferragens, as lojas de confecções, as sapatarias; cortinas de ferro subiam, vitrines exibiam, jogados de qualquer maneira, mas sempre a preço barato, carpins e ceroulas, japonas e camisetas; manequins de nariz descascado sorriam fixo sob os bonés e os chapéus Ramenzoni, balconistas, bocejando, arrumavam saldos em cestos, negociantes penduravam nos varões de toldos rasgados cabides e ganchos com roupas de cores berrantes que ficavam adejando à brisa da manhã como, naturalmente, bandeiras ao vento.”* (SCLIAR, 1980. pp. 15-16.)

Novamente, é o historiador Charles Monteiro (2001) que nos permite valer-nos da literatura de ficção não apenas como “fonte” para construção de

---

posicionado contra os farroupilhas e ter se mantido “leal e valorosa” ao Império, da mesma forma que se manteve leal à República na “Revolução de 1893” e contra os liberais que mantinham sua base política na região da campanha.” (MONTEIRO, 2001, p.12)

uma história da modernização da cidade ou de um contexto histórico, mas como falas da cidade, na forma como o autor se apresenta como um “cidadão-leitor” do espaço urbano, de seus fenômenos, de sua memória e de um imaginário que Scliar tece entre citações que vão do local ao universal em uma única página:

*“Eram bonitas aquelas pedras, aqueles paralelepípedos em granito de vários tons, do cinza-escuro ao rosa, úmidos de cerração, reluzindo à luz fraca das lâmpadas dos postes.*

*... Lamento pelas pedras. Para mim, contudo, basta-me saber que estão ali, intactas, quietas, ocultas sob o asfalto. Aguardam o dia da convulsão final, o dia em que a terra rachará e todos os paralelepípedos de granito perdidos reaparecerão, embutidos nos buracos das vértebras dos fósseis dos animais pré-históricos que correram por esta Voluntários antes mesmo do bonde Navegantes que passava de madrugada com sua meia dúzia de passageiros, o velho dormindo, o funcionário público lendo o jornal, o cobrador conversando com o motorneiro. O bonde que hoje vejo, o que atravessa os sonhos leves da hora antes do amanhecer, este bonde não é como o Navegantes; é uma gaiola como o Navegantes, tem um grande N no mostrador, mas não é barulhento como o Navegantes, não passa com estrépito de ferragens, não ginga sobre os trilhos. Surge silencioso do nevoeiro e silencioso nele desaparece, o cobrador e o motorneiro, lado a lado, parecendo antes comandante e imediato de um navio fantasma.” (SCLIAR, 1980. pp. 67-68.)*

O Guaíba e seu cais surgem como um porto que leva a mares distantes, aos mares gregos, como conta o personagem Capitão, à Jerusalém, como sonhava o personagem Benjamin, a Portugal, de onde vieram os pais do personagem-narrador Paulo. Mas se as águas são motivos para os sonhos dos personagens, o ambiente urbano às suas margens é descrito, a partir do ponto de vista desses personagens, como espaço praticado e habitado na cidade. Scliar, por vezes, bebe na fonte dos antigos cronistas, para descrever a paisagem urbana, no entanto, tecendo sempre um ponto de vista que está imerso, e não distanciado desses espaços:

*“Um rápido exame da geografia sensual de Porto Alegre mostraria uma cidade ocupada por esse amável exército. Na Pantaleão Telles, junto à ponte de pedra em que os Farrapos travavam furiosas batalhas, um numeroso contingente, entrincheirado nas casinhas da Cidade Baixa. Na Azenha, Cabo Rocha era um importante reduto. No Cristal, Mônica reinava solitária e esplêndida, com seu luxo, seu Quarto de Espelhos. Mas havia ainda lugares mais fantásticos: o Cabaré das Normalistas, onde, segundo a lenda porto-alegrense, as moças deixavam cair a máscara da inocência. [...]*

*Delírios a parte, o principal contingente de mulheres estava no centro, na Voluntários. Mulheres para todos os gostos e todos os preços, menos os que eu podia pagar. Circulavam à noite, incansáveis. Atrás do Banco do*

*Comércio com suas imponentes colunas de granito; atrás do Correio com sua torre e seu relógio de mostrador verde; atrás mesmo da Mesa de Rendas elas caminhavam silenciosas em meio ao nevoeiro das noites de inverno, encolhidas, parando por vezes para bater os pés enregelados na calçada.*

*[...] Ai que eu queria mulher. Concubinas de Salomão ou chinas da Voluntários, pouco me importava, era mulher que eu queria.” (SCLIAR, 1980. pp. 42-43.)*

A diferença para as crônicas que vimos anteriormente se dá, principalmente, no discurso plural e fragmentado que tanto as crônicas quanto a literatura de ficção de Scliar trazem sobre a cidade. Os outros cronistas que vimos ensaiavam uma narrativa que visava abarcar a totalidade da memória social da cidade, e nesse sentido atuavam como “gestoras”, pois foram sobretudo utilizadas como tais pelas administrações municipais, no sentido de fabricar uma memória e uma imagem não apenas da cidade do passado, mas da cidade do presente, comprometida com os ideais republicanos. Os personagens de Scliar não reivindicam esse lugar ao falarem sobre a paisagem da cidade, e ensaiam a sua apropriação de espaços como os que escolhemos mostrar neste trabalho, sem o mesmo gesto heróico que se via nas crônicas de Sanhudo ou Aquiles. Os personagens de Scliar investigam a si mesmos, a sua própria história em meio à memória da cidade, das cidades de onde seus antepassados vieram, das cidades que se acumulam sobre o solo da Porto Alegre atual:

*“É noite; mesmo a noite o riacho corre, na Vila Santa Luzia. Flui lento, alimentado pela água que mina de ocultos veios. Flui lento. Sujo, fétido: daqui se sente o odor. É de riachos que falo em minha aula sobre o ciclo das águas. Mas não é ao riacho da Vila Santa Luzia que refiro. Estou pensando em claros cursos d’água; estou pensando em regatos murmurantes, atravessando belas paisagens. Estou pensando na Polônia; estou pensando em Esther e em seu namorado Mên dele.”<sup>121</sup> (SCLIAR, 1977. p.10.)*

No Romance “O Ciclo das Águas” (SCLIAR, 1977), as águas surgem como uma metáfora ainda mais poderosa do que em “Os Voluntários”, ao serem o veículo que mistura as trajetórias de diferentes personagens nos espaços da cidade. Enquanto Marcos, um professor de História Natural de uma faculdade que fica próxima a uma favela de Porto Alegre, a “Vila Santa Luzia”

---

<sup>121</sup> SCLIAR, Moacyr. (*O Ciclo das Águas*). Porto Alegre. Globo, 1977. p.10

narra a estória de sua mãe, Esther, uma judia que é trazida da Polônia para ser prostituta em Porto Alegre, ele pesquisa os microorganismos que se encontram na água do riacho que corre pela vila. Todo um questionamento sobre as origens da vida, da vida de Marcos na “bolsa das águas” de sua mãe, da vida de sua mãe, trazida das águas oceânicas para os portos da capital, da vida que surge das águas imundas do riacho da Vila são o tema desse livro. A cidade aparece como um grande riacho onde a vida desses personagens corre, dá voltas, retorna, e onde estes se encontram. A Vila Santa Luzia serve para o personagem Marcos de fonte de pesquisa científica e de cenário para escrita das aventuras de sua mãe pela capital:

*“A natureza não tem segredos – é só questão de investigar. Lá vai o Professor Marcos com seus alunos, para a Vila Santa Luzia. Vão a pé, descendo o morro, conversando animados – os alunos. Marcos, solitário, vai na frente, caminhando pela estradinha estreita, esburacada e poeirenta. Crianças sujas e mulheres desdentadas assomam às janelas das malocas, olham-no com suspeição, as testas franzidas. Ninguém corre ao encontro dele, aos pulos. Não é bem-vindo, ali. [...]*

*Colhem a água em frascos, fazem anotações. Ao redor, curiosas e apreensivas, as ranhentas crianças da Vila. Uma idéia ocorre a Marcos. Chama uma menina: vem cá guria: tens diarreia seguido? Não responde, recua temerosa. Marcos oferece-lhe uma bala; ela pega, tímida. Tens diarreia seguido? – repete Marcos. A menina olha-o sem entender. Diarreia – insiste Marcos – desarranjo, não sabes o que é?*

*Ah, isto ela sabe. E faz que não com a cabeça. Não tem diarreia. Nunca? Nunca.*

*Marcos faz a mesma pergunta a um mulatinho. Não, ele também não tem diarreia. Outro mulatinho: também não tem diarreia. Bebem a água do riacho, e não lhes faz mal.*

*Chama uma mulher. Comadre – pergunta (apontando para um ponto entre A e B) – por que a água aqui é limpa e mais adiante não é? A mulher olha para a água, olha para Marcos, olha para a água de novo – aparentemente a pergunta nunca lhe ocorreu. Sacode a cabeça e vai-se, rindo.*

*Outra mulher se aproxima, uma lavadeira. Marcos repete a indagação. A lavadeira pousa a trouxa no chão enlameado e desanda a falar. Narra uma história comprida, alguns falam até em milagre, garante.*

*Passam os três ceguinhos, passa um homem velho, assobiando. Marcos chama-o, indaga sobre a água. Ah, meu senhor – diz o homem, assustado – eu não sei de nada, não tenho nada a ver com essa questão.”* (SCLIAR, 1977. pp. 52-53.)

Não somente a ficção pode trazer esse outro ponto de vista sobre a memória coletiva da cidade, e pode descrever sua paisagem de forma menos totalizante e mais particular. É o caso do relato de Zeli de Oliveira Barbosa em “Ihota – testemunho de uma vida” (BARBOSA, 1993). Zeli, uma empregada doméstica com o 1º grau escolar completo, escreveu em 1972 suas

lembranças de experiências passadas entre 1954 e 1960, morando na Ilhota, uma das primeiras favelas de classes populares de Porto Alegre, famoso território da cultura negra da cidade, que foi removida, com o deslocamento de sua população para a Vila Restinga, hoje um Bairro densamente ocupado na Zona Sul da cidade. Diferentemente das descrições que Sanhudo faz desse local, Zeli traz um relato marcado pelas enchentes, que são como um símbolo das condições de vida da população que lá habitava, mas que expressavam um ponto de vista moral da autora sobre o modo de vida dos habitantes da Ilhota e os enfrentamentos éticos com a violência, a doença, a morte, a promiscuidade:

*“A minha mãe para mim é a melhor mãe do mundo, uma mulher bondosa que no período das enchentes que as crianças não podiam ir para a creche, pois estava tudo alagado e era impossível transitar todos os dias dentro d’água, por isso nessas ocasiões, eles não freqüentavam a creche. Muitas vezes meu esposo carregava no colo, pois tinha medo que nos ficássemos doente, portanto até eu virava criança. Um dia caímos todos dentro d’água eu e as crianças, escapando só que meu marido carregava, ele havia feito uma ponte de tabuas para que pudéssemos atravessar, quando eu estava no meio da ponte ela desabou derrubando-nos e molhando-nos completamente. (...) O meu menino menor é o Paulinho, que quando tinha um ano, deu uma enchente daquelas, e lá ficou tudo cheio, entrando água dentro de casa um palmo mais ou menos e não podíamos ficar dentro de casa. Em cima da minha cama eu havia posto um plástico quadrado prendido nas quatro pontas, para que não chovesse onde nos dormíamos. Meu Paulinho dormia tranqüilo quando, em dado momento, a água embolsou e caiu toda em cima dele molhando-o todo.”* (BARBOSA, 1993, p.19)

O relato de Zeli forma um contraponto a narrativa de Scliar em “O Ciclo das Águas”, mas é também um contraponto às descrições sobre a Ilhota do ponto de vista da “evolução” do solo urbano, como vimos com outros cronistas. Zeli não é nem mesmo uma voz identificada com a chamada “cultura negra”, do samba e do batuque, como se encontra em outros escritos sobre a Ilhota. Seu relato é de uma personagem como os personagens de Scliar, escrevendo sua história na cidade de forma periférica, transitando por seus espaços e apropriando-se de lugares, de paisagens e do imaginário da cidade a partir de sua trajetória particular:

*“Outra coisa que me recordo era o nome dos becos, que eram chamadas vielas entre os casebres. Havia o Beco dos Anjos, o nosso beco, porque tinha muita criança, também tinha o Beco do Conforto, que assim era chamado porque as senhoras que ali moravam tinham tudo do bom e do melhor, nem que para isso tivessem que mandar seus filhos achacarem, pedirem comidas nas casas, o que não era muito difícil, já que morávamos perto do centro.*

*[...] deveria pensar na Ilhota com carinho, no entanto pensando o horror e com tristeza porque lá passei os piores momentos da minha vida. Morte e prisões, era o mais natural dos acontecimentos, logo que fui para lá.[...]*” (BARBOSA, 1993, p.21)

Tais pontos de vista sobre a paisagem urbana ordenam seus elementos de uma forma diferenciada do olhar distanciado que lhe dirigiam os cronistas como Sanhudo ou Aquiles Porto Alegre. Ainda que estes fizessem descrições sobre indivíduos que se encontravam excluídos do discurso histórico oficial da cidade, como os negros, as mulheres, os imigrantes italianos, alemães, judeus, os indígenas, o faziam numa espécie de concessão à presença destes personagens no contexto urbano. O relato de Zeli, assim como os personagens de Scliar, surge no confronto com a diferença, e permite perceber como esses habitantes da cidade teciam suas táticas cotidianas no centro urbano a partir dos mesmos espaços “fétidos”, alagadiços, “imundos”, e obscuros que apareciam como não-urbanos, ou, pelo menos, não civilizados, nas descrições da paisagem da cidade.

*“[...] Outra vez, fui com meu marido e filhos, que eram pequenos, no verão, a noite na praça, pois não se podia dormir tal o calor e pior ainda os mosquitos. Sentar no quintal era a ultima coisa que se podia pensar, pois o odor fétido das fossas em cada casa, ou melhor, em cada quintal, existia três ou quatro fossas e mais lixos e banhados com toda a espécie de detritos que formavam os piores odores possíveis. Muitas vezes não dava nem para dormir ou almoçar, tal o mau cheiro. Eu tenho sorte de ter crianças saudias, que apesar de morarmos tantos anos nesta promiscuidade e inalações fétidas, nunca tivemos problemas pulmonares, pois tenho cuidado de fazer-lhes um exame cada seis meses ou mesmo o colégio, quando pedem.*

*Como havia dito, fomos para a praça, estávamos sentados os dois e as crianças brincavam e se divertiam brincando na areia, quando meu menino grita, “mãe deixa eu tomar banho no laguinho,” ai disse eu pra ele que não podia, pois aquela água era só para olhar, o menino me disse, “como é que os titios estão tomando”, foi quando eu olhei para o lago e mostrei ao meu marido e já fomos nos levantando para ir embora.*

*Quando novamente a policia chegou, prendendo os malandros, terminando assim mais um de seus intentos de perturbar a paz e segurança*

*publica. Eles, os malandros, eram em seis aproximadamente e tomavam banho nus como se fosse aquilo a coisa mais natural do mundo, tomar banho em praça pública com centenas de espectadores, muitos dos quais famílias com crianças que foram refrescar-se, tal o calor que estava fazendo, pois era dezembro e estava muito quente.” (BARBOSA, 1993, pp.28-29)*

Por vezes a narrativa de Zeli estabelece uma diferença entre os hábitos dos vizinhos e sua própria postura moral e ética. No entanto, em outros momentos, Zeli surge mais identificada com os dramas coletivos da comunidade:

*“Uma das coisas também que deixa um homem desacreditado é aquela tensão em que ficávamos quando havia blitz [...]*

*Na vila, pessoas que não tinham tido jamais um caso com a polícia, como nós e várias outras famílias, era vermos nossos lares invadidos por policiais, muitos sem um pingote de educação, se me permitem, sem nem mesmo pedir licença, pois nesse tipo de vila eles não podiam mesmo ser amáveis, pois sabiam o tipo de pessoas que iam encontrar[...]*

*Uma senhora muito disposta disse-nos uma dia, estando a falar-nos da blitz que acontecia no dia seguinte, que se os guardas quisessem entrar na casa dela ela ia fazê-los passar vergonha, e dito e feito. No dia da blitz, como era de costume, vieram os guardas entrando sem ao menos pedir licença... Como eu ia dizendo, Dona Eva sentou no urinol de costas para a porta esperando o momento em que eles batessem com insistência na porta, para ela dizer que empurrasse a porta, pois ela não podia, no que eles naturalmente empurrariam pensando tratar-se de alguém querendo retardar a entrada da polícia em sua casa, e dito e feito. [...]*

*Quando os policiais bateram, ela fez o que disse, assustando enormemente o homem que saiu apavorado a dizer aos seus companheiros que não batesse naquela casa, pois a dona não estava bem. No outro dia foi uma algazarra geral, todo mundo ria dizendo que o guarda só podia ter se assustado mesmo, pois a Dona Eva era de corpo avantajado, alta e muito gorda e com cara de poucos amigos, se bem que ele não viu a cara dela, o que ele viu foi seu enorme traseiro em cima de um minúsculo urinolzinho, da sua filhinha. O que eu digo é que os fora da lei jamais se deixam prender, pois já estão prevenidos contra a polícia e os outros pagam por eles.” (BARBOSA, 1993, pp. 38-41).*

Portanto, sem o mesmo compromisso com o processo de remodelação da paisagem urbana da cidade das crônicas de vereadores como Sanhudo, vemos como essas outras vozes inserem os ambientes de banhados, “matarias”, riachos na sua trajetória ou na trajetória de um grupo social, no sentido de reivindicar o pertencimento a uma identidade portoalegrense, que apesar de, ou justamente por ter sido experienciada a partir dos espaços

considerados oficialmente “fora” do ambiente urbano, acrescenta novos pontos de vista para a paisagem urbana de Porto Alegre.

## **Capítulo 6 - Conflitos, éticas de segregação e de uso comum das margens das ilhas**

Este capítulo investiga as relações dos *ilheros* e *ilhéus* com os espaços do Delta do Jacuí e seus pontos de contato com a Região Metropolitana. Entendendo o meio ambiente enquanto espaço público no contexto de sociedades urbano-industriais, apontarei alguns significados compartilhados por determinados segmentos da população do Delta do Jacuí com relação às águas, às beiras de rio, aos banhados, às ilhas, que estão relacionados a práticas diferenciadas que são articuladas com a questão da moradia. São relações sociais e representações simbólicas que moldam o próprio meio ambiente que trarei aqui, articuladas entre o que Leroi-Gourhan chama integração espacial entre o “refúgio” e o “território de ação” (Leroi-Gourhan, 1976:145), na medida em que estuda toda a complexidade técnico-cultural que se desvela no desafio humano da domesticação do espaço e dos ritmos temporais. São as diferentes temporalidades das operações cotidianas desafiadas nos espaços do Delta, e as formas em que se concretizam essas ações (o pátio, o barco, a rua, a carroça, as cercas, os muros) que darão diferentes configurações às ambiências na dimensão existencial dos espaços compartilhados pelos grupos que habitam o Delta. Destaco também as negociações éticas presentes às ações cotidianas, entre a família, a vizinhança, e com os demais moradores da Região Metropolitana.

### **6.1. O lixo, as carroças, o pátio**

Nazaret, ao narrar a lenda da santa dos papeleiros, conta como surgiu o trabalho com lixo nas ilhas do Pavão e dos Marinheiros, considerado hoje pelo Estado como grave problema ambiental no Delta do Jacuí:

#### **Nazaret (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003)**

"Não, aqui só quem trabalhava com papel na época era eu e o seu Miguel. O finado Miguel que trabalhava com papel. Ele era o depósito e eu catava pra

vender pra ele. A estória do papelão mesmo que começou aqui foi quando a prefeitura fez o Pavão de lixão. Que ali eu também aprendi, entendeu? Quando a Ilha do Pavão, a prefeitura largou o lixo ali, aí as crianças iam pra ali colher lixo. A gente dizia lixo. Ia colher ali pra vender. Ferro. Plástico. Lata. A criançada começou a colher. Aí, eu comecei a trabalhar na minha casa. Aí vinham os caminhão das loja trazer porque as loja não catavam papelão, hoje eles tão recolhendo. Então tirava, ganhava lixo da JH Santos, da Telefônica, aqueles restos de material velho e eu, nós catava papelão em casa. Aí, Como tinha essas mães e eu cuidava das crianças pras mães trabalharem e era difícil pegar serviço. O Irmão Antônio Cechin chegou pra mim, trouxe uma comissão de pessoas pra olhar o trabalho. Eu tinha todas aquelas caixas separadas. Aí o irmão Antônio disse - Nazaret o que tu acha de nós fundar um galpão? Este galpão vai ser fundado pras mulheres trabalhar. Eu disse é Irmão Antônio, o que for pras pessoas ganhar dinheiro eu acho que é tudo bom. Só que eu não vou pra lá porque eu já estou aqui. Aí ele fundou o galpão de reciclagem. Primeiro elas começaram a catar no ar livre. Aí depois ele fez o galpão de taquara. Todo de taquara. E as mulheres começaram a trabalhar. Aí depois ele fez uma cozinha, botou um fogão à lenha pras mulheres fazerem comida pra elas trabalhar ali também. Ele começou com carrinho de papelão. As pessoas atravessavam a ponte e buscavam papelão e colocavam ali pros outros trabalharem. Aí depois ele começou a comprar dos carroceiros, né? Começou a comprar dos carroceiros. Aí foi, foi, foi não dava vencimento. Aí começou a comprar da comunidade, né? E as mulheres trabalhando. Aí depois ele fez com aquelas madeiras de eucalipto que é o que ta até hoje, que tá caindo e tá até hoje. Aí iniciou com aquelas madeiras de eucalipto. Aí parece que ele ficou doente, não me lembro bem da estória, aí foi quando ele passou pra prefeitura. E os caminhão não entraram mais na ilha, das lojas, pra trazer, porque o ICM não deixa porque era lixo. ICM é aquela fiscalização que tem ali no Pavão. Aí eles começaram a trancar os caminhões. ... Então ali que surgiu o galpão de papeleiros, das mulheres papeleiras. Agora parece que tem duas associações ali dentro. E aí a prefeitura começou a trazer com os caminhões o lixo, pras pessoas trabalharem. Que tá fraco, né? Não tem serviço pras pessoas ali. E assim foi a nossa luta."

Desvela-se aqui um encontro da trajetória de Nazaret com a própria trajetória da política ambiental em Porto Alegre. O lixão colocado pela prefeitura de Porto Alegre na Ilha do Pavão, entre 1973 e 1976, foi um dos detonadores da ocupação irregular do Delta, na medida em que ofereceu uma alternativa de renda em um ponto estratégico da cidade, a pouca distância do centro da cidade e principalmente do Bairro Navegantes e da Avenida Voluntários da Pátria, onde situavam-se as "firmas" a que Nazaret se refere. Já a formação do galpão de reciclagem da ilha, oficializado pela Prefeitura de Porto Alegre em 1990 e financiado pelo próprio Programa Pró-Guaíba como atividade modelo, é a face mais oficial de uma atividade irregular que conforma um mercado de trabalho informal, de galpões particulares, catadores autônomos e famílias que separam no pátio de casa o lixo trazido de outros

bairros da cidade. Toda sexta-feira, os caminhões dos atravessadores compram o material separado pelo pessoal das ilhas e levam para revender. O lixo que não é vendido, em alguns casos, acaba tendo outros usos no solo da ilha, sendo o principal a função de aterro dos terrenos alagadiços, causando problemas de saneamento e saúde para a população.

A atual unidade de reciclagem de lixo “Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre”<sup>122</sup>, origina-se do “Grupo de Apoio às Mulheres Papeleiras”, a primeira unidade de triagem de resíduos sólidos, fundada em 1986, tendo papel importante na divulgação dessa política municipal de coleta seletiva e de geração de emprego e renda. Trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, o galpão surgiu a partir de um movimento social para organizar os papeleiros, trabalhadores do lixo, em cooperativas.

Oliveira (1995) analisa o momento da transformação dessa política municipal de limpeza urbana, investigando a relação do “referencial ecológico” do Departamento de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU) com outros domínios sociais inseridos na política de limpeza pública, como a luta pela organização popular do “Grupo de Apoio às Mulheres Papeleiras”, originado do movimento que fundou o galpão da Ilha dos Marinheiros. O depoimento de Antônio Cechin em 1995 (o padre Cechin que também aparece no depoimento de Nazaret), é revelador de como uma questão de saneamento municipal foi transformada em política de assistência social, no caso da Ilha dos Marinheiros:

“A sociedade civil tem uma sensibilidade a flor da pele em relação ao problema ecológico. Exatamente *é a grande* chance dos papeleiros que são os últimos, os escorraçados (...) *mas a partir disto*, de que a profissão deles é uma das mais nobres e importantíssima atualmente na era da ecologia, *de que ele é um ecólogo nato e não tem consciência disto*, *ele passa a recuperar sua dignidade*. Então vê, nós proporcionamos uma caminhada para esse catador ao passo que a Prefeitura não, *para eles o que interessa é a limpeza da cidade, é a reciclagem*, mas o catador é secundário. Nós temos outra filosofia. (...) Então para nós é a figura do papeleiro, ele que se organiza em comunidade, os problemas ligados a ele que é o problema das crianças, os problemas da marginalidade dele; *o lixo vem ligado à pessoa*.” (OLIVEIRA, W. 1995: 169) [grifos do autor]

---

<sup>122</sup> Cf. Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998.

Antigamente, o galpão da ilha comprava os resíduos dos “carroceiros” e “carrinheiros”, que traziam os sacos que coletavam em pontos de Porto Alegre, para a Ilha. Atualmente, já não se trata de um galpão de “mulheres recicladoras”. O grupo, hoje, constitui-se em uma associação de pequenos grupos familiares, cada um vivendo do que vende. A única fonte de lixo do galpão é o caminhão de coleta seletiva municipal, os outros galpões compram o lixo das demais pessoas que trazem por conta o que catam nas ruas. Chegam os caminhões da coleta seletiva, o pessoal do galpão separa, e eles mesmos vendem para empresas que compram, cada uma, um material – papel, diferentes tipos de plástico, vidro.

Quando estive pela primeira vez no galpão, em 2001, seu pessoal me tratou como trata os muitos visitantes que estão acostumados a receber, em tom de brincadeira, zombando da curiosidade com “a cara da fome”, como diziam. Apesar de ser vitrine da política social da prefeitura, de ONG’s, da Igreja Católica Marista, e de outras instituições, recebendo inclusive estrangeiros que vinham em busca de implantar a mesma política em suas cidades de origem, o galpão representa uma política que não condiz com a atual realidade das ilhas. Não condiz, porque o próprio galpão precisa de reformas, e não tem estrutura para lidar com a quantidade de lixo trazido pelos demais moradores, nem tampouco de sobreviver exclusivamente do que o caminhão da prefeitura traz. Sua renda é completada com as ajudas conseguidas com as redes de assistência, com as doações de equipamentos, com a sua participação nos fóruns internacionais.

As distinções que Cristina Sosniski (2006) estabeleceu, ao realizar um estudo etnográfico entre os trabalhadores do lixo na Ilha Grande dos Marinheiros são bem úteis para esclarecer as diversas facetas dessa atividade. Os trabalhadores do galpão, ou unidade de triagem na linguagem técnica, são os chamados “recicladores”, treinados por agentes da política pública local, que além de trabalharem em uma atividade oficialmente reconhecida, participam de cursos, palestras, *workshops*, voltados para questões de saúde e segurança, ou para organização do processo produtivo na forma associativa, ou de auto-gestão. (SOSNISKI, 2006, p.13).

O princípio comunitário do galpão não é apreciado por muitas famílias que preferem depender só de si mesmas para conseguir o sustento mensal.

São os chamados "carroceiros" e "catadores", que desempenham enquanto atividade familiar o trabalho com o lixo (SOSNISKI, 2006, p.13), sem participar das mesmas políticas públicas que os recicladores, atuando em um mercado informal do lixo na cidade.

Mas do ponto de vista da atividade, e em relação às demais redes sociais do Arquipélago, as três categorias são percebidas nas ilhas pela forma estigmatizada do "papeleiro" que aparece na narrativa de Nazaret, ou do "reciclador" como uma forma positivada da atividade enquanto inserida no mercado de trabalho urbano. Mas são categorias que se mesclam, pois muitas famílias empregam outros moradores das ilhas nas atividades com o lixo, enquanto outros já tiveram em sua trajetória profissional tanto a atividade como reciclador do Galpão que atua em parceria com a prefeitura, quanto participaram ou participam das atividades nos galpões particulares e quintais, ou mesmo com carroças e carrinhos nas ruas da cidade.

Entre os motivos alegados que levam ao trabalho com lixo, estão principalmente o fato de que os moradores das ilhas são discriminados no mercado de trabalho e mesmo quando conseguem emprego, ganham bem menos do que com as carroças e carrinhos, onde se chega a juntar dois salários mínimos no mês, com sorte (com uma carroça). Mas o principal motivo é mesmo o de "não depender de ninguém", que conforma o que Fonseca (2000) aponta como um componente importante das atividades das classes populares urbanas que já estão distantes demais do mercado regular de trabalho.

Mas há outros motivos que podem ser levantados. O primeiro é o princípio da unidade familiar como força de trabalho. Enquanto os mais jovens fazem o trabalho de coleta nas ruas da cidade, o restante da família ajuda em casa a separar os materiais para a venda. Isso não significa que todos os parentes, e nem mesmo todos os filhos participem da atividade, na medida em que aqueles que têm condição de estudar e/ou conseguir um emprego tem parte do seu tempo reservado para tal.

O segundo motivo é a possibilidade de uso do pátio familiar para a atividade, introduzindo o material coletado ainda em outras dimensões da casa – enfeites, eletrodomésticos e utensílios que são concertados, e principalmente, aterro. Antes de uma ação intensiva, ocorrida entre 2001 e 2002 nas ilhas por parte de inúmeros órgãos municipais e estaduais, o trabalho doméstico com o

lixo “reciclava” igualmente o material orgânico resultante da coleta para alimentação de animais de criação, em especial, porcos e frango. Ainda que a presença do resíduo dessa separação nos terrenos seja considerada por si só perigosa, na medida em que proliferam microorganismos na água presente no solo embarrado das ilhas, a criação de porcos agravava em muitas vezes os riscos de contaminação da população não só das ilhas, mas de qualquer um que fosse comer a carne suína.

O terceiro motivo é a relação da atividade no lixo com um dos sistemas de transporte tradicionais das ilhas – a carroça. A carroça é o melhor meio de transporte para atravessar o barro das ilhas sem atolar, seja levando pessoas ou carga. Ao mesmo tempo, “combustível” é o que não falta para os cavalos nos banhados e matos das ilhas. O capim das ilhas é considerado dos mais nutritivos para os cavalos, sendo inclusive uma das “profissões” tradicionais a atividade de *capineiro*, a extração e o transporte do “capim”, nos caícos ou nas carroças, que antigamente abasteciam as muitas carroças que circulavam pela capital, mas que ainda hoje abastecem os cavalos da Brigada Militar, conforme Pedro, um dos *capineiros* da Ilha Grande dos Marinheiros. Mas não são razões práticas simplesmente, que fazem com os *ilheros* sejam conhecidos como carroceiros em toda a região metropolitana. Entre as muitas razões simbólicas (SAHLINS, 2003) estão os saberes e os fazeres relacionados à criação dos animais e à confecção dos diferentes equipamentos, que não são exclusivos para o transporte de cargas. Alguns moradores das ilhas são especialistas na produção das *aranhas*, estruturas leves para transporte de até dois passageiros, puxadas por um cavalo, que formam veículos de passeio, ou mesmo de corrida, que costumavam ocorrer num Prado desativado atrás do hotel que fica a beira da estrada. Em outros locais da Região Metropolitana, essas corridas ainda ocorrem, reunindo carroceiros de todos os lugares. Alguns cavalos e éguas são motivo de orgulho de seus criadores, valendo às vezes muito mais do que o valor das casas nas ilhas. São saberes e fazeres que unem antigos moradores, que viveram a infância no tempo em que se criava gado leiteiro nas ilhas, e novos moradores, muitos vindos do interior do estado, que igualmente filiam-se às tradições rurais do Rio Grande do Sul em que o transporte a cavalo tem valor simbólico importante. Aprender a montar e a

conduzir as carroças são uns dos primeiros aprendizados das crianças que têm essa possibilidade.

No trânsito nas demais ruas da Região Metropolitana, no entanto, transitar de carroça torna-se um perigoso jogo no espaço público<sup>123</sup>. São muitos os relatos de atropelamento, de gente que morreu principalmente ao cruzar a ponte do Guaíba, que não tem espaço suficiente de acostamento, em certos pontos, para proteger um carroceiro, um ciclista ou um pedestre da alta velocidade dos veículos que chegam da estrada. Retornando do trabalho de campo em uma carona de carroça, não pude deixar de demonstrar o meu desconforto com carros, caminhões, ônibus, que faziam um deslocamento de ar enorme ao passarem rente a nós. As manobras de mudança de pista igualmente são impressionantes, o condutor vai tocando o cavalo pelo acostamento, fazendo conversões e movimentos inesperados que nenhuma auto-escola ensina a prever.

O “motorista” da carroça me contou de como fazia a coleta do lixo, pela manhã e no final da tarde, nos dias pares da semana. Seus pontos fixos eram uma galeria, uma fábrica de perfumes na Voluntários da Pátria, e uma danceteria famosa da zona mais badalada da cidade. Tinha um acordo com os funcionários do lugar. Mas estes não perdoavam seu atraso nos dias de enchente. Davam a carga para outro e ele perdia a viagem. Mas o pior era o estigma de carroceiro: atacado de todos os lados pelos motoristas no trânsito, temido pelos pedestres quando desce da carroça. Em meio às ruas, há carroceiros como este, que prezam por um serviço de “limpeza” oferecido à empresas e condomínios, com pontos fixos de coleta, e outros que competem com carroceiros e *carrinheiros* de outras localidades, pelo “lixo rico” que os moradores de bairros centrais da cidade dispensam todos os dias nas

---

<sup>123</sup> Em maio de 2002, 70 carroceiros, moradores das ilhas, organizaram um protesto, cruzando a ponte do Guaíba, interditando o trânsito e reivindicando mudança nos horários permitidos para circulação das carroças. (Jornal Correio do Povo, 28 de maio de 2002, pg 17). Manifestações como essas e conflitos com os departamentos municipais de trânsito vêm se repetindo ao longo dos anos. Em outubro de 2006, os carroceiros organizaram-se com outros trabalhadores da Zona Norte de Porto Alegre para protestarem contra um projeto de lei do Deputado Sebastião Melo que pretende retirar em até 8 anos as carroças de circulação no trânsito da cidade. Cf. o site da Assembléia Legislativa do RS <http://www.al.rs.gov.br/Ag/CLIPAGEM/noticias.asp?txtlDMATERIA=160653&txtldTipoMateria=8&txtldVeiculo=24>, último acesso em 14/01/2007.

calçadas. O retorno ao chão da ilha, é o retorno à tranquilidade do espaço onde o cavalo é novamente soberano.

Falta ainda acrescentar um motivo para a adesão dos moradores das ilhas do Pavão, Marinheiros, e Flores ao trabalho com lixo, que é a setorização dessa atividade em um mesmo local, que oferece vantagens aos atravessadores que compram o material reciclado, como a possibilidade de fazer a coleta de uma vez só, um dia por semana. Cada vez maiores, alguns galpões particulares foram construídos na Ilha dos Marinheiros, aproveitando essa referência comercial da vila dos "papeleiros".

Estas motivações todas que esbocei, que são importantes para o trabalho com lixo, inserem essa atividade dentro do que Eunice Durham (1984) define como "tradição de emigração", na medida em que essa relação idealizada entre o solo familiar (o pátio), a atividade produtiva (o lixo), e as relações familiares e de vizinhança é buscada pelos que optam por "morar no mato" (Caldeira, 1984) e combinar o trabalho no mercado urbano com meios de subsistência.

## **6.2. Navegando nas águas da Mãe Oxum**

Em setembro de 2003, pude acompanhar as negociações de funcionários e técnicos relacionados à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (RS) com representantes de entidades religiosas de Porto Alegre, para realização da Romaria das Águas 2003. A Romaria das Águas é um evento que já havia tido outras edições, em que o Programa Pró-Guaíba do Governo do Estado do RS havia apoiado agentes religiosos atuantes nas ilhas de Porto Alegre, sobretudo a congregação católica Irmãos Maristas, para transformarem a procissão de Nossa Senhora Aparecida, padroeira da comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, em uma procissão fluvial, levando a imagem do santuário que se encontra nas ilhas para a margem oposta, em Porto Alegre.

Curiosamente, portanto, inverte-se essa relação entre a comunidade de papeleiros das Ilhas e a ocupação irregular do Delta, pois a Romaria das Águas coloca justamente um ritual de fundação dessa comunidade como evento de educação ambiental. A romaria unia projetos diversos. Fazia parte de projetos

de assistência social, por parte de algumas congregações da Igreja Católica. Era também uma forma de divulgação e “educação ambiental”<sup>124</sup> para o governo estadual. Para muitos fiéis e devotos das santas e dos orixás das águas, significava uma retomada da procissão fluvial tradicional (e por muitos anos interdita) da cidade, realizada todo 02 de fevereiro na festa de Nossa Senhora dos Navegantes (ou de Iemanjá para os adeptos de religiões afro-brasileiras), em que os barcos de pescadores e outras embarcações são benzidas e protegidas, e oferendas de agradecimentos são lançadas às águas.

Era também uma manifestação política do Clube de Mães Unidos da Ilha Grande dos Marinheiros, e do pessoal do galpão de reciclagem da ilha, como forma de chamar a atenção para a situação de miséria pela qual passa sua comunidade carente. Eram projetos a princípio convergentes, na medida em que a verba internacional do Programa Pró-Guaíba, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para a realização de inúmeras atividades relacionadas à despoluição das águas do lago, circulava na forma de infraestrutura do evento e assistência aos participantes (doações de alimentos, de roupas, de combustível para as embarcações), mobilizados pela fé na força da santa em justamente trazer dádivas das águas. Iniciada em 1994, a procissão foi adotada como parte de ações de educação ambiental do Governo do Estado para as novas bacias que compõe a região hidrográfica do Lago Guaíba. Em 2003, foi ampliada para todo o estado do Rio Grande do Sul.

Essa foi pelo menos a estória que me foi relatada, pelos organizadores da edição do evento em 2003. A medida em que fui ouvindo pontos de vista diversos sobre a “mãe das águas” de Porto Alegre, pude compreender melhor os pontos de amarração e os nós conflitantes entre os interessados na festa das águas. Ocupei o lugar de um observador participante, na medida em que produzi, na companhia de colegas do núcleo de pesquisa da Universidade, imagens em vídeo da procissão fluvial e das cerimônias realizadas, e ainda entrevistei algumas lideranças da participação das comunidades das ilhas sobre a importância da procissão e do evento. As imagens foram exibidas em alguns eventos posteriores da política de recursos hídricos (congressos e

---

<sup>124</sup> Uso o termo “educação ambiental” como expressão êmica, visto que nenhuma atividade educativa em realidade tenha sido de fato realizada durante esses eventos, apenas eventos, campanhas de mobilização social e outras ações publicitárias que, no entanto, foram cunhadas com o termo “educação ambiental”.

fóruns), e disponibilizadas também em *website*, incorporando reflexões importantes sobre a produção do antropólogo na mídia e os debates éticos no trabalho de campo mediados pelo uso do vídeo<sup>125</sup>.

Em setembro de 2003, assisti a uma reunião entre técnicos e funcionários ligados ao Programa Pró-Guaíba, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, e representantes de diversas entidades religiosas atuantes no estado. No ano internacional da água doce, o governo estadual dava continuidade à transformação do evento, da sua dimensão local, para uma investida em todo o estado, em meio às atividades internacionais da Semana da Água. A reunião visava organizar as cerimônias a serem realizadas na beira do Guaíba, na Usina do Gasômetro, espaço cultural e de lazer da cidade.

Como preparação para a Romaria das Águas, uma “festa popular, de caráter espiritual, ecológico e social”<sup>126</sup> foram realizadas atividades de educação ambiental nas nove bacias da Região Hidrográfica do Lago Guaíba<sup>127</sup>. Cada um dos comitês de bacia reuniu pessoas de sua comunidade (alunos de escolas e universidades, membros de ONG's, associações e clubes recreativos) para realizarem uma viagem até uma das nascentes dos rios que formam a bacia hidrográfica, onde coletaram uma amostra das águas das nascentes. Essa água estava destinada a uma cerimônia de mistura das águas de todas as nascentes, a serem despejadas no Lago Guaíba no dia 12 de outubro.

O objetivo, por parte dos órgãos governamentais, era claramente o de inserir a procissão em uma programação maior de ações de “conscientização sócio-ecológica” da Semana da Água destinadas à população em geral. As atividades incluíam a participação de todas as organizações religiosas, espiritualistas, ou mesmo étnicas que estivessem dispostas a manifestarem-se no chamado “Ato Macroecumênico” de destinação de energias positivas para as águas do Lago Guaíba. No entanto, essa reunião de tantos credos pode ser lida por outro olhar menos preocupado com a harmonia e o universalismo católicos, pois esta não deixava de ser a instituição religiosa dominante nas

---

<sup>125</sup> ver capítulo 2

<sup>126</sup> Como descrita em panfleto de divulgação do evento.

<sup>127</sup> O Lago Guaíba recebe as águas de nove bacias hidrográficas: Alto Jacuí, Baixo Jacuí, Caí, Gravataí, Lago Guaíba, Pardo, Sinos, Taquari-Antas e Vacacaí-Vacacaí Mirim.

articulações que antecederam o evento. A Romaria das Águas foi para algumas dessas instituições religiosas uma mera formalidade e uma oportunidade de divulgação. Para outras, foi uma espécie de combate.

A simples presença dos representantes religiosos na reunião da programação da Romaria já dava margem à interpretação do que estava guardado para o dia 12 de outubro. Estavam representados na reunião a Organização Brahma Kumaris e a Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, que assim como as etnias indígenas Kaingang e Guarani, o movimento Hare Krishna, a religião Islâmica, que não compareceram à reunião mas haviam confirmado presença no evento, manifestaram apenas a disposição de colaborar com o protocolo. Mas a presença maciça na reunião era de mais de 15 representantes de casas de religião afro-brasileiras, entre umbandistas, casas de nação e linha-cruzada, batuqueiros, assim como representantes de federações diversas. Reivindicavam um espaço de tempo maior no evento, visto que a programação lhes demandava escolher um único representante para ter direito a alguns minutos de manifestação. Filhas de Oxum e Iemanjá (divindades das águas), pediam para si a responsabilidade de representar as casas de religião. Outras hierarquias se apresentavam, entre as tendências e famílias de santo locais. A reunião que era apenas para “comunicar” a programação, acabou virando uma assembléia e uma medição de forças. Lamentavam a ausência de representantes da Igreja Católica na reunião, pois estes haviam se reunido no dia anterior com os organizadores do evento e definido sua parte na programação.

Em meio ao combate que se travava na reunião, uma voz se sobressaía, a de Mãe Bia, do Centro Reino de Iemanjá e Oxóssi da Ilha da Pintada, pois estava somava a seu favor o pertencimento aos territórios onde se originara a procissão, e o fato de participar como liderança local nas reuniões técnicas entre moradores do Delta e órgãos administrativos do Parque. Reivindicava a participação dos idealizadores da Romaria, representantes do santuário da Ilha Grande dos Marinheiros, de onde a imagem seria trazida, nas cerimônias a serem realizadas na margem oposta. Era uma proposta que seguia na contramão da programação proposta pelo Estado, que justamente tentava distanciar o sentido da festa da celebração de divindades locais, com o objetivo universalista de contemplar todos os “Habitantes do Rio”, conforme o próprio

nome do projeto colocava, incluindo toda a Região Metropolitana de Porto Alegre e as cidades do interior do estado relacionadas às nove bacias da Região Hidrográfica.

Esse acabou sendo o percurso da Romaria, dividida em três momentos, da sua dimensão mais local a mais regional. O primeiro momento, realizado no santuário da Ilha Grande, com a população local, reuniu os moradores do Arquipélago no barco que trouxe a santa até o Clube Náutico do Estado, à beira do Lago Guaíba, no Bairro Navegantes. No clube Náutico, reuniram-se as pessoas que iam participar da procissão fluvial: pescadores, barqueiros e donos de lanchas que foram benzidas por um padre católico, fiéis de religiões afro-brasileiras, que participaram das manifestações de umbandistas e batuqueiros em homenagem à Mãe das Águas (Oxum) e finalmente as delegações dos comitês de bacia do interior do estado que foram trazidos para participarem da procissão fluvial. A população seguiu a bordo dos barcos de passeio da Ilha da Pintada, que costumam fazer trajetos diários no lago, que foram acompanhados ainda de barcos de pescadores, *jetskis*, lanchas, embarcações da Marinha do Brasil, todas seguindo o barco principal, que conduzia a imagem da santa e as muitas autoridades governamentais e religiosas presentes ao evento.

Passando pelos canais do Arquipélago de Porto Alegre, a procissão chegou à praia do Gasômetro, onde foi realizado o “Ato Macroecumênico”, no qual cada autoridade religiosa dedicou um canto ou uma oração às águas. Finalmente realizou-se um “ritual de mistura das águas”, reunindo as águas das nascentes das nove bacias hidrográficas, que foram lançadas então de volta ao Lago Guaíba, simbolizando a união e a interdependência das bacias e de suas populações, pela qualidade das águas enquanto fonte de vida da coletividade.

Com as pessoas que participaram das atividades de educação ambiental, como a coleta das águas das nascentes, o evento conseguiu provocar certo estranhamento quanto a essas inter-relações entre o seu ambiente de origem e as águas do Guaíba. Acompanhei essas pessoas a bordo do barco Princesa Daiane, junto com a família e amigos do barqueiro Mocotó, que na época estava muito doente para conduzir o leme. Com o olhar em deslocamento a bordo dos barcos de passeio durante a Romaria, revelava-se a surpresa de algumas pessoas com o ambiente das ilhas e canais de

navegação, constatando o fato de que a água que “desce” dos rios que passam por suas cidades vai formar finalmente o corpo hídrico do lago.

Mas apesar da sua orientação democrática e universalista, o evento não teve o sucesso esperado junto à população de Porto Alegre, tendo um público reduzido, composto basicamente por pessoas que se organizaram junto aos comitês de bacia do interior do estado para participar da festa, e pelos membros das casas de religião umbandistas e de nação. Até mesmo a presença de pescadores, barqueiros, e fiéis das ilhas foi reduzida nesse ano, ao contrário de outras edições da Romaria das Águas. O barco em que acompanhei a procissão levava a bordo alguns poucos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, da Ilha da Pintada e da Vila Pinto, em Porto Alegre, sendo a grande maioria dos passageiros o pessoal “do interior”, como constatava um senhor vindo de Rio Pardo:

“Lá onde eu moro tem uma sanga que o pessoal soltam lixo. E eu recomendei gente: vocês nem calculam o pecado que vocês tão cometendo, porque nós recebemos o batismo com a água. A água é sagrada, quem é que vive sem a água? ... Então pelo que eu estou notando, o povo aqui de Porto Alegre, eles não valorizam muito a água. Porque eu não vejo, eu não vejo quase ninguém de Porto Alegre aqui. A maioria somos nós do interior que estamos presentes aqui.”

Já em termos de religiosidade, o evento parecia menos católico e menos ecumênico, e muito mais um culto afro-brasileiro, com o som dos tambores, dos cantos e o colorido das roupas tomando conta da cena. O que teria atraído esses segmentos da população da cidade para as atrações da Semana Interamericana da Água? Certamente não foi o evento em si que conseguiu “mobilizar” tantos devotos da mãe das águas doces, mas, pelo contrário, foi provavelmente a própria “Mãe das Águas” que teve esse “poder”. O fato das atenções da cidade estarem voltadas para a água coincidiu com um momento importante politicamente para umbandistas e batuqueiros, que reivindicavam seus direitos a estarem próximos das “mães” das águas e fazerem oferendas.

Do ponto de vista da “meso-esfera” ética, pode-se pensar o quanto a abordagem da política dos recursos hídricos, pautada pela negociação dos “conflitos de uso” das águas, não revelou conflitos de uso religioso de espaços como as margens da cidade. Trata-se de um momento em que as diferentes

federações afro-religiosas vêm se articulando com o poder público, promovendo campanhas de conscientização para o uso de material orgânico nas oferendas a serem lançadas nas águas, assim como embates quanto à sacralização<sup>128</sup> de animais vinham sendo travados contra deputados e vereadores evangélicos, ou adeptos a movimentos ecológicos.

Em fevereiro de 2004, encontrei o mesmo grupo que realizou a procissão fluvial da Romaria retomando a procissão por água na festa de lemanjá (Navegantes), repetindo o mesmo ato ecumênico no clube náutico em fevereiro, porém com menos público. Para o clube náutico iam não apenas os fiéis que fizeram a procissão de barco e que participavam da “missa” ecumênica, mas igualmente os devotos que fizeram a procissão a pé, e que queriam realizar oferendas a lemanjá como forma de agradecimento por dádivas concedidas, lançando flores, velas, perfume e pequenas embarcações nas águas que eram vendidas às centenas nas bancas de comércio montadas próximo a igreja de Navegantes. Os espaços do Cais do Porto Navegantes, mais próximos à igreja de mesmo nome, que tinham contato com o lago, estavam naquele ano fechados, levando os devotos de lemanjá para longe do espaço de celebração católica<sup>129</sup>.

Sem entrar no momento na polêmica de cunho étnico-religioso que se instaura nas interdições ao culto de lemanjá a beiras das águas, é possível perceber que as discretas oferendas, que eram interditas, ou mal vistas no dia 02 de fevereiro, ocupavam o centro das atenções, os microfones e as lentes da Romaria das Águas, numa celebração a Oxum por ocasião da festa de Nossa Senhora Aparecida. A realização da Romaria era mais uma oportunidade para umbandistas e batuqueiros trazerem para a frente da cena pública o uso religioso de espaços que lhe são tradicionalmente sagrados na cidade, como a Praia do Gasômetro<sup>130</sup>.

---

<sup>128</sup> O termo sacralização é usado pelos batuqueiros e umbandistas, com o sentido ritual e simbólico que se opõe às representações de "matança" e "sacrifício" de animais do qual são acusados.

<sup>129</sup> A procissão da senhora dos Navegantes passou a ser feita exclusivamente por terra a partir da década de 1980, apresentando uma imagem singular de remadores conduzindo por terra a imagem da santa, que contrasta com a festa embarcada de outras cidades portuárias do Brasil. (Cavedon, 1992)

<sup>130</sup> Ao contrário de lemanjá, Oxum possui há poucos anos um espaço garantido para suas festas, à beira do Guaíba, nas areias da praia de Ipanema, bairro da zona sul da cidade. A prefeitura construiu até uma estátua para a entidade, apoiando a realização, todo dia 08 de dezembro, de uma festa de grandes proporções que reúne fiéis de todo o Estado para realizar

### 6.3. A Beira do Rio não é mais o que era

Mãe Bia, do Centro Reino de Iemanjá e Oxóssi da Ilha da Pintada, moradora da Ilha da Pintada, em uma entrevista durante as atividades da Semana da Água em 2003, falava reflexivamente, na companhia de seus familiares e de alguns filhos-de-santo da casa, sobre as vantagens de situar uma casa de religião afro-brasileira no solo da ilha:

#### **Bia (Ilha da Pintada, 2003)**

“A beira do rio não é mais o que era. A água é muito suja. Até porque tem aquela maré normal de beira de praia. Eu conheço porque me criei na beira do rio. Em dias que a água está agitada agita aquele lixo que as pessoas vão jogando ali. Aquele esgoto ali. Então a gente tem que ir mais para o meio porque no meio tu pega a corrente da água. Porque os rios eles vão descendo né? Vem Triunfo, vem Estrela, Lageado e vem vindo. Lá no canal existe um encontro das águas... Então tu tens que ir pro meio, que tu pega a correnteza da água, onde ela fica firme e meio que se impõe ali, o meio é a parte que tem mais energia ultimamente, viu? O meio. Então vai lá, pede licença e colhe aquela água. Que ali há uma resistência bastante forte, que tu pega a correnteza, ela vai. (...) Felizmente a gente mora numa ilha, o pessoal tem barco, já tá acostumado a fazer isso... Pra nós é muito prazeroso morar aqui, e sentir toda a força dessas águas, dessas irradiações maravilhosas que são emanadas pela mãe Oxum, a Deusa das águas doces, dos rios e cachoeiras... A gente usa muita pedra, muita água, muita areia. Quando tem que pegar uma água do rio, tem que ir muito longe. Pegar um barco, ir lá no meio, pra poder trabalhar.”

A fala de Bia acrescenta um dado ao privilégio das ilhas, em termos de acesso aos ambientes naturais na Região Metropolitana, que oferecem um maior *axé*<sup>131</sup> aos praticantes das religiões-afrobrasileiras. Porém, esse *axé* não é o mesmo para todos os territórios do Delta do Jacuí. Em relação ao *axé* dos

---

as oferendas ao orixá, durante toda a noite, com direito a shows de luzes e sonorização profissional dando destaque aos tambores, às danças e giros de pés descalços na areia e aos banquetes, banhos e outros atos rituais que durante muito tempo eram realizados em segredo nos espaços públicos da cidade.

<sup>131</sup> O *axé* nas religiões afro-brasileiras refere-se à força espiritual, ao *mana*, nos termos de Marcel Mauss (2001), que atribui características mágicas a plantas, tecidos, gestos, cantos, ritos, mas que se referem, sobretudo, a relação fundamental entre as entidades religiosas (Iemanjá, Oxum, Ogum, etc) com os elementos da natureza, da qual derivam-se as demais classificações de plantas, animais, pessoas, lugares, a partir de elementos como a cor, a textura, o movimento, compondo um complexo sistema simbólico. Assim, Iemanjá é do mar, Oxum é a deusa dos rios, Oxóssi é das matas, etc. (Pólvora, 1994.)

lugares, à força espiritual creditada aos espaços sociais de contato com a natureza, Bia afirmava uma vantagem na sua posição no ambiente urbano<sup>132</sup>. Na sua fala, relacionava a qualidade desse axé com a qualidade das águas. No “meio” do rio, onde simbolicamente a intervenção humana seria menor, a Natureza emanaria com vigor suas forças, na água que “se impõe” na correnteza. A beira do rio, já teria por demais passado para o mundo dos homens, poluída em suas características físicas, e simbolicamente, no sentido da “poluição ritual” dado por Mary Douglas (1976). Em seu estudo clássico sobre “Pureza e Perigo”, Douglas demonstra como a noção de sujeira, de poluição ritual pode ser usada para pensar o risco, o perigo, resgatando sua definição de sujeira: “onde há sujeira, há sistema” (DOUGLAS, 1976, p.50). A sujeira é o que foge à ordem moral, à noção de “limpo”, de adequado, de aceitável, oferecendo, por isso, perigo.

Na postura de Bia e seus filhos de santo, assim como de Nazaret que também “é de religião” como diz, há essa relação de “respeito”, na medida em que o “pedir licença” para colher a água, ou as folhagens para os ritos instaura uma postura ética de preservação de tais elementos, fazendo com que se necessite de uma “reserva” igualmente de mata nativa e água não poluída, que se situe ao mesmo tempo fora do local doméstico de moradia e de vizinhança, e ao alcance do espaço natural em torno, domesticado apenas em parte pelo conhecimento de trajetos, e da dinâmica desses lugares que são encantados justamente por se encontrarem no limite do espaço habitado, na fronteira com o desconhecido.

Essa não é uma relação exclusiva do *ethos* religioso, ela se aproxima igualmente de outras dimensões da vida cotidiana nas ilhas. Apesar de algumas ilhas, como a dos Marinheiros não terem água encanada, a população é abastecida através do caminhão pipa, que passa uma vez por semana enchendo os tonéis que ficam em frente às casas. Mas a quantidade de água é considerada pouca, sendo reservada para o consumo direto, para as crianças,

---

<sup>132</sup> Em “As Esquinas Sagradas do Candomblé”, Wagner Silva (1996) apresenta uma cidade de São Paulo permeada por espaços sagrados para os praticantes, que re-inventam suas tradições, atribuindo, ainda que de forma negociada, o axé a produtos industrializados, às flores de comércio de ervas, aos templos de concreto construídos em áreas nobres da cidade, aos viadutos e outros equipamentos urbanos aos quais são atribuídas qualidades mágicas, visto que é cada vez mais difícil ter acesso à mata nativa, estrada de terra, árvores de determinado tipo, beiras de rio no cotidiano da metrópole paulista.

para preparação de remédios caseiros, sendo usada por muitos moradores igualmente a água do rio para outras práticas, como lavar louça, ou lavar roupa. Mas alguns moradores, como Adão, preferem a água do rio para beber, com a qual “se criaram”, água, claro que não é “colhida” simplesmente, nem bebida “bruta”. Como mora na ponta norte da Ilha Grande dos Marinheiros, já considera sua água mais limpa que a da “vilinha” da beira da estrada. Mesmo assim, tem um processo de filtragem, que começa deixando a água “sentar” em potes de vidro, para que a areia decante no fundo do pote. Depois, é filtrada com um pano e deixada dentro da talha de barro, onde fica fresca e com sabor. Não é Adão, mas Nica, sua filha, que ferve ainda essa água para usar na cozinha.

**“Adão** - O caminhão do, como é? DMAE? O pipa, vem só uma vez por semana, e ainda trás pouca água. Se eu tomar a água deles, fico com dor de barriga – essa aí não (apontando pro rio) - me criei com essa aí.

**Pesquisador** - Mas não é poluída?

**Adão** – às vezes desce com mais sujeira, mas se represa, segura nas talhas e a sujeira vai descendo. Eu já tomei até água do Gravataí. Eu trabalhava de embarcado, e tava com uma sede! Aí na torneira tinha um cachorrão assim, se eu fosse ali, era um morto, dois pedaço. Entre o cachorro e o Gravataí, fiquei com o Gravataí.”

Um outro morador conta de uma técnica para extrair água mais limpa do rio, colocando uma pedra dentro de um balde, lançando o balde no “meio do rio”, como Bia relata, e colhendo a água então que vem mais “de baixo”. De qualquer forma, há uma representação de uma água que “corre”, que precisa ser “parada” para então entrar noutra categoria, já não mais no mundo da natureza, mas do domesticado. A representação da ilha em relação às águas que traz Mocotó também no capítulo 1, sobre a ilha que tem vida, também é significativa.

Já um outro morador da ponta sul da Ilha Grande dos Marinheiros, já bem mais perto de Porto Alegre, dizia que o peixe que se pega ali perto da ponte não era bom de comer, pois o peixe que não é poluído é o que vem dos rios “lá de cima”, referindo-se a outros trechos do Rio Jacuí.

Mas não é só à qualidade da água que essas noções de pureza se referem. Quando Bia afirma que “A beira do rio não é mais o que era”, essa

afirmação também se refere à mudanças estruturais que estão sendo vividas no arranjo de casas e pátios em relação à beira do Rio, não só na Ilha da Pintada, mas também nas demais ilhas.

Nesse sentido, a fala do pescador Salomão, que mora em um dos poucos terrenos restantes na Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, na Ilha da Pintada, com contato direto com a margem do Guaíba, encontra-se com a de Bia, situando inclusive as ilhas e suas margens em uma posição na Bacia Hidrográfica.

**Salomão (Ilha da Pintada, 2003)**

“Eu sou um original de dentro da água. Eu encostava na barranca e enquanto meu pai trabalhava eu pegava a caneca e pegava a água. E fervia e tomava o café. Hoje você não pode fazer isso aí. Hoje a água não tem essa condição. A medida que o homem desordenadamente se afastou do princípio, do respeito com as águas. (...) Eu tinha banca no mercado e eu virava o motor aqui. E pegava o meu sabonete no barco e saía me lavando. Escovava os dentes, viajando, firmava o leme, fazia tudo no caminho e um dia bem ali na boca do rio ali eu levei a mão assim e levei no rosto assim pra lavar o rosto. E eu só cheguei lá e amarrei o barco e me mandei pro médico. Me deu uma ardência no rosto e nas vistas. E fui pro médico, examinaram daqui e dali e não descobriram o que era. Constaram lá uma alergia não sei de quê. E ficou por isso mesmo. Então daquele dia pra cá eu não usei mais a água. Nunca mais lavei o rosto com essa água bruta aí. A não ser quando sai aqui pra cima. Porque o Jacuí é um rio que, é a melhor água que nós temos. Aí quando vou acampar nas ilhas pra cima aí eu lavo o rosto na água. Mas aqui não. Porque aqui nós recebemos os poluidor né? Sinos, Caí e Gravataí. Descarrega aqui no estuário. O Jacuí não, ele já vem isolado lá de cima. E a nossa sorte é que nós temos esse Jacuí mandando pra baixo. Porque senão isso aqui era um Tietê. (...)Vem dinheiro do exterior, por tudo que é vias. Vamos despoluir, fazer isso, fazer aquilo. Fazem nada. Andam aqui de voadeira, queimando 25, 30 litros de gasolina por hora, rodando por aí. Nós chegamos em todas essas entidades, andamos em 15 entidades, duas compareceram no primeiro mutirão que nós fizemos. No segundo, nenhuma compareceu. No quarto que vai ser no dia 29 nós já estamos com nosso projeto na mão do presidente Lula. Foi entregue nesse almoço que ele teve aqui, em Porto Alegre.”

As atividades desenvolvidas por Salomão como o “Mão no Lixo”, organizando os pescadores para coleta de plástico nos locais de pesca estão apoiados em uma ética de uso comum desses lugares. Apesar de existirem formas de controle da circulação de pescadores pelo Delta do Jacuí, pelo Lago Guaíba, e pela Lagoa dos Patos, através das cartas de navegação que controlam a circulação de embarcações motorizadas, e das Colônias de Pesca (existe uma na Ilha da Pintada, a Z-5, e outra na região do Parque de Itapuã, a Z-4), os pescadores possuem entre si códigos de ética que são escorados

também nas relações de vizinhança, que se dão na margem das ilhas. São esses códigos que regulam a preferência para as embarcações em determinados pontos de pesca, o cuidado com as redes deixadas por outros pescadores, e em que medida o pescador age na base do “respeito” ou do “olho grande” na competição econômica com os demais pescadores.

São códigos relacionados a determinados pontos de pesca, semelhante aos códigos locais revelados em estudos realizados com outras comunidades de pescadores, como os estudos de Duarte (1999), Maldonado (1994), Kant de Lima (1997), ou ainda recentes trabalhos como os de John Cordell sobre os “Beirados”, habitantes dos mangues do litoral da Bahia, uma comunidade de pescadores que possui sua própria divisão dos “pedaços” do lago onde pescam, com suas próprias leis sociais e arranjos para manutenção de suas práticas a partir do “respeito” (Cordell, 2001:144).

Em terra, os pescadores artesanais, assim como os demais membros de suas famílias vêm se organizando politicamente a partir desse novo contexto globalizado que a questão ambiental permite perceber. A COOPEIXE, cooperativa de pescadores da colônia Z-5, surgiu em 1999 como uma forma de organizar a conservação e a venda do pescado, articulando um entreposto na Ilha da Pintada que realiza a conservação em câmara de gelo e a classificação sanitária do pescado com uma banca no Mercado Público de Porto Alegre. O Mercado era o local onde os pescadores tradicionalmente vendiam o peixe diretamente ao consumidor, atividade que foi sendo limitada pela ação de intermediários, de donos de bancas do Mercado, e pela construção do Muro da Mauá e o sistema de diques que isolou as docas no Cais do Porto da zona de maior circulação de pessoas da cidade, na década de 1970.

Mas a COOPEIXE também atua nas pesquisas da diminuição da quantidade de espécies de peixes da Região Hidrográfica do Lago Guaíba, assim como se articula com outras atividades como a fabricação de artesanato (bijuterias feitas com escamas de peixe), o turismo (sobretudo durante as edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre), e atividades ecológicas como a Romaria das Águas.

Tratando-se de uma área enorme, e em plena Região Metropolitana, as negociações éticas que ocorrem no uso comum das águas e margens não podem ser pensadas apenas no interior das comunidades das ilhas, pois

navegando pelas águas do Delta, os pescadores encontram-se com pescadores de toda a região metropolitana, com barcos de extração de areia, com os barcos de passeio, e também com as lanchas, velas e *jet-skis*, cuja movimentação pode acarretar em impacto nos banhados onde se reproduzem as espécies de peixes.

**Salomão (Ilha da Pintada, 2003)**

Agora nós estamos enfrentando dois problemas. O plástico na água. Mudou a qualidade da água. E quando muda a qualidade da água, o que que sofre? As espécies. E além disso, como se não bastasse mudar a qualidade da água, nós temos agora uma gigantesca produção de mineradores mexendo no solo, em baixo. Eles tão puxando nas bombas de sucção as nossas desovas. (...) O planto da margem do rio é o carcabã de desova. Ali o peixe se recua. O planton tem o aguapé, tem a salsa, tem o pinheirinho, é uma infinidade. Mas eles precisam existir e ficar lá dentro da água. Tirando eles, o que que nós estamos fazendo? Tocando o impacto ambiental. O plástico nas ilhas ele tá chegando em balsa. Tu caminha por cima, em balsa, de garrafa.

Apesar de Salomão ser um "sabedor de peixe", reconhecido pelos outros pescadores, o contexto em que uma série de alterações no ambiente do Delta vem causando a diminuição das espécies de peixes e da quantidade de pescado na rede dos pescadores pode ser pensado também como uma abertura na concepção do ambiente local.

Em 2004, o Governo Federal lançou uma campanha nacional pelo combate ao mexilhão-dourado, o chamado "molusco invasor" originado na Ásia, que teria chegado às águas continentais brasileiras, trazido no casco de grandes navios. Detectado desde 1999 no Delta do Jacuí, o mexilhão espalhou-se pela região hidrográfica, e pela sua capacidade de aderência a qualquer superfície, por meio de pequenos filamentos, fixou-se em grande quantidade no casco das embarcações, nos trapiches, obstrui as tubulações e filtros de companhias de abastecimento de água e indústrias, prejudicando também o funcionamento de turbinas nas usinas hidrelétricas, dos motores de barcos, além de contribuir para a diminuição de espécies importantes da cadeia alimentar dos peixes e aves, resultando, também, na alteração das rotas de aves aquáticas. A participação dos pescadores das ilhas foi importante, com o uso de procedimentos adequados para a limpeza dos barcos e trapiches, e na

realização de outras medidas para impedir a proliferação das larvas do molusco<sup>133</sup>.

Também em 2004, a ameaça de uma catástrofe ambiental se abateu sobre as águas do Lago Guaíba, as mesmas águas para as quais o Delta do Jacuí é tão importante. Em um período de seca no Estado, o nível dos rios na região baixou muito, aumentando em contrapartida à proliferação de algas. Com isso, houve uma alteração na cor do Lago Guaíba, e no cheiro e no gosto da água que abastece toda a Região Metropolitana. Embora não tenha ocorrido uma suspensão no abastecimento, a piora na qualidade da água e a diminuição do nível dos rios causaram apreensão. Entre os motivos para tal situação, estão características do próprio ecossistema, somadas aos efeitos da poluição, em que pesam, sobretudo, o lançamento de dejetos industriais, agrotóxicos e esgoto sanitário<sup>134</sup>.

Ainda que estivessem acostumados a conviver com uma água com cor e com cheiro, a catástrofe trazia também novas explicações quanto a uma situação que afetava todo o Estado. As causas para a possível catástrofe também extrapolavam o contexto local, na medida em que se levantava a possibilidade da seca ter sido causada por mudanças gerais no planeta, a partir do processo de aquecimento global do clima. Os seus efeitos também eram sentidos na qualidade de verduras, legumes, frutas que tiveram sua produção muito afetada na época. E sobretudo, ao final do ano de 2004, as *Tsunamis*, as ondas gigantes que destruíram o sudeste asiático, e as inundações no Sul dos Estados Unidos, que ocuparam os noticiários do mundo todo, causavam aflição

---

<sup>133</sup> Cf. Relatório de pesquisa do Laboratório de Ecologia de Populações e Comunidade da UFRGS (Silveira, 2003), e o website do programa Pró-Guaíba do Governo do Estado do RS <http://www.proguaiba.rs.gov.br/modulo1.htm>, último acesso em 14/01/2007.

<sup>134</sup> "A estação seca propicia o aumento da reprodução de diversas espécies de algas. O fenômeno é natural e se dá de forma semelhante na maioria dos casos. Com a diminuição do nível dos rios e lagos a luz solar pode penetrar mais intensamente em camadas onde não costuma estar, isso somado ao aumento da concentração de matéria orgânica funciona como uma boa estufa, rica em calor e alimento para as algas. Em 2004, as algas que se proliferaram em grande quantidade foram as cianobactérias, ou algas azuis. Apesar de natural, o fenômeno é agravado pela ação antrópica. O Professor e Engenheiro Químico Flávio Lewgoy, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), lembra que o Guaíba sofre com a poluição por descargas de esgoto, dejetos industriais e agrotóxicos – todas substâncias que acabam se configurando como matéria orgânica e alimentam as algas." Cf. o website do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, <http://www.ecoagencia.com.br/index.php?option=content&task=view&id=209&Itemid=46>, último acesso em 13/01/2007.

sobre as conseqüências das alterações globais no meio ambiente para as populações localizadas nas margens dos rios.

Não são só pescadores, portanto, que são implicados eticamente no uso comum do rio. A fala de Salomão refere-se à participação da Colônia de Pescadores Z-5 no Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, onde a entidade que representa os pescadores moveu uma ação contra os mineradores de areia, buscando restringir essa prática nas imediações do Lago Guaíba. No entanto, participando de espaços de debate como esses, os pescadores vêm-se inseridos na lógica da impessoalidade que orienta as negociações da lei, entrando em contradição, por exemplo, com outros problemas ambientais, como a ocupação das margens das ilhas como espaço de moradia.

A ocupação da margem consiste em uma das principais preocupações dos órgãos ambientais, não só pelo risco que oferece ao ambiente e a saúde, mas também pela sobreposição de legislações que restringem a ocupação das margens em níveis estaduais e federais. Essa ocupação da margem é também o principal desafio no processo de urbanização de fato das ilhas, com saneamento, colocação de asfalto, e demais melhorias de infra-estrutura.

Apesar dos clubes náuticos e das grandes mansões de luxo serem constantemente atacadas pelas lideranças populares das ilhas como uma privatização injusta da beira dos rios para a prática de atividades de lazer, a ocupação da margem por famílias de classes populares, pescadores, trabalhadores do lixo não é vista da mesma forma. O motivo muitas vezes alegado para essa aparente contradição seria o argumento de que esses outros usos, que não o lazer, são para “quem precisa”. Mas talvez possamos encontrar outros argumentos nesses códigos morais que se escoram nas relações de vizinhança, e na ética de uso comum desses espaços.

O melhor exemplo viria da Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, conhecida como a “rua dos pescadores” na Ilha da Pintada. Antigo espaço de convivência da ilha, seu uso comum se dá na convivência de famílias de pescadores e de donos de embarcações de passeio que dependem do uso da margem para realização de suas atividades em comum. Trata-se de uma forma de ocupação da margem como espaço público, mas ao mesmo tempo

doméstico, na medida em que a margem da ilha aparece como extensão do quintal familiar, que, no entanto, já é parte da “rua”, do domínio público, fazendo com que os vizinhos usem de forma coletiva esse espaço. É um local de troca, em que os barcos são atracados, em que o peixe é vendido ou trocado pelos produtos do caminhão de verduras que por ali transita, em que os pescadores permanecem fazendo reparos nas redes, em que as famílias se encontram a beira das águas, em que as mulheres antigamente lavavam roupa e onde ainda estendem a roupa no varal, como conta Dona Anália, que encontrei enquanto gravava essa disposição das casas na Pintada:

**Dona Anália:** Ainda bem que esse ano não veio enchente. Tão prometendo fazer asfalto aqui, mas to vendo pouco jeito. Acho que eu vou morrer e não vou ver.

*Pesquisador - Ainda tem essa coisa de lavar roupa na beira do rio?*

**Dona Anália:** Não, agora não. Antigamente, antes de vir a água encanada tinha que lavar roupa dentro da água ali; fazia um banco de tábua, ficava as vez com a água por aqui assim.

*Pesquisador - A senhora lavava?*

**Dona Anália:** Lavava, ih, ó.

*Pesquisador - E como é que limpa melhor?*

**Dona Anália:** Olha, eu prefiro dez vezes ali.

*Pesquisador - Por quê?*

**Dona Anália:** Não sei, porque a gente já está acostumada, já acostumou de passar trabalho. Às vezes no verão ainda, agora não dá, muito esgoto, muita imundícia. Mas de primeira, bah, só se via mulher de joelho lavando roupa no rio. Agora tem água encanada. Mas agora nem dá por causa do esgoto, banheiro, água suja. Até dá nojo.

O asfalto que Dona Anália aguarda, construído já em uma parte da rua junto com um calçadão, traz consigo a melhoria das condições de vida na rua, que passa a estar mais protegida das cheias dos rios e principalmente fica livre do barro. Mas ao mesmo tempo promove uma valorização econômica dos terrenos que passam a ser procurados por donos de lanchas e outras

embarcações como uma opção de residência de fim de semana, para os “burgueses” a que Salomão se refere<sup>135</sup>.

Não só a pesca, mas outras atividades estão escoradas a partir dessa relação com a margem, como a construção de embarcações por parte da família de João Mocotó. De um lado da rua fica a residência da família, onde moram Dona Maria, esposa de Mocotó, na companhia dos filhos e netos, dividindo-se entre as três moradias que ocupam o quintal. Do outro lado da rua, fica a casa de Mocotó, em um primeiro momento, um pequeno quartinho que servia também de depósito para guardar o material usado na construção das três embarcações que pude acompanhar durante o trabalho de campo. As duas primeiras foram enormes barcos de passeio, que partem da Usina do Gasômetro levando os moradores da cidade pelas águas do Delta. Uma delas foi vendida, a outra, o Barco Princesa Daiane, ainda era em 2004 a principal geração de renda da família. O enorme barco fica “estacionado” na margem, quando não está circulando pelo Guaíba. A terceira construção de Mocotó em sua oficina na beira do rio foi uma casa flutuante, uma casa pré-fabricada que foi colocada sobre uma balsa construída ali mesmo.

Embora sua oficina montada à beira do rio possa ser interpretada como ocupação privada da margem e até como impacto ambiental, na medida em que os materiais utilizados na construção das embarcações vão sendo acumulados na margem, não há nenhuma contradição para Mocotó em sua atividade como barqueiro, na medida em que ocorre toda uma negociação com a vizinhança que também se vale desse tipo de ocupação.

A mesma relação encontrei entre os moradores das imediações da casa de Adão, na ponta norte da Ilha Grande dos Marinheiros. A prática de arrumar a estrada para facilitar a passagem dos carros, ou o cuidado em comum das crianças são relatados como parte dessa ética. Mas é certamente nas épocas de enchente, como pude acompanhar em 2001 e 2002, que a solidariedade entre os vizinhos é reforçada, na forma como os meios de transporte como os barcos e carroças são compartilhados, nas caronas e no transporte de comida e doações para os alagados. Também na reconstrução das casas ocorre a

---

<sup>135</sup> Ver capítulo 2 e 7.

ajuda mútua, tanto na mão de obra quanto no abrigo de pessoas e pertences. A enchente é como um ritual de iniciação para os novos moradores.

#### **6.4. As enchentes e a Ilha Assombrada**

As enchentes são tecnicamente consideradas grave problema ambiental e mesmo de saúde pública com a proliferação de epidemias e o risco de contaminação das águas. São também um dos principais motivos para a remoção de habitações da beira dos rios, não só porque contribuem para a degradação do leito do rio, que sem a vegetação nativa tende a aumentar em largura, mas não em profundidade, mas também porque as residências correm o risco de serem levadas pelas águas. Nas representações dos moradores, no entanto, ela se torna uma marca na identidade de ilhéu, ou de ilhero, representando ao mesmo tempo as adversidades de morar em uma situação de risco, e a capacidade de superar essa situação fazendo durar um modo de vida em meio às águas. É justo quando as águas baixam, quando as pessoas começam a retornar para casa dos abrigos improvisados na escola e nos terrenos mais elevados, que é possível observar as soluções encontradas por alguns moradores para superar essas adversidades. Durante as enchentes, reforça-se a utilização da categoria “ilha” como sinônimo da comunidade (“aqui na ilha...”), ou mesmo das comunidades do Arquipélago. O “povo das ilhas”, ilhado pelas águas, tem claramente demarcadas as suas fronteiras.

Os conhecimentos sobre as épocas de enchente (entre julho e setembro, geralmente) e sobre as condições que anunciam a subida das águas (grande quantidade de chuvas com forte vento sul que represa a correnteza do rio) somados a um “saber-fazer” (Certeau, 1998) que inclui as preocupações com a casa, o pátio e o transporte, são conhecimentos que fazem a diferença no aprendizado da vida na ilha. A casa construída sobre enormes postes de eucalipto enterrados, os mesmos utilizados pela companhia de energia elétrica do estado, além dos aterros, são providências tomadas por muitos que enfrentam a enchente, e permanecem. Mas é a inserção dos novos moradores entre as redes de ajuda mútua que são assistidas por diferentes instituições

que atuam nas ilhas, que incluem também esses novos moradores entre o “povo das ilhas”.

As enchentes reforçam também uma relação com as ilhas como microcosmos, não só pela questão da ilheidade abordada no capítulo 1, mas pela submissão desses territórios a uma abundância da Natureza colocada nas águas. Quando Nazaret conta que é feliz com a enchente porque ela lava o seu pátio<sup>136</sup>, é como se dissesse que ao invés de ter as condições ambientais agravadas pela enchente, pela circulação de transmissores de doenças nas águas que permanecem no solo das ilhas, é justamente o fato da água levar embora as impurezas que renovaria as condições de vida dessa população.

Da mesma forma que Nazaret, o pescador Cláudio discordava de mim quando eu lhe falava da função ambiental dos banhados do Delta do Jacuí, que são “reguladores de enchentes”<sup>137</sup> e uma espécie de “filtro natural” para as águas. Cláudio afirmava que as ilhas estão “em cima da água”.

#### **Cláudio (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

“A água, ela vem de baixo pra cima, ela vem. Pode cercar toda essa ilha assim em roda que a água chega igual. Porque ela vem de baixo pra cima, a água vem do chão. Vem de baixo. Poderosa mesmo. Temporal e água. Essa ilha tem muita história pra contar”.

Para compreender a veiculação desses saberes e a sua relação com a ética local de ocupação das ilhas, escorada nas relações de vizinhança, é preciso investigar o papel da narrativa oral na transmissão desses conhecimentos.

#### **Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

Isso aí foi na baixa de 40, na baixa da enchente. (...) Eu não me lembro, mas, demorou um pouco. Acho que levou, quase um mês, eu acho, pra baixar. É quase um mês, por aí, né? E depois quando baixou. Tá, nós ia vindo. A água vinha baixando nós vinha chegando pra beira do rio, né? Com a mochila atrás, tudo. Tá. Até que a água baixou, nós viemos embora. Então não tinha casa, não tinha nada. Que que ia fazer, né? Só a roupa de cama, e as panelas. Aí

---

<sup>136</sup> Cf. Capítulo 2 e 7.

<sup>137</sup> “(...) A ocorrência de cheias na maior parte dos terrenos das ilhas faz com que muito menos intensas sejam as inundações no continente, isto porque o volume da água capaz de ser absorvido pelas ilhas, é da ordem de centenas de milhões de metros cúbicos.” (PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:33)

fomos parar num galpão, ali em cima. Paremos naquele galpão. Tudo bem. Agora vou contar a estória. Tudo bem, paremos ali, nós. Os véio parava pra lá, assim, no galpão, e nós dormia no chiqueiro, chiqueiro era o celeiro. (...) Tudo bem. Rapaz! A cachorrada. Era noite e dia, rapaz, aqueles cachorro. Aqueles cachorro desconfiavam das coisas. Corriam que chegavam a chorar em roda da gente, que a gente dormia e aqueles cachorros. Tá, tudo bem. Agora vou contar. Isso, não... Eu vi, né? Eu vi. Então a mãe falava assim, no tal de bicho preto, é, porque o bicho preto, passa aqui, onde ele passa ele arranha o chão, né, tudo. A gente ficava: – Será que a mãe não tá mentindo? Nós uns pros outros, né? Deus o livre duvidar da véia. Aí tá. Aí um dia de manhã, né, a cachorrada tava doida. Doida, mas eles se enfiavam, enfiavam galpão a dentro os cachorro. Casa não tinha, né? Era o galpão, só. Olha, rapaz! Eu vi um cachorro preto, desse tamanho! Mas um baita dum cachorro, comprido assim, sabe? Comprido assim, e dessa altura assim. Era um cavalinho. E eu olhando bem e o cachorro passou correndo pela beira da estrada e eu chamei: – Ô Jorge, ô Reco, ô Tereza! Chamei a minha irmandade, tudo. - Ali, olha o bicho preto! Olha o bicho preto lá! Olhá rapaz. Isso aí foi na baixa de 40, na baixa da enchente... Mas tinha que ser o tal de bicho preto. Tinha que ser, eu mostrei pra ele, tudo. Até agora nós conversemo essas coisa, eu e o Jorge, né.(...) Então essa estória eu queria contar pra vocês. Hahahahaha! Hehe. Eu queria contar essa estória.

Muitas das pessoas mais velhas que viveram a infância em Porto Alegre, lembram da famosa enchente de 1941 que deixou as ilhas completamente submersas e o centro da cidade alagado por quase um mês. Nas ilhas, essa lembrança tem a força de um “começo” na história pessoal de muitos velhos moradores. Quando contei a Seu Adão sobre essa terrível enchente, narrando-lhe o que eu já ouvira e vira em fotografias, ele me surpreendeu ao contar as mais densas imagens de sua infância, tendo saudades de quando a família ficou “flagelada” em uma área mais elevada da região. Ao lhe perguntar sobre a descida das águas e a decisão da volta ao chão familiar, não era a casa levada pelas águas a imagem que o detinha no relato, mas o “bicho preto” que aparecia no terreno familiar.

O gesto de Adão, ao “narrar” a sua resposta, denota o caráter metafórico e alegórico de seu discurso, ao contar não como as coisas são, mas com o que elas se assemelham e se relacionam (LÉVI-STRAUSS, 1996). Essa narrativa foi contada por Seu Adão no desenrolar de outras, em que era recorrente a presença de um mistério, na forma de um animal fantástico, uma luz, uma sombra, espíritos de escravos, mulheres de branco, moedas antigas, temporais, redemoinhos nas águas. Essas epifanias (DURAND, 1988, p.15) se manifestavam nas narrativas relacionadas a espaços do Arquipélago e tempos do cotidiano que são liminares entre o domesticado e o sobrenatural, tais como

o mato, as águas, os banhados, a noite e suas divindades e seres fantásticos. A figura do animal fantástico na narrativa retoma o gesto de refundação da comunidade nas ilhas após a enchente, de inserção nessa paisagem e de aceitação dos desafios de seus ritmos cósmicos de morte e renascimento.

Ao trazerem a figura do pescador e do barqueiro que se lançam nas águas, do caçador, do “capineiro” e da benzedeira/bruxa que se embrenham na mata escura, essas narrativas falam de uma forma de conhecimento desses espaços e seus ritmos que é um reconhecimento das muitas “faces do tempo” (Durand, 2001), dos saberes e fazeres dos antepassados que fundaram esse viver coletivo em meio às águas e os banhados, e que são retomados e reinventados em tempos de degradação ambiental e crescimento urbano, sob o desafio de fazer esse modo de vida durar. Não foi à toa que os momentos de cheia dos rios, que pude observar, eram os momentos em que essa identidade era reafirmada com mais força. Contrapondo-se às notícias de morte, doença e perda, o prazer dos ilhéus em falarem de outros “dilúvios” passados não deixava de trazer uma certa heroicidade ao narrador que hoje em dia, já espera por nova subida das águas, pela água que toma de volta “o que é dela”, como diziam.

Para que emergissem nas narrativas essas “faces do tempo” era preciso, portanto, investigar de perto como alguns narradores contavam sua própria trajetória através dessas imagens. O narrador vale-se de um saber compartilhado por uma “comunidade narrativa” (LANGDON, 1999) para interpretar sua trajetória, na medida em que o tempo de vida é transformado em “tempo pensado” (BACHELARD, 1988), ou melhor, tempos pensados, na ação narrativa.

#### **Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"O rio é cheio de mistério. Aqui em frente do colegião, ali ó. Tem um segredo ali, né? Tem um segredo ali. E esse segredo deve ser duma fortuna muito forte. Uma fortuna muito grande. Que pega, o pescador pega um espinhal, pega um troço lá em baixo lá. E eles vêm puxando aquele troço lá. Vem vindo. Vem puxando, vem puxando e vem vindo bem leviano. De repente aquilo pesa. Pesa e vem vindo, vem vindo, vem vindo. Tá. Quando chega aí, mais ou menos uma altura assim, ó. Pra sair na flor da água, flor da água a gente chama é na, né? Entende, né? E escapa aquilo. Aí tá. Os nêgo por aqui tomaram umas cangibrina meio forte e foram lá. Garateá. Prontamente, né? Na primeira pistolada, esse Raul também. Já achou, já pegou o troço aquele. Era pela volta das onze hora, meia noite, aí puxaram, puxaram, puxaram, até!

Até quanto deu né? Só não enxergava. Tá. Daqui a pouco eles olharam pras beirada. Em roda do caíque, diz que era uns bicho preto, voando em roda. Tudo tudo voando em roda. Deles ali. Largaram tudo! Hahahaha! Largaram o dinheiro lá. Isso aí é um mistério que tem ali. É um mistério que vem até em cima. Quando chega naquela distância se some. E é todo pescador. Isso aí é uma coisa que é verdade. Mas é uma verdade que a pessoa tem que tá junto pra vê. E é verdade."

A face "assombrada" das ilhas, configurada a partir das narrativas orais que são relacionadas ao "tempo dos antigos", foram o primeiro objeto de pesquisa que estudei entre as populações do Delta do Jacuí. Nos trabalhos anteriores (DEVOS, 2003), foi a questão da arte de narrar, da forma como pensavam o tempo e o configuravam na narrativa que ocupou a centralidade da análise etnográfica. Mas foram igualmente estes trabalhos que inspiraram a abordagem que trago neste capítulo, da relação com o espaço, da "imagem do mundo" que se desvela em diferentes práticas dos seus habitantes. A narrativa oral permanece sendo fundamental no trabalho de campo, para a investigação de práticas que estão relacionadas a um modo de vida em íntima relação com os banhados, com a vegetação e as águas do Delta do Jacuí, como a caça, a pesca, a extração vegetal. São práticas como essas que formam a imagem idealizada das ilhas como espaço natural colocado estrategicamente em relação ao urbano, que, no entanto, não podem ser estendidas simplesmente a todos os moradores. Essas práticas serão aqui analisadas em conjunto com a narrativa oral, nas suas inter-relações entre os gestos e posturas dos narradores com os gestos e práticas em meio à paisagem das ilhas que conformam uma memória desses saberes e fazeres transmitidos pela relação ouvinte/ narrador.

Nas ilhas, pude ver como as narrativas traziam esse componente de uma forma muito particular de conhecer os espaços das ilhas, se embrenhando nos mistérios da mata fechada, na luminosidade das águas cercadas por vegetação. Essa narrativa de Adão é significativa de como a prática da caça "assombrada" do tatu e da capivara, feita à noite, em meio a vegetação fechada dos matos e banhados, insere-se numa paisagem noturna, plena de sons, seres fantásticos e luzes que são associados às manifestações sobrenaturais.

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Ah é. A Ilha do Lobisomem. Ali tem um pé de angazero muito velho, né? Muito velho. E é muito assombrado ali. A Ilha do Lobisomem é ilha assombrada mesmo, assombrada. Mas o pessoal para ali, tudo. Sempre vinha desconfiança. Por fim já não é mais assombro, é a desconfiança, né? Sei lá, a imaginação, a pessoa já vê as coisa. Tudo bem. Fomo caça capivara. Eu e o irmão. O Irmão é o Raul, eu chamo ele o Irmão. Toquemo pra lá. Trepamos em cima da árvore. Daqui a pouco. Eu falei pro Irmão: - Ó Irmão, vem o bicho aí. - Será Seu Adão? Digo - É. Escuta só. Aquilo vinha quebrando tudo, né? Tá bem. Aí eu gritei pra ele: - Fica quieto. Rapaz de Deus, eu sentado, tava altinho assim. E era um boi. Era um boi branco. Eu quebrava os galho de pau, quebrava os toco, atirava nele, ele sóóó aparava na guampinha. O Irmão: - Tá brincando, seu Adão? Ele tava longinho de mim, né? Digo: - Brincando o quê rapaz, tem um baita dum boi aqui! Diz ele: - Mas não é o bicho? - Não, é um boi, vem cá vê. E agora? E agora pra descer de lá pra vim cá? Aí eu disse pra ele: - E agora como é que eu vou fazer, como é que eu vou descer aqui? Não podia fazer nada, mas não tinha, não tinha boi, não tinha nada, não tinha ninguém ali. Aí se sumiu, parou o troço. Agarrei disse: - Ó Irmão, encosta ligeiro aqui, vamos descer aqui. Tinha uma borboleta. Olha, não vou exagerar, tchê! Mas ela tinha as asa desse tamanho, assim. Aquele bicho voando de baixo de mim, assim. Ah, rapaz. Começou a me dar um nervoso. Começou a me dar um nervoso aí eu digo: - Ó irmão, apura duma vez aí ó. Aquele bicho ia lá rapaz. Aquele bicho fazia vento em mim assim, rapaz.. E ele viu bem onde é que tava o bicho, né? Tá. Tudo bem. Encostou, viemos embora. Aí no outro dia foi pros Morrete. O Raul aí. No outro dia foi pros Morrete. Chegou lá nos Morrete, conversando com o Paulo Cachapa. E o Paulo Cachapa tem esses aparelho de cavar dinheiro, né? Foram pra ali, os dois. Rapaz, eles nem fizeram um buraco, fizeram uma lagoa. Claro, na berinha da água, né? Fizeram uma lagoa. Não arrumaram nada. Não arrumaram nada. A gente vê coisa, que a caçada mais assombrada é a caçada de tatu e a caçada de capivara, né? Eu eu dizia pra ele - A gente vê coisa mesmo. A gente vê coisa horrível, rapaz! E de noite tu tá dormindo tu sonha com aquilo. Tá, viemos embora. Eu digo pra ele: - Ó eu vou largar a caçada, eu não quero mais isso. Dá um nervosismo na gente, sabe? Eu não andava em sossego. Digo: - Não, mas eu não vou. Mas reviraram. Onde eles desconfiavam que tinha, onde aparecia coisa eles cavaram tudo. E tão aí, na mesma porquera."

Mas as narrativas apresentam também descontinuidades entre as diferentes formas de apropriação social dos espaços de banhados, canais, margens. Em especial, destaco o quanto é reforçada a importância desses espaços abandonados (mas nunca desabitados), na vida cotidiana desses narradores. O "mato", os banhados, protegidos enquanto patrimônio ambiental pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, ou ocupados pelos "barracos" da vila, não possuem os mesmos significados que os expressos nas narrativas.

Significados semelhantes ao que Ellen e Klaas Woortmann (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997:29) analisam enquanto o lugar fundamental que ocupa o “mato” nos espaços de trabalho dos “sitiantes” de Sergipe, visto como fonte de recursos como lenha, espécies vegetais e caça, e, principalmente, como um espaço que acompanha um ciclo de longa duração em que o mato é derrubado para criação da roça, e a roça é abandonada para que o mato retome o seu lugar.

Nas ilhas, os espaços a que se referem às narrativas são os espaços por excelência das práticas de pesca próximo às beiras de ilhas hoje desocupadas, onde existem grandes quantidades de peixes, visto que são seus espaços de reprodução e onde a água é “mais quente” para o peixe se abrigar, como contam os pescadores. Os espaços da caça assombrada, como conta Adão, são igualmente espaços onde o “mato tomou conta”, que não são manejados cotidianamente nas atividades das pequenas propriedades rurais e já se encontram no limiar entre o domesticado “natural” (enquanto familiar) e o sobrenatural.

O etnobiólogo D. Posey estudou as “ilhas de florestas”, “cultivadas” pelos Kayapó, no Brasil, mostrando como essa população indígena realiza, milenarmente, um processo de cultivo “inconsciente” da biodiversidade amazônica, na forma de “bosques sagrados” (POSEY, 2001, p.283). Trata-se de um manejo a longo prazo dos recursos naturais, visto que existem espécies semi-domesticadas que, durante milênios, foram espalhadas em áreas conhecidas no interior de florestas e cerrados, antigas roças que se tornam reservas de caça e pomares, uma vez que, desde o princípio foram manejadas pelos Kayapó para serem como tal. Tais locais, espaços abandonados pelas antigas tribos, são protegidos por espíritos, e só são acessíveis a pajés e caçadores, fazendo com que existam reservas protegidas com vegetação secundária em desenvolvimento, com elevada biodiversidade que também atrai muitas espécies animais. “Os espíritos efetivamente agem como agentes de proteção ecológica.” (POSEY, 2001, p. 283)

A questão que se coloca é, portanto, como essa apropriação social de recursos naturais pode ser pensada no Bairro Arquipélago, em plena Região Metropolitana de Porto Alegre. Não se trata de efetiva proteção do ambiente

por parte dos “espíritos”, em face do contexto atual de degradação ambiental, mas de uma postura ética de uso do “bem comum” que essas narrativas veiculam, na relação que estabelecem entre os espaços de uso privado e os espaços destinados ao uso coletivo por parte dos membros da comunidade que reconhecem essas fronteiras.

As maldições dos escravos que guardam tesouros afundados nas águas ou enterrados na raiz de velhas árvores apresentam imagens que não apenas remetem a um passado remoto, mas que podem ser interpretadas enquanto “espíritos protetores” que representam códigos morais e éticos, sanções ao uso abusivo desses espaços, movido pela ganância e pelo “olho grande”. As narrativas promovem uma relação de dádiva com as águas, a flora e a fauna, que aparece, por exemplo, nos relatos das épocas de enchente em que as águas tomam de volta o que é delas (a terra), mas com isso trazem novas dádivas, e “limpam” a terra. Trata-se de uma leitura dessa paisagem e uma postura quanto a esses espaços, portanto, que as narrativas trazem na forma como a Natureza das ilhas pode ser interpretada, a partir de seus ritmos cósmicos. Mais do que isso, trata-se de uma postura ética de uso de “bens comuns”, espaços que podem ser pensados não como espaços intocáveis, como as políticas ambientais conservacionistas procuram impor, mas como espaços públicos, de diferentes formas de apropriação por parte de grupos e indivíduos.

**Cláudio (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Eu vinha no barco. Vinha no barco. Vinha eu e um irmão meu, né? E como tem esse pinheiro lá pra cima, saiu de perto da figueira assim. Umas onze a doze bola de fogo assim que subia. Subia, era até um dia de vento leste muito forte. E eu vi aquilo e meu irmão ia remando de costa pra aquilo e eu ia de frente, né na popa sentado, aí assim eu disse pra ele: - Paulo, Paulo lá, olha lá, olha aquilo ali. Um monte de bola de fogo saindo assim, tipo um liquinho aceso assim, entendeu? Bem forte e se desmanchava no ar. E... muitos diziam que ali tinha ouro. Acho que ouros ali. Aí no outro dia. (...) na outra terça eu fui lá mais aí a lua tava muito clara, né? Fui lá a pé, fui a pé pra olhar. Se de repente tem ouro enterrado aí vamos cavar, né? E a figueira tá lá, a figueira ainda, não sei se é esse o mesmo ouro. Então diz que ali só sai, eu vi sair ali. Uma, tipo uma, uma pessoa de branco, uma mulher de branco saía assim. Passava pela, cruzava. Saía dali e passava pro outro lado assim, olhando pra gente. Um monte de gente diz que tem os escravo ali. Tinha uma casa que embaixo tinha um porão e tinha até corrente pra amarrar os escravos. É. Muitas coisas eu já vi assim, né?"

### **Laci (Ilha Grande dos Marinheiros, 1999)**

"Eu não sei, acho que é do tempo dos antigo, né? Porque uns anos atrás eles traziam, traziam os escravos da cidade, a remo, né? Eles traziam dois, três escravos. Branco, preto os coitado. E depois enterravam e matavam eles e botavam eles pra eles cuidar o dinheiro. E aquele espírito ficava ali. Porque o espírito não morre, nunca morre, fica vivo. Seja pro bem, seja pro mal ele fica vivo, né?"

Essas narrativas são, no entanto, referidas a esses antigos moradores, e enquadram um "tempo dos antigos" (DEVOS, 2003) dissociado de um contexto contemporâneo dos conflitos pela ocupação dos terrenos das ilhas. É algo que se expressa certamente em categorias acusatórias quanto ao compartilhar dos espaços públicos das ilhas com outros grupos sociais, que é o caso da "vila" na beira da estrada, associada ao crime, à violência, e a uma transformação desses códigos morais revelados nas narrativas. "Hoje em dia até assombração tem medo" brincava Adão, em um dia que conversava com ele e a filha em sua casa. Sua filha não concordava, no entanto, com o pai, tendo vivido um tempo com um companheiro na "vila", feito muitas amizades, e participando de uma mescla dessas redes de antigas famílias do Arquipélago com as famílias chegadas às ilhas após a construção da ponte no final da década de 1950. O próprio Adão reconhecia que o "respeito" se estendia a figuras como ele, com um lugar assegurado na memória coletiva local e nas redes de vizinhança, e que ele nada temia no solo da ilha, pois tinha "conhecimento" nas redes locais.

As sutilezas desses arranjos permitem pensar em outra possibilidade de rompimento com essas éticas do "respeito" com os espaços naturais, que estão expressas até mesmo nessas categorias acusatórias, na medida em que a criação dessas fronteiras ("antigo", "vileiro", "rico", "pobre") em que a diferença social aparece como uma leitura de uma "cultura de violência" que Tereza Caldeira (2000) investiga, enquanto expressão do padrão de exclusão e segregação da sociedade brasileira, que se reflete nos "enclaves fortificados", nos quais muros, grades, sistemas de segurança negam o caráter plural dos espaços públicos, voltando-se para o espaço privado.

### **6.5. Os "ricos" e os "pobres" nas ilhas**

De fato, depois de um tempo sem transitar pelas ilhas, surpreendi-me com uma nova configuração do espaço, que pude observar na Ilha Grande dos Marinheiros em 2005: a tendência à colocação de enormes cercas de madeira (de eucalipto) escondendo completamente as residências que ficam na beira do rio, os galpões de reciclagem, e alguns terrenos utilizados como atracadouros de donos de barcos que mantêm “caseiros” moradores das ilhas cuidando de suas propriedades. Os muros que são constantes nas residências de luxo da Ilha das Flores e na entrada da Ilha da Pintada, começam a ter seu contraponto em meio à vizinhança de classes populares da Ilha Grande dos Marinheiros. Estariam se rompendo essas relações locais de vizinhança, em direção à impessoalidade e ao uso de sistemas de proteção e exclusão típicos dos centros urbanos?

Retomo aqui um diário de campo<sup>138</sup>, refletindo sobre o resultado do início de um processo de ocupação de um terreno vazio nas ilhas, que atualmente se configura nos arranjos de uma favela urbana, com casas construídas uma na continuidade da outra, com “puxados” de dois andares em algumas, com ruelas e becos estreitos.

“Dia 05 de julho de 2002. Um domingo quente de sol. Em pleno julho. Enquanto cruzava a ponte, avistava uma paisagem nova na Ilha: um acampamento, à beira da estrada que segue da ponte para a zona sul do Estado (uns 20 metros distante), em um terreno abandonado que virava banhado após as chuvas, onde, até uma semana atrás, pastavam alguns cavalos amarrados. Lonas pretas, pessoas circulando de um lado para outro, lotes separados por barbantes, gente conversando, tomando chimarrão sob as lonas, ocupando o terreno. Reparo em um velho sentado com a mulher na ponta do acampamento. Ele me acena. Eu entro no lote dele e puxo conversa. A., um senhor de uns 60 anos, junto com a esposa. Sentados em um tronco de árvore, em frente a uma barraca recém erguida. São duas telhas encostadas rente ao chão. Era mais um abrigo para uma possível chuva e uma marca de assentamento no local. Um fogo de chão, uma chaleira para o chimarrão. Pergunta-me: “O senhor é da Ilha?” Respondo: “Não, moro no centro. E vocês, são de onde?” “Do Pavão”, responde A.. Na Ilha do Pavão estavam em “área de risco”, categoria que se refere às ocupações “precárias” na beira dos rios e na proximidade das estradas. “Tão querendo tirar a gente de lá”. A mulher reclamava da vizinhança, que “não dava mais”. (...) Ao lado do “terreno” de A., um grupo marcava outro lote. O novo morador queria aumentá-lo. Os homens discutiam. Aproximam-se dois deles, perguntam pelo nome de A.. “É só pra ver aqui na lista”. A. fala “eu tava dizendo pra esse moço que aqui não tem ninguém de fora”, “é só da ilha.” Os outros dois respondem juntos: “Só da ilha, é gente só das ilhas aí tudo.” Pergunto sobre a demarcação do terreno ao lado, do morador que reclamava.

---

<sup>138</sup> Reproduzo aqui uma parte do diário, que consta na íntegra em minha dissertação de mestrado (DEVOS, 2003)

“Esse aí, vamos votar pra botar ele lá no fundo!” O outro concorda: “É, bota lá na água!” O fundo do terreno ainda era o banhado. A. estava mesmo na melhor parte do terreno, mais seca, em frente à rua, com iluminação. Quem chegava depois, pegava os piores lugares. Os terrenos, loteados por barbantes, tinham áreas de 10 por 8 metros, aproximadamente, com espaço para ruas estreitas no meio de alguns lotes. Os dois “líderes” do movimento se dirigem ao “vizinho” e A. ainda brinca com os dois: “Quem é o presidente agora?” Risadas.

Mas de engraçado, a situação não tinha nada. Como pôde surgir, em uma semana, mais uma parte da vila? E como a situação, levada com jocosidade pelos moradores, pode revelar o que pensam essas pessoas sobre a situação em que se encontram hoje, sobre as “ocupações irregulares” nas ilhas e, principalmente, sobre a maneira como lidam com esta situação? Quanto ao local, tratava-se de um terreno, pelo que consegui descobrir, que pertencia, em parte, à empresa Ipiranga de combustíveis. Antigamente, era armazenado ali o combustível que ia para Porto Alegre, levado em embarcações. Algumas pessoas que ainda moram na Ilha Grande dos Marinheiros trabalharam ali, estando hoje aposentadas. Com a saída da empresa, na criação do Parque Delta do Jacuí, o terreno ficara abandonado. Outra parte do terreno compete à administração do Parque, e outra ainda à empresa particular que cuida da auto-estrada que inicia nas ilhas.”

Essa ocupação, que ganhou a denominação jocosa por uma moradora de “vila caiu do céu”, forma uma verdadeira quadra que, a um olhar desatento, parece sempre ter estado ali como núcleo de população. São casas e terrenos que entraram nos esquemas de vendas, trocas, acertos, divisões. Apesar da informalidade da ocupação desses terrenos ser justamente aquilo que o planejamento ambiental dessa área visaria evitar, ela ocorreu nessa época como uma resposta a uma tentativa localizada de remoção de algumas famílias das beiras dos rios. Se pensarmos a tentativa de legalização ambiental da área e a ilegalidade das ocupações como parte de um mesmo processo de segregação espacial (Kowarick, 1980) que organiza a diferença social no espaço urbano brasileiro, veremos que é justamente a falta de articulação e execução do assentamento de fato de inúmeras famílias no Delta, como planejamento urbano, que impede a regularização das áreas de proteção ambiental.

Talvez seja esse o maior desafio das classes populares urbanas para fazerem durar esses outros estilos de vida desses “pedaços” como as ilhas na cidade. Lógicas locais que permeiam esses arranjos sociais, construídas na irregularidade, são “soluções” e não problemas urbanos, como afirma Oliven (1984), que revelam as inter-relações entre as populações urbanas inseridas no modo de vida urbano-industrial e as demais populações aparentemente excluídas desse processo de modernização. Por outro lado, a adesão à

irregularidade, apesar de revelar as contradições da ordem vigente, prorroga a situação de falta de direitos básicos de cidadania com a não regularização das terras.

O que esse estudo aponta é um outro caminho, o de que essas populações, tanto as que se originam das famílias mais antigas, quanto aquelas que já têm uma trajetória de desenraizamento na cidade e de enraizamento nas ilhas teriam condições de promover acordos locais voltados para a reinvenção de tradições e códigos locais de vizinhança, de práticas eticamente voltadas para preservação das características ecossistêmicas do Delta, desde que sustentadas por esferas sociais mais amplas. Dito de outra forma, as reivindicações por melhores condições de moradia na cidade por parte de moradores de favelas e vilas irregulares podem encontrar nos impasses éticos de uma política ambiental contemporânea, um espaço maior de ação.

Foi essa a perspectiva adotada por moradores do Delta que passaram a compor uma comissão de residentes do Delta do Jacuí em recentes alterações na legislação da área. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em setembro de 2004, adotou uma medida polêmica, que encontrou resistência de inúmeras entidades ambientalistas, transformando o então Parque Estadual Delta do Jacuí em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Diferentemente da figura do Parque, a APA simplifica as restrições quanto à ocupação das ilhas, permitindo a ocupação urbana em determinadas áreas, sem impedir que o restante do Delta do Jacuí seja destinado à preservação ambiental<sup>139</sup>.

"Art. 3º - A Área de Proteção Ambiental - APA - Estadual Delta do Jacuí, constituída por terras públicas e privadas, tem por finalidade a proteção dos recursos hídricos ali existentes, em especial as áreas de influência fluvial, os ecossistemas de banhados, restingas e floresta estacional decidual, com o objetivo básico de disciplinar processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, de forma a conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área,

---

<sup>139</sup> "Parque e APA são duas categorias diferentes de unidades de conservação. O parque é uma unidade de proteção integral, formada por áreas de domínio público, com o objetivo básico de preservação dos ecossistemas. A APA, constituída por terras públicas e propriedades privadas, é uma unidade de manejo sustentado, que tem como finalidade a proteção ambiental e de espécies, por meio da adequação das atividades humanas ali realizadas às características ambientais da região." Cf. <http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/noticias/id5752.htm>, último acesso em 13/01/2007.

além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional." Decreto Estadual nº 44.516, de 29 de junho de 2006)

Regulamentada apenas em junho de 2006, as medidas que a lei que criou a APA prevê ainda não foram executadas de fato, como a criação de um conselho gestor para o parque que conte com a participação de lideranças locais, a realocação de famílias em terrenos nas próprias ilhas, e principalmente, a viabilização do fundo de investimentos para as obras.

Até agora, a única influência efetiva da medida foi liberar judicialmente a compra de terrenos e a continuidade de construções e melhorias nas residências de lazer, clubes e mansões que vinham sendo pressionadas pelo poder público. Como explica a representante dos moradores da Ilha da Pintada, Beatriz G. Pereira, a mesma "Mãe Bia" que atua na Romaria das Águas:

**Bia (Assembléia Legislativa do RS, 2006)**

"Os ricos continuam construindo, tomando conta das margens do rio e ultrapassando os limites fixados para a habitação. Os pobres, que não têm o registro da terra, estão perdendo as parcerias para melhorar as condições de habitação"<sup>140</sup>.

Constata-se que as mudanças na lei que poderiam colaborar para a proteção do meio ambiente e a promoção de condições dignas de moradia para a população, não tiveram a mesma contrapartida nas ações do poder executivo. Na continuidade das reflexões aqui apresentadas, percebe-se que se as atuais legislações e arranjos político-institucionais ainda estão se rearranjando para tratarem dos conflitos ambientais, os arranjos que configuraram a disposição dos grupos sociais na paisagem urbana também precisam ser revistos.

Percebe-se que uma outra dinâmica se instala no conflito ambiental, que não se resume às disputas entre residentes e profissionais "do meio ambiente". Outras categorias ganham destaque nas narrativas e declarações públicas de lideranças locais, que dividem os moradores do Delta do Jacuí entre "ricos" e "pobres". Essa dinâmica que começa a ser percebida em Porto Alegre é

---

<sup>140</sup> Cf. notícias no site da assembléia legislativa do estado, <http://www.al.rs.gov.br/ag/noticias.asp?txtIDMATERIA=148551&txtIdTipoMateria=4> e no web site do Partido dos Trabalhadores no RS [http://www.ptsul.com.br/txt.php?id\\_txt=13556](http://www.ptsul.com.br/txt.php?id_txt=13556), último acesso em 01/13/2007.

próxima do novo modelo de segregação na cidade de São Paulo que Caldeira (2000) refere, separando grupos sociais e transformando a qualidade do espaço público de uma nova maneira. Como vimos nos capítulos 4 e 5, os grandes centros urbanos brasileiros viveram uma primeira fase dessa segregação com a diferenciação das moradias urbanas, concentradas nas regiões centrais da cidade, em que a população pobre ocupava cortiços e casebres, que foram removidos dessas áreas centrais com o novo padrão de segregação entre as décadas de 1940 e 1980 que formou as periferias e áreas limítrofes da cidade.

As ilhas teriam seguido esse segundo modelo de segregação a que Caldeira se refere, através da articulação de "ônibus, ilegalidade e auto-construção" (Caldeira, 2000, p. 219), ou seja, da combinação do transporte público e outros serviços públicos essenciais (escolas, postos de saúde) com a ilegalidade da propriedade dos terrenos, ou das construções, com ausência de infra-estrutura sanitária e financiamento. No entanto, a autora alerta para um novo contexto atual de criminalidade, associado a essas disjunções da democracia brasileira, em que o Estado se ausenta da promoção de qualidade dos espaços públicos. Surgem novas mudanças na paisagem urbana, com a saída de membros das classes altas das regiões centrais das cidades para ocuparem áreas da periferia transformadas em enclaves fortificados por dispositivos de segurança privada, mesclando nos mesmos bairros e zonas da cidade favelas e condomínios residenciais separados por muros e grades. É um processo que permite compreender essa nova mudança na paisagem das ilhas, assim como na paisagem da Zona Sul de Porto Alegre, igualmente em contato direto com o Lago Guaíba e com áreas verdes na capital.

Essa nova remodelação do espaço público não segue as noções higienistas que orientaram transformações ocorridas no final do Século XIX e no começo do século XX em Porto Alegre, pois apesar de promoverem novos códigos de postura urbanos com relação aos cuidados com o ambiente, rompem com uma concepção de saúde pública voltada para o isolamento das classes "perigosas" (por seus estilos de vida). Do ponto de vista da contaminação das águas, a propagação de zonas de periferia urbana sem condições sanitárias, cuja população não tem condições de pagar por esses

serviços, se apresenta como um novo impasse para a metrópole contemporânea.

A "ambientalização" (Lopes, 2004 e 2006) desse conflito pelo solo urbano abre espaço para a participação dessas camadas populares nos processos de planejamento, na reivindicação de investimentos na melhoria das suas condições de vida, quando essa "qualidade de vida" urbana passa a ser percebida como parte de uma realidade sócio-ambiental mais ampla.

Ainda que no momento da criação da APA do Delta do Jacuí as lideranças de moradores do Delta do Jacuí encontrassem a resistência de outras organizações ambientalistas e instituições técnico-científicas, que criticavam a forma como as negociações foram conduzidas pelo Governo do Estado<sup>141</sup>, em outras dimensões desses conflitos os moradores das ilhas representam papel importante nas ações voltadas à pesquisa e à recuperação das qualidades ecossistêmicas do Delta do Jacuí.

Embora a figura de um morador "tradicional" seja ainda recorrente nas afirmações de uma herança açoriana, de uma ocupação "original" das ilhas pelos descendentes dos primeiros povoadores de Porto Alegre, lideranças como Bia, ou Nazaret, situam em outros parâmetros o compromisso com a continuidade da presença de um "povo das ilhas" nas margens das águas do Delta do Jacuí, a partir de uma experiência urbana de enraizamento no solo das ilhas, e na relação com suas águas.

Desse ponto de vista, a composição criativa que os moradores das ilhas fazem, ao narrarem sua trajetória na cidade incorporando aos saberes locais sobre a paisagem reflexões quanto à mudança no lugar do Delta do Jacuí nos impasses éticos do ambiente urbano são fundamentais para encontrar soluções para esse novo contexto de ambientalização da paisagem urbana.

---

<sup>141</sup> Tratado como inconstitucional, por não reconhecer outras instâncias legais pelas quais teria de passar a lei, o decreto de lei foi criticado por várias organizações ambientalistas que alertavam, justamente, para a abertura que a APA possibilita para a especulação imobiliária nas ilhas. Cf. <http://www.agirazul.com.br/a2/a2/000001e5.htm>, último acesso em 13/01/2007.

## Capítulo 7 - A morada e as águas

Nas imagens feitas via satélite a ocupação dos terrenos do Delta do Jacuí aparecem como uma mancha que aumenta ao longo dos anos. Percorrendo algumas ruas das ilhas acessíveis pela ponte, como a Ilha Grande dos Marinheiros, vê-se igualmente uma constante atividade de construção de moradias, de reconstrução de outras, de casas anunciadas para a venda, de terrenos sendo aterrados para futura ocupação, de casas e outras construções abandonadas sendo ocupadas. São inúmeras formas de ocupação do local que se encaixariam nos termos de ocupação irregular, pois não seguem a lógica do mercado imobiliário urbano, e não são articuladas às obras de saneamento e demais melhorias por parte do poder público.

Mas estas formas de ocupação desse espaço, na trajetória de seus moradores estão longe de serem “irregulares”, ou “desordenadas”, como são caracterizadas pelo poder público, na medida em que seguem determinadas lógicas e dinâmicas que se articulam entre a reterritorialização de determinadas famílias e a desterritorialização (VELHO, 1981) destas de outras cidades do Estado e de outros locais da Região Metropolitana. São trajetórias de nomadismo pelas áreas “irregulares”, de desenraizamento de outras comunidades de origem e de enraizamento nas comunidades dos “ilheros”, nos territórios das ilhas. Em meio a esses arranjos, terrenos e casas são vendidos, trocados por cavalos ou carroças, casas são levadas em barcos ou veículos de tração e colocadas em um outro terreno, deslocamentos de um terreno a outro que vão marcando a trajetória de muitos moradores que vivem há tantos anos na irregularidade, que misturam a informalidade às trocas comerciais de papel passado, chegando também à lógica do mercado imobiliário, na medida em que mesmo as atuais mansões que ocupam a beira dos rios muitas vezes foram a continuidade de tais negociações.

Este capítulo dedica-se ao estudo dessa micro-ética que constitui as formas como vão sendo construídos os pertencimentos de diferentes pessoas aos territórios das ilhas, em especial, da Ilha Grande dos Marinheiros e da Ilha da Pintada. Alternarei momentos do diário de campo, onde tento lidar com a

difícil captura dessa lógica que é invisível a quem não se predispõe ao diálogo com estas pessoas, com alguns trechos da voz dos informantes, de suas narrativas autobiográficas em que transparece sua trajetória social, que revelam diferentes visões de mundo que são tecidas em meio às redes de relações locais de pescadores, papaleiros, barqueiros, empregadas domésticas, umbandistas, crentes evangélicos, etc. Sua fala é reveladora de uma outra forma de pensar o trajeto de dissociação homem/natureza na paisagem urbana da cidade, refundada tantas vezes nos gestos de ocupação dos matos, banhados e beiras de rio da região. Em oposição às imagens monstruosas do “inchaço” das grandes cidades que expulsam seus empobrecidos para fora do centro urbano, suas narrativas contam de uma cidade formada na direção oposta, da periferia que vai tecendo suas amarrações com o centro metropolitano.

### **7.1. O umbigo enterrado**

Na última vez que estive em campo na Ilha Grande dos Marinheiros, em 2005, tive uma nova surpresa com os mais recentes moradores da ilha. Fui acompanhado da Profa. Ana Luiza Carvalho da Rocha e de uma equipe de telejornalismo local que queria fazer uma reportagem conosco sobre a produção do documentário etnográfico, “A Morada das Águas”, que produzimos junto aos moradores locais, sobre suas narrativas orais que contam da transformação da paisagem local e do seu modo de vida através de um repertório de lendas de assombrações, de tesouros enterrados, que os colocam em meio a uma paisagem encantada, no Delta do Jacuí. Preocupava-me como colocar as questões centrais da pesquisa e relacioná-las à narrativa oral, para que a reportagem não explorasse o lado mais exótico da ilha e perdesse o contexto político do qual essa palavra emerge. Situação um tanto inusitada, para a pesquisa etnográfica, mas necessária, como forma de divulgar a densidade da vida dessas pessoas, inserir um pouco de sua trajetória nas imagens que chegam aos demais moradores de toda a região.

Apesar de toda a minha tentativa de “controle” dessa situação, era evidente que não é possível ter controle algum do que acontece durante a situação de pesquisa, é a postura simplesmente diante do que ocorre que nos

permite estar aberto ao diálogo e a produção de conhecimento. Havíamos pensado em levar a equipe de reportagem até Adão, personagem que mais nos relata essas narrativas no documentário, com quem tinha suficiente relação para que este não se sentisse desconfortável com o pessoal da TV chegando à sua porta de surpresa.

Cruzamos a ponte no automóvel e então dobramos na entrada da ilha, seguindo a longa estrada que leva até o local de residência de Adão. Enquanto a paisagem da ilha ia alternando-se com a grande concentração de casinhas, armazéns, galpões, pátios com animais, com lixo sendo separado, eu percebia que não havia surpresa no rosto das pessoas que viam o carro da TV, apesar de todos repararem nele. Os comentários de dentro do carro confirmavam que esta mesma equipe, o cinegrafista, a repórter e o motorista já haviam estado ali outras vezes fazendo matérias sobre algumas das coisas que acompanhei em campo – famílias extensas moradoras dos barracos, enchentes, a Romaria das Águas, o clube de mães, crianças doentes. Para o pessoal da TV, aquela era mais uma vila de classes populares da cidade com todos os seus problemas. Para mim, no entanto, se colocava o compromisso de provocá-los a aprofundar um pouco mais o olhar, de escutar um pouco mais da palavra dos *ilheros*, das coisas que me contaram, das coisas que passam despercebidas a um olhar de passagem.

Seguimos a estrada, até chegar à parte menos ocupada da ilha, sua ponta norte. A vegetação então começava a ficar mais exuberante, mas a cidade na outra margem, e os pátios com carroças, cavalos e caminhões recolhendo o lixo separado imprimiam a marca do urbano. Em um trecho embarrado da estrada, descemos do carro para o motorista manobrar, e então um homem de uns 40 anos de idade veio conversar comigo. Estava colocando alguns tijolos na estrada, aterrando os buracos para que os carros pudessem passar. Pedia que divulgassem na televisão as condições da estrada, pois o ônibus da escola não vinha mais buscar seu filho por causa disso. Contou então que nasceu ali na ilha, morou até uns 18 anos de idade ali, retornando agora “do mundo” para construir uma casa no terreno que é da sua família. Arrumar a estrada era uma prática antiga que ele dava continuidade. “A gente arrumava a estrada, cuidava pro mato não tomar conta, pra não ficar muito embarrado.” Me apresentei e lhe expliquei o que estava fazendo ali. Seu nome

era Luís Jair. Ele me informou então que Adão estava muito doente, de cama, abatido pela perda recente de um filho. Negociei com o pessoal da TV, para que ele então não fosse incomodado, nesse momento delicado, buscando alguma alternativa para a sua matéria. A matéria, que seria com Adão, acabou sendo com Luís Jair.

A repórter, claro, tinha que conseguir algum "causo" de assombração, ou de tesouro enterrado, para cumprir com a sua pauta. A narrativa de Luís acabou por fazer aquilo que me preocupava – a ligação entre o atual contexto dos moradores das ilhas com essa memória. Luís contou que seu avô encontrou uma talha (objeto de cerâmica para armazenar água) cheia de dinheiro. Quem havia mesmo encontrado a talha tinham sido crianças, da família de Adão, que estávamos indo entrevistar. Mas o avô foi mais esperto e deu umas moedas para as crianças, ficando com a talha, que estava cheia de moedas antigas. Enriqueceu como produtor de arroz, dividindo seus terrenos nas ilhas entre os filhos. Mas, como se sabe, o tesouro traz desgraça. Uma filha foi ascender uma vela para rezar, que ateou fogo ao seu vestido e ao seu corpo. Para socorrê-la, a jogaram na água, mas ela ficou com sérias deformações. O tratamento da filha teria custado toda a riqueza encontrada.

A narrativa de Luís, contada em plena ruína da antiga casa da família, ecoava em sua própria trajetória. Saindo da ilha aos 18 anos de idade, foi morar na cidade de Canoas e outros lugares da Região Metropolitana, trabalhando como eletricista. Com a perda do emprego, teve “uma queda” na vida, que o fez querer voltar para a ilha e recuperar sua tranquilidade e sua saúde. Negociou com os primos, e está agora retomando o terreno abandonado pela família, onde ainda restam as escadas da casa antiga, um poço desativado, um trapiche reconstruído para acesso ao barco, uma construção de tijolos que era para guardar combustível e agora é a casa da família. Vai a Canoas remando, leva 40 minutos para atravessar o rio, lá pega o carro e vai trabalhar.

Após a entrevista que deu para a TV, enquanto a equipe gravava as imagens da ruína da antiga casa, continuamos a conversa com Luís. Perguntei o porquê desse retorno à ilha, de todo aquele trabalho. – “É o sangue de *ilhero*” respondeu, que o chamou de volta, de volta para uma vida mais “limpa” das coisas da cidade, mais próxima da natureza, mais perto da história da sua

família – “O mundo está muito mundano, aqui na ilha é mais humano”, foi a expressão que usou. Brinquei com a expressão de que ele tinha o umbigo enterrado ali, que já tinha ouvido de outros moradores. Ele confirmou apontando o lugar, o umbigo estava enterrado mesmo em frente ao pé de ingazeiro, e estava agora “puxando” Luís de volta. Fazia naquele dia uma horta nos fundos do terreno, e reunia os tijolos antigos para começar uma construção.

Em plena área destinada à preservação ambiental, sem energia elétrica, sem telefone, sem sistema de esgotos, e naquele dia sem transporte, Luís buscava retomar um modo de vida da paisagem de suas lembranças, articulado aos seus afazeres atuais de técnico eletricista. Quanto às negociações com o Estado, Luís estava informado, e pronto para participar das próximas assembleias e reuniões com o poder público, contando que já foi líder de associação de moradores, e pretende um dia retomar a participação nessa atividade.

As categorias que Luís utilizou lembravam-me outras expressões que já tinha ouvido quanto à relação entre a ilha como lugar natural e a cidade como lugar “mundano”, ainda que tenha ficado com a curiosidade de saber o que pensa Luís da grande concentração de pessoas à beira da ponte, que nada tem a ver com essa paisagem idealizada por ele.

Nesse mesmo dia ainda conversamos com outra família que estava se estabelecendo no local, na ruína do “Colegião”, antigo prédio abandonado pela prefeitura de Porto Alegre, que servia de escola e de posto de assistência social da comunidade que se reunia ao seu redor, no tempo em que a ponte recém havia sido construída, mais de trinta anos atrás. Havia um casal mais velho e um casal jovem, com algumas crianças. A mulher nos contou que estavam ali há seis meses, e que tinham vindo do bairro Partenon, de Porto Alegre, por intermédio de um morador da ilha que costumavam visitar em finais-de-semana e feriados. De barco, vinham de Canoas até a ilha, e resolveram tomar o local abandonado como seu novo lar. A mulher nos mostrou a horta que havia feito, toda cercada de taquara, nos fundos do colégio, orgulhosa de uma das primeiras transformações realizada com as próprias mãos no terreno.

Assim como Luís, essa família buscava uma forma de enraizamento na ilha para estabilizar uma trajetória nômade por outros lugares da Região

Metropolitana, ocupando as ruínas da ilha. Sendo a ruína, conforme Simmel (1934), uma obra da cultura que retorna ao tempo, ao mundo natural, estas ruínas serviam de mediação na passagem dessas pessoas de um terreno em meio às regiões mais urbanizadas, a um terreno nas ilhas, envolto pela Natureza, mas ainda com as fronteiras que o separam dos banhados das ilhas, com acesso pela estrada. Evidentemente, as trajetórias são diferenciadas, e não têm o mesmo detalhamento que pude traçar com os moradores antigos.

Apresentei esses relatos aqui como uma forma de inserir outras trajetórias, de alguns moradores das ilhas que têm sido fundamentais para o trabalho de campo na forma como se dispõem nas entrevistas, a investigar sua trajetória e se questionar sobre os motivos de seus enraizamentos diferenciados nas ilhas. São portanto as diferentes motivações simbólicas (DURAND, 2001) que se evidenciam em relatos autobiográficos, nos quais a relação com as águas tem papel importante, que este capítulo investigará, sem estabelecer as tipologias com as quais o poder público costuma lidar com esses moradores: regular, irregular, antigo, novo, invasor, “tradicional”. Como vimos no capítulo anterior, as redes são inúmeras, e se misturam, nesse jogo de identidades que conforma os *ilheros* e os *ilhéus*. Estou mais interessado no tipo de relação que tais trajetórias acabam construído com as ilhas, em outras palavras, qual noção de ambiente se coloca a partir dos itinerários urbanos (ECKERT e ROCHA, 2005) dessas pessoas e suas famílias ao longo do tempo.

## **7.2. Nazareth e a água da Mãe Oxum**

Antes e depois da realização da Romaria das Águas, procurei algumas pessoas das ilhas que estariam envolvidas com o evento, aproveitando o “enquadre social”<sup>142</sup> em torno dos significados culturais da água para questioná-los sobre pontos de vista diferenciados que os moradores das ilhas

---

<sup>142</sup> Refiro-me aos “quadros sociais da memória”, no sentido dado por M. Halbwachs (1990), na medida em que o tema da degradação ambiental das águas na cidade provocava uma revisão do próprio processo de urbanização de Porto Alegre

teriam a apresentar sobre a importância do ambiente das ilhas e das águas em seu cotidiano.

Enquanto outros moradores pareciam menos interessados na temática, alguns atores acabaram se tornando informantes importantes para a pesquisa, pois se posicionavam criticamente enquanto representantes da sua comunidade na interlocução com outros atores sociais de fora das ilhas. Sua fala revela nuances na noção de meio ambiente, que no caso, não eram nem as águas planetárias, nem as águas da região hidrográfica que tinham importância para a vida de seu grupo social, mas as águas das ilhas que ganhavam conotações diferenciadas. Ao longo da pesquisa, fiquei conhecendo melhor essas pessoas, e suas trajetórias, na busca de compreender a importância das ilhas para a construção de sua subjetividade no meio urbano.

Uma moradora das ilhas, da Ilha Grande dos Marinheiros, era uma referência, e ao mesmo tempo a pessoa mais evitada pelo pessoal do Pró-Guaíba para falar sobre a fé na Mãe das Águas. Nazaret, líder comunitária há muitos anos do Clube de Mães Unidos da Ilha Grande dos Marinheiros, estava decepcionada com a última Romaria das Águas que conduziu a protetora da sua comunidade pelo lago. Dias após a procissão, enquanto ainda negociava a entrevista em vídeo com ela, me provocou perguntando se eu havia visto a imagem da santa no jornal, muito escura para que se pudesse ver seu rosto – “Eles apreciaram tanto a nossa santa que eles botaram uma imagem feia no jornal.” Mas ao mesmo tempo se mostrava interessada em falar sobre o tema. Quando Jairo, um ex-aluno da oficina de vídeo que fizemos na Ilha, que havia me apresentado a Nazaret e que participou da entrevista, lhe disse que o vídeo era sobre “a água, a natureza, a ilha...” Nazaret respondia com um sorriso malicioso, olhando-me nos olhos. – “A água corre... aí já tem muita coisa.”

**Nazaret (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003)**

“Assim como a água corre, que ela leve todas as dificuldades do povo. Que só a água que pode nos salvar. Nós sem a água nós não somos nada. E eu vi eles falando no tema da água e eu lá embaixo eu pensando: Meu Deus, ainda ninguém ainda falou como devia de ser... Foi o que eu disse durante a Procissão, pro Secretário de Meio Ambiente. Quando chegou lá foi esse o meu sentimento da procissão. Porque ninguém comentou, quando ela chegou ninguém disse – a Santa tá vindo da Ilha Grande dos Marinheiros. Ninguém falou que ela era daqui. O que que eles falaram. Eles falaram o nome da Santa mas não disseram de onde ela vinha. Eles não disseram quem era ela... Eu queria que eles botassem o nome da Ilha Grande dos Marinheiros, que é tão

sofrida e é tão excluída até dentro das firma, né? Eu queria que eles dissessem que aquela santa era daqui. Que o povo daqui tinha fé em alguma coisa. Que o pessoal daqui tinha uma Santa poderosa. Do lado deles. Era o meu pensamento. E eu disse pra ele – “O senhor sabe da onde é que veio essa santa?”. Ele disse – “Não.” – “Essa Santa vem lá daquela comunidade da onde eu brigo que eu quero terra. Que eu quero melhoria. É da Ilha Grande dos Marinheiros.”

Nazaret era evitada pelo “pessoal do meio ambiente”, porque atua politicamente em várias instâncias por “melhorias”, ou seja, urbanização, saneamento, assistência para a sua comunidade, mais especificamente o “lado norte” da Ilha dos Marinheiros, que é na verdade o centro da ilha, a chamada “vila” da ilha, formada por uma grande densidade de habitações populares, onde moram muitos papeleiros, carroceiros, catadores e recicladores de resíduos sólidos, cuja ocupação irregular dos banhados e das margens dos rios é parte da situação de degradação ambiental do Delta do Jacuí. Paradoxalmente, era justo esta comunidade a responsável pela criação da Romaria das Águas que naquele ano o Governo do Estado transformava em política estadual do meio ambiente, enquanto atividade de educação ambiental.

Do ponto de vista de uma memória oficial, e do universalismo da Igreja Católica, o mito de origem da Senhora das Águas não trazia contradição alguma para a política ambiental, na medida em que apoiava-se no mito de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, cuja narrativa mítica havia sido recriada pela congregação católica Marista junto ao galpão de separação de resíduos sólidos fundado na ilha em 1990. Como narrava o Irmão Antônio Cechin, representante direto das ações da Congregação Marista nas ilhas, no começo das atividades da Romaria:

### **Antônio Cechin (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003)**

“Deus não quer que a gente jogue coisa no lixo. Porque a Nossa Senhora Aparecida foi uma estátua quebrada, jogada no lixo. Então o povo não admite, esse negócio de jogar no lixo uma santa, pro povo é um crime. Então o pessoal se juntou, pediram cola, colaram a imagem, né? Encostaram numa coluna, já fizeram uma oração, né? E aí então a gente contou a história de Nossa Senhora Aparecida, que é semelhante porque em São Paulo, é a Padroeira do Brasil, hoje. Foi uma pescaria, trabalharam a noite inteira não pescaram nada, e quando foi de manhã, indo embora, já no arrastão da rede, vem o corpo de uma imagem sem cabeça. Estranharam, segundo arrastão veio a cabeça que faltava. Então ela foi catada na rede dos pescadores e depois reciclada. E diz que depois lançaram a rede de novo, encheu a rede de peixe. E pra gente

pobre é milagre, né? Aí começou a devoção a Nossa Senhora Aparecida das Águas, e aqui a gente fez a mesma coisa com os catadores, né?”

Já a narrativa de Nazaret acrescenta um fator importante para o mito de origem, as razões simbólicas para a comunidade mobilizar-se pela devoção a essa senhora das águas. Ao narrar o começo da devoção à imagem da Nossa Senhora das Águas, Nazareth narrou a sua própria trajetória em meio à trajetória dessa “Comunidade Norte” com a qual se identifica na ilha. A devoção à santa remonta a fundação do viver coletivo dessa comunidade em meio à natureza do Delta do Jacuí e a sua recriação enquanto espaço vivido, acrescentando outros contornos aos laços de pertencimento dessa comunidade ao solo alagadiço das ilhas.

#### **Nazaret (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003)**

"Eu sou a Nazaret, moradeira da ilha Grande dos Marinheiros, né? Moro há quarenta anos dentro da ilha e desde 1977, 1976 a gente vem acompanhando, né? A comunidade cada vez foi crescendo mais. Muita miséria, né? Muita miséria, muita fome. Era o que tava acontecendo dentro da nossa comunidade. Nessa época eu morava do lado sul. Lado sul da ilha grande dos Marinheiros. Aí quando começou a fundar essa comunidade do lado norte, eu me juntei a elas porque eu também tinha passado pelo mesmo sofrimento, né? Que as pessoas vinham com a casa desmontada, casa quebrada, sem serviço, desempregado, umas pessoas muito revoltadas, né? Então aí eu me juntei a eles... A gente começou a fazer sopa, atender a comunidade. Aí eu comecei a trabalhar no papelão e criava filho, cuidava filhos das mães, pras mães trabalharem, né? E ali a gente foi indo, foi indo, foi indo, começamos a rezar debaixo da árvore. Debaixo de uma árvore nós começamos a rezar. Nessa reza que nós começamos a fazer, nós desse lado de cá não tinha santo, que do lado de lá tem a Nossa Sra. da Conceição, que é o lado sul da Ilha. E o lado Norte não tinha. Aí a gente começou a rezar e botamos a escolha – qual era o santo que podia nos ajudar, dentro da nossa ilha, do lado da vila. Nessas pessoas sofridas, essas pessoas de miséria. Aí o que que nós fizemos. Nós escolhemos a Nossa Senhora Aparecida e o Santo Antônio, foi a primeira Igreja que nós botemos. O Santo Antônio. Porque o Santo Antônio pra nós ele representa, dentro da religião umbanda, ele representa o Bará, né? Protetor das crianças. Aí nós botemos ele. Aí botemos a Nossa Senhora Aparecida. Aí começamos com a procissão, né? Começamos com a procissão por terra. Até tem algumas foto ainda daquela época. E sempre com aquela fé. Que a Nossa Sra Aparecida ela podia nos mostrar uma luz e uma vitória. ... A Igreja Católica ela é a Nossa Senhora Aparecida. Na Umbanda ela é a Nossa Senhora, a Nossa Mãe Oxum. Então aí eu lido com ela dos dois lados. Tanto do lado da Umbanda, quanto do lado da mãe Oxum, que ela vem do lado de Caboclo, né? Então a gente começou, começou a rezar, a pedir que ela estendesse o manto em cima da comunidade nas casas, nos lares, pra terminar com a miséria.... A gente não tinha nada, a gente bebia água do rio, né? A gente tomava água do rio, que era a água da mãe Oxum, né? Só que já tava ficando suja, tava ficando

mal cuidada. Aí a gente começou a lutar, foi aonde a gente conseguiu a pipa. O carro pipa. As pessoas eram tudo com latinha de tinta, né? Porque não tinha tonel, não tinha latão, não tinha nada. Então a pipa a gente conseguiu botar dentro da associação, que aí era mais uma força que tinha, né? E dali a gente foi indo, foi indo, foi indo... A gente foi ensinando as mulheres a trabalhar. Aí se fundou as mulheres papeleiras, associação das mulheres papeleiras, né? Associação das mulheres papeleiras, as mulheres tavam trabalhando no galpão quando apareceu a nossa senhora aparecida, quebrada. E dali vem vindo a história. E eu acho assim que a procissão por água é a estória da água. Porque a água tem poder. A água salva mas a água também leva. A água é vida. A água, nós da religião, qual é a palavra que a gente pede: minha rica mãe. Assim como a tua água sagrada corre, então tu leva, todo peso que nós temos, todos os maus pensamentos que tem as crianças, que tem o jovem, que tem o sofrimento dessas famílias, então assim como a tua água corre tu há de correr todos esses maus fluídos..."

Quando lhe perguntei se as águas também não trariam o mal, em momentos de enchente, Nazaret respondia com as certezas da fé, que transformam a "área de risco"<sup>143</sup> habitada na morada ideal, cosmicamente assentada nas suas relações com o mundo natural:

#### **Nazaret (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003)**

"Sim, porque nós estamos no meio do rio, né? O rio arroteia a ilha, né? E dentro da ilha tem o mato. ... Porque nós estamos em cima da água. A ilha tá em cima da água. E nós estamos em cima da água. E a gente sabe disso. Pra nós que somos de religião o dia mais feliz da nossa vida é quando vem enchente. Tu entendeu? Porque eu quando a enchente vem, e lava o meu pátio, é o ano mais feliz que eu sou. Por quê? Porque assim como ela lavou o pátio, a gente acende uma vela pra ela na porta e pede pra ela: Mãe. Todo mal, todo olho grande, toda inveja, que tiver dentro do meu lar você leva na sua água sagrada. Porque só a sua água que pode nos libertar. Então nós trabalhamos com a Natureza. É a força nossa é a Natureza."

A fala de Nazaret reconstrói com dignidade o esforço de fazer durar a vida coletiva dessa comunidade a que pertence, transformando a dimensão trágica do real vivido em marca identitária que apóia-se num saber construído a duras penas. A experiência da tragédia, do horror trágico, é justamente o que habilita os sujeitos a modificarem suas certezas, sendo motivadora da conversão religiosa, como muitos estudos apontam<sup>144</sup>. No caso de Nazaret,

---

<sup>143</sup> O termo área de risco refere-se a áreas no solo urbano que apresentam risco ao meio ambiente e à saúde, como encostas de morro que pode deslizar em enxurradas, brejos, charcos e ilhas que são ambiente de proliferação de epidemias, beiras de rio ocupadas que sofrem de erosão associada à enchentes. Todas estas áreas são sujeitas a impactos ambientais que em grande quantidade, e acumulados ao longo dos anos, são capazes de comprometer a renovação do lençol freático ou a qualidade de suas águas. (Ver capítulo 3).

<sup>144</sup> Como apontam Otávio Velho (1994), Carlos Brandão (1986) e Ari Oro (1997).

essa experiência motivou não apenas a conversão à Umbanda, mas a superação da tragédia. Lhe possibilitou criar laços fortes com o território das ilhas. Chegando aos 60 anos, morando no seu “sítio”, à beira do lago, onde tem seu aposento para atendimento espiritual e uma série de elementos naturais fundamentais para realização dos ritos religiosos, como a água do rio, a areia da margem, a vegetação, Nazaret lembra os tempos em que não tinha paradeiro na ilha:

**Nazaret (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003)**

“Eu sou natural da Auxiliadora<sup>145</sup>. Eu fui criada trabalhando. Mas na minha família não faltou o pão de cada dia. Na minha família eu não sabia o que era passar fome. Eu fui criada, trabalhei ali na frente do Cais do Porto, portão geral do Cais do Porto, trabalhando. Né, o pai tinha um autobar ali. E eu ia pra ali trabalhar com ele... Depois quando eu vim pra ilha, aqui na ilha que eu vim saber o que é pobreza. Tu entendeu? Porque aí eu vim pra cá eu não gostava daqui. Queria ir embora. Mas eu vim pra trabalhar. Aqui eu me casei. Aqui eu comecei a passar o meu pedaço. Tu entendeu? E aqui eu casei e me separei. E aí eu fiquei uma mulher que tinha um marido, mãe solteira mas eu tinha um marido. E tinha três filhos pra criar. E não sabia o que fazer porque se eu saísse pra trabalhar podiam falar de mim. Eu fiquei desorientada e longe da minha família. Tu entendeu? Os vizinhos é que me colheram. Os vizinhos que me deram apoio. E naquele meio tempo eu perco dois filhos desnutridos. O que que é desnutrição? A desnutrição é falta de alimentação. Tu entendeu? E o que que eu fiz: tava no último de fraqueza, aí eu fui trabalhar, deixei a minha filha gritando na casa de um vizinho e fui fazer a minha vida, fui trabalhar. Fui à luta. Aí depois que a minha filha tava com cinco anos que eu inventei de casar de novo. Aí é que eu aprendi a ser mulher. Porque aí que eu vi que o homem não governa a mulher. A mulher é que se governa. Porque aí eu continuei trabalhando. Ele dizia não quero que tu trabalhe. Eu digo, não, eu vou trabalhar porque eu tenho a minha filha pra criar. E assim os meus filhos foram nascendo e eu fui trabalhando. Aí nós morava no Pavão. A prefeitura veio e desmanchou a minha casa. Demoliu com a minha casa. E eu fui pra rua com os meus filhos. Debaixo da Nossa Senhora da Conceição eu me agasalhei. Da santa lá em baixo. Lá eu me agasalhei, lá eu ganhei o meu filho na rua. Sem comida, e sem uma peça de roupa. Porque ele nasceu de 7 meses. Quando essas pessoas vieram pra cá de barraca e contando a estória deles, que a casa tava quebrada, eu me ajuntei a eles, porque o que eu passei eu não quero que os outros passem. Tu entendeu? Então é por isso que eu fui à luta. E tô na luta até hoje por causa disso aí. Tu entendeu? Porque eu senti na minha pele. O que é perder dois filhos que não têm comida, por não ter alimentação decente. Eu senti na pele o que é uma casa demolida. E não ter uma pessoa, não ter dinheiro pra pagar, não ter roupa pra botar no filho. Arriscando morrer com o filho ali. Porque não tinha nem dinheiro pra ir pra médico. Naquele tempo a ilha aqui era isolada, nem carro tinha. Então, por isso que eu assumi a comunidade. Eu assumi essa luta por causa disso aí.”

---

<sup>145</sup> Refere-se ao Bairro Auxiliadora, hoje um dos bairros mais valorizados no mercado imobiliário de Porto Alegre.

Um tempo depois de realizada a entrevista com Nazaret, fui procurá-la no Clube de Mães, com o objetivo de entregar uma fita da entrevista, e continuar o diálogo. Um de seus filhos me levou até a casa de Nazaret, que ainda se recuperava de uma operação na perna, que a impossibilitava de caminhar. A casa fica à beira da margem sul da Ilha dos Marinheiros, logo após a ponte. Na entrada um placa anunciava que aquele era o sítio dela e de seu marido. O “sítio” tinha a disposição de muitos dos terrenos nas ilhas: várias casas de madeira, umas maiores, outras menores, no mesmo terreno, estreito e fundo. No entanto, a grande quantidade de árvores contrastava com os demais terrenos da comunidade do lado norte da estrada.

Sentei-me na sala, enquanto o filho ia chamá-la. O marido estava na peça ao lado, lendo o jornal e o seu gesto de apenas cumprimentar-me sem fazer muita cerimônia denotava que eram freqüentes as visitas à Nazareth. Ela aproximou-se lentamente, com o auxílio de bengalas, e mostrou-se contente em me ver. Com dificuldade instalou-se em um sofá no qual as cobertas já estavam postas. Deitou-se e cobriu a perna, me contando do seu atual estado de saúde. Contava que eram problemas “nos ossos”. Falou com o filho sobre as novidades do Clube de Mães, que controlava então à distância, por intermédio de um telefone celular e dos filhos que assumiam seu lugar. A notícia do dia era a de uma criança, um bebê que havia morrido de frio na noite anterior. Essa informação que era a primeira sobre a qual conversávamos, daria o tom do resto da conversa.

Entreguei a fita da gravação da entrevista que fizera com Nazareth, e continuamos a conversa sobre a vinda de grupos familiares de processos de remoção de outras vilas de classe popular da região. Nazareth havia mencionado um grupo de pessoas que viera na época da construção da Freeway, estrada que liga Porto Alegre ao litoral norte do Estado. Mas é claro que era também uma forma de retomar a narrativa de sua trajetória, do ponto onde tínhamos parado.

Sua trajetória apresenta pontos importantes de deslocamento pela região. Não tentarei aqui estabelecer uma linha temporal linear de sua trajetória, pois seu relato tinha mais uma forma circular, em que acontecimentos e figuras pareciam se repetir, ao invés de sucederem-se simplesmente no tempo.

Nascida no Bairro Auxiliadora, em Porto Alegre, trabalhava com o pai na frente do Portão geral do Cais do Porto em um auto-bar, há aproximadamente 50 anos atrás. Mudou-se com a família para a Vila Jardim, até casar. Aos 18 anos, já viúva foi morar com o irmão que montara um bar para atender aos funcionários da Companhia Ipiranga, que possuía um reservatório de combustível na Ilha dos Marinheiros. Conta que a Ilha Grande tinha cerca de 10 casas no lado sul, mas a Ilha do Pavão, onde foi morar, já tinha certa densidade, que se intensificara com um aterro sanitário, um “lixão” feito pela Prefeitura de Porto Alegre na Ilha do Pavão, onde as crianças catavam sucata para vender. Nazareth foi uma das primeiras pessoas a trabalhar catando lixo, como conta, e teve que sair da Ilha do Pavão quando estava grávida de 7 meses. Foi parar em uma igreja do lado sul da Ilha dos Marinheiros, e no dia seguinte à remoção nasceu prematuro seu filho (o mesmo que me levou à sua casa). Pergunto a data disto e ela procura um documento do filho, com a data de nascimento: 25 de março de 1970. Era uma data que ela dizia ser útil para a reunião que se realizaria à noite, para discussão da ocupação do Arquipélago – uma prova da sua ocupação antes da criação do Parque Estadual Delta do Jacuí. O nascimento do filho nas condições em que ocorreu era o trunfo de Nazareth para resgatar a atual situação das mães de hoje, dizia, como a mãe que “deixou” o filho morrer de frio.

Nazareth me mostrava em fotografias antigas o “mato” no fundo das fotos, comentando o crescimento da comunidade e da ocupação da ilha. Lamentava a perda do mato, mas se solidarizava com as famílias que chegavam à ilha. Enquanto que muitas pessoas do lado sul da ilha vinham da Ilha do Pavão, o lado norte viera então da região onde foi construída a auto-estrada *Freeway* (BR 290)<sup>146</sup>. Outros ex-moradores da Ilha do Pavão foram para a Restinga em 1970 (Zona Sul de Porto Alegre) e retornaram por volta de 1990. Durante sua narrativa, Nazareth retomava a figura da mãe, que era “como cigana”, “gostando de se mudar”, ao pensar sua própria trajetória (dentro da Ilha Grande, mudou-se muitas vezes até ocupar hoje o seu “sítio”), trabalhando com lixo, mas também como empregada doméstica no Bairro Navegantes, em serviços gerais na escola na ilha, e atualmente assumindo as

---

<sup>146</sup> Tratam-se, em parte, das comunidades do Passo da Areia e a Vila Teodora as quais se referem os cronistas no capítulo 5.

atividades do clube de mães e fazendo “atendimento” como praticante da religião umbandista.

O sentido para o qual apontava o relato de sua trajetória lembrava outras narrativas autobiográficas que tive oportunidade de ouvir de moradores das ilhas, em que são marcados gestos de destruição e re-fundação de formas de vida coletiva entre os territórios da região. Trata-se de grupos e não indivíduos que configuram esse nomadismo que narra uma outra história do crescimento da Região Metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul, da construção de grandes estradas, da passagem de uma ambiência rural para uma ambiência urbana (no sentido da aglomeração) nas ilhas à entrada da cidade, na transformação da zona do Cais do Porto e dos caminhos de entrada e saída do centro urbano. Uso o conceito de nomadismo no sentido utilizado por Duvignaud (1990) e Maffesoli (2001), de uma apropriação do espaço a partir de deslocamentos que articulam desterritorialização com novas territorializações, inscrevendo determinados espaços a partir de uma lógica de deslocamento em um espaço reconhecido pelas repetições desses trajetos, indicando um pertencimento desses grupos a determinados territórios, em detrimento de outros.

Investigar esses itinerários nos possibilitará compreender, no sentido da compreensão histórica proposta por Simmel (1984), uma causalidade formal (e não material) para o movimento desses grupos em tais áreas, que embora não constituam territórios urbanos como bairros, ruas e praças das cidades, em seu aparente “vazio” comportam as aspirações e projetos (VELHO, 1981) dos diversos grupos no meio urbano.

O grande desafio do Delta do Jacuí é justamente regular essa ocupação que se dá a partir de tais projetos. As palavras de Nazaret, e de outros informantes, narrando sua trajetória social, entre rupturas, desenraizamentos e enraizamentos em diferentes territórios no Arquipélago e na margem oposta, em outros bairros de Porto Alegre, desenham formas sobre o mapa da região que servem de mediação para os debates da política pública, formas que se desdobram no tempo, que mostram discontinuidades e continuidades, reviravoltas nos itinerários de grupos urbanos pela região. O mapa estático do planejamento urbano parece carecer de uma adesão aos movimentos dessas formas, pois as desconsidera. Conter o avanço da cidade cercando áreas, ou

congelar os grupos atuais nos espaços do Delta parecem soluções muito distantes da forma como os itinerários dos grupos urbanos têm configurado os diferentes territórios da região.

### **7.3. Dona Laci e o rio**

#### **Laci (Ilha Grande dos Marinheiros, 1999)**

"É, a gente que mora aqui, antigo, sabe, mais ou menos tudo, né? E assim vai indo. Aí depois fizeram a outra ponte. Terminaram essa, aí fizeram a outra ponte, do outro lado. Ali, a Cidade também, a praia ia lá na Voluntários. Vê como aumentou. Pra cá tudo era rio. É, tudo era rio. Ainda ontem, ainda fui na Cidade. E pra ver como é as coisas. O que que o homem faz, com o inteligente dele, né? Aterrorizar aquilo tudo, e fazer casa, edifício, tudo ali. Ponte e tudo. Tudo era rio, ali. Era lá na Voluntários, o rio. Eu digo porque eu cansei de ir. A remo, com meu esposo, levar. Que a gente naquele tempo não tinha quase ganho. Então trazia roupa da cidade pra nós lavar aqui na ilha. Lavava e passava e levava direitinho daí pra lá. E encostava lá. Ali perto do Renner ali, também. Agora não, é tudo, tem a Florida, não tinha a Florida, não tinha nada, tudo era chão, agora tem. E assim vai melhorando a vida, cada vez mais, né? E a gente tá vendo. Tá vivendo, tá vendo tudo, né? É..."

Dona Laci foi uma dessas pessoas com quem mais tive diálogos em torno da memória das ilhas. Retornei muitas vezes a sua casa, quando geralmente ela, um de seus 10 filhos e um de seus 48 netos se juntavam à conversa. Além de contarem e recontarem suas lembranças familiares, indicaram outras pessoas e lugares a conhecer. Já tratei em outro lugar (DEVOS, 2003) da condição de Laci e de outros moradores das ilhas enquanto narradores de uma memória compartilhada das ilhas, reconhecidos pela sua trajetória e pela habilidade e disponibilidade em narrar suas lembranças em meio aos saberes e fazeres dos *ilheros*.

Retomo essas lembranças, que já constituem o que me referi como coleções de imagens que compõem o acervo de narrativas etnográficas em vídeo do BIEV/UFRGS, com o objetivo de situar alguns pontos narrados por Laci, e retomados agora durante a pesquisa de doutorado, sobre os deslocamentos de Laci em sua trajetória "a caminho da cidade" (DURHAM, 1984) pelos territórios do Delta do Jacuí e da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Dona Laci passou a infância na roça, em Morretes, na região do Delta do Jacuí, próximo à foz do Rio dos Sinos, até casar com um pescador morador da Ilha Grande dos Marinheiros, quando então passou a trabalhar como lavadeira, como conta no relato. Com a morte do marido, chegou a morar na outra margem do rio, trabalhando como cozinheira em clubes esportivos na beira do Guaíba, até se aposentar aos 70 anos e então retornar à Ilha Grande dos Marinheiros, onde mora atualmente (2004) com um dos filhos.

**Laci (Ilha Grande dos Marinheiros, 1999)**

"Agora que eu tô aqui nesse canto, que eu morava mais pra lá, né? Agora tô quatro anos e pouco aqui nesse canto. (...) Tudo aqui era mato, tudo mato. Ainda tem uns pé, ainda, lá. Aqui ainda na estrada que vai pra lá. Tudo era mato. Só um fininho, e aquelas casinha simples, sabe, né? Uma do lado da outra. Agora não, agora é uma vila, foram cortando, foram limpando. Tudo aqui era banhado, tinha o cemitério antigo, nos fundos aqui. Essa parte aqui, pra lá é que tinha o cemitério. Ainda alcancei o cemitério, as cruzinhas ainda. Depois foi amontoando gente, foi desbastando, né? Aí a primeira casa quem botou foi o meu genro, esse aqui, ó. Ele morava no Clube, ali, do outro lado. Aí ele perdeu um filho na água. Aí o Padre Antônio, que é o Dono das Igreja aqui, ficou com pena dele, comprou uns terreninho e deu pra ele. Mas ali era um banhado, aqui também era. Aí aterraram. Naquele tempo tinha a social, que aterravam. Aí aterraram e fez a casinha e veio do clube. Depois aumentou mais, tem uma casinha de material. Veio morar aí. Depois foi indo. Foi indo. Tinha uma casinha lá, outro, assim, e foi aumentando, e foi aumentando. Eu tô aqui quatro anos, cinco anos bem dizer, que eu vim já pra aqui. Quanto aumentou. Tá uma vila! Aqui também, aqui foi aterrado. Tem banhado lá. (...) E assim vai indo, aumentou muito essa ilha, barbaridade."

A trajetória de Laci é importante pelos deslocamentos que apresenta, em termos dos lugares que ela já habitou no Delta do Jacuí, e pelas suas práticas cotidianas, que embora se encontrem hoje mais resumidas aos trajetos entre sua casa, a Igreja Evangélica e a vizinhança, em suas atividades de "crente" e de costureira, estavam relacionadas a atividades profissionais no Bairro Navegantes e arredores no tempo em que "passava trabalho". Laci morre de medo da água, pois não sabe nadar, apesar dos filhos se dizerem "da água", pela infância vivida nadando ou remando em meio à correnteza dos rios, acompanhando o pai pescador. Nas narrativas de Laci, a água surge ligada a tempos difíceis:

**Laci (Ilha Grande dos Marinheiros, 1999)**

"Nós era pobre, era plantador. Vivia da roça. Depois que eu me casei, nós morava aqui, não tinha luz. De uns cinco anos pra cá que veio luz. Não tinha

luz. (...) E, e era ruim de viver aqui. Porque a gente, pra ir na cidade, tinha que ir de caíco, a remo. Que naquele tempo nem motor tinha, e poucas lanchas também tinha. E agora não, agora é uma chuva de lancha, e tudo a motor. Naquele tempo era tudo a vara, ou pano. Era poucos motor que tinha. (...) Vara é umas taquara, assim, uns pau grande, empurrando assim o barco. Ia até fim do Caí, lá. Os coitados passavam trabalho."

Ainda assim, é nas ilhas que se encontram boa parte das suas redes de parentesco e de amizade, e é na parte mais urbana que sua vida passou a se concentrar. Mora hoje na rua do Clube de Mães, próximo a ponte, em uma das ruas mais densamente ocupadas da ilha, a Rua da Cruz. Atravessando os 80 anos de idade, Laci é uma referência em toda a comunidade como uma das mais antigas moradoras das ilhas. "Tenho 48 netos, 6 bisnetos, sou mãe de 12 filhos, 6 homens e 6 mulheres. Três filhos, eu perdi.". Sempre que encontrava Laci, ela recitava essa pequena equação, como que um ponto de partida para falar de suas lembranças nas ilhas, onde ainda moram alguns desses filhos e netos. Mesmo assim, em sua atual residência poderia ser enquadrada em situação "irregular", como muitos vizinhos. Um dia em que me encontrava em sua casa, ela recebia visitas, algumas vizinhas, que comentavam da recente ocupação de um terreno à beira da estrada por inúmeras famílias.

Ao comentarem que a ocupação fica em parte na área de risco em relação à estrada (BR116), comentam que a própria rua de Laci está igualmente próxima a estrada. Foi então que Laci e seu filho narraram como conseguiram o atual terreno onde moram. O terreno remonta à época em que o marido de Laci era vivo. Em solidariedade a um amigo desabrigado, ele arranhou um terreno "sem dono" na Ilha dos Marinheiros, o banhado que foi aterrado no relato de Laci. Muitos anos depois, com a morte do marido, Laci se mudou com os filhos para o bairro Navegantes, e depois, com a aposentadoria por invalidez após um acidente, Laci foi com os filhos para uma vila no município de Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre. Foi nesse momento que Laci resolveu retornar à Ilha dos Marinheiros, e a família que havia sido ajudada por seu marido retribuiu o favor, lhe conseguindo o atual terreno, nos fundos da casa. Este é apenas um exemplo de acordos que permeiam a divisão dos terrenos, as trocas, as vendas, que nem sempre são feitas a partir da solidariedade, podendo resultar em conflitos também por dívidas não pagas, etc.

Apesar do espanto de Laci com o crescimento da vila, não se coloca a parte dessa transformação da ocupação das ilhas, pois participa ativamente das atividades associativas, como oficinas de artesanato, aulas de alfabetização, e claro, é uma das pessoas mais ativas em sua igreja evangélica. Resumia em uma expressão a sua identificação com essa comunidade, o fato de "passar trabalho".

#### **7.4. Dona Maria e sua casa antiga**

Um outro dado importante sobre o enraizamento nas ilhas foi primeiramente Maria, uma benzedeira já falecida<sup>147</sup>, quem me revelou. Em uma entrevista ela contou sua trajetória de freqüentes desenraizamentos. Vinda de Bagé, zona rural do Estado, tentou se instalar em Porto Alegre; voltou para Bagé; voltou a Porto Alegre para morar em prédios em construção com o ex-marido; morou com a tia na Rua Lima e Silva (imediações do centro de Porto Alegre) quando trabalhou em "casas de família" numa região nobre da cidade (Rua Duque de Caxias); morou "no Dique" (Vila Dique) que fica já à saída da cidade, na parte continental do Delta do Jacuí; depois morou na Ilha Grande dos Marinheiros e então, morava na Ilha das Flores.

##### **Maria (Ilha Grande dos Marinheiros, 1999)**

"Quando eu vim pra Porto Alegre, meu marido era guarda duma firma. Lá no Menino Deus (...). Aí eu já vim, pra morar com ele. Ele veio na frente. Ele veio na frente aí eu vim com, não a primeira vez eu vim com o meu tio, a segunda vez eu vim com a minha sogra, foi quando eu fui morar com o meu marido, meu marido veio na frente. Aí já fiquei, morando numa construção. Depois ali não deu certo. Nós vendemos tudo. (...) Eu vim já era casada, faz anos, já. Já passei um bocado de tempo nessa ilha, passei bastante trabalho nessa ilha ali, com filho pequeno. Aí o meu marido trabalhava de carroça, nós era bem pobrezinho. A gente passou muito trabalho aqui nessa ilha. Depois eu fui pra lá, aí eu já tava afastada do meu marido. Não tava junto com ele, agora eu

---

<sup>147</sup> Dona Maria, então com 69 anos, sofreu um terrível acidente, na companhia do neto de 9 anos, do filho de 42 anos, do bisneto de 3 anos e do cunhado do filho, com 37 anos. Um motorista de um caminhão frigorífico perdeu o controle do veículo e acertou em cheio a família. Sobreviveram apenas um outro neto de Maria, então com 10 anos, e o motorista do caminhão, quase linchado pelos vizinhos de Maria. Cf. capa do jornal Zero Hora, 26 de novembro de 2002 "Cinco Mortos a Caminho da Igreja".

perdi ele, vai fazer três anos. Agora dia 9 de outubro, que ele faleceu. Mas a gente não tava junto, tava separado. Aí eu moro nos fundo da casa do meu filho, esse que tá sempre me arrodando nesse período todo que eu moro na ilha, né? Sempre ele tá me acompanhando, né? Sempre, sempre. Agora ele tá com trinta e nove anos. Casado, tá com seis filhos, esposa dele, tudo, eu moro nos fundo da casa dele, né? Moro também com uma neta minha que tem um nenezinho com três meses, mora do lado da minha casa. Tô ajudando a criar também, né? Bisneto, é bisneto esse. (...) Nós era pobrezinho, nós morava numa pecinha. Chovia que nem sei. Ali eu passei meu trabalho, passei muito trabalho mesmo. De às vezes não ter nem fogão a lenha nem fogão a gás pra cozinhar. Eu cozinhava numa lata, assim, pro lado de fora, com uma folhinha de zinco ali no vento, na chuva, com tudo. E tô aqui..."

Em uma outra entrevista informal, no entanto, quando lhe perguntei há quanto tempo residia na casa em que estávamos conversando, ela me respondia: "Há uns quinze anos". No entanto, já havia me contado que morava há apenas cinco anos na Ilha das Flores. Ela me esclareceu a contradição, contando que a casa foi trazida do antigo terreno, desmanchada e reconstruída ali, nos fundos da casa do filho, já quase sobre o banhado. E segundo ela, estava bem firme. Entre os pertences que conservara dessas andanças, estava a talha de água, na qual guardava fresquinha a água que o caminhão pipa da prefeitura fornece a todos os moradores sem água encanada das ilhas.

Assim como Maria, muitas outras pessoas das quais continuo conhecendo a trajetória nas ilhas relatam uma estória semelhante. Entre as constantes remoções e mudanças, a casa é muitas vezes trazida junto, seja desmontada, seja inteira, transportada em embarcações, e até nas carroças. Muitas vezes, quando se vê uma casa à venda, o valor pedido é muito mais pela própria casa do que pelo terreno, dada a ausência de documentos de propriedade do terreno. Da mesma maneira, nos pátios familiares, construir uma casa nova e vendê-la com uma parte do terreno é uma alternativa de geração de renda, assim como os filhos que se casam constroem casas no pátio dos pais e parentes.

## **7.5. Cláudio - Pescar e morar**

### **Cláudio (Ilha Grande dos Marinheiros, 2001)**

O povo mesmo vai ser empurrado pra longe, pro meio do mato ou pra outro lugar diferente... Ou vão arrumar, dar uma escritura. Isso aqui é, por exemplo

aqui ó. Eu já morei no Pavão, na Ilha Grande, na Ilha da Conga. (...) Eu morei na ponta do Pavão, lá embaixo. Depois me mudei pra uma vila que depois chamava-se Vila do Sapo (...) Depois o governo achou que tinha que tirar o pessoal que tinha a entrada da cidade, ficava muito feio ali. Aí eu vim morar na Ginástica, Sociedade Ginástica São João. Ali eu aluguei, alugava de uns proprietários ali, né? Depois venderam pra Ginástica ali, aí eu vim, morei nessa ponta lá no Grêmio, lá embaixo. (...) Ali eu morei também muitos anos. Quando o Grêmio comprou lá nós tivemos que sair de lá também. Assim sempre roda, né? Roda pela vida."

Cláudio é um pescador e pastor evangélico que, assim como Maria e Laci, entrevistei durante a produção da dissertação, e que continuou um interlocutor importante no campo. Já tendo tido aquela conversa com Maria, em uma das vezes que estive na casa de Cláudio, perguntei se sua casa era antiga.

**Cláudio** - Só aqui tens uns 20 anos. Trouxemos da outra ilha.

**Pesquisador** - Como é que traz?

**Cláudio** - Desmancha ela, as paredes tudo, e o assoalho traz inteiro.

**Pesquisador** - De barco? Carroça?

**Cláudio** - É, na carroça, aí vai montando aqui de novo. Isso é madeira boa.

Ao narrar sua trajetória, a permanência nas ilhas é contada como parte da opção pelo trabalho da pesca. Para ele, a questão da polêmica em torno da ocupação do Delta do Jacuí não é recente, na medida em que sucessivamente, segundo ele, teve de ir cedendo espaço para o "governo" ou para a "burguesia" que aos poucos toma conta do Arquipélago. Ele não cansa de afirmar que, sendo um bom negócio, venderia o atual terreno, seja por indenização, seja por venda da propriedade, para mudar-se com a família então para outro terreno, "por aqui mesmo", "nessas ilhas". Esses sucessivos desalojamentos e mudanças de ponto de ocupação no Delta, longe de serem vividos como um desenraizamento, só fortaleceram seus sentimentos afetivos quanto aos territórios e águas do Arquipélago.

Cláudio vive na parte mais "para cima" da Ilha Grande dos Marinheiros, um pouco antes do meio do caminho entre a ponte e a ponta norte da ilha, um

lugar menos densamente ocupado que a parte mais próxima da ponte. Sua casa fica quase à beira do rio, separada deste apenas pela estrada, onde fica atracado o seu barco e a placa “vende-se peixe”. Nesse local as casas são dispostas em terrenos maiores, lado a lado, mantendo um pátio maior. A margem a partir desse trecho deixa de ser ocupada, se vêem mais trapiches, barcos e caíques, amarrados aos troncos de árvores. Seus laços afetivos com o lugar se sustentam pela trajetória familiar, pelos amigos da igreja evangélica e da vizinhança, mas também por essa configuração espacial que lhe permite a prática da pesca, ainda que não tenha sido sempre assim sua condição de vida, como narra:

**Cláudio (Ilha Grande dos Marinheiros, 2001)**

"Nós saía da Ilha da Conga lá pra Rua do Parque, lá. (...) Naquele tempo, quando eu era guri, não tinha o cais ali. Então o barco entrava ali e ia lá na Voluntários, nosso barquinho. Então nós ia lavar casa de família, esfregar o chão. Ia lá pra pegar as coisas que ganhava das famílias, pra levar pros outros tios lá na Ilha. Nós acendia o fósforo para clarear o barco no rio, escuro de noite. Bah! Um trabalhão, passamos. Eu que sei o que minha mãe passou, muito trabalho. E os barcos lá, pegando nós, no meio do rio. (...) Nasci nas ilhas. Nasci nas ilhas, e sempre eu trabalhei com pesca, né? Na época eu caçava também, mas depois paramos com caça porque aí veio essa lei do... do IBAMA aí né? Que não pode caçar, aí eu só pesco, sempre pesquei. (...) Toda a vida, mais de quarenta anos, que eu trabalho com pesca. Eu pesco assim porque eu, eu tenho prazer de pescar. Eu gosto da pescaria (...) Eu era montador de, montador de fios assim, né? De estufas, na metalúrgica Stail. Eu saí mais assim por causa da pesca (...) Eu gosto, gosto do contato na água. Eu gosto de tá em contato com água trabalhando."

Seu atual local de moradia, portanto, é a concretização dessa escolha por seu modo de vida. Assim como Cláudio muitos moradores vêm nas ilhas muito mais do que um pedaço de terra para morar.

## **7.6. Salomão – uma natureza contra a outra**

Salomão, um pescador e pregador evangélico que mora na margem da Ilha da Pintada é conhecido pelos seus conhecimentos sobre as espécies de peixes do Lago Guaíba, seus espaços e temporadas de reprodução, e sobre a

degradação ambiental do lago que está “matando o peixe”. Salomão é indicado por muitos moradores, pescadores, técnicos da prefeitura e do Estado e pesquisadores, como uma autoridade em matéria de peixe da região.

**Salomão (Ilha da Pintada, 2003)**

"Eu não consigo me imaginar é fora da Ilha da Pintada aqui. Até já tentei, mas não fecha. Ser da ilha é o seguinte. Eu me criei na coisa natural. Eu me criei no meio do verde. Eu me criei no meio da água. Eu me criei pesquisando peixe desde que eu comecei a admirar o peixe. Entende? Então é uma vida toda fazendo uma coisa só. Eu discuto peixe em qualquer lugar que quiserem ouvir experiência de peixe eu tenho pra contar. Então isso aí segura a gente com a coisa nativa. (...) Eu conheço peixe na prática e na teoria, que eu estudei a piscicultura. Aqui mesmo onde tu tá, nós fizemos uma desova por ano, de jundiá. Aqui mesmo. Pegamos aquela mesinha, pegamos a esponja, colocamos o macho e a fêmea, aqui nós fazemos a expressão, juntamos os dois materiais no tempo certo. Tudo direitinho que nem manda a Ciência. Aí remetemos pra estação gaúcha de piscicultura, em 72 horas fica pós-larva e agente vai observando e tira um cardume, todos os anos, de Jundiá. Mostrado por uma orquídea, essa aqui ó. Aquela orquídea aqui ó. Quando essa aqui mostra a primeira flor, o Jundiá já tá acasalado. Aí nós pegamos, fazemos os exames – exato, todos os anos. Pode mudar a temperatura, pode chover, pode trovejar, que confere. Desde que eu tenho ela ali, eu venho colocando uma natureza frente a natureza da outra e vem dando certinho. Aí comecei a observar que colocava flor certa na data certa. Entrou setembro ela florescia. Aí comecei a pegar o jundiá e pegar a flor. Aí me reservei, né. No outro ano, fiz a comparação, certinho. Aí no outro ano certinho, ela botou botão, quando floresceu botamos jundiá, deu. Então sei lá, coincidência? É que uma natureza bateu de frente com a outra. Tem pescador que nem acredita que eu tiro uma desova de peixe. Eu batalho muito pra conscientizar os pescador. Dificilmente o pescador vai querer sentar numa sala de aula pra aprender."

No dia em que gravamos essa entrevista, Salomão preparava espetos feitos com taquaras, para servir no dia da Romaria das Águas o famoso “Peixe na Taquara”, prato que ganhou a conotação de atração turística das ilhas, iguaria produzida pelos pescadores artesanais. Salomão participava da Romaria por outros motivos, que não os religiosos. A devoção às imagens das águas não lhe faziam o menor sentido. O culto às imagens das santas e orixás eram para Salomão parte da corrupção dos homens, assim como a poluição e a contaminação das águas surgiam em suas palavras como consequência do afastamento da palavra de Deus. No entanto, se insere em atividades como a Semana da Água pelo seu envolvimento na pesca com movimentos ecológicos.

### **Salomão (Ilha da Pintada, 2003)**

"Então eu me apego no cantinho porque tudo é vento em popa né? E água, e água, e água e eu fiquei na água. E hoje to defendendo as águas. Nosso projeto é o arrastão ecológico. É uma ONG de Alvorada, e nós nos unimos e encostamos os dois projetos, o meu projeto é o projeto Mão no Lixo. Entende? Mão no Lixo. A gente reuniu um grupo de pescadores que quisesse me ajudar, e começamos. Fizemos o primeiro mutirão. Fizemos o segundo, fizemos o terceiro. E dia 19 agora vamos fazer o quarto. Já completamos oito toneladas de plástico tiradas das margens, em três mutirões. É de encher caminhão. (...) O maior poluente que se agigantou em cima de nós, os ilhéus, é a grande Porto Alegre. A água tem que agüentar tudo que é desaforo. Tudo que o cara tem a mais em casa toca na água. A gente conhece a mentalidade. Não é por aí. As nossas espécies, fizemos uma pesquisa, essa pesquisa tá com o Pró-Guaíba. São 72 espécies nativas que nós temos na nossa região. Quantas tu acha que sobrevivem? 30? Vai baixando! 15? Não, vai baixando! Dez? Seis! Assim mesmo porque eu forcei introduzir uma. Seria cinco. É a piava, o jundiá, o pintado, a branca o birú e o cascudo. Dourado tá extinto, a grumatã tá extinta, a traíra tá extinta, e por aí nós vamos. Se eu começar a dizer nome de espécie pra ti, eu vou dizer nome que tu vai achar que eu to te xingando. Então deixa assim."

Foi acompanhando as atividades do seu projeto Mão no Lixo, que fui com Salomão à ilha Mauá, que fica ao lado da Ilha da Pintada, em frente à ponta do Gasômetro, ponto de lazer de Porto Alegre onde se costuma observar o pôr-do-sol no Lago Guaíba. Junto com membros da ONG Biguá, estavam organizando uma espécie de acampamento na ilha para realizar atividades de educação ambiental com alguns interessados no projeto. Reuniram uma pilha de lixo catado pelo grupo de pescadores de Salomão em frente à Usina do Gasômetro, centro cultural da cidade, como forma de divulgar a sua ação. Perguntei a Salomão se não teriam problemas com os órgãos de proteção do Delta do Jacuí, por estarem realizando a atividade em uma ilha desabitada.

Salomão respondeu dizendo que tinha todo o direito de estar ali, pois morou trinta e três anos naquela ilha, e foi seu pai quem plantou boa parte das taquaireiras que vimos no local. Moravam 15 famílias na Ilha Mauá, que guarda hoje apenas os restos de uma pequena construção por onde se transmitia energia elétrica para a Ilha da Pintada, através de um cabo que puxava luz da Usina do Gasômetro, ainda em atividade em 1970. Segundo Salomão, ele era nativo dali, e dali só saiu porque não havia acesso fácil a um colégio para os filhos estudarem. Mas continua sempre pescando ali

perto e acampando, fazendo uso e cuidando do lugar. Hoje mora em um terreno dos mais privilegiados na Ilha da Pintada. Fica exatamente ao final da Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, mas diferentemente dos demais pátios nessa rua, o seu fica voltado para a margem do Guaíba, e não para o interior da ilha, devido à estrada que faz uma curva ali. E diferentemente de muitos outros terrenos ali, a sua casa ainda não deu lugar às residências de luxo e às marinas que guardam embarcações particulares, que estão se multiplicando no lugar. Apesar de já ter tido uma banca de peixe no Mercado Público, e maior poder aquisitivo, Salomão se considera hoje contente com sua situação, dividindo suas atividades entre a Igreja Assembléia de Deus, a pesca e a piscicultura, e as manifestações ecológicas, o que o fez resistir à tentação de se inserir na trajetória nômade de outros moradores das ilhas:

**Salomão (Ilha da Pintada, 2003)**

"São 63 anos morando aqui pela margem – só aqui nesse cantinho são 32 anos. A gente é remanescente dos Açores, os primeiros que habitaram essas ilhas. Então a gente tem tudo a ver. É ilhéu mesmo de corpo e alma. Eu me considero portoalegrense, porque sempre eu tive em contato com Porto Alegre. (...) E isso aqui não tem dinheiro que me tire daqui, dessa coisa boa. Tem um burguesão aí, porque aqui é o seguinte, o burguês eles acostumam chegar aí, cobrir o cara de dinheiro e mandar sair daí. Só que comigo foi diferente. O cara meteu o iate aqui assim e me botou na mão. Vinte e cinco mil dólar. Só que tem uma coisa, tu anoitece e não amanhece. Eu digo olha cara, eu até posso prezar tu e lhe ter por uma pessoa de bem, mas o teu dinheiro pra mim não vale. – Pô o único pobre que... – Eu sou pobre, mas vou te dizer pra ti. Sou rico na vivência, na experiência eu sei dividir as coisas. Não me afronta com dinheiro que não é por aí. Guarda teu dinheiro, vou levar minha vida pobre aqui no meu cantinho. Mas tem o seguinte. Eu deito e durmo, não tem nada que me preocupe. Ninguém vem me cobrar o carro do ano, o apartamento, porque eu não tenho isso aí. Pois o cara deixou passar dois anos e veio de novo. É o dono do Marinus, ele aporta ali no clube São João. (...). Tudo aí, eles tomaram essa praia toda com facilidade. Chegaram aí – aqui, te dou tanto. Tava todo mundo numa ruim mesmo, muitos melhoraram de vida, muitos pegaram o dinheiro e não souberam usar. Agora pego um troço aí, vou me empolgar, depois vou viver saudade – Não! ... Tenho vontade ainda de fazer uma casinha boa aqui, aterrar isso aqui melhor, mas ficar aqui nesse cantinho."

### **7.7. Adão - no extremo da ilha**

Adão foi o principal informante de minha dissertação de mestrado, e se tornou mais do que isso ao passar dos anos. Morando até hoje nas terras que

os pais adquiriram em 1911, no extremo norte da Ilha Grande dos Marinheiros, em uma área de difícil acesso pela estrada, sem energia elétrica, água encanada, telefone e outros confortos do mundo urbano, Adão ainda resiste, mantendo um modo de vida em descompasso com a atual realidade das comunidades de *ilheros*. Morando em um pequeno sítio, na companhia de Nica, sua filha, Adão vive hoje da aposentadoria e do trabalho de *caseiro* cuidando de um sítio do *patrão* que vem passar os fins de semana em uma casa próxima da sua. Apesar de ter morado a vida toda, os seus mais de 70 anos de idade, no mesmo lugar, sua trajetória é rica na passagem do trabalho no meio rural a atividades mais relacionadas a estilos de vida urbanos.

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Essa fazenda, esse nosso sítio aqui. Aqui são, são 7 hectares de terra. Isso aqui foi comprado na época por 4 conto e 500 e mais uns troquinhos. 4 conto e 500 e mais um pouquinho. Tá. A véia que vendeu, a... falecida Aninha. Depois que ela vendeu, se arrependeu. Se arrependeu de ter vendido, né? Ih! os meus véios já tinham vendido canoa, já tinham vendido tudo que eles tinham. E a véia se arrependeu e queria de volta. Queria de volta. Aí os véios não quiseram, né? Mas Deus o livre e guarde. Aí ela rogou uma praga pros véios. Que eles nunca hão de botar uma camisa com o dinheiro ganhado daqui. Nunca, nunca eles iam botar uma camisa com o dinheiro ganhado daqui. Pois olha rapaz. Nós era tão pobre! Hahaha! Nós era tão pobre que pra nós fazer alguma coisa, com o dinheiro daqui nunca se comprou nada. Nunca mesmo."

Em sua infância e adolescência, vivendo em meio às propriedades rurais que subsidiavam as demandas dos núcleos urbanos, trabalhando tanto ajudando o pai e o avô em pequenas atividades extrativistas (corte de lenha e de capim para vender na cidade), quanto empregado nas fazendas próximas na região, como relata:

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Aqui era os véios. Aqui era os véios, mas o véio meu pai trabalhava lá também. O véio meu pai trabalhava com, ele era cumpadre do véio Capitão Roberto Clemente, pela minha irmã, Tereza. É, ele, o véio Roberto era padrinho da Tereza. E o João Clemente, filho do véio, era padrinho do Jorge, meu irmão. Eles eram cumpadre. Então, o véio meu pai trabalhava com o cumpadre João. E nós trabalhava com o cumpadre Roberto. Era assim. E vivia assim. E a mãe trabalhava ajudando na cozinha, essas coisa assim. E se criemo assim. Até trabalhar. Aí tá, quando deu 8 ano, o Jorge com 12 ano, 12 anos, é, e eu com, com 10 anos, por aí, fui trabalhar lá na volta do Arroio Formoso, na Ilha das Flores. Lá eu fui trabalhar. E o Jorge trabalhava aqui nos Viera. E eu trabalhava com os patrão. Breno patrão, lá na ilha das Flores. O terreno lá era do Marcílio

Galego. Rapaz! Eu sofri. O meu patrão era solteiro, e ia pra casa da guria, era filha do véio Bico, lá na Pintada. Era filha do véio Bico. E ele ia pra lá, e eu ficava sozinho ali. O vizinho mais perto era mais que daqui lá no sítio, onde eu trabalho lá. E agora? Eu ficava sozinho, rapaz. Tirava leite de duas vaca. Levantava duas e meia da madrugada, pra trabalhar. Que que eu ia fazer, né? E assim mesmo eu trabalhei quatro ano lá com ele. Seu Breno, diz que não existe mais. Os patrão, não me lembro mais. E era assim, nós trabalhava em tudo. As vez largava o serviço e vinha pra casa, ficava faceiro. Passava uma fêria grande. De repente a gente olhava pra lá vinha vindo um desses Figueró, desses patrão, aí desses Mendonça, aí a gente olhava vinha vindo. Aí dizia - Ah, meu Deus. Já vem emprego. Era certinho. Lá nós ia. Ganhava aí, quinze mil réis por mês. Eu ganhava quinze mil réis por mês. Bah, rapaz! Cortava capim. Bom, eu levantava duas hora da madrugada e ia dormir as dez hora da noite.”

Essa atmosfera rural que Adão apresenta, no entanto, é desde então impensável sem a sua relação com o abastecimento urbano. Com a desativação dessas pequenas propriedades e demais atividades produtivas, Adão iniciou-se em outras práticas profissionais, como a profissão de “embarcado” nas dragas de areia que cruzam os canais do Delta do Jacuí, e também na profissão de marceneiro naval, conquistada a partir do prestígio do domínio do saber-fazer próprio dos *ilheros*:

**Seu Adão** - Eu fui campeão brasileiro pelo Grêmio, de marcenaria. Fui lá no Rio de Janeiro tirar esse título. O único barco, o único prêmio. A única medalha que o Grêmio tem, a taça, tirada no Rio, foi com um barco que eu fiz. Com um barco que eu preparei, né? Eu preparava, mas eu fazia com gosto. Regata. (...) Eu sou de engenharia naval. Só falta saber ler, né? Eu sou marceneiro naval.

**Pesquisador** - Onde é que o Senhor aprendeu a fazer barco?

**Seu Adão** - Ah, a necessita. Não conhece? Necessita. Necessidade. Que obrigou.

**Pesquisador** - Ninguém lhe ensinou?

**Seu Adão** - Não, ninguém me ensinou. Eu olhava às vezes os outros fazendo assim. Eu era homem véio, viu? Trabalhava no estaleiro, ali. Mas o patrão não tinha vergonha de me chamar de burro. E eu não tinha vergonha de ouvir aquilo ali. No meio dos outros, tudo. E depois? Depois de um tempo o patrão me chamava: - Ah parece mentira Seu Adão, eu lhe chamava, lhe chamei de burro. - Ah, se lembra? - É me lembro, eu chamava de burro e o senhor sendo grande, um homem grande aí. Eu trabalhei pro Estado. Trabalhei pra Marinha, trabalhei. Naqueles barcos de madeira. Aqui no Lucena, aquele Rio Novo ali. Ali eu trabalhei pro Estado ali. Eu era chamado. Eu era chamado lá pra sentar motor, lá. O barco passava, parava pra me levar junto. Digo: - Ah, não vou não. Eles por aqui no estaleiro ali. Puxavam os barcos pra aumentar. E depois que

umentava o barco, me chamavam pra alinhar o barco, né? Lá ia eu. Ia lá, ganhava 50 pila. 50 mil réis.

Seu Adão é procurado, com certa freqüência, por jornalistas, por visitantes, por pesquisadores, por viver em uma área que desde a criação do Parque Delta do Jacuí, em 1976, é classificada como área de preservação onde a única ação dos órgãos do Estado vinha sendo o abandono (impedindo os serviços de energia elétrica, ou a arrumação da estrada) como forma de incentivar a saída de seus moradores. Quando lhe perguntei sobre o que pensa da proteção do meio ambiente, Adão foi claro:

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Eu acho legal viu? Eu acho legal viu? Mas não pode ter esse atrevimento que eles tem aí. Como é que vou dizer. Exigir muita coisa. Porque aí eles não vão fazer. Porque aí eles vão exigir que o seu fulano não pode passar aqui, não pode chegar ali. Não pode passar lá. Não pode encostar na beira do rio. Aí aqueles vão esculhambar. Aquelles vão esculhambar. Tem que ser isso aí que é! Bom, eu moro aqui, né? Nasci e me criei aqui, né? Eu sei o que que eu faço. Aí me tiram daqui. Vão me botar aonde? Então eu vou ali pro outro lado, né? Mas aí eles não vão querer que eu vá. Já é uma parte que vai ficar desgostoso. Mas que é legal. É legal. Não pode exigir. Eu com esse tempo todo que eu moro aqui, eles não querem que eu mande em tudo, daqui lá pro rio, eu não saio do meu pátio aqui, igual. O que que eu vou querer? Uma horta aí pra um bichinho, pra uma galinha, pronto. Mas agora esse negócio de tirar, tudo, eu não acho graça. (...) Quer ver uma coisa? O maricá, o maricá abafa tudo. Se quiser uma capivara, um bicho que paste ali no meio, não tem. O maricá mata muito. A folha dele, o espeto dele é bom pra criar bichinho. Bichinho de pescar, só pro que presta. Mas eles não acreditam na gente que mora aqui, que se criou aqui, né?"

Seu Adão, como é conhecido na comunidade, não cogita a hipótese de se afastar do Arquipélago: "Faço um barraco em qualquer uma dessas ilhas.". E acrescenta: "Se me levar pra morar na cidade, tá me matando." A postura de Adão relaciona-se também a outros aspectos do seu lugar de "antigo", de "guardião da memória", sugerido por Maurice Halbwachs (1990), para os orquestradores dos referenciais dos "quadros sociais" da memória. Adão é conhecido por seu talento como narrador das estórias das ilhas. Já investiguei em outro trabalho (DEVOS, 2003) a dinâmica dessa sua "arte de dizer" (CERTEAU, 1994), mas é importante retomar algumas de suas narrativas, pois elas permitem compreender como a memória coletiva consegue inserir nos espaços "naturais" do Delta do Jacuí, na vegetação, nos canais de navegação,

no seu solo alagadiço, os gestos fundantes desse modo de vida nas ilhas. Como visto no capítulo anterior, a trajetória de Adão é tecida nestas constantes travessias entre o espaço doméstico, a cidade, e os espaços "assombrados" da natureza exuberante do Delta:

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"O meu vô, pai da minha mãe. Cortavam lenha, o meu pai cortava lenha. Lá no mato grande que era o meio, lá no meio do sítio aí. E de lá eles traziam. Então o meu vô, ele era um véinho baixinho, forte. Pra não trazer de talha em talha, talha não, meia dúzia de acha, ele pegava uns toro assim, ó, botava nas costa e trazia pra rachar aqui na beira do rio, né? Pra vender. Aí tá. E nós como era pequeno trazia duas acha, três acha e trazia pra cá, vinha embora. Aí o véio meu pai enchia o caíque e nós ia lá pra Niterói. Naquele tempo era a fábrica de banha, né? Então lá na fábrica de banha existia o tal de pombal. Pombal era uma casa do lado da outra, assim. Mas era, como é que eu posso dizê, era uma casa assim de dois metro, dois metro e pouco longe uma da outra. Mas era aqueles cordão de casa. Então tudo saía numa peça só assim, numa área só, né? Na frente das casas era uma área só. Descia daquela área ali. Aí passava por tudo que era casa. Aí tinha outra do outro lado. Tinha umas oito dez casa mais ou menos, né? Uma do lado da outra, assim. Mas casa! Era uma vila. Então ali nós vendia. Nós saia daqui pra vender lá. De madrugada. Nós tinha um medo, rapaz, de passar naquele arroio das garça, ali. Nós tinha um medo, um medo. Porque contavam tanto que aparecia coisa na água, e chamavam em terra, essas coisa tudo. Hahahaha! Nós tinha medo."

Como vimos no capítulo anterior, essas narrativas trazem a postura de "respeito" dos moradores com relação à dinâmica da paisagem natural do Delta do Jacuí. Em especial, as narrativas, contadas por Laci, Adão, Cláudio, Mocotó, sobre tesouros enterrados nas ilhas são reveladoras de uma memória da ocupação do Delta, inscrita nas raízes das árvores, nos ingazeiros, nas taquaireiras, no barro do solo da ilha em contato com as águas, na própria correnteza e nas profundezas dos rios. Esses espíritos e assombrações que anunciam, ou que protegem o tesouro, são associados, nas explicações dos narradores, com figuras lendárias de "tempos atrás", acrescentando uma "densidade humana" (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.35) ao ambiente, aos "ingazeiros", às figueiras, aos coqueiros e taquaireiras onde agem esses espíritos protetores e ocorrem essas manifestações sobrenaturais.

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Quer ver uma coisa? Diz que não sendo pra pessoa diz que não é o carvão, né? Tu quer ver uma coisa? Eu vou te contar. Vou te contar. Conhece o

Vicente, ali, né? (...). Pra baixo, onde tem aquela casa de material. Lá pra baixo, lá no banhada. Aparece um troço lá. Até agora aparece. Um fogo. Um fogo que clareia tudo. Tu olha assim é uma taquarera que tá incendiando lá no meio, né? Passa no outro dia tu olha lá. Aquele véio Francisco da casa amarela ali já viu muitas vezes. Pode contar isso aí. Tá bom. Aí o Vicente, coitadinho, muito olhudo, né? - Eu vou lá, por que eu vou, tirar, cavar esse dinheiro. - Ô cara, vamos lá tirar esse dinheiro! Aí convidou, foi o Vicente, o Sadi que é irmão dele, e o sobrinho dele.. Foram pra lá, de noite. Dê-lhe pá. Dê-lhe pá. Quando foi daqui há pouco, diz que dêu-lhe um temporal. Um temporal que parecia que aquele pé de ingazero ia se quebrar tudo. Aí o que que eles fizeram. Correram, né? Correram, se assustaram. Pois é. Se assustaram, correram. No outro dia foram lá ver, tinha nada. Tava fechadinho, direitinho, lá, tudo. Se eles não tivessem corrido, que não era pra levar muita gente, né? Era, vamos dizer, que só levasse o Sadi e o Vicente, né? Mas já levaram mais um. Não pode. Diz que é assim. E ali aparece. Até agora aparece."

Embora essas aparições e manifestações fantásticas sejam associadas com figuras lendárias próprias à fundação e colonização do Rio Grande do Sul, como os escravos e senhores de uma sociedade colonial, elas não o fazem da mesma maneira que o pensamento histórico. Em um estudo historiográfico recente, realizado com as populações das ilhas, a partir dos relatos desses moradores e de documentos históricos, a publicação da Prefeitura de Porto Alegre "Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre"<sup>148</sup> (1995) levanta algumas hipóteses sobre a história do Bairro Arquipélago, tomando algumas regiões das ilhas como refúgio para ex-escravos "fugidos" ou "libertos", advindos de Porto Alegre e das propriedades de terras nos caminhos da navegação fluvial. Os nomes de alguns lugares do Arquipélago ainda teriam a marca dessa presença negra, como o "Arroio da Maria Conga" e o "Saco do Quilombo"<sup>149</sup>. A publicação aponta ainda, além da marcante presença açoriana na Ilha da Pintada, as reminiscências de uma presença guarani, população indígena que teria habitado a região em tempos remotos, e que teria, igualmente, se valido dos esconderijos de arroios, sacos e canais para fugirem após saques a Porto

---

<sup>148</sup> Trata-se da publicação da série Memória dos Bairros "Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre", do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995.

<sup>149</sup> Entre os dados apresentados por essa publicação, apoiando-se em documentos históricos, estão o depoimento dado em 1813 para a Câmara Municipal de Porto Alegre, pela *preta forra* Mariana Maria, moradora do Saco do Quilombo, ao defender a posse de seu pedaço terra. (pg 34). Igualmente, a publicação relata de uma família de ex-escravos, os Benguela de Aguiar que teriam vivido em 1856 na Ilha Grande dos Marinheiros, próximo ao local onde vive hoje Seu Adão, quando o lugar tinha então a denominação de "Volta da Mãe Teresa", situado entre o "Lago da Mãe Teresa" e o "Arroio Tamanco" (pg40).

Alegre que recém se constituía como núcleo urbano, ou para escapar dos bandeirantes caçadores de índios.

São imagens que se agitam em torno do “tempo dos antigos”, que permanecem até hoje associadas à paisagem do Delta do Jacuí. Tais imagens, nas narrativas, surgem como uma anterioridade ao mundo de água, banhado, mato e gente desse ambiente, que acumulam-se a outros gestos de fundação desse modo de vida à beira d’água. Como seu Adão narra, é uma temporalidade que pela lógica mítica, remete ao “começo do mundo”:

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Ah, a Ilha dos Marinheiro aqui é que a ilha, só barqueiro, né? Só barqueiro. Aqui era só barqueiro que tava. Até pouco essa costa aí. Tu caminhava só via barco. Era barco amarrado aqui. Ali mora fulano, lá mora ciclano, e assim vinha, né? Agora Ilha dos Marinheiros já vem desde o começo, né? Desde o começo Ilha dos Marinheiros. Não sei se é por causa da marinheirada que era aqui caiquero tudo, tudo, né? Aqui pra Navegantes, a volta do bonde, ali. Que era a Rozera, nem sei se existe a Rozera, existe a Rozera ainda? A Rozera Braliseira aqui na Sertório, esquina da Sertório com a Volunta. (...) E ali que era o chego dos barco, né? Então acho que vem essa parte por ser Ilha dos Marinheiros, né? Marinheiro. Mas isso é desde o começo do mundo."<sup>150</sup>

Tratam-se de lembranças de um modo de vida que acomoda muitos tempos, em camadas de lembranças, em que a repetição de gestos e práticas, de figuras lendárias e arquetípicas se dá na forma de retorno. Não se trata do que cada acontecimento histórico teria de particular, mas do que é recorrente, do que se repete, do que é exemplar daquilo que é herdado hoje de como viveram os *ilheros*<sup>151</sup>. Para recuperar, com mais riqueza, o dinamismo dos

---

<sup>150</sup> Seu Adão seguiu narrando outros mitos de fundação das ilhas: “A Ilha do Lage, também, é do começo do mundo. A Ilha do Lage. Ali, tem a, onde é que tu vai pesca, fulano? Vê pesca lá no Lage. Lá na Lage. Na Lage. É. A Lage. Mas onde é que fica essa Lage aí? Ali no Corumba, ali em frente ao Corumba, aí. Corumba, hahaha. Ondé o Corumba? O Corumba é a Ilhota do Pedro Mascate. A Ilhota do Lobisomem, que chamam, tudo. É. Ali é o Corumba. Então tu vai pescá na Lage? Vê pesca na Lage. Agora não sei se ficou, por causa da Lage, que tem uma lage em baixo, é uma lage. Que a draga vai cavar, chega um certo ponto a draga não cava mais, né? Não cava, pois pega só a lage assim. Então eu acho que é isso aí. Ficou Arroio do Lage. O Arroio Formoso, o Arroio do Lobisomem. Eu não sei por que essas parte assim, né? Isso aí já é coisa pra pessoas mais antiga conta. Que eu não posso dizê. (...) A Ilha do Lobisomem era o Seu Gonçalino, coitado. Deus me perdoe. (...) ! Mas por que lobisomem? Ah, porque ele é muito feio, hahahah.”

<sup>151</sup> Mircea Eliade aponta diferenças importantes entre mito e história: “A memória coletiva é a-histórica. Esta afirmação não pressupõe nem uma ‘origem popular’ do folclore, nem uma ‘criação coletiva’ da poesia épica. (...) Queremos apenas dizer que – independentemente da origem dos temas folclóricos e do talento do criador da poesia épica – a memória dos acontecimentos históricos e das personagens autênticas modifica-se ao fim de dois ou três

“retornos” que a memória compartilhada (RICOEUR, 2000) desses narradores ensaia na paisagem atual do Delta do Jacuí, é preciso prestar atenção no encadeamento das imagens da narrativa, que remetem a esquemas (DURAND, 2001) com relação ao ambiente, aos gestos de penetrar, de revirar a terra, de aderir à dinâmica das águas correntes, de aderir aos ritmos da natureza.

As imagens presentes às histórias de tesouros enterrados e assombrações contadas nas ilhas marcam lugares como uma curva na estrada, um parte dos banhados, uma beira de rio ou um canal, associando elementos da paisagem como “um pé de coqueiro”, uma “raiz de angazeiro”, uma “guavirovera”, uma “moita de taquara do reino”, uma figueira, com as manifestações sobrenaturais na forma de uma luz interior, um ruído, um animal fantástico, contidos em objetos revirados pela terra, desenterrados, revelados pela baixa da enchente, como as moringas, a talha, o baú, uma lata, uma lage, quando não é esse objeto mesmo uma espécie de assombração.

São “símbolos da intimidade”, como os entende Gilbert Durand (DURAND, 2001, p.236). As “talhas”, as “barricas”, os “baús”, as “lages”, as “panelas”, os “sacos”, a “lata de banha” e as “moringas”, que são encontradas, têm algo em comum, se as enxergamos não como utensílios, mas como símbolos formados a partir de trajetos antropológicos em que se dá o acordo entre a cultura e o ambiente, na forma de esquemas de gestos. Todos esses símbolos têm, em comum, um mesmo esquema em que é presente o gesto de conter, de guardar. São todos objetos continentais, que se relacionam com as raízes das árvores e as pedras que “entram” na terra. A terra que é o grande continente, o próprio chão das ilhas, onde se realiza esse gesto de enterramento, chão para onde se retorna, a morada última<sup>152</sup>.

Tal característica aproxima o chão da Ilha às imagens da casa, da morada. A casa, também como símbolo continente, guarda segredos, guarda calor e intimidade, protege a intimidade do morador com paredes e teto

---

séculos, a fim de poder participar no modelo da mentalidade arcaica, que não pode aceitar o *individual* e só conserva o *exemplar*.” (ELIADE, 1969, p.59).

<sup>152</sup> Gilbert Durand (2001) observa que essas imagens da intimidade, esses “continentais”, possibilitam o retorno pela sua qualidade de repetição e redobramento, por se transmutarem, facilmente, de “continente” em “conteúdo”. Como a moringa, “dentro” da raiz do angazeiro, raiz que estava para “dentro” da terra, que por sua vez, estava “dentro”, ou “embaixo” da água, e que foi revelada pela baixa da enchente e pelo crescimento da raiz, repetem o gesto de conter.

(BACHELARD, 2000). Enquanto morada, a casa acolhe tanto o nascimento de novos moradores, quanto guarda a imagem e as lembranças dos que “nascem” para outras dimensões cósmicas. Participando da correspondência entre “corpo, casa e cosmos” (RICOEUR, 1976, p.74), as imagens da intimidade, o chão, a Ilha enquanto morada, ganham a importância cósmica de centro paradisíaco, sagrado.

Sobre o simbolismo do Centro, o historiador das religiões, Mircea Eliade (1969), observa que o “Centro”, o “umbigo” do mundo (a montanha sagrada, a ilha paradisíaca, o templo, a árvore da vida) constitui-se num eixo que serve de passagem entre regiões cósmicas, simbolizando, ele mesmo, o Cosmos, por ser o lugar onde teve lugar a criação pela primeira vez. (ELIADE, 1969, p.32). O Centro é, assim, a zona do sagrado por excelência, da realidade absoluta, onde o Caos se torna Cosmos, onde o disforme passa a ter uma forma, onde o indiferenciado passa ao diferenciado, e o desconhecido se torna conhecido. (ELIADE, 1969, p.33). É no Centro que se funda o mundo, portanto, e todas as coisas. Essa criação não se dá de outra maneira que não uma repetição, uma recriação. É o “Mito do Eterno Retorno” de que fala Eliade, “o regresso cíclico daquilo que existiu” (ELIADE, 1969, p.101).

Esse olhar que os narradores dirigem à paisagem, às suas formas e metáforas de intimidade, pode ser tomado como uma forma de “gnose do tempo” (ECKERT e ROCHA, 2000, p.09), aderindo às coisas e aos lugares, ao tomarem o ambiente das ilhas como suporte de uma tradição concretizada na série de saberes e fazeres “do tempo dos antigos” que são atualizadas pelos gestos de hoje dos moradores das ilhas. As narrativas em que surgem as assombrações protetoras dos tesouros, em que se dão essas visões, são contadas a partir de um ponto de vista muito específico, em que a intimidade com o ambiente natural das ilhas é fundamental, na proximidade com a dinâmica inversora dessa rítmica de morte e renascimento.

As narrativas de antigos moradores das ilhas, contam do processo de ocupação e de transformação da paisagem do Delta do Jacuí, no que tange às ilhas e aos espaços em que se dão seus itinerários com relação à cidade, a partir de uma verdadeira “geografia lendária” (DURAND 2001, p. 414) que escava no tempo os muitos trajetos de assimilação às intimações de um meio como esse de banhados, bichos, água e gente.

## 7.8. De volta ao barco de Mocotó

Qual o ponto de contato dessas trajetórias todas? Em que medida é possível falar de enraizamento para trajetórias tão diferenciadas? A situação política em comum talvez seja o melhor ponto de partida, na medida em que o devir de um tempo novo, os projetos sociais de transformação da forma de relação de tais pessoas com esses espaços é parte constante de seus projetos individuais, tensionando a forma como a memória tece a concepção de um tempo em comum de transformação do lugar e de si mesmos nesse lugar.

Enquanto “espaço fantástico” (DURAND, 2000) da memória, as ilhas surgem como territórios em que um enraizamento é realizado a partir desses itinerários urbanos (ECKERT e ROCHA, 2005) dessa população. Mas o enraizamento se dá em relação às ilhas como um todo, enquanto território, na medida em que não se fixam em um determinado terreno, em uma única comunidade, nem mesmo em uma única ilha, mas sim nessa paisagem que se constitui a partir da relação com o mato, a água, a travessia para a cidade, e as relações sociais que se dão no seu interior.

Igualmente do ponto de vista da ritmicidade (BACHELARD, 1988) que compõem a memória, o que chama a atenção é a constante recriação desse meio de vida no solo embarrado da ilha, quer seja na retomada da ruína abandonada, ou do solo alagado, quer seja na abertura do mato, quer seja na divisão de um terreno onde já se apresenta a ocupação. A fundação da casa com as próprias mãos é a perseguição do sonho cósmico que Bachelard se refere em “A Poética do Espaço” (1990), a morada que protege o sonhador e o integra nas forças do cosmos.

Esse caráter microcósmico é o que me referia quanto à *ilheidade* (MOLES e RHOMER, 1989), conceito que se refere à experiência espacial dessas pessoas, vivendo na ilha em meio aos limites físicos que a fronteira natural das águas apresenta, como se a própria ilha fosse a sua morada, em relação aos demais espaços da cidade. Na forma como a imagem da casa é

representada, é o lugar que lhe atribui significado, nas suas características mais “naturais” em oposição ao universo construído urbano.

A narrativa do barqueiro Mocotó é um bom exemplo da construção dessa morada idealizada. Em sua narrativa biográfica, repetia o gesto de muitos outros moradores que encontraram nas ilhas a possibilidade de ter “o umbigo cravado ali”:

### **Mocotó (Ilha da Pintada, 1999)**

“A Ilha é assim: a gente... quando eu vim pra cá eu era gurizote, era pequeninho. Nós viemos ali pra Usina do Gazômetro, nós moramos um tempo ali na Duque, ali. Numa casa com, era a metade era de madeira e a metade era de tijolo. Então quando eu era pequeno a gente ia trazer comida pro pai que o pai trabalhava na Usina, né? Trabalhava na Usina. E depois, logo em seguida a gente foi pra Mina dos Rato e lá o meu pai faleceu, lá na Mina dos Ratos, que ele foi transferido, lá num caimento de mina, meu pai faleceu. (...) Aí logo em seguida viemos pra cá, pra Ilha. Há muitos anos a gente tá aqui. (...) “Eu gosto, né? Eu gosto da, dificilmente eu vou sair daqui, né? Só assim, depois de morrer. Depois de morrer eu não quero ser enterrado aqui. Já pedi, pra eles, os guri, né? Pra eu ser enterrado lá na Mina dos Rato. Na Charqueada. Mas... Eu gosto da Ilha. A Ilha pra mim é tudo que eu tenho, sabe? Se tem alguma coisa hoje, se eu tenho esse barquinho, eu tenho aqui, que eu tenho muitos amigo aqui na ilha, né?”

No solo da ilha, a construção da casa retoma também a trajetória de outros moradores com a auto-construção como princípio que organiza o espaço doméstico:

### **Mocotó (Ilha da Pintada, 1999)**

"Eu morei mais ali em baixo, depois aqui faz uns quarenta anos. É. Há uns quarenta eu moro aqui, né? Eu comprei esse terreninho, eu comprei esse terreno por três contos de Réis. Pra pagar cinqüenta contos de Réis por mês. Mas era um baita dum dinheiro. Nós trabalhava, procurava fazer alguma coisa assim, né? E as pedra, as pedra dessa casa, eu tinha uma Kombi, eu tinha uma Kombizinha que eu fazia carroto lá na, no Cristo Redentor, onde é o Hospital Cristo Redentor, ali. E, então eu pegava um carretinho, pra aqui, pra ali, passava, olhava uma pedra no meio da rua, né? Aí, tá. Na volta eu passava ali, pegava aquela pedra, botava pra dentro da Kombi, né? Aí depositava lá no depósito da firma, onde eu trabalhava com eles, lá. Bom. Aí, tá. Aí, quando tinha lá umas oito, dez pedra eu botava dentro da Kombi e trazia pra casa, né? Trazia pra casa. Aí eu dizia pra mulher assim: digo, - Olha, logo já pode deixar a massa pronta, né? Então ela fazia uma bacia de massa, assim, né? Então quando eu chegava de noite, podia saí de noite, pegava uma luz e eu mesmo pegava aquela bacia com massa e tá, e tá e ia botando aquelas pedras. E tá, e tá, daqui um cadinho tinha que botar lá em cima, né? E hoje eu tenho aquela minha casinha. E tá ali, ó. É uma fortaleza, como a gente diz, porque tem pedra de tudo que é qualidade, ali, né?"

Seu maior sonho, no entanto, foi a construção da casa flutuante, uma casa pré-fabricada colocada sobre uma balsa. Foi a realização de um sonho anunciado ainda em 1997, quando conheci Mocotó. – “Eu vou pro lado que o vento vai”, dizia Mocotó descrevendo o desejo de construção dessa casa. Na prática, no entanto, Mocotó não conseguiu liberação para circular com a casa pelas águas do Delta do Jacuí, ficando atracada na margem. A casa sobre as águas, que pareceria a melhor imagem das ilhas como morada de águas, inseria-se nos domínios de uma água sujeita ao controle e as normas dos espaços da cidade, distante de uma água onírica que aparece nas narrativas. A morada de águas contemporânea tem seu contraponto na constatação dessa aliança entre o solo urbano e a qualidade dos rios e do lago:

**Mocotó (Lago Guaíba, 1998)**

“O Guaíba, eu me lembro quando esse Guaíba era azulão, era azulado, era um azul, era lindo. Era, agora hoje é esse barro, a gente olha assim, tá passando, daqui uns dia nem os barco vão andar mais porque vai ser andar dentro do barro. Se deixar, daqui um cadinho vai virar num lodo que o barco não vai andar mais. (...) Aquele Rio Gravataí. O Rio Gravataí tá cada vez mais poluído, tá cada vez mais poluído, ele tá virando um barro. Se tu ir lá em cima da ponte dos navegantes tu olha assim tem duas, as duas águas se encontram, é totalmente separada uma da outra. Lá em cima da ponte, daquele vão móvel, tu olha pra baixo e tu vê as duas águas. O que vem do Rio dos Sinos e o que vem do Rio Gravataí é separada! Uma coisa separada uma da outra assim. Tem dia assim que às vezes eu vou ali olhar, eu desço do ônibus, que eu não pago passagem, eu desço do ônibus e pego outro e, assim, eu fico olhando aqui, como é que pode que a água se separa direitinho, a cor dum rio pro outro. E a poluição daquelas margens ali. (...) Sempre fizeram isso, sempre foi assim. Sempre foi feito, os esgoto deles é feito ali, ali eles lavam roupa, muitos tiram água até pra beber nessa zona aí. Não sei mais, o, o povo ele mesmo depedra e ele mesmo aproveita, né?”

Da mesma maneira, as mudanças nas margens deixam de ser percebidas apenas como um componente da Natureza das ilhas, e passam a ser associadas ao contexto da cidade. O Arquipélago, enquanto ambiente sujeito às cheias e transformações anuais, alterna o “inferno” das épocas de cheia com o “paraíso” do verão da abundância, com o inevitável ciclo da enchente marcando o caráter de metamorfose desse ambiente. Alguns moradores referem-se a uma imagem muito forte sobre a dinâmica “natural” das ilhas: “A ilha se move”. São constantes os comentários de que “O rio era mais pra lá”, que as características físicas da ilha têm por dinâmica se

alterarem, num processo constante de ser retomada pela água, e da ilha alcançar uma extensão maior de terra nos meses mais quentes<sup>153</sup>. A bordo do barco de passeio de Mocotó, acompanhei várias de suas narrativas, em que o ponto de vista de fora da ilha, sob as águas, refletia com um olhar mais distanciado sobre as mudanças nas margens das ilhas como parte da cidade, e mesmo nas águas dos rios:

### **Mocotó (Ilha da Pintada, 1999)**

"É uma pena, viu? Tem muita coisa aí que podia sê melhor, viu? Muito melhor. Essa, essa nossa Ilha da Maria Conga, se fosse bem explorada, isso aí, podiam vender terreno, mas aí vender lotezinho mas com uma coisa: que a pessoa cuidasse aquilo ali. Tivesse cuidado com aquilo ali. Não deixar desbastar, né? Mas aí, a primeira coisa que eles vão é cortar as árvores. Primeira coisa. Fazer campo. Campo pra quê? Não criam cabrito, não criam cachorro, não criam nada, né? É só pra dizer que tem um baita dum terreno, aí. Dali um cadinho aparece um, né? É uma pena. O nosso Rio Grande do Sul tem muita coisa boa, mas tá tudo muito mal explorado, né? (...) E os ricaços já tão tomando conta, tão cortando as beira de mato, tão desbastando aquilo, né? Eles deixam uma carreirinha de mato na beira d'água, pra trás eles limpam tudo. É o que tá acontecendo. A gente passa de barco e não vê, não nota. Aí eu noto porque eu passo todos os dias ali, né? (...) Agora, na Ilha das Flores tu vai ver uma coisa, ali na Ilha das Flores, os ricaços já tão entrando, sabe? Os Ricaços já tão entrando na Ilha das Flores e fazendo Mansão. Fizeram uma estrada por dentro da ilha, eles mesmo fizeram, sabe? (...) se deixar desmatar e cortar, e cortar, como eles tão cortando, daqui um bocadinho não vai ter mais ilha, né?"

Portanto, os moradores antigos do Delta do Jacuí, Adão, ou Mocotó, também se defrontam com os novos impasses do contexto atual de degradação e conflito ambiental do Delta do Jacuí. Os esquemas mais adequado aos rios, arroios e canais, presentes à uma morada das águas, são certamente os gestos de "levar", de "conduzir" de "carregar", na inevitável correnteza do rio, que contemporaneamente têm trazido às ilhas o que "no

---

<sup>153</sup> Segundo o Atlas Ambiental de Porto Alegre (1998) a formação das ilhas do Delta do Jacuí originou-se pelo encontro das águas dos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí com o Lago Guaíba, a partir do depósito de seus sedimentos. Nessa águas, os sedimentos aluviais, na forma de juncais que flutuam sob a água vão acumulando-se nos "sacos", bacias de acumulação nas margens das ilhas, permitindo o crescimento de vegetação arbustiva, que dará origem aos maricás, vegetação típica de terrenos inundados. Os maricás permitem a formação da mata ciliar e finalmente, forma-se a floresta, em um terreno já mais elevado, agora já distante da margem ocupada por novos maricás e juncais. (ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE, 1998:86). Como se vê, esse processo, chamado de Hidrossere, enquanto explicação da dinâmica do ecossistema não deixa de compor um belo mito de fundação do cosmos das ilhas.

tempo dos antigos", permanecia apenas do outro lado da margem, ou seja, as conseqüências da urbanização da Região e seus conflitos.

Sob a perspectiva, portanto, dos estudos de sociedades complexas (WOLF, 2003 e FELDMAN-BIANCO, 1987), e sobretudo, seguindo os ensinamentos de estudos antropológicos realizados com grupos urbanos, pode-se afirmar que esse "desenraizamento" que marca a experiência urbana, ou o pertencimento a sociedade urbano-industrial, não é vivido da mesma maneira pelos diferentes grupos urbanos, pois ele dá-se através de processos de desterritorialização e reterritorialização (VELHO, 1981) na cidade desses grupos. As mudanças nas estruturas simbólicas que orientam suas práticas cotidianas são formadas em meio aos processos históricos de urbanização e transformação da paisagem local.

Os sentidos revelados nas trajetórias narradas, e reafirmados cotidianamente, para suas escolhas de moradia na cidade, revelam uma adesão diferenciada a tais territórios tidos como naturais, em oposição às ruas e avenidas da Porto Alegre urbanizada. Sua fala é reveladora de uma outra forma de pensar o trajeto de dissociação Homem/Natureza na paisagem urbana da cidade, refundada tantas vezes nos gestos de ocupação dos matos, banhados e beiras de rio da região.

Num sentido geral, portanto, as ilhas mantêm o significado de sua paisagem, para esses grupos populares, enquanto espaço natural que oferece a possibilidade de territorialização diferenciada no contexto urbano. Embora sobre algumas das ilhas pese o estigma, enquanto região moral, de lugar da violência, da degradação, da miséria, elas permanecem oferecendo o refúgio necessário àquele que se desenraiza de outros lugares.

Por outro lado, em um contexto de conflitos éticos contemporâneos, em que a questão ambiental reposiciona os diferentes grupos sociais na cidade, percebe-se que a alternativa de "morar no mato" enquanto arranjo da vida coletiva não configura outra coisa senão determinadas tradições do viver urbano, pois as tentativas de fundação desses microcosmos em meio à cidade acabam resultando em novas aglomerações de populações, em arranjos da vida social típicos da cidade, no surgimento de becos, ruas, vielas que seriam a retomada dos gestos fundadores da vida urbana nos trópicos (Rocha, 1994).

Diante de sanções e constrangimentos dos conflitos ambientais e também face às catástrofes ambientais contemporâneas, o caráter microcômico das ilhas, a *ilheidade* como contraponto ao espaço construído, passa a ser englobado como uma continuidade do ambiente técnico-cultural da cidade. Os moradores das ilhas passam a repensar a posição do Arquipélago na Região Metropolitana para além da oposição ilha-cidade, em que contribuem as representações do Delta do Jacuí como parte da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, mas sobretudo é o reconhecimento das conseqüências da ação de um Outro, globalmente situado, influenciando diretamente nas ações locais com a Natureza que passa a fazer com que esses narradores também vivam o desafio, do seu ponto de vista, de re-inserir o mundo natural no mundo construído e significado a partir dos centros urbanos.

Na expressão ouvida muitas vezes dos velhos narradores que contam seu "trajeto antropológico" (DURAND, 2001) de desenvolvimento de uma vida em contato com a dinâmica dessa paisagem, o gesto de "cuidar" das águas, "cuidar" das ilhas, "cuidar" do mato, pode ser a sua grande mensagem para os desafios ambientais contemporâneos. Os sentimentos de enraizamento, a dimensão do microcosmos não desaparece com o reconhecimento de uma realidade global que transcende os arranjos locais entre cultura e ambiente, antes, esses sentimentos são fortalecidos por este contexto. O sentimento de pertença a uma determinada paisagem, a um determinado lugar, e o desejo de construir e reforçar laços com esses espaços é fundamental para que transcenda a dimensão meramente tecnológica e calculável das soluções previstas para a reversão da degradação dos ambientes planetários, em busca de sua fundamental dimensão simbólica.

## Conclusão

Enquanto finalizava este trabalho, o ano de 2006 terminava com novas catástrofes ambientais, na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, rio que contribui para a formação do Lago Guaíba. No mês de outubro, na semana da edição de mais uma "Romaria das Águas", quase 1 milhão de peixes, de pelo menos 10 espécies, apareceram mortos ao longo de mais de 15 quilômetros do Rio dos Sinos, contabilizando mais de 85 toneladas de peixes mortos. Os especialistas da Fundação de Proteção ao Meio Ambiente do Estado (FEPAM) avaliavam que a causa da mortandade poderia ser o lançamento clandestino de efluentes industriais no Arroio Portão, que drena os municípios de Portão, Estância Velha e parte de Ivoti, e chega ao Rio dos Sinos no limite de São Leopoldo e Sapucaia do Sul. "Com o excesso de carga poluidora, os peixes ficam sem oxigênio e sobem à superfície, onde acabam morrendo."<sup>154</sup>. Policiais, funcionários públicos, militares, ambientalistas, pescadores e voluntários organizaram-se para tentar conter o deslocamento das toneladas de peixes mortos pelo rio, que arriscavam agravar ainda mais a situação se chegassem aos locais de captação de água para abastecimento da população. Foram abertos processos judiciais contra algumas empresas da região, multas foram aplicadas, assim como soluções técnicas foram executadas, como o uso de bombas de oxigênio para melhorar a qualidade da água.

Mas as soluções para o problema não se esgotavam aí. Ecologistas, pescadores, membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos apontavam a catástrofe como consequência de anos de poluição do rio por esgotos lançados pela Região Metropolitana de Porto Alegre, doméstico e industrial.

De fato, nova catástrofe ocorreria no Rio dos Sinos em dezembro de 2006. Mais de 15 toneladas de peixes voltavam a aparecer mortos no mesmo trecho do rio onde a tragédia havia ocorrido. As imagens de ambas as

---

<sup>154</sup> Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 10 de outubro de 2006, capa e p. 40.

catástrofes são tristes, mas poderosas. A população passou a denunciar empresas que lançam efluentes não tratados nos rios e arroios, órgãos municipais e estaduais tiveram de realizar novos arranjos institucionais, empresas não-poluidoras passaram a colaborar no processo.

No começo do ano de 2007, novas catástrofes ocorrem, na zona sul de Porto Alegre com temporais destruindo casas e equipamentos urbanos, enquanto que inundações espalhadas por todo o país deixam inúmeras cidades alagadas por até 15 dias. São recorrentes nos jornais as histórias de pessoas que perderam tudo que tinham, de crianças mortas nas enxurradas, de prejuízos que ainda estão sendo calculados em vários estados brasileiros. Mas também ganham destaque as redes de solidariedade, e as medidas governamentais para a situação emergencial. E retornam os debates sobre as conseqüências do aquecimento global do planeta, que na virada de 2004 para 2005 espalharam-se por todo o mundo com as catástrofes das *Tsunamis*, as ondas gigantes que destruíram o sudeste asiático, e os alagamentos que arrasaram cidades no Sul dos Estados Unidos.

É inegável a transformação do ambiente terrestre, para pior, e ainda que não se saiba comprovadamente a dinâmica dessas transformações, é possível constatar que se a globalização atinge a todos através de fenômenos como o consumo ou os meio de comunicação, o processo de "ambientalização" dos conflitos contemporâneos tem provocado os grupos humanos a reverem suas relações sociais, do nível mais micro ao mais global, em que preze a contribuição de cada um para a qualidade dos ambientes compartilhados com o Outro.

Isso não significa uma conversão global dos habitantes do planeta à visão ecossistêmica do mundo, ou mesmo a simples circularidade de conceitos científicos no cotidiano das grandes cidades. Enquanto as mudanças nos estilos de vida continuam sendo defendidas ao nível das soluções individualistas, (na economia doméstica), a apropriação criativa que residentes de ambientes tão especiais como as ilhas fazem do seu lugar nesse processo é um caminho para que se promovam novos pactos e novos arranjos da vida coletiva no ambiente, que são tão ou mais importantes que as soluções técnicas necessárias para a reversão imediata deste quadro de catástrofes ambientais que começam a se tornar cada vez mais freqüentes.

Ainda que muito trabalho precise ser feito, a postura ética que alguns dos informantes da pesquisa passaram a ter demonstra que não é nas prateleiras do supermercado que se pode salvar o mundo (como advoga o "consumo responsável" defendido por ONG's internacionais), mas sim no contato com o Outro, no espaço público, que não se restringe mais às ruas e praças das cidades, e contemporaneamente engloba rios, arroios, lagos, praias e florestas.

Quando dei os primeiros passos desta pesquisa, nos últimos anos do Século XX, as catástrofes ambientais, embora já noticiadas em certos pontos do mundo, ainda eram vividas na forma de perda de espécies da vida animal, de ambientes naturais, da beleza de paisagens intocadas para o turismo, cujas conseqüências para os seres humanos ainda eram quase "alarmistas" e projetadas para muitas décadas à frente. Passados quase dez anos, essas conseqüências da alteração do ambiente são vividas em qualquer ponto do planeta, e passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, e sobretudo, da maneira como passamos a pensar nossas memórias desse mundo que, de fato, como dizia Mocotó, "está se terminando". Seremos capazes de acompanhar a velocidade da vida, no jogo das formas que precisam ser reiventadas a todo instante?

A cidade, como forma de domesticação do espaço e do tempo, apesar de ser considerada a grande vilã de uma história ambiental contemporânea, do ponto de vista da memória, pode assumir um outro papel. Foi o que tentamos demonstrar neste estudo, que comporta tantas escalas e dimensões da vida cotidiana. Percebe-se que é pela aceitação dessa dinâmica da cidade que se pode pensar um "trajeto antropológico" das sociedades contemporâneas que torna possível a compreensão da lógica do sítio, que articula o lugar enraizado, do próprio, com o espaço relacional e democrático, de todos.

A dialética da duração, que nos permite dar continuidade à existência através da continuidade da cultura, precisa dessas rupturas, dessas descontinuidades que os conflitos instauram para que essa vida vivida possa se tornar tempo pensado, para se reinventar e encontrar sentido nessa luta constante contra um destino trágico de finitude.

A questão contemporânea das águas, como vimos, é central nesse sentido, pois instaura, de fato, uma interdependência entre grupos sociais que

historicamente se constituíram por outras relações políticas de dominação. A "Guerra da Água" contemporânea, apesar de nos apresentar uma visão pessimista do futuro, convoca a todos a participarem ativamente de um conflito do qual já se participa de qualquer forma.

O Delta do Jacuí guarda esse desafio, para muitos atores sociais, para todos os "habitantes do rio", como as campanhas ambientais vem enquadrando a todos os moradores das bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul. Não é a uma figura absoluta de um morador tradicional que cabe a exclusividade do pertencimento aos ambientes naturais do planeta, mas à figura de um "Homem da Tradição" (DURAND, 1979) que é parte de todos nós, na forma como conhecemos primeiramente o mundo, em que ambiente e cultura são parte de um mesmo Cosmos. Quando os complexos fios que se entrecruzam no contexto das relações sociais globalizadas revelam a fragilidade sob a qual a vida de cada indivíduo está ligada à Vida de uma forma geral, reforça-se a relação que cada ser humano pode estabelecer entre a sua vida e a vida do Outro, a partir de uma simples gota d'água.

Se mudaram às paisagens do planeta, mudaram as pessoas, como Adão já constatava em 2002:

**Adão (Ilha Grande dos Marinheiros, 2002)**

"Muda. Muda mesmo. E a gente muda também. Cada tempo que passa, nós mudamos de feição. As vez nós ficamos melhor, as vez nós temos que se humilhar. Outras vezes nós queremos ser metido a macho. Tudo isso. Que muda, muito tempo, muda. Mas não é o tempo, é a pessoa, é a criação."

## Referências:

- ANDERSON, B. *Imagined communities*. Londres, Verso, 1983.
- APPADURAI, Arjun. *Disjunção e diferença na economia global*. FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 311-328.
- ARANTES, A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARAÚJO, Suzana. *Bruxas e Bruxarias na Ilha da Pintada, Porto Alegre, RS*. Porto Alegre, UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 1998.
- ASSIS, Kleber. *O rio que não é rio*. Porto Alegre. Livraria do Globo, 1960.
- AUMONT, J. *A imagem*. São Paulo: Papirus, 1993.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo, Editora Ática, 1988.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Devaneio*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- BACHELARD, Gaston. *A Água e os Sonhos*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo, Editora Ática, 2000.
- BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo-Brasília, HUCITEC-EDUNB, 1996.
- BARBOSA, Zeli de Oliveira. *Ilhota – testemunho de uma vida*. Porto Alegre. Unidade Editorial, 1993.
- BARNES, J.A. *Redes sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. SP, Global Universitária, 1987.
- BASSO, L. *Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul: implicações ambientais*. In VERDUM, R.; BASSO, L.; SUERTEGARAY, D. *Rio Grande do Sul - paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre, RS. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. pp.85-106.

- BECK, U., GIDDENS, A. e LASH, S. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III- magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. SP, Martins Fontes, 1990.
- BERKES, F. et alli. *Navigating Social-Ecological Systems*. Cambridge University Press, 2003.
- BESCHOREN, M. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989.
- BOAS, F. *Antropologia Cultural*. Castro, Celso (org.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Apresentando 'amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões'*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. SP, Global Universitária, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Queiroz ED. Ltda. e EDUSP, 1987.
- BOTH, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction critique social du jugement*. Paris, Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (org.) *Usos & Abusos da História Oral*. RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp.183-191.
- BOSI, A. *Fenomenologia do olhar*. In: *O olhar*, A.Novaes (org.). São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo, TA Queiroz, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *“Os deuses do povo”*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BURKE, P. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

- CALDEIRA, T.P.do R. *A política dos outros, o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e os poderosos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, T.P. do R. *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed.34/Edusp, 2000.
- CANDIDO, A. *A Vida ao Rés-do-chão*. In : CANDIDO et alli. "A crônica : o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil." Campinas, SP : Ed. Da UNICAMP ; Rio de Janeiro : Fundação da Casa Rui Barbosa, 1992. pp.13-22.
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, Ed 34, 2001.
- CANS, R. *La ruée vers l'eau*. Paris, Gallimard, 2001.
- CARDOSO, R. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CARVALHO, J. M. *Os Bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- CASCUDO, L.C. *Lendas Brasileira (folclore)*. Rio de Janeiro, Ed. Ouro, s., L.C. Superstição no Brasil. São Paulo, EDUSP, 1985.
- CAUQUELIN, Anne. *L'invention du paysage*. Paris, PUF, 2000.
- CAUQUELIN, Anne. *Le site et la paysage*. Paris, PUF, 2002.
- CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universtária, 2002.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século 20*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1998.
- COMAROFF, John e COMAROFF, Jean. "Naturalizando a Nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado Pós-colonial". *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 15, p. 57 - 106.
- CORBIN, A. *Le miasme et la jonquille*. Paris, Flammarion, 1986.
- CORBIN, A. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CORDELL, John. *Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia*. in "Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum". A. C. Diegues e A.C. Moreira (organizadores). NUPAUB, São Paulo, 2001.

- CORUJA, A.A.P. *Antigualhas, reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre, Erus, s.d.
- COSTA, J.F. *Ordem Média e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- COSTA, N. do R. *Lutas urbanas e controle sanitário, origens das políticas de saúde no Brasil*. Petropolis, Vozes, 1985.
- DA MATTA, R. – *O ofício de Etnólogo, ou como ter "Antropological Blues*, in NUNES, Edson, EG (org.) *A aventura sociológica* – Zahar. Ed. Rio de Janeiro, RJ, 1979.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa, nas classes trabalhadoras urbanas*. R.J., J. Zahar Ed./CNPq, 1986.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. "O Culto do Eu no Templo da Razão". In: "Três ensaios sobre pessoa e modernidade". In: *Boletim do Museu Nacional, nova série*, Rio de Janeiro, Antropologia, n° 41, agosto de 1993.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1994.
- DIEGUES, A. C. *Povos e Mares*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e Mares – simbolismo e imaginário*. São Paulo, HUCITECH, 1998.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação. Novos rumos para a Conservação da Natureza*. São Paulo, HUCITECH/NUPAUB-USP, 2000.
- DINIZ, Débora. A Antropologia e o limite dos Direitos Humanos: O Drama moral de Tashi. In Novaes, R. e Lima, R., *Antropologia e Direitos Humanos*. Ed UFF, Niterói, Rj. 2001.
- DESCOLA, P. *Limites ecológicos e sociais do desenvolvimento da Amazônia* in BOLOGNA, G. (org.). *Amazônia Adeus*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- DEVOS, Rafael. *Quando a Câmera Vira Personagem: ponto de vista em movimento na busca de imagens do Outro em documentários etnográficos*. Mimeo, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS, Porto Alegre, 2000. Monografia (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. 2000.
- DEVOS, Rafael. *Uma Ilha Assombrada na Cidade - estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOUGLAS, Mary. *Risk and blame : essays in cultural theory*. London ; New York : Routledge, 1992.
- DRUMMOND, J. A. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, RJ, v. 4 (8), 1991, p. 177-197.
- DUARTE, L.F.D. "Tres ensaios sobre a pessoa e a modernidade". In: Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro:(41), Nova Série/Antropologia, 1983.
- DUARTE, L.F.D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar/CNPq, 1986.
- DUARTE, L.F.D. *As Redes do Suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Rio de Janeiro, Editora da UFF, 1999.
- DUMONT, Louis. *O Individualismo, Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1983.
- DURAND, G. *Science de l'Homme et Tradition*. Paris, Berg International, 1979.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. SP, Cultrix, 1988.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário*. RJ, Difel, 1998.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade : a vida rural e a migração para São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- DURKHEIM , Émile & MAUSS, Marcel "Algumas formas primitivas de classificação" In: Durkheim (org. José Albertino Rodrigues), São Paulo, Ática, 1981.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa : o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUVIGNAUD, J.(org) *Nomades et vagabonds*. Paris, Union Générale d'Éditions, Série "Cause Commune", 1975/2.
- ECKERT, Cornelia. *Memória e Identidade. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Cadernos de Antropologia, n°11. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1993.

- ECKERT, Cornelia. *Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na ex.periência etnográfica*. In:HUMANAS, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Vol 16, n°1. Porto Alegre, IFCH, 1996-1997. P. 21 à 44.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade*. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, n°2. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2000.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. "Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração". In: Koury, Mauro G P. (org.). *Imagem e Memória: Estudos em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000b.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *A memória como espaço fantástico*. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, n°2. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2001.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. [Escrituras Hipermediáticas e as Metamorfoses da Escrita Etnográfica no Banco de Imagens e Efeitos Visuais](#). Iluminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2005b.
- ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. SP, Mercuryo, 1992.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. RJ, Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização*. RJ, Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, N. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELY, Margot; Vinz, R.; DOWNING, M.; ANZUL, M. *On writing qualitative research. Living by words*. London: Falmer Press, 1997.
- EMERSON, Robert et al. *Writing ethnographic fieldnotes*. Chicago University Press, 1995.
- EVANS-PRITCHARD, E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

- FAYET, Carlos et al. *Plano Delta do Jacuí*, PMPA, 1958.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.
- FEENY, David et alli. *A Tragédia dos Comuns: vinte e dois anos depois*. in "Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum". A. C. Diegues e A.C. Moreira (organizadores). NUPAUB, São Paulo, 2001.
- FERRY, L. *Homo aestheticus, l'invention du goût à l'âge démocratique*, Paris, Grasset, 1990.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo, Ensaio, 1994.
- FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra – etnografia de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FORTINI, A. *Revivendo o passado*. Porto Alegre, Sulina, 1953.
- FOUCAULT, M. *Le mot et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. Tomo I. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- GARDIES, A. *L'espace au cinéma*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1993
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, Vozes. 1997.
- GEERTZ, C. *Obras e vidas. O Antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, C. *Os Andarilhos do Bem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- GLOWCZEWSKI, B. *Lines and Criss-crossings: Hyperlinks in Australian Indigenous Narratives*. Trabalho apresentado no Colloque International Du Cinéma Ethnographique à L'Anthropologie audiovisuelle. Paris, França, 25 a 27 março de 2006.

- GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- GRIMSHAW, A. *The ethnographer's eye - ways of seeing in anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- GURAN, M. *Fotografar para descobrir, fotografar para contar*. In: Diálogos Antropológicos – Imagem. NAVISUAL/UFRGS, Porto Alegre, 1997.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HALL, E. *La dimension cachée*. Paris, Seuil, 1971.
- HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville*. Paris, Les Editions de Minuit, 1983.
- HANNERZ, Ulf. *Cosmopolitas e Locais na Cultura Global*. In Featherstone, Mike. *Cultura Global*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 251-266.
- HARTMANN, L. *Oralidade, Corpo e Memória entre Contadores e Contadoras de Causo Gaúchos*. In: Horizontes Antropológicos, n°12. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1999.
- HARTMANN, L. *Oralidade, Corpos, Memórias: Performances de Contadores e Contadoras de Causo da Campanha do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2000.
- HOLLANDA, S.B. de. *As Visões do Paraíso. os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977.
- ISABELLE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- LACORDAIRE, S. *Les inconnus de la Seine*. Paris, Hachette Littérature, 1985.
- LANGDON, Jean. *Performance e preocupações pós-modernas na antropologia*. In: GABRIEL, João L.C. Teixeira. (org.) *Performáticos, performance e sociedade*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996. p 23 a 28.
- LANGDON, J. *A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral*. In: ECKERT e ROCHA (Org.). *Revista Horizontes Antropológicos* 12. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *Lo Maravilloso y lo Cotidiano en el Occidente Medieval*. Barcelona, Gedisa, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, ED. Unicamp, 1990.

- LEROI-GOURHAN, A. *O Gesto e a Palavra I - Técnica e Linguagem*. Lisboa, Perspectiva do Homem/Edições 70, v. 16, 1975.
- LEROI-GOURHAN, A. *O Gesto e a Palavra II- A Memória e os Ritmos*. Lisboa, Perspectiva do Homem/Edições 70, v. 16, 1975.
- LEROI-GOURHAN, A. . *Evolução e Técnicas. I - O Homem e a Matéria*. Lisboa, Perspectiva do Homem/Edições 70, 1984.
- LEROI-GOURHAN, A.. *Evolução e Técnicas. II - O Meio e as Técnicas*. Lisboa, Perspectiva do Homem/Edições 70, 1984.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Introdução*. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, EDUSP, 1974.
- LÉVI-STRAUSS. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- LÉVI-STRAUSS. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, Papyrus, 1989.
- LEWIS, O. *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Urbana, University of Illinois Press, 1951.
- LEWIS, O. *The Culture of Poverty*. in *Anthropological Essays*. New York, Random house, 1970.
- LIMA, R. Kant e PEREIRA, L. *Pescadores de Itaipu - meio ambiente, conflito e ritual no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, EDUF, 1997.
- LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Trabalho apresentado no Simpósio "Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia", na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.
- LITTLE, P. "Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico". In: ECKERT, C. ROCHA, A.L.C. e Carvalho, I.C.M. (org). *Horizontes Antropológicos*. Ano 12, Número 25, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 2006.
- LOPES, L.; ANTONAZ,; PRADO, *A ambientalização dos Conflitos sociais: Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro : NuAP/Relume Dumará, 2004.
- LOPES, L. *Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre os dilemas da participação*. In: ECKERT, C. ROCHA, A.L.C. e Carvalho, I.C.M. (org). *Horizontes Antropológicos*. Ano 12, Número 25, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 2006.
- MACDOUGALL, D. *Transcultural cinema*. Princeton/New Jersey, Princeton University Press, 1999.

- MACDOUGALL, D. *The corporeal image - film, ethnography and the senses*. Princeton/New Jersey, Princeton University Press, 2006.
- MAFFESOLI, M. *La connaissance ordinaire*. Paris, Meridiens Klincksieck, 1985.
- MAFFESOLI, M. *Du nomadisme*. In: *Sociétés, Revue des Sciences Humaines et Sociales*, n° 34. Paris, Dunod, 1992, pp. 403-413.
- MAFFESOLI, M. *Le paradigme esthétique*, *Sociologie et Sociétés*, vol. 17, n0 2, Montréal, octobre 1985.
- MAFFESOLI, M. *No Fundo das Aparências*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996.
- MAGNANI, Jose Guilherme C. *Festa no Pedaco*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MAGNANI, Jose Guilherme C e TORRES Lílian de Lucca. (org) *Na metrópole. Textos de antropologia urbana*. São Paulo, Edusp, 1996.
- MALDONADO, Simone. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume, 1994.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1976.
- MALUF, Sonia. *Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, Rosa dos Tempos, 1993.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- MAYER, Adrian C. *A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. SP, Global Universitária, 1987.
- MENEGAT et alli. *Atlas Ambiental De Porto Alegre*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- METROPLAN. *Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Consolidação do Parque Estadual Delta do Jacuí – reavaliação das condições sócio-econômicas da população e situação atual de ocupação e uso do solo do Parque*, Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.
- MOLLES, H. et ROHMER, E. *Labyrinthes du Vecu. L'Espace: matière d'actions*. Paris, Librairie des Meridiens, 1982.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, Urbanização e Modernidade – A construção do espaço social*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.

- MONTEIRO, Charles. *História, Literatura e Memória do Espaço Urbano na Ficção de Moacyr Scliar*. In: "Estudos Ibero-Americanos". PUCRS, v. XXIV, n.1, p. 181-199, Porto Alegre, 1998.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas – Historias e Memorias*. Tese de Doutorado em Historia. Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo. PUC-SP, 2001.
- MUNFORD, L. *A cidade na historia, suas origens, transformações e perspectivas*. Lisboa, Martins Fontes, 1982.
- NEVES, M. *Uma escrita do tempo : memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. In: Candido et alli. "A crônica : o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil." Campinas, SP : Ed. Da UNICAMP ; Rio de Janeiro : Fundação da Casa Rui Barbosa, 1992. pp.75-90.
- NORA, P. *Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux*. In: Nora, P. (dir.). *Les lieux de mémoire. I La République*, Paris: Gallimard, 1984, t. I, pp. XVII-XLII.
- OLIVEIRA, N. et alli. *Vazios Urbanos em Porto Alegre - uso capitalista do solo e implicações sociais*. Porto Alegre, Sec. de Coordenação e Planejamento; Fundação de Economia e Estatística, 1989.
- OLIVEIRA, R.C. *O índio no mundo dos brancos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- OLIVEIRA, R.C. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Ed UNESP. 1998.
- OLIVEIRA, R. C. e OLIVEIRA, L. R. C. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro, RJ. Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVEIRA, R. C. *A questão étnica: qual a possibilidade de uma ética global?* In Azirpe, L. (org.) *As dimensões culturais da transformação global - uma abordagem antropológica*. Brasília, UNESCO, 2001.
- OLIVEIRA, R. C. *O mal-estar da ética na antropologia prática*. In VÍCTORA, C.; OLIVEN, R.; MACIEL, M.; ORO, A. (org.) *Antropologia e Ética - o debate atual no Brasil*. Ed UFF, Niterói, Rj. 2004.
- OLIVEIRA, W. *A utilização do "referencial ambientalista" como justificativa à implantação do sistema de colte seletiva de lixo em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 1995.
- OLIVEN, R.G. *Metabolismo Social da Cidade e outros ensaios*. Porto Alegre, Ed. da Universidade - UFRGS, 1974.

- OLIVEN, R.G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- OLIVEN, R.G. *A Parte e o Todo. A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- OLIVEN, R.G. *Antropologia de Grupos Urbanos*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- OLIVEN, R. G. *De Olho no Dinheiro nos Estados Unidos*. Revista ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, v. 15, p. 206-235, 2001.
- ORO, Ari Pedro. “*Modernas Formas de Crer*” In: Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, Vozes, N. 225, 1997.
- PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO. Vol. 1 – Porto Alegre, PMPA/SPM, 1979.
- PARK, R. *A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*. In VELHO, O.(org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- PEREIRA, André. *Histórias do abastecimento de Água em Porto Alegre*; Coordenação Unidade de Comunicação Social – DMAE. Porto Alegre, 1991.
- PEREIRA LEITE, M. A. F. *Destruição ou Desconstrução - Questões da Paisagem e Tendências de Regionalização*. SP, HUCITEC/FAPESP, 1994.
- PESAVENTO, S (org.). *O Espetáculo da Rua*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 1992.
- PETONNET, C. *Espaces habités, ethnologie des banlieues*. Paris, Galilée, 1979.
- PIRES, C. *Impactos ambientais decorrentes da ocupação irregular nas nascentes da bacia hidrográfica do arroio do Salso: o caso da Lomba do Pinheiro - Porto Alegre, RS*. In SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.; VERDUM, R. *Ambiente e lugar no urbano - a grande Porto Alegre*. Porto Alegre, RS. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- POESTER, Teresa. *Les Frontières du Paysage: fenêtres et grilles*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de Paris I, Sorbonne, 2002, sob a direção de Pierre Baque.
- PORTO ALEGRE, A. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre, Globo, 1940.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura. Centro de Pesquisa Histórica. *Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre*. GOMES, José Juvenal;

- MACHADO, Helena Vitória dos Santos e VENTIMIGLIA, Marise Antunes. Porto Alegre: EU, 1995.
- POSEY, Darrell. *Interpretando e Utilizando a "Realidade" dos Conceitos Indígenas: o que é preciso aprender dos nativos?* in "Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum". A. C. Diegues e A.C. Moreira (organizadores). NUPAUB, São Paulo, 2001.
- POULICHET, S.le Environnement et catastrophe. Paris, Mentha, 1991.
- PRELORAN, J. *Conceptos éticos e estéticos en cine etnográfico.* in ROSSI. El Cine Documental Etnobiográfico de Jorge Preloran. Buenos Aires: Busqueda, P73-119, 1987.
- RABINOW, P. *Antropologia da Razão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999.
- REDFIELD, R. *Tepoztlán: a Mexican Village. A Study of Folk Life.* Chicago, University of Chicago Press, 1930.
- REVERBEL, Carlos. *Barco de Papel.* Porto Alegre. Globo, 1979.
- RICOEUR, P. *Teoria da Interpretação.* Lisboa, Edições 70, 1976.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa.* São paulo, Papirus, Vols. I,II,III, 1994.
- RICOUER, P. *La Mémoire, l'histoire, l'oubli.* Paris, Seuil, 2000.
- RIOPARDENSE DE MACEDO, F. *Porto Alegre, história e vida da cidade.* Porto Alegre EDUFRGS, 1975.
- ROCHA, A. L. C. da. *Le Sanctuaire de désordre: l'art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques.* Paris V, Sorbonne, 1994.
- ROCHA, A. L. C. da. *A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil.* in MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. R. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.* Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, UFRGS/UNISC, 1995.
- ROCHA, A.L.C. *Antropologia Visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais.* In: ECKERT, C. e MONTE-MÓR, P. (org). *Imagem em foco: novas perspectivas em Antropologia Visual.* Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- ROCHA, A.L.C. da. e CUNEGATTO, T. *Etnografia da Arte - memória e paisagem na ponta do pincel.* Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, n°. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2005.
- RUSCHEL, N. *Rua da Praia.* Porto Alegre. Prefeitura Municipal, 1971.

- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- SAHLINS, M. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção*. *Mana*, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro, 1997.
- SAINT-HILAIRE, A. de *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.
- SANHUDO, Ary Veiga. *Crônicas da Minha Cidade*. Volume 1. Porto Alegre. Editora Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1979.
- SANHUDO, Ary Veiga. *Crônicas da Minha Cidade*. Volume 2. Porto Alegre. Editora Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- SANSOT, P. *Les formes sensibles de la vie sociale*. Paris, PUF, 1986.
- SANSOT, P. *Poétique de la Ville*. Paris, Klincksieck, 1972.
- SANT'ANA, M.H. *Vila Cai-Cai: A lógica da Habitação Reciclável. A organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 1996.
- SANTOS, M. *A Urbanização Desigual*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1980.
- SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. SP, Companhia das Letras, 1996.
- SCHUTZ, A. *A fenomenologia e as relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SCLIAR, Moacyr. *Os Mistérios de Porto Alegre*. Porto Alegre. Gaúcha, 1976.
- SCLIAR, Moacyr. *(O Ciclo das Águas)*. Porto Alegre. Globo, 1977.
- SCLIAR, Moacyr. *Os Voluntários*. Porto Alegre. L&PM, 1980.
- SILVA, Marina R. *Navegação Lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre, Jollo, 1999.
- SILVA, Vagner. *As Esquinas Sagradas do Candomblé*, In MAGNANI & TORRES (org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996
- SIMMEL, Georg. *Cultura Femenina y otros ensaios*. Madrid, Revista de Occidente, 1934.

- SIMMEL, G. *A Metrópole e a Vida Mental*. In VELHO, O.(org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SIMMEL, G. *Les problèmes de la philosophie de l'Histoire*. Paris, PUF, 1984.
- SIMMEL, G. *A filosofia da paisagem*. REVISTA POLÍTICA & TRABALHO, João Pessoa, nº12, 1996.
- SIMMEL, G. *Philosophie de la Modernité. La femme, la ville, l'individualisme*. Paris, Payot & Rivages, 2004.
- SOARES, Ana Paula. *A Tutela da Água no Ordenamento Jurídico Brasileiro sob a Ótica da Lei 9.433/97 : Uma Questão Contemporânea*. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
- SPALDING, W. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre, Sulina, 1967.
- SOSNISKI, C. *Repensando Fronteiras entre o lixo e o corpo: Estudo etnográfico sobre o Cotidiano de Recicladores, Catadores e Carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros*. Porto Alegre, UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2006.
- SUERTEGARAY, D. *Espaço geográfico uno e múltiplo*. In SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.; VERDUM, R. *Ambiente e lugar no urbano - a grande Porto Alegre*. Porto Alegre, RS. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- TAUSSIG, Michael. *Shamanism, Colonialism and the Wild Man*. Chicago University Press, 1987.
- THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1981.
- THOMAS, K. *O Homem e o Mundo Natural*. SP, Companhia das Letras, 1988
- THOMAS, L.V. *Fantasmies au quotidien*. Paris. Méridiens, 1984.
- THOMPSON, P. *A Voz do Passado*. História Oral. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- TODOROV, T. *La conquête de l'Amérique, La question de l'Autre*. Paris, Seuil, 1992.
- TROLEIS, A. e BASSO, L. *Avaliação dos impactos ambientais do aterro sanitário da Zona Norte de Porto Alegre*. In SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.; VERDUM, R. *Ambiente e lugar no urbano - a grande Porto Alegre*. Porto Alegre, RS. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

- TURNER, V. *Dramas, fields and metaphors*. Ithaca/London, Cornell University Press, 1974.
- TURNER, Victor W. *O Processo Ritual*. Petrópolis, Vozes, 1974b.
- TURNER, Victor. *The Anthropology Of Performance*. New York, PAJ Publications, 1987.
- VELHO, G. & MACHADO da SILVA, L.A. *Organização social do meio urbano*. In: Anuário Antropológico/76. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977.
- VELHO, G. & VIVEIROS de CASTRO, E. *O conceito de cultura nas sociedades complexas: uma perspectiva antropológica*. Artefato, (I), 1978.
- VELHO, G. (org) *O desafio da cidade, novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- VELHO, G. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- VELHO, G. *Projeto e Metamorfose - Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo, Anonimato e Violência na Metrópole*. in *Revista Horizontes Antropológicos número 13 Cidade Moderna*. Porto Alegre, PPGAS, Editora da UFRGS, 2000, p. 15 a 30.
- VELHO, O. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- VELHO, O. *“Religião e Modernidade: roteiro para uma discussão.”* In: “Anuário Antropológico 92. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.
- VERDUM, R. *O Ciclo do papel, da coleta ao processamento: personagens e estrutura*. In SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.; VERDUM, R. *Ambiente e lugar no urbano - a grande Porto Alegre*. Porto Alegre, RS. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. p. 187-204.
- VERDUM, R.; BASSO, L.; SUERTEGARAY, D. *Rio Grande do Sul - paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre, RS. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- VÍCTORA, C.; OLIVEN, R.; MACIEL, M.; ORO, A. *Antropologia e Ética - o debate atual no Brasil*. Ed UFF, Niterói, Rj. 2004.
- WEBER, M. *Conceitos e Categorias da Cidade*. In: VELHO, O. (org). *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

- WEIMER, G. (org.) *O Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade - UFRGS, 1992.
- WILIAMS, R. *O campo e a cidade, na história e na literatura*. São Paulo, Cias das Letras, 1989.
- WIRTH, L. *O urbanismo como modo de vida*. In: *O fenômeno urbano*, O.Velho (org). Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- WOLF, E. *Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa no México*. In: FELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, G. L. *Antropologia e Poder - Contribuições de Eric Wolf*. São Paulo, Ed. da Universidade de Brasília; Ed. da Unicamp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- WOORTMANN Ellen F e Woortmann, Klaas. *O trabalho da terra, a lógica e a simbólica da lavoura camponesa* Brasília, Editora Unb, 1997.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta, organizações populares e significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo, EDUC, 2000.

#### **DOCUMENTÁRIOS ETNOGRÁFICOS:**

- DEVOS, R. V. ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . *A Morada das Águas*. Porto Alegre, BIEV, 2003.
- DEVOS, R. V. ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O Barco dos Sonhos*. Porto Alegre, BIEV, 2000.
- DEVOS, R. V. ; BOTELHO, J. ; CAVICHIOLI, S. ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da ; BRAGA, R. ; BARROS, A. ; CHAVES, D. *A Ilha Assombrada: realidade ou ilusões?* Porto Alegre, BIEV, 2000.
- ROCHA, Ana Luiza C. e SATT, Maria Henriqueta C. *Arqueologias Urbanas: Memórias do Mundo*. Porto Alegre, FUMPROARTE, 1997.
- MARSHALL, John. *The Hunters*. 1957
- PRELORAN, Jorge. *Hermógenes Cayo*. Argentina, 1969.

#### **PERIÓDICOS**

- REVISTA DO GLOBO, 14 de junho de 1941, n°.297, p.35.

REVISTA DO GLOBO, 11 de agosto de 1956, n° 670: pp. 22 a 26

CORREIO DO POVO, 28 de maio de 2002. p. 17.

ZERO HORA, 18 de fevereiro de 2001 pp. 34 e 35.

ZERO HORA, 02 de julho de 2001 p. 56.

ZERO HORA, 26 de novembro de 2002 capa e pp. 4 e 5.

ZERO HORA, 10 de outubro de 2006, p. 40.

ZERO HORA, 18 de dezembro de 2006 p. 34.

### **ACERVOS PESQUISADOS**

Banco de Imagens e efeitos visuais, Laboratório de Antropologia Social -  
PPGAS – UFRGS. [www.estacaoportoalegre.ufrgs.br](http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br)